



REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL

DIÁRIO DO SENADO FEDERAL

ANO LXX SUP. "C" AO Nº 145 QUINTA-FEIRA, 17 DE SETEMBRO DE 2015

SECRETARIA-GERAL DA MESA

1ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 55ª LEGISLATURA

ATAS DE COMISSÕES PERMANENTES DO CONGRESSO NACIONAL

BRASÍLIA - DF

MESA DO SENADO FEDERAL *

PRESIDENTE
Renan Calheiros - (PMDB-AL)
1º VICE-PRESIDENTE
Jorge Viana - (PT-AC)
2º VICE-PRESIDENTE
Romero Jucá - (PMDB-RR)
1º SECRETÁRIO
Vicentinho Alves - (PR-TO)
2º SECRETÁRIO
Zeze Perrella - (PDT-MG)

3º SECRETÁRIO
Gladson Cameli - (PP-AC)
4º SECRETÁRIA
Angela Portela - (PT-RR)
SUPLENTE DE SECRETÁRIO
1º Sérgio Petecão - (PSD-AC)
2º João Alberto Souza - (PMDB-MA)
3º Elmano Férrer (PTB-PI)
4º Douglas Cintra - (PTB-PE)

* As notas referentes à Mesa do Senado Federal encontram-se publicadas na Composição do Senado Federal (Vide Sumário).

LIDERANÇAS

<p>Bloco de Apoio ao Governo (PT/PDT/PP) - 24</p> <p>Líder Humberto Costa - PT (22,28)</p> <p>Vice-Líderes Acir Gurgacz (3,37) Benedito de Lira (16,18,44) Walter Pinheiro (31,36,43) Telmário Mota (4,38,42) Regina Sousa (41)</p> <p>Líder do PT - 13 Humberto Costa (22,28)</p> <p>Vice-Líderes do PT Paulo Rocha (32) Walter Pinheiro (31,36,43) Lindbergh Farias (30) Fátima Bezerra (34)</p> <p>Líder do PDT - 6 Acir Gurgacz (3,37)</p> <p>Vice-Líder do PDT Telmário Mota (4,38,42)</p> <p>Líder do PP - 5 Benedito de Lira (16,18,44)</p>	<p>Bloco da Maioria (PMDB/PSD) - 21</p> <p>.....</p> <p>Líder do PMDB - 17</p> <p>Líder do PSD - 4 Omar Aziz (13)</p> <p>Vice-Líder do PSD Sérgio Petecão (12)</p>	<p>Bloco Parlamentar da Oposição (PSDB/DEM) - 17</p> <p>Líder Alvaro Dias - PSDB (20)</p> <p>Vice-Líderes Ataídes Oliveira (33) Wilder Moraes (46) Antonio Anastasia (47)</p> <p>Líder do PSDB - 12 Cássio Cunha Lima (17)</p> <p>Vice-Líderes do PSDB Paulo Bauer (23) Aloysio Nunes Ferreira (40)</p> <p>Líder do DEM - 5 Ronaldo Caiado (6)</p> <p>Vice-Líder do DEM José Agripino (39)</p>
<p>Bloco Parlamentar Socialismo e Democracia (PSB/PPS/PSOL/PCdoB) - 9</p> <p>Líder Lídice da Mata - PSB (11,25)</p> <p>Vice-Líderes José Medeiros (15,19,29) Vanessa Grazziotin (21,26) Randolfe Rodrigues (24,27)</p> <p>Líder do PSB - 6 João Capiberibe (1,14)</p> <p>Vice-Líder do PSB Roberto Rocha (45)</p> <p>Líder do PPS - 1 José Medeiros (15,19,29)</p> <p>Líder do PSOL - 1 Randolfe Rodrigues (24,27)</p> <p>Líder do PCdoB - 1 Vanessa Grazziotin (21,26)</p>	<p>Bloco Parlamentar União e Força (PTB/PR/PSC/PRB) - 9</p> <p>Líder Fernando Collor - PTB (5,10)</p> <p>Vice-Líderes Blairo Maggi (9) Eduardo Amorim (8) Marcelo Crivella (2,7)</p> <p>Líder do PTB - 3 Fernando Collor (5,10)</p> <p>Líder do PR - 4 Blairo Maggi (9)</p> <p>Líder do PSC - 1 Eduardo Amorim (8)</p> <p>Líder do PRB - 1 Marcelo Crivella (2,7)</p>	<p>Governo Líder Delcídio do Amaral - PT (48)</p>

EXPEDIENTE

<p style="text-align: center;">Ilana Trombka Diretora-Geral do Senado Federal Florian Augusto Coutinho Madruga Diretor da Secretaria de Editoração e Publicações José Farias Maranhão Coordenador Industrial</p>	<p style="text-align: center;">Luiz Fernando Bandeira de Mello Filho Secretário-Geral da Mesa do Senado Federal Rogério de Castro Pastori Diretor da Secretaria de Atas e Diários Quésia de Farias Cunha Diretora da Secretaria de Registro e Redação Parlamentar</p>
---	--

SENADO FEDERAL

SUMÁRIO

1 – ATAS DE COMISSÕES PERMANENTES DO CONGRESSO NACIONAL

1.1 – COMISSÃO MISTA DE DE CONTROLE DAS ATIVIDADES DE INTELIGÊNCIA - CCAI

Ata da 1ª Reunião, realizada em 28 de abril de 2015.....	4
Ata da 3ª Reunião, realizada em 7 de julho de 2015.....	8
Ata da 4ª Reunião, realizada em 14 de julho de 2015	17
Ata da 5ª Reunião, realizada em 11 de agosto de 2015.....	47

1.2 – COMISSÃO PERMANENTE MISTA DE COMBATE À VIOLÊNCIA CONTRA A MULHER - CMCVM

Ata da 4ª Reunião, realizada em 28 de abril de 2015.....	54
Ata da 5ª Reunião, realizada em 9 de junho de 2015	61
Ata da 6ª Reunião, realizada em 1º de julho de 2015	87
Ata da 7ª Reunião, realizada em 7 de julho de 2015.....	103



SENADO FEDERAL
SECRETARIA-GERAL DA MESA
SECRETARIA DE COMISSÕES
COORDENAÇÃO DE COMISSÕES MISTAS

ATA DA 1ª. REUNIÃO DA COMISSÃO MISTA DE CONTROLE DAS ATIVIDADES DE INTELIGÊNCIA, DA 1ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 55ª LEGISLATURA, REALIZADA NO DIA 28 DE ABRIL DE 2015, ÀS 14 HORAS E TRINTA MINUTOS, NO PLENÁRIO Nº 7, DA ALA SENADOR ALEXANDRE COSTA, NO ANEXO II DO SENADO FEDERAL.

Às quinze horas e três minutos do dia vinte e oito de abril de dois mil e quinze, no Plenário número 7 da Ala Senador Alexandre Costa, sob a Presidência da Senhora Deputada Jô Moraes, reúne-se a Comissão Mista de Controle das Atividades de Inteligência (CCAI), com a presença dos Senadores Aloysio Nunes Ferreira, Alvaro Dias, Cássio Cunha Lima; e dos Deputados Jô Moraes, Bruno Araújo, Luiz Carlos Hauly e Heráclito Fortes. Deixam de comparecer os demais membros. Antes de iniciar os trabalhos, é aprovado o requerimento do Deputado Heráclito Fortes, que requer que a presente reunião seja pública, e não secreta. Havendo número regimental, a Presidente declara aberta a reunião. A Presidência informa que a presente reunião tem como objetivo cumprir o disposto no § 1º do artigo 7º da Resolução nº 2, de 2013, do Congresso Nacional, o qual estabelece que a Presidência da Comissão Mista de Controle das Atividades de Inteligência será exercida alternadamente pelos Presidentes das Comissões de Relações Exteriores do Senado Federal e da Câmara dos Deputados. A Presidência informa que no ano de 2014 a Comissão ficou sob a responsabilidade do Senado Federal e que competirá à Deputada Jô Moraes, na condição de Presidente da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional da Câmara dos Deputados, a Presidência da CCAI na presente sessão legislativa. A Presidente coloca em votação e são aprovados os requerimentos (RAIs) de nº 2 e 6, sendo este último aprovado com a alteração da palavra "convocado" para "convidado". O RAI nº 1 é prejudicado por falta de oportunidade, nos termos do inciso I, art. 334, do Regimento Interno do Senado Federal. Por serem os RAIs de nº 3 a 5 de autoria da Deputada Jô Moraes, esta passa a Presidência para o Senador Aloysio Nunes Ferreira, Vice-Presidente da CCAI, que, colocando-os em votação, os aprova. A Presidência passa para a Deputada Jô Moraes que informa aos membros da Comissão que convocará reunião para audiência do Ministro-chefe do Gabinete de Segurança Institucional da Presidência da República, General-de-Exército José Elito Carvalho Siqueira. Faz uso da palavra o Deputado Heráclito Fortes. Nada mais havendo a tratar, encerra-se a Reunião às quinze horas e quatorze minutos, lavrando eu, Marcos Machado Melo, Secretário da Comissão, a presente Ata, que, lida e aprovada, será assinada pela Senhora Presidente, Deputada Jô Moraes, e publicada no Diário do Senado Federal, juntamente com o registro das notas taquigráficas.

Deputada Jô Moraes
Presidente

A SRª PRESIDENTE (Jô Moraes. PCdoB - MG) – Boa tarde a todos e a todas.

Antes de iniciarmos os nossos trabalhos, informo que a presente reunião, que foi convocada, conforme o que dispõe o art. 22 da Resolução nº 2, de 2013, do Congresso Nacional, para ser secreta por solicitação dos Deputados, será transformada em reunião aberta.

Declaro aberta a 1ª Reunião da Comissão Mista de Controle das Atividades de Inteligência.

Informo que, na Sessão Legislativa anterior, a Comissão foi presidida pelo Senador Ricardo Ferraço, na condição de Presidente da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional do Senado Federal.

Nos termos do §1º do art. 7º da Resolução nº 2, de 2013, do Congresso Nacional, que regulamenta o funcionamento deste Colegiado, na presente Sessão Legislativa a presidência da CCAI ficará sob responsabilidade da Presidente da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional da Câmara dos Deputados, cargo que assumi em 4 de março do presente. A vice-presidência ficará a cargo do Senador Aloysio Nunes Ferreira, Presidente da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional do Senado Federal.

Desse modo, inicio os trabalhos da CCAI no ano de 2015.

A presente reunião tem como objetivo a apreciação de requerimentos de realização de audiência pública, bem como de convite de autoridades. Esta Presidência sugere que se acrescente à pauta o entendimento feito para o credenciamento dos servidores que terão autorização de participar das reuniões secretas e que se possa fazer um apelo para que nós possamos nos dirigir às Lideranças da Câmara dos Deputados que estão com requerimento de urgência em plenário para apreciar o Projeto nº 1.570, de 2001, sobre a Política Nacional de Inteligência, para que elas, como o Regimento prevê a apreciação apenas sob responsabilidade da CCAI, retirem a tramitação de requerimento de urgência e ele possa ser apreciado aqui. Evidentemente, serão tomadas algumas medidas relativas à Política, que foi enviada por esta Comissão, em 2010, para o Governo, que está por definir seu posicionamento.

São estes os requerimentos.

Requerimento nº 1, de autoria do Deputado Luiz Carlos Hauly. Requer sejam requeridas informações ao Ministro-Chefe do Gabinete de Segurança Institucional acerca das medidas a serem adotadas para evitar violência em eventos de cunho pacífico.

Declaro prejudicado o presente requerimento em virtude da perda da oportunidade, uma vez que as manifestações citadas no documento ocorreram em 15 de março.

Requerimento nº 2, de autoria do Senador Aloysio Nunes Ferreira, que solicita realização de audiência pública, nos termos do art. 6º da Resolução nº 2, de 2013, do Congresso Nacional, e que sejam convidados os Exmºs Sr. Ministro do Gabinete de Segurança Institucional, General-de-Exército José Elito Carvalho Siqueira, e o Diretor da Agência Brasileira de Informações (Abin), Sr. Wilson Roberto Trezza, a fim de prestar esclarecimentos sobre a existência de indício de tentativas de recrutamento de jovens pelo Estado Islâmico no Brasil.

Em discussão o requerimento. (*Pausa.*)

Não havendo quem queira discutir, encerro...

O SR. HERÁCLITO FORTES (DEM - PI) – Srª Presidente, para discutir.

A SRª PRESIDENTE (Jô Moraes. PCdoB - MG) – Deputado Heráclito.

O SR. HERÁCLITO FORTES (DEM - PI) – Esse recrutamento é específico à região da Tríplice Fronteira, lá no sul, ou abrange todo o Território nacional?

A SRª PRESIDENTE (Jô Moraes. PCdoB - MG) – Com a palavra o Senador Aloysio Nunes Ferreira, autor do requerimento.

O SR. ALOYSIO NUNES FERREIRA (Bloco Oposição/PSDB - SP) – Ele é um requerimento abrangente, mas suscitado por um fato noticiado pelo jornal *O Estado de S. Paulo* sobre o recrutamento de jovens brasileiros naquela região da Tríplice Fronteira.

O SR. HERÁCLITO FORTES (DEM - PI) – Era exatamente isso. Eu sugeriria que fosse abrangente.

Era só isso, Srª Presidente.

A SRª PRESIDENTE (Jô Moraes. PCdoB - MG) – Não havendo quem queira discutir, encerro a discussão.

Em votação a matéria.

As Srªs e Srs. Parlamentares que concordam com o requerimento permaneçam como se encontram. *(Pausa.)*

Aprovado o requerimento do Senador Aloysio Nunes Ferreira.

Requerimento nº 3, de 2015.

Por se tratar de requerimento de minha autoria, solicito ao Senador Aloysio Nunes Ferreira, Presidente da Comissão, que assumo os trabalhos. *(Pausa.)*

O SR. PRESIDENTE (Aloysio Nunes Ferreira. Bloco Oposição/PSDB - SP) – Requerimento nº 3, de autoria da Deputada Jô Moraes, que requer, nos termos do art. 58, §2º, inciso II, da Constituição Federal, combinado com os arts. 3º e 6º da Resolução nº 2, do Congresso, que seja convidado o Exmº Sr. Ministro-Chefe do Gabinete de Segurança Institucional da Presidência da República para comparecer a esta Comissão com o objetivo de apresentar suas considerações sobre o Sistema Brasileiro de Inteligência.

Em discussão. *(Pausa.)*

Não havendo quem queira discutir, encerrada a discussão.

Em votação a matéria.

Os Parlamentares que concordam permaneçam como se encontram. *(Pausa.)*

Aprovado.

Mais um requerimento da Deputada Jô Moraes, que requer que seja aprovada a realização de visitas técnicas da Comissão a órgãos do Sistema Nacional de Inteligência que ela especifica: Agência Nacional de Inteligência, Departamento de Inteligência Estratégica do Ministério da Defesa, Centro de Inteligência da Marinha, Centro de Inteligência do Exército, Centro de Inteligência da Aeronáutica e Diretoria de Inteligência Policial do Departamento da Polícia Federal. Visitas a serem realizadas em datas a serem agendadas.

(Intervenção fora do microfone.)

O SR. PRESIDENTE (Aloysio Nunes Ferreira. Bloco Oposição/PSDB - SP) – Exatamente.

Em discussão. *(Pausa.)*

Não havendo quem queira discutir, em votação.

Os Parlamentares que concordam permaneçam como se encontram. *(Pausa.)*

Aprovado.

Requerimento também da Deputada Jô Moraes, que propõe a realização de audiência pública da Comissão para tratar das respectivas áreas de inteligência e de seus mecanismos de controle. Os convidados que ela especifica são os seguintes: Dr. Denilson Feitoza Pacheco, Procurador de Justiça do Ministério Público do Estado de Minas Gerais e Presidente da Associação Internacional para Estudos de Segurança e Inteligência, Dr. José Manuel Ugarte, Professor da Universidade de Buenos Aires e da Universidad Abierta Interamericana, especialista em controle de atividade de inteligência, e Dr. Joanisval Brito Gonçalves, Consultor Legislativo do Senado, especializado em inteligência e controle da atividade de inteligência, que está aqui presente.

Em discussão o requerimento. *(Pausa.)*

Encerrada a discussão.

Em votação.

Os Parlamentares que concordam permaneçam como se encontram. *(Pausa.)*

Está aprovado.

Eu devolvo a Presidência desta Comissão à Deputada Jô Moraes, que tem novos requerimentos para apresentar ao Plenário.

A SRª PRESIDENTE (Jô Moraes. PCdoB - MG) – Requerimento nº 6, de 2015, de Autoria do Senador Aloysio Nunes Ferreira, que requer, nos termos do art. 58, § 2º, incisos II e III, da Constituição Federal, combinado com os arts. 5º e 6º, da Resolução nº 2, de 2013, do Congresso Nacional, seja convocado o Ministro Chefe do Gabinete de Segurança Institucional da Presidência

da República e convidado o Diretor-Geral da Agência Brasileira de Inteligência para comparecerem à Comissão para tratar dos seguintes temas:

1 - a situação da Política Nacional de Inteligência, submetida a esta Comissão pelo Poder Executivo, nos termos do art. 5º, da Lei nº 9.883, de 7 de dezembro de 1999, e devolvida, em 2010, ao Poder Executivo, mas que, até o momento, não foi publicada pela Presidente da República; e

2 - a existência de relatórios de inteligência ou outros documentos no âmbito da ABIN ou do Sistema Brasileiro de Inteligência que façam referência à presença de militares ou agentes de inteligência cubanos entre os profissionais que vieram para o Brasil participar do Mais Médicos.

Eu queria apenas fazer uma consideração, se o Senador Aloysio permite, para transformar a convocação em convite, já que o General José Elito já se propôs, em data de referência, no dia 5 próximo, a comparecer a esta Comissão.

O SR. ALOYSIO NUNES FERREIRA (Bloco Oposição/PSDB - SP) – Estou plenamente de acordo, Presidente.

A SRª PRESIDENTE (Jô Moraes. PCdoB - MG) – Em discussão. *(Pausa.)*

Não havendo quem queira discutir, encerro a discussão.

Em votação a matéria, com a alteração de convocação para convite.

Os Srs. Parlamentares que concordam com o requerimento permaneçam como se encontram. *(Pausa.)*

Aprovado o requerimento.

Antes de encerrarmos os nossos trabalhos, proponho a aprovação da Ata desta reunião.

Os Srs. e as Srªs Parlamentares que concordam permaneçam como se encontram. *(Pausa.)*

A Ata está aprovada e convocamos uma reunião para o próximo dia 5, terça-feira, às 14h30, para escutarmos, já atendendo à deliberação desta Comissão, o General José Elito, creio, sim, englobando o conjunto dos requerimentos a ele referenciados. Em seguida, nós faríamos as questões relativas aos outros convidados. No dia 5 nós estaríamos com o General José Elito.

Em discussão.

O SR. HERÁCLITO FORTES (DEM - PI) – Presidente, existe aqui uma Resolução nº 2, na pauta. Do que se trata?

A SRª PRESIDENTE (Jô Moraes. PCdoB - MG) – Nós teríamos – e esta é uma questão que cabe a nós – de deliberar sobre os nomes dos servidores credenciados para participar...

O SR. HERÁCLITO FORTES (DEM - PI) – Não! Não! Não! Não é isso! É a Resolução nº 2. É o último item aí. "Do objetivo e das competências da Comissão Mista de Controle das Atividades de Inteligência".

A SRª PRESIDENTE (Jô Moraes. PCdoB - MG) – Essa Resolução era apenas como referência técnica caso...

O SR. HERÁCLITO FORTES (DEM - PI) – Ah, não é para...

A SRª PRESIDENTE (Jô Moraes. PCdoB - MG) – ... nós precisássemos fazer alguma consulta. E ele, inclusive, se refere a essa questão dos consultores.

O SR. HERÁCLITO FORTES (DEM - PI) – Está bom.

A SRª PRESIDENTE (Jô Moraes. PCdoB - MG) – Nada mais havendo a tratar, reafirmando a nossa reunião com o General José Elito, na próxima terça, às 14h30, para atender ao conjunto das informações solicitadas, encerro a presente reunião.

(Iniciada às 15 horas e 3 minutos, a reunião é encerrada às 15 horas e 14 minutos.)



SENADO FEDERAL
SECRETARIA-GERAL DA MESA
SECRETARIA DE COMISSÕES
COORDENAÇÃO DE COMISSÕES MISTAS

ATA DA 3ª. REUNIÃO DA COMISSÃO MISTA DE CONTROLE DAS ATIVIDADES DE INTELIGÊNCIA, DA 1ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 55ª LEGISLATURA, REALIZADA NO DIA 7 DE JULHO DE 2015, ÀS 14 HORAS E 30 MINUTOS, NO PLENÁRIO Nº 7, DA ALA SENADOR ALEXANDRE COSTA, NO ANEXO II DO SENADO FEDERAL.

Às quinze horas e dezenove minutos do dia cinco de maio de dois mil e quinze, no Plenário número sete da Ala Senador Alexandre Costa, sob a Presidência da Senhora Deputada Jô Moraes, reúne-se a Comissão Mista de Controle das Atividades de Inteligência (CCAI), com a presença dos Senadores Aloysio Nunes Ferreira, e Marta Suplicy; e dos Deputados Benito Gama, Luiz Carlos Hauly e Pastor Eurico, este último como Vice-Líder da Minoria na Câmara dos Deputados em substituição ao Deputado Bruno Araújo. Deixam de comparecer os demais membros. Antes de iniciar os trabalhos, é aprovado requerimento da Deputada Jô Moraes solicitando que, conforme dispõe o art. 22 da Resolução nº 2, de 2013, do Congresso Nacional, a 3ª reunião da CCAI seja pública, e não secreta. Havendo número regimental, a Presidente declara aberta a reunião, destinada à aprovação de requerimentos, e faz um comunicado sobre as atividades da comissão no segundo semestre de 2015, informando que a comissão realizará suas reuniões ordinárias às primeiras terças-feiras do mês. Por serem os RAIs de nº 8 a 11 de autoria da Deputada Jô Moraes, esta passa a Presidência para o Deputado Benito Gama, que, colocando-os em votação, os aprova. No caso do RAI nº 9, a aprovação é feita com aditamento de que a reunião em que ocorrer a referida audiência seja pública. A Presidência passa para a Deputada Jô Moraes. Usam da palavra os Deputados Pastor Eurico e Benito Gama. Nada mais havendo a tratar, encerra-se a Reunião às quinze horas e cinquenta minutos, lavrando eu, Marcos Machado Melo, Secretário da Comissão, a presente Ata, que, lida e aprovada, será assinada pela Senhora Presidente, Deputada Jô Moraes, e publicada no Diário do Senado Federal, juntamente com o registro das notas taquigráficas.

Deputada JÔ MORAES
Presidente

A SRª PRESIDENTE (Jô Moraes. PCdoB - MG) – Bom dia a todos e todas.

Há requerimento sobre a mesa, de minha autoria, solicitando que a presente reunião seja aberta, nos termos do §2º do art. 22 da Resolução nº 2, de 2013, do Congresso Nacional.

Eu solicitaria ao Deputado Benito Gama que pudesse assumir a Presidência.

O SR. PRESIDENTE (Benito Gama. PTB - BA) – Há requerimento solicitando que a reunião seja aberta, e não secreta, como prevê o Regimento.

Em discussão o requerimento. *(Pausa.)*

Não havendo quem queira discutir, encerrada a discussão.

Em votação.

Os Deputados e Senadores que aprovam permaneçam como se encontram. *(Pausa.)*

Aprovado.

A reunião será aberta.

Sobre a mesa, os Requerimentos nºs: 8, de 2015; 9, de 2015; 10, de 2015; e 11, de 2015.

A SRª PRESIDENTE (Jô Moraes. PCdoB - MG) – Deputado Benito, antes de apreciá-los, eu gostaria apenas de formalizar a reunião.

Havendo número regimental, declaro aberta a 3ª Reunião da Comissão Mista de Controle das Atividades de Inteligência.

Nós estamos estabelecendo uma dinâmica em que predominem as reuniões abertas, já que o Regimento sempre prevê reuniões fechadas, mas nós consideramos que os temas a serem apreciados podem sê-lo com a presença de todas e de todos os interessados.

Antes de iniciarmos os nossos trabalhos, a Presidência deseja fazer um comunicado sobre as atividades da Comissão no segundo semestre de 2014.

A Comissão realizará suas reuniões ordinárias de 2015 nas primeiras terças-feiras do mês, às 14h30, sendo as datas a serem definidas.

Há uma ponderação do Deputado Haully de que é possível que a coincidência desse horário de 14h30 nos leve a apreciar a possibilidade de realizar as reuniões às 11 horas das primeiras terças-feiras de cada mês. Nós vamos fazer uma conferência com cada membro da CCAI, os seis Deputados e Deputadas e os seis Senadores e Senadoras, para provavelmente adequar o horário para 11 horas, para não coincidir, como está coincidindo hoje, com várias atividades dos Parlamentares.

O Senador Aloysio Nunes Ferreira esteve presente, mas justificou a saída: está sendo realizado um debate sobre reforma política. O Deputado Haully também esteve aqui presente e informou a dificuldade de aqui estar, porque está sendo realizado um debate onde ele tem um requerimento a ser defendido.

Por isso, Deputado Benito, Deputado Pastor Eurico, que aqui representa a Liderança da Minoria, e Deputado Bruno Araújo, nós devemos verificar e adequar essas condições.

A proposta é a seguinte: 7 de julho, hoje; 4 de agosto; 8 de setembro; 6 de outubro; 3 de novembro; e 1º de dezembro. Eventualmente, de acordo com as necessidades que surgirem, a Comissão poderá se reunir em outro dia e horário previamente estabelecidos, em consonância com as preocupações dos seus membros.

Visitas aos órgãos técnicos de inteligência.

Nós já estivemos na Agência Brasileira de Inteligência, em uma visita técnica de muita relevância, onde estiveram presentes o Senador Aloysio Nunes, a Senadora Marta, o Deputado Benito, o Deputado Subtenente Gonzaga e nossa assessoria.

Estivemos também com a Inteligência da Marinha. Estamos prevendo a visita ao setor de inteligência do Exército e, depois, da Aeronáutica, em coordenação com o Centro de Inteligência do Ministério da Defesa. Temos a previsão de ir ao Centro de Inteligência do Exército, ao Centro de Inteligência da Aeronáutica e à Diretoria de Inteligência Policial do Departamento da Polícia Federal.

Essas visitas serão antecedidas da discussão com o Departamento de Inteligência Estratégica do Ministério da Defesa, que nos acompanhará.

A outra atividade será a realização de seminário sobre a atividade de inteligência no Estado democrático, no segundo semestre, com a presença mais articulada das diferentes instituições governamentais, mas incluindo aí também o debate com os setores de inteligência da iniciativa privada para que, com a sua experiência operacional, possamos construir um projeto ousado, claro e transparente para que a sociedade compreenda a importância desse setor.

Também em data a ser definida, a CCAI, juntamente com as Comissões de Relações Exteriores e Defesa Nacional da Câmara dos Deputados e do Senado Federal, realizará um seminário, uma audiência pública acerca da preparação para os grandes eventos – um balanço da atividade realizada anteriormente à Copa do Mundo, à Copa das Confederações, à vinda do Papa, mas também uma perspectiva de organização, de como o Brasil está se preparando para as Olimpíadas e Paralimpíadas de 2016.

Esse debate passa a ter uma importância grande porque nós estamos vivendo no mundo momentos de tensões maiores. E o debate sobre a questão do terrorismo está exigindo a articulação de todas as inteligências do mundo, sobretudo as dos países que terão suas representações aqui, como também um esforço de conhecimento da sociedade dos possíveis riscos, com toda certeza, preveníveis que a atividade de grandes eventos pode apresentar.

Na próxima terça-feira, dia 14, se realizará uma audiência pública para debater a legislação de inteligência a ser estruturada a partir da atividade das nossas Casas. Uma série de projetos em torno dessa questão está tramitando, e a audiência pública a ser realizada na próxima terça-feira neste mesmo horário, sem dúvida nenhuma, pode dar uma contribuição importante.

Feita esta comunicação, passamos à pauta previamente definida.

A presente reunião tem por objetivo a apreciação de requerimentos de realização de audiência pública e seminário, bem como de requerimento de solicitação de relatório ao Gabinete da Segurança Institucional da Presidência da República.

Por se tratar de requerimento de minha autoria, solicito ao Senador, atual Deputado Benito Gama – futuro Senador, mas hoje, temporariamente, Deputado, já que a próxima eleição pode conduzi-lo a esta Casa –, para ler o requerimento.

O SR. PRESIDENTE (Benito Gama. PTB - BA) – Obrigado, Srª Presidente.

Sobre a mesa, o Requerimento nº 8, de autoria da Deputada Jô Moraes.

ITEM 1

REQUERIMENTO DA COMISSÃO DE ATIVIDADES DE INTELIGÊNCIA Nº 8, de 2015

- Não terminativo -

Requer, nos termos do art. 58, § 2º, da Constituição Federal, combinado com o art. 6º, da Resolução nº 2, de 2013-CN (Regimento Interno da Comissão Mista de Controle das Atividades de Inteligência – CCAI), seja realizado, sob os auspícios da Comissão Mista de Controle das Atividades de Inteligência, o Seminário Internacional intitulado ATIVIDADE DE INTELIGÊNCIA NO ESTADO DEMOCRÁTICO, para tratar de tema essencial para o regime democrático e as atribuições do Poder Legislativo.

Autoria: Deputada Jô Moraes

Relatoria:

Relatório: Pronto para deliberação

Observações:

Em discussão o requerimento.

Pastor Eurico, alguma observação?

Srª Presidente Jô, e o período? A senhora não quer definir logo agora?

A SRª JÔ MORAES (PCdoB - MG) – A sugestão, Presidente Benito Gama, é a de que nós possamos construir com a Comissão de Relações Exteriores do Senado e com a Creden uma data que possibilite a vinda de todos os setores envolvidos na inteligência. Nós indicamos provavelmente o mês de novembro para dar uma preparação, mas ainda não é possível por conta das agendas que têm de ser apreciadas mais proximamente.

O SR. PRESIDENTE (Benito Gama. PTB - BA) – Para poder deixar para o segundo semestre deste ano, até para não ficar em aberto.

O.k.?

Então, é só um aditivo ao requerimento da própria Deputada, para o segundo semestre.

Assim, não havendo mais quem queira discutir, coloco em votação.

As Srªs e os Srs. Parlamentares que o aprovam permaneçam como se encontram. (Pausa.)

Aprovado.

ITEM 2

REQUERIMENTO DA COMISSÃO DE ATIVIDADES DE INTELIGÊNCIA Nº 9, de 2015

- Não terminativo -

Requer, nos termos do art. 58, § 2º, inciso II, da Constituição Federal, combinado com o art. 6º, da Resolução nº 2, de 2013-CN (Regimento Interno da Comissão Mista de Controle das Atividades de Inteligência – CCAI), e com o art. 90, inciso II, do Regimento Interno do Senado Federal, a realização de AUDIÊNCIA PÚBLICA da Comissão Mista de Controle das Atividades de Inteligência para tratar dos seguintes temas: 1) Balanço da atuação da inteligência nos grandes eventos realizados no Brasil nos últimos anos, em especial os Jogos Mundiais Militares, a Copa das Confederações, a Jornada Mundial da Juventude e a Copa do Mundo de Futebol; 2) O papel da inteligência na segurança dos Jogos Olímpicos e Paralímpicos de 2016, com os convidados que especifica.

Autoria: Deputada Jô Moraes.

Em discussão, o requerimento.

A SRª JÔ MORAES (PCdoB - MG) – Sr. Presidente, apenas para dizer que essa audiência pública, até pela sua natureza, deverá ser aberta, porque a sociedade brasileira está sempre atenta a esses problemas, e acredito que interessa a nós e à Casa como um todo que essa audiência, bem como o seminário, sejam abertos.

A SRª PRESIDENTE (Jô Moraes. PCdoB - MG) – Então, que se inclua, no requerimento, que a audiência será pública em reunião aberta.

A SRª JÔ MORAES (PCdoB - MG) – Isso. O.k.

A SRª PRESIDENTE (Jô Moraes. PCdoB - MG) – Então, não precisa aprovar na reunião que será...

A SRª JÔ MORAES (PCdoB - MG) – Não precisa, porque já está aprovado.

A SRª PRESIDENTE (Jô Moraes. PCdoB - MG) – Então, é só aditar ao requerimento de V. Exª.

Encerrada a discussão, coloco em votação.

As Sras e os Srs., Parlamentares que o aprovam permaneçam como...

O SR. PASTOR EURICO (PSB - PE) – Sr. Presidente, veja só, a título de sugestão... Na verdade, não existiram incidentes, principalmente nos grandes eventos que ocorreram no passado. As mobilizações que aconteceram, ao que me parece, não chegaram a causar nenhum problema. Assim, não sei se seria oportuno pensarmos também do ponto de vista daqueles que aqui participaram. Houve países que vieram para cá com muita preocupação com relação à questão da segurança aqui.

Assim, antes de fazer a colocação, a minha pergunta é a seguinte: como não houve incidentes, mas houve preocupações, nós tivemos algum *feedback* externo sobre como é que eles viram essa segurança? Porque uma coisa é a gente falar a partir da nossa visão interna; mas externamente, de lá para cá, teríamos como saber como foi feita essa análise da segurança do Brasil?

Então, não sei se caberia aqui também alguma coisa nesse sentido.

O SR. PRESIDENTE (Benito Gama. PTB - BA) – Deputado, para esse seu questionamento até há resposta, naturalmente, mas nós ficamos impossibilitados de falar em função do sigilo que assinamos na época das reuniões aqui da CCAI.

Então, depois, internamente, nós poderemos conversar sobre isso.

O SR. PASTOR EURICO (PSB - PE) – O.k.

O SR. PRESIDENTE (Benito Gama. PTB - BA) – Como a reunião é aberta, nós não podemos deixar claro.

Mais alguma informação?

O SR. PASTOR EURICO (PSB - PE) – Não, não. Sou pela aprovação.

O SR. PRESIDENTE (Benito Gama. PTB - BA) – Então, encerrada a discussão, coloco em votação.

As Sras e os Srs. Parlamentares que o aprovam permaneçam como se encontram. (Pausa.)

Aprovado o requerimento com o aditamento sugerido pela Deputada Jô Moraes.

ITEM 3

REQUERIMENTO DA COMISSÃO DE ATIVIDADES DE INTELIGÊNCIA Nº 10, de 2015

- Não terminativo -

Requer, nos termos do art. 58, § 2º, inciso II, da Constituição Federal, combinado com o art. 6º da Resolução nº 2, de 2013-CN (Regimento Interno da Comissão Mista de Controle das Atividades de Inteligência

– CCAI), e com o art. 90, inciso II, do Regimento Interno do Senado Federal, que o tema da audiência pública aprovada na forma do Requerimento nº 5, de 2015, desta Comissão, seja alterado para REFORMA DA LEGISLAÇÃO BRASILEIRA DE INTELIGÊNCIA, solicitando, ainda, a inclusão, como convidado, de um representante da Agência Brasileira de Inteligência. Requer, ainda, que a presente audiência pública seja aberta.

Autoria: Deputada Jô Moraes.

Em discussão o requerimento.

Concedo a palavra à Deputada Jô Mares para que esclareça essa...

A SRª JÔ MORAES (PCdoB - MG) – Sr. Presidente, nós aprovamos um requerimento, Deputado Benito, quando ainda das primeiras reuniões desta Comissão no sentido de discutir a questão da inteligência de uma forma mais aberta, do papel, da importância e de como se encontrava. Nós estamos carecendo de debater uma legislação.

A regulamentação da atividade de inteligência passa, necessariamente, por exemplo, como aqui levantado, por como você constitucionaliza a atividade de inteligência. É preciso alterar as competências da Agência Brasileira de Inteligência, de modo a permitir que ela peça a quebra de sigilo, já que ela não tem hoje a competência para tanto, em determinados casos, a ser destinado à autoridade judicial. Nós podemos penalizar aqueles que, sob sigilo da atividade de inteligência, quebram esses sigilos?

Então, há uma série de questões que tanto a Abin como outros especialistas colocaram como sendo necessário regulamentar, normatizar. Já não é mais importante discutir a atividade de inteligência no geral; nós precisamos estabelecer procedimentos e regulamentações.

Por isso, nós focamos: vamos debater a legislação referente à atividade de inteligência necessária a ser construída no Congresso Nacional. Por isso, houve alteração do teor do requerimento, embora se mantenham os convidados, com a inclusão de uma representação da Agência Brasileira de Inteligência, que, por meio da sua consultoria jurídica, deve ter propostas além das inúmeras que estão tramitando na Casa.

Era isso, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Benito Gama. PTB - BA) – Obrigado, Deputada Jô.

Só para informe – não é informação –, essa questão de constitucionalizar a quebra do sigilo bancário como um poder da Comissão existia em várias CPIs mistas – nas CPIs em geral, mas nas CPIs mistas principalmente –, onde o poder de justiça era exercido plenamente pela comissão.

E o Supremo julgou uma consulta que lhe foi dirigida nesse sentido, retirando das CPIs o poder de quebrar sigilo bancário e outras atividades inerentes aos Poder Judiciário. Claro que considerando cláusula pétrea, mas isso não atrapalha em nada que a gente reabra essa discussão.

Mas era só para lembrar isso, pois as CPIs tinham, realmente, o poder de justiça pleno; porém, depois de uma CPI, não me lembro de qual, houve uma consulta ao Supremo, que, por maioria, decidiu que, sendo cláusula pétrea, o poder de quebrar os sigilos fiscal, telefônico etc. seria do Supremo. Mas não há aqui nada que entre em choque com o requerimento de V. Exª.

Pastor Eurico, em discussão. (Pausa.)

Não havendo mais quem queira discutir, encerrada a discussão.

Em votação.

As Srªs e os Srs. Parlamentares que o aprovam permaneçam como se encontram. (Pausa.)

Aprovado.

ITEM 4

REQUERIMENTO DA COMISSÃO DE ATIVIDADES DE INTELIGÊNCIA Nº 11, de 2015

- Não terminativo -

Requer, nos termo do inciso I, do § 1º, do art. 10 da Resolução nº 02, de 2013-CN, que permite que a Comissão Mista de Controle das Atividades de Inteligência solicitar a Mesa do Senado Federal que se requeira à autoridade competente relatórios que especificar, que seja requerido perante o Ministro do Gabinete de

Segurança Institucional, General José Elito, relatório sobre as atividades de inteligência e contrainteligência desenvolvidas pelo respectivo órgão ou entidade do SISBIN.

Autoria: Deputada Jô Moraes.

Em discussão, o requerimento.

A SRª JÔ MORAES (PCdoB - MG) – Para discutir, Sr. Presidente.

Apenas para ressaltar que, quando da legislação que orientou o papel e as funções da Comissão de Controle das Atividades de Inteligência, uma das questões estabelecidas era que, semestralmente ou regularmente, a gente solicitaria um relatório sobre as atividades de inteligência aos órgãos competentes, para que nós pudéssemos exercer plenamente o controle dessas atividades de inteligência.

Esse é o cumprimento de normas estabelecidas na resolução.

O SR. PRESIDENTE (Benito Gama. PTB - BA) – Em discussão. *(Pausa.)*

Não havendo mais inscritos, encerrada a discussão.

Em votação.

As Sras e os Srs. Parlamentares que o aprovam permaneçam como se encontram. *(Pausa.)*

Aprovado.

Srª Presidente, a senhora – como líder, continua com grande prestígio na Casa – aprovou todos os seus requerimentos.

Devolvo a Presidência dos trabalhos à Deputada Jô Moraes, para dar continuidade à discussão dos temas desta reunião.

A SRª PRESIDENTE (Jô Moraes. PCdoB - MG) – Antes de encerrarmos os nossos trabalhos, proponho a aprovação da ata desta reunião.

As Sras e os Srs. Parlamentares que a aprovam permaneçam como se encontram. *(Pausa.)*

A ata está aprovada.

Queria agradecer a presença dos senhores e dizer que este é um tema, Deputado Benito, Deputado Pastor Eurico, difícil para a sociedade e para a Casa entenderem, no aspecto da sua emergência e da sua importância.

Nós, na solenidade de comemoração dos 239 anos da independência dos Estados Unidos, onde V. Exª compareceu, contávamos com a presença não só do Diretor da Abin, como também do diretor da inteligência americana, do diretor da área de inteligência da Inglaterra, bem como da Alemanha, diretores esses que participam dessa articulação e dessa cooperação internacional, num mundo cheio de complicações e de desafios.

Acabei de comparecer a um evento na França onde nós tivemos a oportunidade de assistir ao pronunciamento do Ministro da Defesa, que o fez duramente – e isso antes dos últimos atentados –, dizendo: "O horizonte está sombrio; uma multiplicidade de conflitos ameaçam o nosso país". Parecia uma premonição. E ele alertava que era preciso reforçar não só a atividade de defesa como também a atividade de inteligência naquele país.

Nós vivemos em um país mais tranquilo, com uma convivência pacífica, o que é importante para a construção da história do Brasil, mas nós não podemos subestimar que existe um mundo em conflito e que as nossas fronteiras não são fechadas para todo e qualquer, muitas vezes até, lobo solitário que possa exercer alguma atividade que nos ameace.

Por isso, a sociedade tem que entender; por isso que considero que a presença de V. Exªs aqui demonstra a consciência clara que têm de que a defesa do Brasil está nas mãos do Congresso, nas mãos da sociedade e nas mãos dos que querem manter a sua soberania.

(Intervenção fora do microfone.)

A SRª PRESIDENTE (Jô Moraes. PCdoB - MG) – Antes de concluir, o Senador Aloysio Nunes, nosso Vice-Presidente, solicitou que desse conhecimento à Comissão da resposta que foi dada ao requerimento de S. Exª, de informações sobre o Plano Nacional de Inteligência.

Ao cumprimentá-la cordialmente, informo que, através do Requerimento nº 189, solicitei informações ao Sr. Ministro-Chefe da Casa Civil da Presidência da República acerca do andamento da Política Nacional de Inteligência.

O Congresso Nacional recebeu, através da Mensagem nº 198/2009, o texto da proposta, e, após tramitação expedita, foi encaminhada a Mensagem nº 24, de 2010, à Presidência da República com as sugestões do Poder Legislativo à referida política.

Destaco que a Mensagem deu entrada no Congresso Nacional dia 14 de dezembro de 2009, às vésperas do recesso constitucional do Parlamento, e foi analisada e devolvida pela Comissão de Controle das Atividades de Inteligência no dia 9 de junho de 2010, portanto, seis meses após o recebimento.

Cumpridas as formalidades processuais decorrentes da necessidade do rito do processo legislativo, a matéria foi encaminhada para a Casa Civil em 23 de novembro de 2010.

Em resposta ao requerimento, foi encaminhado ao Senado Federal o Ofício nº 0013911, assinado pelo Ministro-Chefe do Gabinete de Segurança Institucional, José Elito Carvalho Siqueira, dando conta de que a matéria se encontra na Casa Civil da Presidência da República aguardando sanção presidencial.

Portanto, passados quatro anos e meio de aprovação da matéria no Congresso Nacional, a Política Nacional de Inteligência está dormindo nos escaninhos burocráticos do Governo, o que demonstra o tom da preocupação e importância que a Presidência da República dispensa à relevante política pública nacional.

Com as expressões do meu apreço, atenciosamente,
Senador Aloysio Nunes Ferreira.

Era este o comunicado que o Senador pediu que se fizesse aqui.

O SR. BENITO GAMA (PTB - BA) – Pela ordem, Srª Presidente.

A SRª PRESIDENTE (Jô Moraes. PCdoB - MG) – Com a palavra, pela ordem, o Deputado Benito Gama.

O SR. BENITO GAMA (PTB - BA) – Srª Presidente, esse requerimento do Senador Aloysio, nosso Vice-Presidente, coincide com um dos conteúdos da nossa reunião na Abin, ocasião em que V. Exª estava presente – e ele também estava –, com relação à questão da estrutura da Abin, especialmente com relação a pessoal.

Naquele momento, lá, nós discutimos algumas coisas. Existe autorização para a admissão de pessoal na Abin, em todos os níveis, mas não existe ainda a autorização administrativa para a realização de concursos e as admissões necessárias. E, nesta semana, foi autorizado, ao que parece – é também um informe, não uma informação, para usar uma expressão –, que o TSE aumentasse em quase duas mil vagas os quadros dos tribunais eleitorais de todo o Brasil.

Então, eu queria colocar isso aqui em discussão, a fim de que nós também fôssemos ao Ministério do Planejamento para cuidar exatamente do que há lá a respeito, porque, com essa resposta ao Senador Aloysio Nunes, vê-se que não é por vontade própria que as coisas estão demorando a serem reformadas; é porque é preciso agilidade também para que as pessoas andem.

Então, eu queria apenas deixar esse apelo para que V. Exª combinasse uma reunião desta nossa Comissão Mista com o Ministro do Planejamento, para que nós deixássemos isso registrado lá.

Está autorizado, mas, enquanto não se autoriza isso... Aumenta a Sudene, aumenta a Sudam, aumenta TREs, enfim, e uma atividade fundamental para a gestão do nosso País está com essa complicação.

Era apenas uma observação; não é uma reclamação.

A SRª PRESIDENTE (Jô Moraes. PCdoB - MG) – Eu acho que, mais do que uma observação, a sua colocação poderia ser considerada como uma proposta de requerimento apresentada a esta Casa, isto é, de uma ida desta Comissão ao Ministério do Planejamento para ressaltar, insistir, destacar a importância da liberação do concurso público para a Agência Brasileira de Inteligência, que, sem dúvida nenhuma,

mais do que qualquer outro órgão, precisa da realização desse concurso público, já que o último foi feito em 2008.

Então, eu aproveito a oportunidade da proposta de V. Exª para que a gente possa aprovar como um indicativo a visita da Comissão e a solicitação ao Ministério do Planejamento desta audiência.

O SR. BENITO GAMA (PTB - BA) – Obrigado, Srª Presidente. Gostaria, então, de transformar essa minha ponderação em um requerimento para que V. Exª o submeta a votos.

Muito obrigado.

A SRª PRESIDENTE (Jô Moraes. PCdoB - MG) – Em discussão.

O SR. BENITO GAMA (PTB - BA) – Eu pediria ao Deputado Eurico para subscrever o requerimento.

O SR. PASTOR EURICO (PSB - PE) – Srª Presidente, apenas uma informação regimental: é permitido pelo Regimento um requerimento dessa forma, oral?

O SR. BENITO GAMA (PTB - BA) – Na Comissão... Perdão; é a Srª Presidente que deve responder.

Desculpem.

A SRª PRESIDENTE (Jô Moraes. PCdoB - MG) – O que nós estabelecendo não é um requerimento formal, mas a indicação de que a Comissão vá ao Ministério do Planejamento para essa audiência.

Para a nossa ida lá, não é preciso uma aprovação por escrito do requerimento. É para constituir a indicação como algo aprovado.

O SR. BENITO GAMA (PTB - BA) – Se for um acordo...

O SR. PASTOR EURICO (PSB - PE) – O.k.

O SR. BENITO GAMA (PTB - BA) – Porque, na Comissão permanente, precisa haver maioria absoluta para fazer um requerimento extraordinário; porém, neste caso aqui, a nossa maioria absoluta é de quatro votos. E nós...

(Intervenção fora do microfone.)

O SR. BENITO GAMA (PTB - BA) – Sim, presentes não há, Então, se pedir verificação de quórum, cai o requerimento.

De qualquer forma, posso transformar isso em indicativo. O importante é que se vá.

Eu agradeço se V. Exª...

O SR. PASTOR EURICO (PSB - PE) – Eu subscrevo, claro. Em nome do Presidente Bruno, subscreveremos para...

O SR. BENITO GAMA (PTB - BA) – Para transformar em requerimento.

O SR. PASTOR EURICO (PSB - PE) – ... transformar em requerimento. Isso é importante!

A SRª PRESIDENTE (Jô Moraes. PCdoB - MG) – Isso nós já aprovamos...

O SR. BENITO GAMA (PTB - BA) – Fica melhor o requerimento, não é?

A SRª PRESIDENTE (Jô Moraes. PCdoB - MG) – ... como indicativo. Contudo, até o prazo da assinatura do requerimento, nós consideramos aprovada a indicação.

O SR. BENITO GAMA (PTB - BA) – Presidente, V. Exª coloca bem. Eu gostaria de colocar como requerimento. Se não houver tempo para hoje, seria para a próxima reunião. Mas eu acho que o requerimento dá para ser, pois há acordo.

O SR. PASTOR EURICO (PSB - PE) – Eu acho que dá tempo, porque, na próxima semana...

O SR. BENITO GAMA (PTB - BA) – Há um acordo. E ressalto isso porque o requerimento tem uma força maior que o indicativo. Então, nós vamos entregar ao Ministro como requerimento da Comissão.

A SRª PRESIDENTE (Jô Moraes. PCdoB - MG) – O Pastor Eurico está lembrando que, na próxima semana, haverá uma reunião extraordinária para a realização de audiência pública. E aproveito...

(Intervenção fora do microfone.)

A SRª PRESIDENTE (Jô Moraes. PCdoB - MG) – Nós aprovamos. Independentemente de qualquer coisa, já está aprovada a indicação para a ida ao Ministério do Planejamento.

O SR. BENITO GAMA (PTB - BA) – Certo, mas a aprovação está sendo exatamente verbal. Se vai se transformar em requerimento, ele teria que passar na reunião deliberativa. Não é isso?

A SRª PRESIDENTE (Jô Moraes. PCdoB - MG) – Isso.

O SR. BENITO GAMA (PTB - BA) – Só que a próxima reunião será uma audiência pública.

A SRª PRESIDENTE (Jô Moraes. PCdoB - MG) – Havendo quórum, poderá ser apreciado o requerimento antes da abertura da audiência pública.

O SR. BENITO GAMA (PTB - BA) – O.k.

A SRª PRESIDENTE (Jô Moraes. PCdoB - MG) – O.k.?

O SR. BENITO GAMA (PTB - BA) – Está certo. Obrigado, Srª Presidente.

O SR. PRESIDENTE (João Arruda. PMDB - PR) – Nada mais havendo a tratar, declaro encerrada a presente reunião.

(Iniciada às 15 horas e 21 minutos, a reunião é encerrada às 15 horas e 49 minutos.)



SENADO FEDERAL
SECRETARIA-GERAL DA MESA
SECRETARIA DE COMISSÕES
COORDENAÇÃO DE COMISSÕES MISTAS

ATA DA 4ª. REUNIÃO DA COMISSÃO MISTA DE CONTROLE DAS ATIVIDADES DE INTELIGÊNCIA, DA 1ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 55ª LEGISLATURA, REALIZADA NO DIA 14 DE JULHO DE 2015, ÀS 14 HORAS E 30 MINUTOS, NO PLENÁRIO Nº 15, DA ALA SENADOR ALEXANDRE COSTA, NO ANEXO II DO SENADO FEDERAL.

Às quatorze horas e cinquenta e quatro minutos do dia quatorze de julho de dois mil e quinze, no Plenário número quinze da Ala Senador Alexandre Costa, sob a Presidência da Senhora Deputada Jô Moraes, reúne-se a Comissão Mista de Controle das Atividades de Inteligência (CCAI), com a presença do Senador Aloysio Nunes Ferreira; e dos Deputados Luiz Carlos Hauly e Pastor Eurico, este último como Vice-Líder da Minoria na Câmara dos Deputados em substituição ao Deputado Bruno Araújo. Deixam de comparecer os demais membros. Antes de iniciar os trabalhos, a Presidência informa que, conforme dispõe o art. 22, §2º, da Resolução nº 2, de 2013, do Congresso Nacional, bem como o requerimento da comissão nº 10, aprovado na reunião anterior, a quarta reunião da CCAI será pública. Em seguida a Presidência declara aberta a quarta reunião da CCAI, destinada à Audiência dos seguintes convidados: Senhor Edmar Furquim Cabral de Vasconcellos Junior – Oficial de Inteligência da Agência Brasileira de Inteligência; Senhor Denilson Feitoza Pacheco – Presidente da Associação Internacional para Estudos de Segurança e Inteligência, e Procurador do Ministério Público do Estado de Minas Gerais; e Senhor Joanisval Brito Gonçalves – Consultor Legislativo do Senado Federal Especializado em Inteligência e Controle de Atividade de Inteligência. Após audiência, a Presidente passa a palavra para os parlamentares inscritos. Usam da palavra os Deputados Luiz Carlos Hauly e Pastor Eurico. Nada mais havendo a tratar, encerra-se a Reunião às dezessete horas e onze minutos, lavrando eu, Marcos Machado Melo, Secretário da Comissão, a presente Ata, que, lida e aprovada, será assinada pela Senhora Presidente, Deputada Jô Moraes, e publicada no Diário do Senado Federal, juntamente com a íntegra das notas taquigráficas

Deputada JÔ MORAES
Presidente

A SRª PRESIDENTE (Jô Moraes. PCdoB - MG) – Boa tarde a todos se a todas, é evidente que os Céus conspiraram a favor, mas o deslocamento no interior do aeroporto atrasou. Nós estivemos hoje na abertura do V Fórum Empresarial do Mercosul, que estava se realizando

em Belo Horizonte, pela manhã. Um acontecimento importante pelos desafios que se apresentam nas nossas relações no interior do Bloco, mas muito concorrido e com uma adesão dos países membros muito forte. Por isso que eu tive que fazer um atraso. Também vivendo na Casa, hoje, uma acumulação de agenda.

A Comissão de Relações Exteriores do Senado, através do seu Presidente, que já esteve aqui, o Senador Aloysio Nunes, informou que está realizando uma reunião; a Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional da Câmara está, também, realizando uma audiência pública neste momento, acumulando com a demanda das duas comissões.

Qual é a nossa ideia de não alterar a agenda, mesmo nesta última semana do período legislativo? Se nós não cumprirmos o cronograma estabelecido para o funcionamento da Comissão de Controle da Atividade de Inteligência nós não avançaremos. Nós estabelecemos uma dinâmica em que, mensalmente, se realizarão sessões ordinárias. Estamos na programação desta audiência pública, de uma audiência pública no segundo semestre, que vai debater a preparação da Inteligência para os grandes eventos que se realizarão no próximo ano, com um balanço do que já se realizaram e um seminário que nós estamos querendo que tenha um caráter internacional para debater a política de Inteligência.

Por isso pedimos desculpas pelo atraso.

Antes de iniciarmos os nossos trabalhos, informo que a presente reunião será pública, respeitando o que dispõe o art. 22, §2º da Resolução nº 2, de 2013, do Congresso Nacional, bem como o requerimento da Comissão nº 10, aprovado na reunião anterior.

Havendo numero regimental, declaro aberta a 4ª reunião da Comissão Mista de Controle das Atividades de Inteligência. Esta reunião será realizada em caráter interativo. Ou seja, com a possibilidade de participação popular. Dessa forma, os cidadãos e cidadãs que queiram encaminhar comentários ou perguntas podem fazê-lo por meio do Portal e-Cidadania, no endereço www.senado.leg.br/ecidadania, ou ligando para o número 0800-612211.

A presente reunião tem por objetivo, em atendimento aos Requerimentos nºs 5 e 10, de 2015, desse colegiado, a realização de audiência pública com o objetivo de debater a reforma da legislação brasileira sobre Inteligência.

Participarão como convidados a quem já chamo para tomar assento à Mesa, os Srs. Edmar Furquim Cabral de Vasconcelos Júnior, oficial de Inteligência da Agência Brasileira de Inteligência; Denilson Feitosa Pacheco, Presidente da Associação Internacional para Estudos de Segurança e Inteligência e Procurador do Ministério Público do Estado de Minas Gerais; e Joanesval Brito Gonçalves, Consultor Legislativo do Senado Federal, especializado em Inteligência e Controle de Atividade de Inteligência.

O Sr. Manuel Ugarte, Professor da Universidade de Buenos Aires, comunicou que, em virtude de compromissos previamente agendados, não poderia participar da presente reunião.

Informo que, de acordo com o art. 94, §§2º e 3º, do Regimento Interno do Senado Federal, combinado como art. 236, do Regimento Interno da Câmara dos Deputados, a Presidência adotará as seguintes normas: os expositores farão suas exposições por até 20 minutos e, em seguida, abriremos a fase de interpelação pelos Srs. Parlamentares inscritos.

A palavra aos Srs. Parlamentares será concedida na ordem de inscrição. Podemos seguir a ordem.

Sr. Edmar Furquim com a palavra.

O SR. EDMAR FURQUIM CABRAL DE VASCONCELLOS JUNIOR – Obrigado. Bom dia a todos. É um prazer estar aqui, Deputada. Hoje é um dia especial para mim, pelo menos, na Abin, porque hoje, dia 14 de julho, há exatos 20 anos, em 1995, a primeira turma de concursados da Abin encerrou o curso de formação e nós começamos a atuar na atividade de Inteligência.

Ao longo desses 20 anos, o Brasil mudou muito. Houve uma grande inserção do Brasil em nível mundial, em nível econômico. Em várias instâncias, o Brasil passou a ter uma

presença mais destacada no cenário mundial em vários aspectos. Nesse aspecto, a atividade de Inteligência tem um papel relevante no País. É necessário que o Brasil tenha um serviço de Inteligência à altura dessas demandas, que o País hoje praticamente exige da atividade de Inteligência.

Então, por favor, se puder exibir.

Como eu disse, são alguns exemplos, a inserção do Brasil no cenário internacional em instâncias multilaterais, na dimensão econômica junto aos BRICS.

Pode passar o eslaide, por gentileza.

Na área comercial, o Brasil passa a ser um grande exportador de commodities, no campo político militar, a pretensão do Brasil em participar do Conselho de Segurança da ONU e, regionalmente, também aqui na América do Sul, o Brasil tem tido uma posição de destaque e, às vezes, a posição brasileira contrasta, como está dito, com alguns atos isolados de base ideológica, muitas vezes, demagógica, e que, enfim, o Governo brasileiro tem que estar acompanhando esses eventos na América do Sul, especialmente.

Logo a seguir, como um marco da atividade de Inteligência. Nós tivemos, em 1999, a criação da Abin, do Sistema Brasileiro de Inteligência, que foi um grande marco para todos nós. Pela primeira vez, tivemos algum conceito fixado de Inteligência e contrainteligência. Foi uma base simples. Eu diria que esse conceito de Inteligência que a lei utiliza hoje já é ultrapassado pela doutrina, pois já existe um conceito melhor, mais moderno.

Ao longo dos anos, foram surgindo os decretos que regulamentaram essa Lei nº 9.883, que criou o Sisbin, o Sistema Brasileiro e a Abin. Então, houve o decreto que cria o sistema, aquilo que regulamenta o funcionamento do Sisbin e o regulamento de outros sistemas de Inteligência: policial, por exemplo.

Pode mudar o eslaide, por gentileza.

Então, ainda continuando com a lei, é criada a Abin, que tem a seu cargo, planejar, executar, coordenar, supervisionar e controlar as atividades de Inteligência do País. Então, as atividades de Inteligência, como diz no parágrafo único, serão desenvolvidas com o uso de técnicas e meios sigilosos. Acontece que a gente permanece sem definição do que sejam essas técnicas e meios sigilosos até hoje.

A doutrina de Inteligência é bem estabelecida nesse sentido, mas, por vezes, as demandas ou as questões de Inteligência acabam por um motivo ou outro no Judiciário, por exemplo. Então, pode existir questionamento do que seria isso, do que é, do que são essas técnicas e meios sigilosos.

Pode passar por gentileza.

Aqui, novamente, a gente vê expressões, ações, inclusive sigilosas. Então, essas ações, para nós, da doutrina, que estamos no dia a dia das atividades, sabemos que são as ações especializadas das atividades de Inteligência, a Inteligência é um exercício perene dessas ações especializada, mas, de novo, vou demonstrar mais à frente a necessidade de nós estabelecermos mais minuciosamente essas regras.

Pode passar, por gentileza.

Aí, de novo, também, um dispositivo protegendo os atos da Ab in, que possam trazer. Então, hoje a gente tem, em concurso público, o servidor não é identificado, ele é identificado por número. Em diversas publicações de Diário Oficial, a gente faz a publicação de modo sigiloso, de modo a tentar preservar, ao máximo a identidade do ser servidor.

Por quê? A Abin não é um órgão secreto, mas desenvolve atividades secretas. Então, muitas vezes, um servidor recebe treinamentos, muitas vezes, no exterior e, depois de vários anos de treinamento, essa pessoa é exposta em uma reportagem, às vezes de modo até malicioso. Na verdade, uma agência de Inteligência, muitas vezes, não tem culpa de determinada situação ou, na realidade, ele está fazendo a coisa certa, mas pode ter sido percebido em algum setor da imprensa como sendo uma coisa errada e o servidor acaba exposto, fazendo com todo o investimento em cima dessa pessoa acaba sendo queimado

porque a atividade não pode mais utilizá-lo, visto que já é de conhecimento público que ele é da Inteligência.

Não existe Inteligência sem sigilo. Essa é a característica primordial do serviço de Inteligência.

Pode passar, por favor.

Mais à frente, também, em 2008, surge o plano de carreira da Abin, e dentre as atribuições do cargo de oficial de Inteligência, a gente vai ver menção ali a ele planejar – todos esses verbos –, supervisionar, coordenar, operações de Inteligência. É o único local na legislação onde aparece a expressão operações de Inteligência com sendo atribuição do cargo de oficial controlar isso. Embora operações de Inteligência seja um conceito comum e recorrente em todo o exercício da atividade, só aí aparece.

Então, a gente vê que a legislação é muito falha, é muito escassa e muito vaga por vezes.

Pode passar, por favor.

Esse dispositivo, que é ainda da Lei nº 9.883, assegura que informações sobre assuntos de atividades de Inteligência serão fornecidos para as autoridades que tenham o poder de demandá-las pelo Ministro Chefe do Gabinete de Segurança Institucional. Quando for feito esse fornecimento, quem obtém o documento de Inteligência ou a informação contida no assunto fica obrigado a manter sigilo.

Esse é um tipo especial de sigilo que não é classificado. A Lei de Acesso à Informação trouxe todo um rol de assuntos e documentos sigilosos. Esse seria um sigilo não classificado e está, inclusive, previsto no art. 22 da Lei de Acesso, que diz a Lei de Acesso a Informações não exclui demais hipóteses legais de sigilo.

Então essa é uma delas. Por vezes, é utilizado isso para que documentos internos da Abin possam ser de acesso das autoridades de controle, Ministério Público, a própria CCAI e os órgãos judiciários, com algum controle pelo Ministro.

Pode passar, por favor.

Então, a gente vê que a Abin é o único órgão do Estado brasileiro que tem por finalidade o exercício da atividade de Inteligência. É o único órgão que tem por finalidade isso. Os outros entes que, por ventura, exerçam a atividade de Inteligência fazem-no em caráter subsidiário a sua atividade principal, como, por exemplo, os órgãos policiais e as Forças Armadas.

Qual consequência disso? A consequência é que o profissional de Inteligência, na Abin, tem que ser visto de outra maneira. Muitas vezes, um policial ou um oficial das Forças Armadas passam pelos serviços de Inteligência dos seus órgãos, exercem algum tempo. Na Abin, o sujeito vai exercer ali 35 anos de exercício da função como oficial de Inteligência, como agência de Inteligência, com a necessidade de uma proteção de identidade, entre outras questões.

Por favor, pode passar.

Aí está muito pequeno, mas os próximos eslaides são a ampliação desse aqui. Vamos ao primeiro, que já são algumas propostas relativas à reforma da legislação de Inteligência, mais objetivamente. A inclusão da atividade de Inteligência na Constituição Federal. Todos nós sabemos que a Constituição brasileira é uma Constituição analítica. Então, ao contrário de outros países, que possuem Constituições sintéticas, a brasileira é analítica. Temos até colégios mencionados na Constituição.

Por uma questão de paralelismo, com os demais órgãos que estão na Constituição, os órgãos de segurança pública, de defesa, a atividade de Inteligência deveria estar na Constituição. Essa é uma demanda que a gente considera o grande primeiro passo: a constitucionalização da atividade de Inteligência. Em 1988, os dirigentes do então SNI julgaram que isso não seria necessário. Foi uma visão, talvez, míope, na época, uma coisa difícil de saber por que isso não aconteceu. O fato é que a atividade de Inteligência ficou fora do texto constitucional.

Então, a partir da constitucionalização da atividade de Inteligência, nós podemos, por exemplo, ter uma lei complementar que seja uma lei orgânica da atividade de Inteligência, de toda a atividade de Inteligência, não só da Abin. Que discipline o exercício da atividade de Inteligência em toda a administração pública.

Pode passar, por favor.

Então, a proteção ao profissional de Inteligência. Mecanismos de proteção de identidade do profissional de Inteligência e de suporte jurídico de suas atividades profissionais. Definir legalmente técnicas e meios operacionais. Propor e aprovar normativa autorizando as frações dos órgãos de Inteligência a prestarem apoio jurídico, institucional imediato aos servidores.

Hoje, se um servidor, em uma atividade operacional, tem algum problema, nós não temos como assisti-lo. Nós precisaríamos acionar a Advocacia Geral da União para que prestasse assistência jurídica para esses servidores e isso levaria vários dias para acontecer, mas na atividade de Inteligência, nós não podemos ter tanto tempo assim desperdiçado. Já houve casos de servidores detidos até por alvo da atividade de Inteligência. Estavam seguindo, o alvo astutamente acionou a polícia dizendo que o pessoal da Inteligência estava querendo sequestrá-lo. A polícia foi e prendeu o nosso pessoal, e o alvo saiu. Então, até provar que somos da atividade de Inteligência ou situações mais complexas, sempre é bom ter esse apoio jurídico imediato.

E na atividade de Inteligência, nós não podemos ter tanto tempo assim desperdiçado. Já houve casos de servidores detidos até por alvo da atividade de Inteligência. Estavam seguindo, o alvo astutamente acionou a polícia dizendo que o pessoal da Inteligência estava querendo sequestrá-lo. A polícia foi e prendeu o nosso pessoal, e o alvo saiu. Então, até provar que somos da atividade de Inteligência ou situações mais complexas, sempre é bom ter esse apoio jurídico imediato.

Também que houvesse uma lei que definisse como crime a divulgação da identidade do profissional de Inteligência. Na realidade, como eu disse, a divulgação, às vezes até maldosa, da identidade do servidor traz um dano à administração muito grande, um dano à carreira do servidor, um dano à administração, por todo o dinheiro que foi investido pelo Estado na formação desse servidor.

Pode passar, por favor.

Como eu já disse, a lei orgânica regeria... Na realidade, essa lei orgânica abrange diversos desses eslaides que já projetamos aqui. Mas uma lei orgânica regeria, de forma consolidada, a atividade de Inteligência, havendo uma lei complementar.

A Abin, como os outros órgãos, é um órgão público, mas temos que nos diferenciar de algum modo. Nós imaginamos que, através de uma lei complementar, pudesse haver uma disciplina, um conjunto correcional, disciplinar, diferente para a atividade de Inteligência, para prevenir vazamentos da atividade, por exemplo. Que se possa disciplinar turnos de trabalho, modos de trabalho diferentes do conjunto da administração, por ser uma atividade muito especializada. Então, essa lei orgânica seria muito interessante nesse sentido. Ela consolidaria todo esse arcabouço jurídico.

Pode passar, por gentileza.

E há as coisas mais mezinhas. Hoje em dia, por exemplo, nós dependemos de favor dos DETRANs estaduais para usar placa fria. Na realidade, é fria, mas é vinculada. A placa que vai constar no veículo é uma placa comum, só que ela é vinculada a uma placa oficial. Mas isso a legislação, a rigor, não permite. Então, cada vez que se troca um governador de Estado, chega a época de conversarmos com o novo diretor do Detran, explicar toda a situação para ele do que a Inteligência precisa, que muitas vezes envolve até trabalhos conjuntos com a segurança presidencial do GSI. Normalmente conseguimos sensibilizar, mas não existe um dispositivo legal nem para isso.

A contratação temporária de pessoal para a atividade de Inteligência. Muitas vezes, em um estudo, em uma operação de Inteligência, você precisa ter uma pessoa que por dois ou

três anos acompanha um assunto extremamente especializado. Então, por que eu vou abrir concurso público e contratar alguém por 35 anos, que vai virar um servidor público, se na realidade nós precisamos do conhecimento dessa pessoa por um tempo limitado? Hoje, essa possibilidade de se ter isso é muito estreita. Então, deveria haver uma flexibilidade muito maior, para que a atividade de Inteligência tivesse, a exemplo de diversas outras hipóteses, o que essa legislação contempla, a contratação temporária de pessoal.

A regulamentação para credencial de segurança, hoje em dia, já com o Decreto nº 7.845, está resolvida em grande medida também.

Outra questão também é que nós temos a Escola de Inteligência na Abin, a Esint, e também nós precisávamos de dispositivos que permitissem a contratação de instrutores externos, estrangeiros até, com verbas mais atraentes, que pudesse haver essa possibilidade.

Pode passar, por gentileza.

Aí são várias outras, Lei de Licitações, várias outras leis que podemos ter.

Pode avançar o eslaide, por favor.

Era a este eslaide que eu queria chegar. Este eslaide aqui mostra, comparativamente, os serviços de vários países, Estados Unidos, França, Alemanha, Itália, Canadá, Argentina, Rússia, Reino Unido, Chile, Peru, México e Brasil. E os usuários normalmente são um presidente, um primeiro ministro, um chanceler, alguém do nível decisório máximo. E aqui as prerrogativas que os agentes desses países têm: interceptação de comunicações, técnicas operacionais, com previsão legal expressa.

Eu estava conversando justamente com o Dr. Feitoza, antes do início, sobre a falta de previsão legal expressa de técnicas, a proteção à Agência de Inteligência, à identidade dele, e os excludentes de ilicitude; que o agente possa atuar com tranquilidade, de tal forma que ele não vá ser condenado amanhã por estar usando, por exemplo, uma identidade fria dentro de um plano de operações, em que vá ficar estabelecido que naquela situação ele usou uma identidade com esse nome assim e assim. Tudo isso também não é feito de qualquer modo, é preestabelecido.

Nós vemos aqui que, nesses diversos países, há um país aqui no canto em que tudo é não. O Brasil é o único país do mundo, o único serviço de Inteligência do mundo que não faz interceptação telefônica, não tem essa possibilidade.

Técnicas operacionais, a previsão expressa também nós não temos, não existe proteção ao agente e tampouco os excludentes de ilicitude. Então, nesse sentido é que vemos a necessidade, Presidente, da reforma da legislação de Inteligência. Já passou do tempo de haver essa reforma da atividade de Inteligência, que todas essas prerrogativas passem a ser expressas e passem, enfim, a proteger, em última instância, o País.

(Soa a campanha.)

O SR. EDMAR FURQUIM CABRAL DE VASCONCELLOS JUNIOR – Bom, dentre essas possibilidades, então, eu gostaria de, muito rapidamente...

Por favor, se puder avançar.

Aí é esse inciso que fala da interceptação telefônica, o inciso XII do art. 5º da Constituição.

Pode avançar o próximo, por favor.

Este é o mesmo inciso XII, só que aqui essas palavras que estão grifadas não foram o que o Plenário constituinte aprovou. Essas palavras grifadas foram inseridas pela Comissão de Redação. Isso não sou eu que estou dizendo. A Profª Ada Pellegrini Grinover é que, em um artigo denominado sobre as interceptações telefônicas, chama atenção para isso, inclusive da possibilidade eventual de ser restabelecida a redação original, de modo a proporcionar que, por exemplo, instrução processual fosse instrução processual civil administrativa, disciplinar, afetando a área de Inteligência.

Existe uma controvérsia muito grande com relação a interceptações serem só telefônicas, por causa dessa expressão "no último caso", aqui, que estariam resolvidas. Então, no próximo eslaide...

Por gentileza.

Aqui é o trecho em que a Professora diz isso. Eu tenho cópia aqui do começo desse artigo, posso passar para algumas pessoas aqui. Mas o interessante é que ela diz aqui: "Foi a Comissão de Redação que, exorbitando de seus poderes, acrescentou ao texto as palavras "comunicações", "no último caso" e "penal", limitando consideravelmente o alcance da norma constitucional legitimamente aprovada em plenário. (...)"

(Soa a campainha.)

O SR. EDMAR FURQUIM CABRAL DE VASCONCELLOS JUNIOR – No final aqui, ela fala: "No meu sentir, a redação restritiva do inciso XX do art. 5º da Constituição é formalmente inconstitucional, por vício de competência e afronta ao processo legislativo."

Esse seria um caminho a seguir, talvez, não sei. Eu apenas trago essa sugestão aqui, para os senhores pensarem.

Eu vou encerrando aqui, então, Deputada, infelizmente, porque o tempo se encerrou.

A SRª PRESIDENTE (Jô Moraes. PCdoB - MG) – Eu queria agradecer ao Dr. Edmar Furquim e registrar, com muita satisfação, a presença do Deputado Pastor Eurico e do Deputado Haully, que são integrantes da Comissão de Controle da Atividade de Inteligência. E quero informar que se encontra disponível, no Plenário 13, um telão transmitindo a presente reunião. Dadas as dificuldades, nós solicitamos que disponibilizassem umas cadeiras, para que possamos ter melhores condições. Lembro que o e-Cidadania está à disposição para os senhores e senhoras que estão aqui.

Passamos a palavra para o Sr. Denilson Feitoza Pacheco, Presidente da Associação Internacional para Estudos de Segurança e Inteligência.

Informo aos palestrantes que o nosso tempo se acha controlado. Em seguida, V. Exªs poderão usar da palavra mediante os questionamentos dos Deputados aqui presentes e dos ouvintes.

O SR. DENILSON FEITOZA PACHECO – Inicialmente, cumprimento a Presidente da CCAI, Deputada Jô Moraes. Obrigado pelo convite.

Cumprimento também os Parlamentares aqui presentes. Cumprimento os meus colegas, Dr. Joanisval e Dr. Edmar Furquim. E cumprimento os senhores e as senhoras presentes.

Indo diretamente ao assunto, esclarecendo a minha condição aqui, como eu tenho mais de uma vinculação institucional, a minha condição aqui hoje, no momento, é como Presidente da Associação Internacional para Estudos de Segurança e Inteligência – Inasis.

Vamos fazer uma contextualização da Inteligência para poder compreender melhor o que está em jogo. Vamos iniciar pela última fala do Dr. Edmar, as interceptações telefônicas.

Nós sabemos que as interceptações telefônicas, tanto no Brasil quanto na Argentina, foram usadas intensamente durante o regime militar. Não compete a mim julgar isso, não é objeto do meu estudo. Mas isso causou um trauma histórico, vamos chamar assim, porque estávamos sob a égide da doutrina de segurança nacional, e o cidadão era considerado um subversivo naquela ocasião. Então havia, na perspectiva de quem adotava essa doutrina, a necessidade de usar a interceptação telefônica como uma maneira de descobrir quem eram os subversivos.

Além disso, a Inteligência foi também, em certa medida, utilizada em várias técnicas, vários tipos de operações de Inteligência, ações de busca, várias técnicas operacionais de Inteligência foram utilizadas naquela época, e isso gerou, entre aspas, "um trauma histórico". Um trauma histórico, porque eu penso que nós devemos vencer esse trauma. Isso atravanca a possibilidade de que o Brasil faça o que tenha que fazer em relação à Inteligência.

Uma coisa interessante é que os perseguidos venceram. Isso é uma coisa muito importante de dizer: os perseguidos simplesmente venceram. O sistema foi extinto por dez anos. O único país do mundo que teve essa coragem, porque, mesmo a Colômbia, quando fez a transformação lá, ela não canetou, não extinguiu pura e simplesmente o sistema. O Brasil, um país deste tamanho, fez algo que nenhum país desenvolvido no mundo fez. Foi um dos maiores erros estratégicos já cometidos no País, conforme eu falei na Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional, naquela ocasião presidida pelo Senador Fernando Collor de Mello, que foi justamente quem, por meio de uma medida provisória, extinguiu o Sisni (Sistema Nacional de Informações), junto com sua Agência Central.

Então, os perseguidos venceram, o sistema foi extinto por dez anos. E levou mais dez anos para haver a Resolução nº 2 regulamentando o órgão de controle, que é a Comissão Mista de Controle das Atividades de Inteligência. Venceram, gente! Estamos há 27 anos sem uma política nacional de Inteligência e sem um plano nacional de Inteligência, porque a Abin, que tem essa competência legal, não tem como fazer esse plano sem a política. Você precisa dos objetivos para elaborar um plano alcançado.

Então, eu acho interessante quando aparece alguém dizendo "Eu sou o Edward Snowden brasileiro" sem conhecimento de causa, cada vez que alguém publica um artigo. Ou seja, não há mais esqueletos, porque as ilicitudes e os desvios que nós temos na atividade de Inteligência, nós vamos encontrá-los, hoje, no Poder Judiciário, no Poder Legislativo, no Poder Executivo, no Ministério Público. Se for para pura e simplesmente buscar desvios, nós temos outras formas de controle. Esses esqueletos do passado... Em vez de tentar fazer o que o Brasil precisa fazer hoje, o que é essencial. Não há um único país desenvolvido, democraticamente forte, no mundo, nenhum único país democrático e desenvolvido que não tenha um serviço de Inteligência forte. O Brasil me parece que é o único país do mundo que diverge de uma unanimidade mundial.

Então é interessante primeiro isto. Se nós temos um controle para fazer, esse controle não é mais o controle de "vamos buscar os esqueletos", o desafio não é mais este. O Brasil está perdendo pela falta de um sistema de Inteligência forte e controlado devidamente pelo Parlamento. Porque é um consenso no mundo que, para ter um serviço de Inteligência forte, tem que haver um controle parlamentar forte, como é nos Estados Unidos, como é no Canadá, como é no Reino Unido. Este é o primeiro ponto: não há mais nada a perseguir, porque os perseguidos já conseguiram, venceram. São 27 anos sem política, enfim.

A realidade do uso por países democráticos, desenvolvidos e amigos. Todos os países democraticamente sólidos, amigos do Brasil e desenvolvidos economicamente têm serviços de Inteligência fortes. Nós estamos destoando. Para quem quer ser potência econômica mundial, para quem quer ter um papel no tabuleiro internacional, nós não estamos fazendo a lição de casa.

Outra questão que se coloca é a necessidade, a realidade do uso por outros atores adversos. Os atores adversos, que inclusive são os amigos, também, são adversos, eles usam maciçamente.

Os documentos secretos revelados por Edward Snowden, que para os Estados Unidos foi péssimo – ele tem, mesmo que sofrer as sanções legais nos Estados Unidos –, para o Brasil foi ótimo, porque revelou que os Estados Unidos têm capacidade de interceptar 100% dos brasileiros. Os dados iniciais indicam, e não foram negados: eles têm capacidade de interceptar 100% dos chineses que usam tecnologia. Isso são os Estados Unidos.

Antigamente – nós estudamos esse assunto há 15 anos –, todo mundo achava que isso era fantasia, era coisa de filme de James Bond. Não, isso é a pura realidade, não tem como negar. O Parlamento europeu já tinha feito um estudo sobre o programa, o projeto, o Sistema Echelon, que é um sistema do The Five Eyes, dos cinco países sem os quais não é possível fazer uma interceptação global. Sem o Canadá, você não tem interceptação global; sem a Austrália e a Nova Zelândia apoiando, também não, você precisa. O único outro que tem essa capacidade, mas não a implementou, é a França. Lembrando aos senhores que o

globo terrestre é aproximadamente esférico, vamos chamar assim, para facilitar a compreensão.

Então, nós temos a necessidade. O Brasil necessita da Inteligência em vários campos, na área econômica, na área tecnológica, na área científica, estratégica, seja quanto à segurança interna, seja quanto à defesa e à política externa.

Os nossos segredos econômicos, industriais, tecnológicos, científicos, eles estão extremamente acessíveis aos outros países, inclusive para os amigos. Se você tem acesso a determinado segredo ou a algo em que é necessário manter o sigilo, inclusive para entabular, para ter um bom acordo com outro país, você tem que ter capacidade de guardar isso. O Brasil, hoje, de modo geral, não tem essa capacidade. Nós somos meio terra livre, apesar do extremo esforço dos órgãos existentes.

A precariedade do Brasil na área de Inteligência é uma coisa assustadora. E não é por falta de esforço do coordenador da atividade de Inteligência federal, que é o GSI (Gabinete de Segurança Institucional da Presidência), ou pela sua Agência Central, ou pelas Agências Federais que compõem os órgãos e Agências Federais que compõem o Sistema Brasileiro de Inteligência. Não é por falta disso. É porque o Executivo e o próprio Parlamento não estão fazendo aquilo que é necessário e essencial para o País.

Diz Dick: "A realidade é aquela que, quando paramos de acreditar nela, não vai embora". Os atores adversos não vão parar de atuar no Brasil, não vão parar de atuar fazendo Inteligência econômica no Brasil, Inteligência, aspas, "científica, tecnológica" porque não acreditamos nisso, porque vimos filmes de mais de James Bond e achamos que isso não acontece. Porque é o que está acontecendo hoje com o Brasil.

Então, a precariedade, seja legislativa, seja de recursos, ela é imensa pela incompreensão de que a atividade de Inteligência é essencial ao Estado Brasileiro. É impossível ser Estado brasileiro sem ter... Aliás, é impossível ser Estado sem ter atividade de Inteligência, é inerente ao Estado, porque o que o Estado tem que cumprir somente é possível por meio da atividade de Inteligência. É como se o Estado abrisse mão da sua finalidade quando ele abre mão da atividade de Inteligência. E não adianta não acreditar na realidade, a realidade está posta. Os atores adversos vão explorar essa fraqueza do Brasil.

Então, a nossa precariedade, seja em recursos, seja em regime jurídico, a precariedade da Legislação é gigantesca e esse é o negócio do Congresso Nacional.

Jamais a Inteligência brasileira será forte se o Congresso Nacional não cumprir o seu duplo papel, que é a sua função fiscalizatória e a sua função legislativa em relação à Inteligência. As Inteligências dos outros países se tornaram fortes porque o parlamento faz o controle.

Tudo o que os Estados Unidos estão fazendo tem uma base legal, são leis aprovadas pelo congresso, democraticamente, sancionadas pelo presidente da república, com o controle parlamentar dos Estados Unidos, que o que garante o sistema estar funcionando como os Estados Unidos querem que funcione.

Outra coisa que também atravanca a Inteligência é uma confusão entre Inteligência de estado e Inteligências que chamo de natureza executiva. Inteligências de natureza executiva são as que possuem dentro da instituição o poder de polícia, são profundamente diferentes quanto à sua natureza. Nós temos que parar de tentar achar que Inteligência de estado e Inteligência de natureza executiva, como Inteligência do Ministério Público, Inteligência das polícias, Inteligência fiscal, Inteligência de controle, Inteligência penitenciária. Nós temos que parar de tentar fundir essas duas, elas são basicamente as mesmas em termos de métodos, mas elas são profundamente diferentes no que tange à natureza jurídica. A Inteligência de estado tem uma finalidade muito específica, com questões de interesse nacional, destinados a tomadores de decisões de nível nacional, como foi colocado, o presidente da república, primeiro ministro, de determinados órgãos, são decisões de nível nacional. Não podemos confundir Inteligência de estado com Inteligência de natureza executiva, que é o nome que dou, porque são instituições que têm o poder de executar o

próprio conhecimento que produziram, têm capacidade de puxar o que chamo de espada de Dâmoçles e cortar o pescoço. O Ministério Público, a polícia, o fisco, quando produzem conhecimento, eles mesmos têm o poder de usar o conhecimento e cortar o pescoço de alguém. Por isso são diferentes.

Uma coisa é o dever de cooperação, outra coisa é tentar integrar as duas coisas. O que aconteceu? Isso contaminou a competência do Sisbin, puxou a Agência Brasileira de Inteligência para uma pauta de segurança pública. São coisas distintas, mas, como estão próximas, qualquer coisa que tocar na segurança pública, a segurança pública vai puxar, porque as demandas da segurança pública são muito fortes, ela tem poder de polícia dentro dela.

Bem, isso causa várias distorções como ter um SISP - Subsistema de Inteligência de Segurança Pública – dentro de um Sisbin! Isso não deveria acontecer! Não deveria ser um subsistema, deveria ser um sistema de Inteligência de segurança pública. Uma coisa é fazer lei, obrigando a cooperação. Uma coisa é fazer lei para que a Inteligência de estado tenha acesso aos dados que precisa ter. É o único País do mundo que tem esse prazer mórbido de "eu não dou, a informação é minha e eu não quero...". O problema de dar informações é de todo país, mas nós aqui temos isso de maneira exagerada, um prazer de ver a instituições afundando.

Nós temos que parar com isso. O Brasil chegou a um momento que tem que ocupar o seu espaço internacional! Então, causa essas distorções todas.

Nós temos que distinguir Inteligência de Estado de um lado, tendo uma legislação específica para a Inteligência de Estado, e no que tange às outras Inteligência elas observam no que for cabível isso, mas é uma outra legislação. Temos que libertar o Sisbin dessa tentativa de aproximação em fundir numa coisa só, porque isso impede o Sisbin de fazer o que ele tem que fazer, que é segurança interna, mas não confunda com segurança interna com segurança pública. Segurança interna são questões de segurança de interesse estratégico nacional! Não se pode confundir interesses locais com segurança interna. A ABIN está sendo arrastada para isso, cuidando às vezes de interesses locais e local pode ser um estado. Não, ela tem que cuidar de coisas que digam respeito ao interesse nacional.

E quem está fazendo política externa? Quem está fazendo política externa? Inteligência externa no Brasil? E a Inteligência de defesa? Como é possível fazer Inteligência de defesa sem recursos?

Vamos analisar, qual a primeira civilização da Europa? Civilização Minoica. Levou mil anos se desenvolvendo, até quatro mil anos atrás. Tem o Palácio de Quinossos, Palácio de Fistos. Quatro mil anos! Prédios de quatro andares. O que aconteceu com a civilização Minoica? Acabou. O que aconteceu com a civilização Nicênica? Acabou. O que aconteceu, dois mil anos depois, com a civilização Helênica? Acabou, porque a Grécia atual não é a Grécia Helênica. E o Império Romano? Acabou. Bizantino? Acabou. Otomano? Acabou.

Só nós, Brasil, vamos acreditar que o Brasil vai manter sua integridade territorial num universo de 50, 60 anos para a frente. E quem está construindo isso somos nós, hoje. Então, como a Inteligência de defesa vai proteger a nossa soberania se não existem sequer os recursos para fazer isso? Vivendo num mundo de inocência? Um País que tem a segunda maior reserva de água do mundo e está faltando água no País! Quanto tempo os senhores acham que as outras nações, que estão sem água potável, porque água potável não se distribui igualmente no mundo, vão deixar o Brasil continuar a contaminar seus lençóis freáticos? A terceira maior reserva do mundo está sendo contaminada! Talvez a primeira do mundo esteja aqui também! Uma nova que foi descoberta quem sabe o potencial dela. Nós estamos contaminando lençóis freáticos, nós estamos contaminando água potável, que é a mesma, gente, quem não sabe disso, água potável só diminui. E achamos... Como é que a Agência de Inteligência vai fazer o seu papel.

Então, meus pontos de interesse aqui são uma política nacional de Inteligência. Eu me pergunto: como vai a CCAI fazer controle se não sabe para quê o sistema funciona. A

Política Nacional de Inteligência é o objetivo. Nós existimos, estamos funcionando para isso. Então, quando se controla, controla-se comparado com algo. Desde 1988 não temos um plano nacional de Inteligência, o último foi lá, extinto em 1988. No Plano Nacional de Informações estava contida, anunciada a política nacional.

O Parlamento fez sua lição. Primeiro, o parlamento não foi tão bem, porque a primeira política nacional que entrou no Parlamento ficou aqui e está aqui até hoje, mas a segunda, a CCAI foi rápida, chegou em dezembro de 2009, em agosto de 2010 liberou, já mandou ao Governo Federal, que, aliás, é uma polícia nacional muito boa, muito bem atualizada, teve a participação de vários órgãos, inclusive o controle parlamentar. É uma política nacional plenamente atualizada. Eu me pergunto como todos os órgãos do Sabin podem estar atuando sem uma política nacional. O que todo mundo está fazendo? Essa é uma indagação. E como vão fazer o controle disso se não sabemos quais os objetivos?

É interessante que aquela política elaborada em 2009 esteja superatual, ataque cibernéticos, sabotagem, terrorismo.

Então, um ponto que penso, apesar de ser uma decisão da Presidência da República, lembrando de que quem encaminhou a política nacional de Inteligência para a CCAI foi a Ministra Chefe da Casa Civil Dilma Rousseff e quem recebeu essa política foi a Presidenta Dilma Rousseff. Fechou o ciclo completo, inclusive participou da elaboração da política nacional de Inteligência.

Então, pela Associação Internacional para Estudos de Segurança de Inteligência afirmamos: essa política está atual! Não podemos ter um sistema inteiro desgovernado, que não se sabe para aonde está indo. Como é possível fazer controle democrático sem uma política nacional de Inteligência. E como é possível a ABIN fazer um plano nacional de Inteligência se ela não tem a política. Então, temos uma ABIN sem fim, um sistema sem fim, sem finalidade, porque não temos anunciado democraticamente quais os objetivos.

Esse é um ponto extremamente importante e pensamos que o Parlamento seja o lugar adequado para discutir essa questão, para fazer as ingerências políticas necessárias nesse sentido.

Outra questão é o como. Um problema é para aonde está indo. Não sabemos. Simplesmente não sabemos. O GSI não tem competência para estabelecer os objetivos do Sabin, não é competência do GSI, isso é da Presidência da República com o controle parlamentar.

Bem, a questão é como? Como a Inteligência pode atuar, eu me pergunto? Com aquela expressão da Lei nº 9.883? O uso de técnicas e e-mails sigilosos? O que é isso? Esse é um conceito altamente indeterminado! Com o conceito de: compete à ABIN planejar e executar ações, inclusive sigilosas relativas à obtenção de dados. A verdade é que oficial de Inteligência no Brasil hoje está desprotegido.

Quando vemos a legislação dos Estados Unidos, aprovada pelo Congresso Nacional, com decretos presidenciais, Executives Orders, o Canadá, até a Argentina, ao nosso lado, Espanha, Reino Unido, é assustador que tenhamos chegado ao Séc. XXI sem que as nossas operações estejam em lei.

A meu ver, criar ou extinguir o órgão realmente é uma competência da Presidência da República, extinguir, criar uma agência ou não, mas como fazer o procedimento, a meu ver, é um negócio do Parlamento.

Então, temos que prever como fazer história, cobertura, infiltração, não estou falando infiltração de processo penal, estou falando de infiltração da Inteligência. Como se faz vigilância, como se faz disfarce, uso de meios eletrônicos, Inteligência de sinais, sem uma regulamentação adequada? Isso por causa do trauma de mais de trinta anos? Vamos ter que vencer isso, porque o Brasil está afundando por causa desse medo histórico – não estou fazendo nenhuma crítica à Comissão da Verdade nem nada. Estou colocando o fato da Inteligência. A Inteligência não está evoluindo em termos de regime jurídico que possibilite fazer o que a sociedade brasileira e o Estado brasileiro precisam. É aquilo ali, aquela fórmula

mínima de segurança da sociedade e do Estado. Esse é o negócio da Inteligência que o Brasil não está tendo.

Então, essa é uma colocação, é o como, além do para quê. O como, para mim, são as coisas mais essenciais que existem no momento, no que tange à atividade de Inteligência no País. A meu ver, nada é mais importante que isso.

E, dentro dessa questão das operações de Inteligência, ações de busca e técnicas operacionais de Inteligência, não nos faltam modelos para isso. A ONU fez um trabalho em mais de cem países; compilou boas práticas de mais de cem países. Nós temos essa referência.

O Parlamento norueguês e o Parlamento europeu também. Nós temos excelentes referências do mundo, para partir do zero e ter essa regulamentação. E essa regulamentação não é um favor, não; é uma necessidade da sociedade e do Estado brasileiro.

E outra questão que se coloca é sobre a Inteligência de sinais. Eu fico pensando: em que país o Brasil está vivendo? Hoje é possível interceptar o telefone, a comunicação da Presidente da República, dentro do seu avião; é possível interceptar 100% de todos os telefones que estão ligados aqui neste momento; é possível invadir todos os computadores que estiverem em rede aqui neste momento – todos, sem exceção!

Isso não é fantasia. Os documentos *top secret* revelados, e não negados, mostram isso muito bem. Coisa que a Inteligência já estuda há muito tempo. E vamos continuar a viver num mundo de fantasia?

Então, no que tange à Inteligência de sinais, como é possível fazer defesa, se você não pode interceptar nenhum tipo de sinal? Aí eu vou mais longe que o colega: não é preciso mudar palavra nenhuma na lei, na Constituição, porque poucas pessoas notam – pode-se mudar, se quiserem ir mais longe – que o art. 5º, *caput*, fala: "[...] garantindo-se aos brasileiros e aos estrangeiros residentes no País [...]"; não fala dos estrangeiros não residentes. Esse é um primeiro ponto

O artigo fala "[...] garantindo-se aos brasileiros e aos estrangeiros residentes no País [...]." Leiam o *caput* do art. 5º! Quer dizer, qualquer estrangeiro, qualquer grupo adverso pode entrar no Brasil, fazer o que quiser no Brasil, e não podemos sequer monitorar essa gente.

É o único país do mundo em que isso acontece. É interessante. É uma fantasia!

E não podemos, quando fazemos gestão em análise de risco, usar o critério frequência como um critério para tomar decisões nessa área. A frequência pode ser zero. E vou dar um exemplo: quando eu estava como Secretário de Estado Adjunto de Defesa Social em Minas Gerais, tivemos a informação comprovada de que o PCC iria atacar várias penitenciárias em Minas Gerais.

Qual era a frequência? Frequência zero! E nós iríamos deixar que isso acontecesse?!

Nós juntamos as Inteligências de Minas, Rio de Janeiro, São Paulo, e fizemos todo o plano de previsão, para evitar que isso acontecesse. E não aconteceu, graças ao papel da atividade de Inteligência. Então, a frequência não pode ser um critério; até a probabilidade baixa não pode ser um critério.

O critério é que pode acontecer dano em massa, e o impacto político pode ser inaceitável. E, se acontecer um ataque terrorista no Rio de Janeiro nos Jogos Olímpicos? É por que nunca aconteceu que não vai acontecer? Nós temos fontes de riscos; nós temos atores com competência técnica, com recursos e motivação para fazer isso no Rio de Janeiro. Qual vai ser o impacto para o Estado brasileiro se isso acontecer?

Então, parece-me que esse é um tema de que nós temos que cuidar como questão de Estado, para além dessas questões de medos históricos, para tentar atingir e suprir a necessidade da sociedade brasileira e do Estado brasileiro.

(Soa a campanha.)

O SR. DENILSON FEITOZA PACHECO – Então, prever, pelo menos no que tange ao terrorismo, é algo fundamental no momento. E prever o que fazer, em relação às operações, ações de busca, técnicas operacionais e Inteligência de sinais, é fundamental.

A SRª PRESIDENTE (Jô Moraes. PCdoB - MG) – Nós agradecemos, Dr. Denilson.

Informamos, mais uma vez, que está disponível, no telão, a transmissão do debate realizado aqui, na sala 13.

Registro que preside a Comissão Mista de Controle de Atividades de Inteligência uma pessoa que tem um longo relatório de 12 anos, submetido ao Sistema Nacional de Inteligência.

E registro o quanto é imprecisa a compreensão da sociedade sobre os problemas da Inteligência. O projeto que regulamenta o terrorismo chegou à Câmara dos Deputados e foi distribuído para duas Comissões: a Comissão de Constituição e Justiça e a Comissão de Segurança Pública. E não foi para a Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional.

Evidentemente que nós cobramos da Secretaria da Mesa. E vão redistribuir. Mas a confusão e a visão chegam até àqueles que deveriam, como a Consultoria Jurídica informou, ter a precisão do que representa a atividade de terrorismo.

Com a palavra o Prof. Joanisval Brito Gonçalves, Consultor Legislativo do Senado Federal especializado em Inteligência e controle da atividade de Inteligência, para a sua intervenção.

O SR. JOANISVAL BRITO GONÇALVES – Obrigada, Deputada.

Boa tarde a todos!

Deputados Haully, é uma satisfação ver o senhor aqui. Eu queria registrar que o Deputado Haully é da primeira composição da CCAI, lá no ano 2000, quando a CCAI se estabeleceu. Na primeira composição, quem primeiro fez a avaliação da política nacional de Inteligência e quem propôs o Regimento Interno dessa Comissão foi o Deputado Haully. E é interessante ver a presença do Deputado Haully hoje na Comissão, num momento tão importante.

Pastor Eurico, que tem acompanhado esse tema, já há algum tempo, e sempre se mostra presente, interessado nesses assuntos relacionados à segurança, à defesa e à Inteligência.

E, Deputada Jô Moraes, o seu passado a apresenta. A senhora dispensa apresentações.

É muito difícil falar depois do Dr. Edmar. E, de novo: parabéns, Edmar, há 20 anos na Agência Brasileira de Inteligência! E ele não disse aqui, mas ele foi, durante dez anos, o Consultor Jurídico da agência e, portanto, conhece a fundo a legislação de Inteligência. E hoje é o Corregedor-Geral da Agência.

E eu lembro que, Edmar, você faz 20 anos de Abin e, depois de amanhã, serão 16 anos da segunda turma da Agência Brasileira de Inteligência, que se formou no dia 16 de julho de 1999. É uma geração de concursados que para lá foram, lá se estabeleceram. Alguns saíram, mas a gente costuma dizer, na área de Inteligência, que, por mais que você saia da organização, você nunca deixa a área de Inteligência, porque Inteligência é uma grande paixão. E ouvi de alguém, uma vez, que a gente só consegue evitar a ruína de uma nação, se a gente conseguir despertar a paixão nos outros, mas só um apaixonado consegue despertar a paixão nos outros.

É muito difícil falar também depois do meu amigo Denílson Feitoza. Os senhores já devem ter reparado que Denilson fala por si mesmo, quando está presente aqui. E é muito complicado falar depois dele, mas vamos tentar fazer a uma apresentação breve, porque, muito mais importante é a discussão depois.

Anotei alguns pontos aqui, primeiro: é importante esta audiência de hoje por uma série de razões, mas a principal razão é a necessidade de cada vez mais se discutir a atividade de Inteligência. E, Deputada Jô, a gente consegue perceber isso com muita clareza pela audiência aqui. Nós temos pessoas da comunidade de Inteligência; nós temos pessoas

interessadas em Inteligência; e nós temos pessoas que pretendem fazer parte da comunidade de Inteligência.

Eu vejo aqui uma série de candidatos ao cargo de Oficial de Inteligência que pretendem fazer o concurso tão esperado para Agência Brasileira de Inteligência, porque é bom lembrar que, desde 2008, nós não temos um concurso para a agência. E esta Comissão já se mostrou, em vários momentos, muito atenta a essa realidade. Semana passada, no dia 7, foi aprovado um requerimento, aqui na Comissão de Inteligência, para que os membros desta Comissão possam ir ao Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão (MPOG), para tratar deste assunto, o concurso para Abin, e isso mostra um empenho muito efetivo desta Comissão de Inteligência com relação a esse e outros temas.

Quanto à reforma da atividade de Inteligência, vamos falar um pouco sobre isso – tema importantíssimo! O Denilson lembrou bem: nós tivemos, nos últimos anos, o caso Snowden; nós tivemos o WikiLeaks; nós tivemos, agora há pouco tempo, essa notícia que o Denilson nos trouxe aqui de interceptação das comunicações da Presidente da República. Vejam, é a autoridade máxima do País interceptada. E, se o Presidente da República tem as suas comunicações interceptadas, o cidadão comum deve se preocupar com isso? Não sei, mas vamos lá!

E, quando a gente fala de Inteligência, temos que pensar também em outra razão para discutir o tema Inteligência no Congresso Nacional. Essa razão está relacionada ao risco da falta de Inteligência. Qualquer país que não tenha um sistema adequado de Inteligência, qualquer país que não tenha uma estrutura básica de Inteligência fica indefeso. Contraineligência é fundamental para países, para organizações. Sem isso, nós ficamos muito vulneráveis, e o Brasil não tem como fugir dessa realidade.

No final das contas, minha gente, o tema Inteligência é um tema muito pouco conhecido, mas que desperta sempre, Pastor Eurico, um misto de fascinação, de interesse. Eu digo sempre: quem não gosta de um bom filme de espionagem? Quem não gosta de um bom livro de espionagem? Quem nunca parou para ouvir um caso de espionagem?

Agora, a grande realidade é que se conhece muito pouco sobre a atividade de Inteligência. Qual é o grande objetivo de Inteligência? Temos que ter isso em mente antes de falar de legislação de Inteligência. O objetivo fundamental da Inteligência, senhoras e senhores, Deputada Jô Moraes, é assessorar um processo decisório, onde houver alguém tomando decisão, seja de um tenente que comande um pelotão de fronteira no extremo ocidental da Amazônia ao comandante do Exército; um delegado de uma regional ao secretário de segurança pública; um governador de Estado ao Presidente da República; um senhor de uma grande corporação. Todas essas pessoas que têm que decidir precisam de assessoramento adequado, com informações específicas que só a Inteligência pode fornecer. São informações produzidas por uma metodologia própria, que lidam com um dado negado e, de novo, que têm como fim assessorar esses tomadores de decisão.

E para que serve esse assessoramento? No caso do Estado, sobretudo, é fundamental para se identificar ameaças e oportunidades.

Denilson falou da política nacional de Inteligência. Ontem, eu estava conversando com alguns dos meus alunos, estávamos estudando o projeto de Política Nacional de Inteligência. Chamo a atenção que uma série de problemas, Deputado Hauly, pelos quais estamos passando hoje, muitos relacionados a ações no ambiente virtual, espionagem cibernética, Inteligência de sinais, estão previstos lá na Política Nacional de Inteligência, que foi avaliada por esta Comissão em 2009. Em 2009 se assinalaram nesta Comissão problemas relacionados, por exemplo, à necessidade do desenvolvimento de mecanismos de contraineligência, para fazer frente a interceptações, a ações no campo cibernético, a diversos estrangeiros, grupos, países, organizações, lá atrás.

E aí sempre nos perguntamos: será que, se tivéssemos uma Política Nacional de Inteligência em 2010, nós teríamos WikiLeaks ou teríamos reagido da mesma maneira? Será que há dois anos, com o caso Snowden, se tivéssemos um sistema devidamente orientado e

com recursos para fazer frente a esse tipo de ameaça, a situação seria diferente? São perguntas que deixamos aqui.

Antes de falar de legislação especificamente, mas ainda tratando de Inteligência, temos que partir de algumas premissas, e eu as trouxe aqui. A primeira delas: os serviços secretos, os serviços de Inteligência de diversos países, e hoje, também, não só de países, mas também de organizações não estatais, atuam além de suas fronteiras em várias partes do mundo e eles têm dois objetivos básicos: primeiro, tentar reunir o máximo possível de informações – políticas, culturais, econômicas – sobre Estados, organizações e pessoas que possam considerar de algum interesse para os quais eles trabalham. Primeiro ponto dessa premissa: os serviços estão atuando fora de suas fronteiras, para reunir informações sobre pessoas, organizações, governos.

Segundo aspecto relacionado a essa primeira premissa: os serviços atuam fora de suas fronteiras, para tentar, em alguns casos, influenciar pessoas, organizações e governos, para que essas pessoas, organizações e governos venham a agir de acordo com os interesses daqueles para os quais esses serviços trabalham. Essa é uma premissa.

Segunda premissa: isso é prática tanto de grandes potências – Estados Unidos, Rússia, França, Grã Bretanha – como de Estados menores. Às vezes, a gente despreza a Inteligência de países menores, não vistos como grandes potências, mas, exatamente, por meio da Inteligência, é que esses países, que estão numa posição menor, não inferior, mas menor no cenário internacional, atuam, e organizações também têm serviços de Inteligência funcionando.

Uma terceira premissa, e essa é a grande realidade. Isso ocorre, senhoras e senhores, isso ocorre, Pastor Eurico, desde que o mundo é mundo. A gente costuma dizer – e eu briguei com a Deputada esses dias –, que a atividade de Inteligência é a segunda profissão mais antiga do mundo, isso, quando o pessoal de Inteligência não é confundido com o pessoal da primeira profissão mais antiga e quando não é chamado de filho da... Mas a interação é muito estreita entre essas duas profissões.

Mas por que digo que a nossa é a segunda profissão mais antiga do mundo? E veja que coloquei a nossa porque, uma vez na Inteligência, os vínculos se estabelecem de uma maneira muito estreita. Porque quando um primeiro líder tribal, Pastor, reúne alguns de seus homens e diz para estes homens: eu quero que vocês atravessem essa floresta, cruzem aquele rio e descubram tudo sobre aquela outra aldeia, sobre aquele povo que está ali, aquela outra tribo, quantos são, se são coletores, caçadores, como é que eles fazem a guerra, quantas mulheres eles têm, que tecnologias eles dominam, que é aquele negócio de fogo que eles dominam. Quando o primeiro líder tribal faz isso, nós temos uma primeira ordem de busca. E aí surge a atividade de Inteligência. Então, ao longo da história – o Denilson assinalou bem isso aqui –, sempre, a atividade de Inteligência esteve presente de uma maneira ou de outra, assessorando processos decisórios.

Nós citamos a Bíblia, por exemplo. Moisés é tido, na comunidade de Inteligência, como um grande mestre na arte de lidar com espiões; Josué, que o sucedeu, também. Há um livro sobre o serviço de Inteligência israelense que diz que todo espião é um príncipe e ele traz um pouco dessa história. É histórico. Sempre foi assim.

E com isso, a gente presume que, se a Inteligência existe desde que existe ser humano na face da terra, ela continuará existindo enquanto houver seres humanos na face da terra. "Ah, mas eu não gosto disso." Lamento! Os serviços de Inteligência estão lá e operando. E é por isso que digo, e anotei aqui.

A atividade de Inteligência está muito mais presente no nosso dia e a dia do que nós imaginamos. As relações internacionais, política internacional, assuntos domésticos dos Estados. Os serviços de Inteligência estão sempre ali, atuando e de maneira efetiva. Não dá simplesmente para deixar de considerar essa realidade. E aí eu cito o relatório final da CPI da Espionagem, de 9 de abril do ano passado, só um trechinho, do relator, Senador Ricardo Ferraço, que, falando de Brasil, ele disse: no campo da Inteligência, esta CPI pôde constatar a

vulnerabilidade em que se encontra o País diante da espionagem proveniente de outros Estados, de organizações e de empresas, sobretudo, estrangeiras. Uma segunda constatação é de que a espionagem continuará sendo conduzida, goste-se dela ou não.

Então, diante dessa realidade, a pergunta que se faz é: o que fazer? O que pode e deve ser feito é exatamente desenvolver medidas, sobretudo, de contrainteligência para fazer frente a essa adversidade. Porque tem outra realidade, Deputada, ninguém é ingênuo nesse campo. E quem opera, sobretudo quem opera fora de suas fronteiras, além de suas fronteiras, na área de Inteligência, não é bobo. Não existe amador nesse campo. Os amadores são devorados pelos profissionais. Sem dúvida nenhuma. Sem dúvida nenhuma.

Essas medidas de contrainteligência, portanto, envolvem pessoas, organizações, processos, produtos, normas e vontade política. Acima de tudo – eu anotei aqui –, é necessário que se desenvolva uma cultura de Inteligência. Nós precisamos desenvolver isso no País, uma cultura de Inteligência. Já se falou na necessidade de uma cultura de defesa, uma cultura de planejamento, nós também precisamos de uma cultura de Inteligência, tanto no seio da sociedade como junto aos tomadores de decisão.

Afinal de contas, se o Brasil quer alcançar um papel de destaque no plano internacional, se o Brasil quer se projetar como potência, é importante que nós tenhamos consciência de que seremos alvo da atenção de outros Estados, de outras organizações e de outras pessoas.

Nós viramos alvos também de serviços secretos e outras organizações. E somos mais e mais vulneráveis se não soubermos nos proteger. E, aí, só puxo o gancho para uma futura audiência que vamos ter aqui sobre grandes eventos. Como é que nós podemos fazer frente a ameaças nos eventos que estão por vir? Nós temos as Olimpíadas, as Paraolimpíadas no ano que vem. Como é que vamos lidar com isso? Nós estamos preparados para fazer frente a isso? Esse é tema de outra audiência desta Comissão, desta Comissão.

Outro ponto que merece ser considerado, e o Denilson já assinalou, mas eu reforço. Nós já sabemos para que serve inteligência: para assessorar o processo decisório. O outro ponto é que Inteligência e democracia, Deputado Hauly, são plenamente compatíveis. Não existe democracia nenhuma no mundo que subsista sem serviços de inteligência. Serviços que devem ser eficientes, que devem funcionar adequadamente para proteger o Estado e a sociedade.

(Intervenção fora do microfone.)

O SR. JOANISVAL BRITO GONÇALVES – Exatamente. O contrário também.

Regimes autoritários se sustentam em aparatos de Inteligência. Eu lembro, por exemplo, a STASI, na Alemanha Oriental, eu lembro o KGB, que era um dos sustentáculos da União Soviética, a PIDE portuguesa, da época de Salazar. Regimes autoritários também se sustentam na atividade de Inteligência. Por quê? Porque Inteligência não é algo bom nem ruim, Inteligência é um instrumento.

E o que diferencia a atividade de Inteligência nos regimes democráticos da atividade de Inteligência em regimes autoritários? O que faz com que essa Inteligência, nas democracias, seja diferente da Inteligência desenvolvida nos regimes autoritários? Exatamente o controle, o controle dessa atividade de Inteligência. Nas democracias há controle, há controle interno e há controle externo. E quando nós falamos de controle externo, fundamental, em qualquer democracia é o papel do parlamento, é o papel do Poder Legislativo, é o papel de uma Comissão como esta, fundamental. Sem controle, a linha da legalidade é muito tênue e os riscos são muito grandes. Um serviço de Inteligência, que é fundamental para qualquer Estado, sem controle, pode se tornar, como disse o próprio General Golbery, que criou o Serviço Nacional de Informações, um monstro. Então, nós temos que estar atentos para isso. Controle é fundamental.

Bom, mas vamos falar de legislação de Inteligência. Eu tenho mais dois minutos para falar sobre reformas, que já foram bem apresentadas aqui pelo Edmar, que conhece muito

bem esse tema, e pelo Denilson, que dispensa apresentações também. Nesses últimos 15 anos, veja, a Abin foi criada no dia 7 de dezembro de 1999, pela Lei nº 9.883, vai completar, portanto, 16 anos. Nesses últimos 15 anos, o Sistema Brasileiro de Inteligência e a Abin, como órgão central, enfrentam uma série de problemas. Quais são os problemas relacionados sobretudo à legislação? Primeiro, falta um mandato claro e distribuição de competência para cada órgão. É importante que se saiba quem faz o quê? Qual organização faz determinada atividade. Quem tem competência para isso e quem tem competência para aquilo. Mandatos claros. Há entraves ainda à integração e à cooperação. Não é fácil cooperar. Não é fácil, o Denilson lembrou, compartilhar informações, mas nós precisamos disso cada vez mais.

Em minha opinião, falta uma autoridade central para coordenar os diversos segmentos, uma autoridade central, de fato, que coordene todo o sistema. Falta uma legislação – e isso é fundamental, minha gente – que dê respaldo à atividade do pessoal de Inteligência. E aqui eu chamo a atenção para outra realidade. Conheço relativamente bem a comunidade de Inteligência no Brasil. Deputada Jô Moraes, Deputado Haully, Deputado Pastor Eurico, posso assegurar para a senhora e para os senhores que nós temos profissionais altamente gabaritados na área de Inteligência. Nós temos profissionais que se dedicam diuturnamente à atividade a serviço do Estado e da sociedade. Nós temos pessoas muito boas trabalhando na Inteligência, e essas pessoas têm grande dificuldade de trabalhar hoje porque não tem uma legislação que lhes dê respaldo, que lhes dê garantia.

Eu cito um caso que é público, de um profissional de Inteligência que lidava com fontes humanas e que foi exposto uma vez, aqui, no Parlamento, foi exposto aqui, numa CPI, foi chamado a depor como testemunha numa CPI, e foi exposto como profissional de Inteligência.

(Soa a campanha.)

O SR. JOANISVAL BRITO GONÇALVES – É, Pastor Eurico, isso simplesmente fez com que a carreira desse profissional, que tinha mais de 20 anos atuando, fosse por água abaixo. Era um profissional que lidava com fontes humanas, lidava com pessoas, e, de repente, esse profissional aparece. Operações foram comprometidas – operações em defesa do Estado, da sociedade –, a Agência acabou se comprometendo, e esse profissional viu a carreira dele ali encerrada.

Nos Estados Unidos, exposição de profissional de Inteligência é crime grave. Quais são as prerrogativas e o respaldo que têm esses profissionais aqui? Pouquíssimos.

Orçamento. Eu vou deixar para falar de orçamento... Sim, senhora, ela vai me dar mais dez minutos. *(Risos.)*

O SR. JOANISVAL BRITO GONÇALVES – Eu vou deixar para falar de orçamento como uma curiosidade no final. *(Ininteligível.)*

O SR. JOANISVAL BRITO GONÇALVES – Nós precisamos também de mecanismos mais eficientes de controle. E, nesse sentido, esta Comissão deu um passo fundamental, em 2013, e está caminhando bem hoje, sob a Presidência da Deputada Jô Moraes, que está fazendo com que esta Comissão se mostre muito ativa. Controle é fundamental.

Além disso, outro problema é a ausência de cultura de inteligência, e eu já falei disso para as senhoras e senhores.

Então para fechar, medidas urgentes de que nós precisamos. Precisamos de uma reestruturação legal da atividade. Nós precisamos de uma legislação, Deputada, que dê respaldo à atividade de Inteligência e ao pessoal de Inteligência. O Edmar já assinalou alguns pontos muito interessantes, o Denilson também.

Deveres direitos e garantias para o pessoal de Inteligência. Uma delas é a preservação da identidade.

Nós precisamos também, relacionando essa legislação, de algo que estabeleça uma periodicidade, por exemplo, na contratação dos funcionários, concursos periódicos. É surreal,

é inimaginável, é inconcebível que um País como o Brasil, com órgão central de Inteligência, que recrute seus profissionais por meio de um concurso público. Isso é constitucional – e eu agradeço a isso, porque senão jamais teria entrado na Inteligência porque sou pagão, eu não tenho padrinho – é inconcebível que um órgão como a Agência Brasileira de Inteligência tenha tido o último concurso para Oficial de Inteligência em 2008. A gente precisa de renovação dos quadros.

E a gente precisa de uma legislação adequada, por exemplo, no campo da interceptação telefônica. O Edmar já assinalou aqui. Nós precisamos de uma legislação que estabeleça mandatos claros, atividade de acompanhamento e competência para realizar, o Edmar chegou a citar inquérito, um processo administrativo. É ridículo o Estado brasileiro ter um serviço de inteligência que não possa fazer uma interceptação telefônica. Mas não é para buscar saber sobre a vida de A, B ou C. É porque quando nós tivemos um espião estrangeiro atuando aqui, foi preciso ter acesso às comunicações dessa pessoa; quando nós tivermos alguém que seja suspeito de ações terroristas, é inconcebível que a Inteligência não possa acessar as comunicações dessas pessoas.

Precisamos de mecanismos de integração e controle. Um órgão central, acho que carecemos de um órgão central, e acho que a Abin precisa ser reestruturada também. Há que pensar nisso, há que se pensar nisso. Inclusive, se questionando, esse é tema para um debate futuro, se ela deve permanecer na esfera do GSI. Tem que se pensar nisso também, tem que se pensar nisso também.

Precisamos da PNI, não dá mais, de 2009 para cá são quatro anos, cinco sem uma Política Nacional de Inteligência, que foi aprovada por esta Casa, precisamos revisar alguns aspectos da legislação de acesso à informação. A Lei de Acesso à Informação, Deputada, precisa ser revista para ser direcionada e o tratamento dado à informação de Inteligência tem que ser diferente.

Para concluir, a situação hoje é complexa; é necessário mudança. Nós precisamos de mudança. Essa é a palavra de ordem. A PNI precisa ser publicada

A gente falou em reformas e o primeiro ponto da exposição do Dr. Edmar foi a PEC da Inteligência. Nós temos hoje uma PEC, Proposta de Emenda à Constituição nº 67, de 2009, de autoria do Senador Fernando Collor, que se baseia na PEC nº 398, de 2009, de autoria do Deputado Severino Alves. O Deputado Hauly participou disso, na época da elaboração dessa PEC, também com sugestões. Então, nós temos uma proposta de elevar a Atividade de Inteligência ao *status* constitucional. Precisamos fomentar uma cultura de Inteligência.

Para fechar, uma curiosidade sobre orçamento: o orçamento da Abin para a Atividade de Inteligência. Bom, eu tenho alguns números sobre o orçamento deste ano que passei aos Deputados. O orçamento de 2014 – tenho-o aqui – para Agência Brasileira de Inteligência, segundo o Portal da Transparência, foi de R\$515 milhões aproximadamente. Desses, 89% desse orçamento foi destinado a pessoal, 8% para custeio e 1,3% para investimento em Inteligência. Traduzindo em números desse orçamento, nós falamos de R\$13 milhões no ano de 2014 para investir em Inteligência, praticamente R\$1 milhão por ano. Em 2015, a informação que eu obtive no Portal da Transparência foi de que o orçamento hoje é de R\$204 milhões – que eu acredito que isso seja até o mês de julho –, mas, de toda maneira, 91% disso é para pessoal, 8% para custeio e R\$2 milhões – repito – R\$2 milhões para investimento em Inteligência. Em 2009 – fecho com esse dado, prometo para a senhora que eu encerro agora com esse –, o orçamento da Abin – e eu falo da Abin especificamente – foi de R\$327 milhões. Quatro milhões de reais foram destinados – essa é a curiosidade – para investimentos em 2009. É o que diz o Portal da Transparência.

Em 2009, nós também tivemos o escândalo de vazamento das provas do Enem – lembram-se disso? O primeiro escândalo de vazamento das provas do Enem. Eu me lembro de que uma notícia me chamou muito a atenção: o prejuízo inicial calculado só com o cancelamento das provas, em 2009; foi noticiado esse prejuízo, – Deputado Hauly, Pastor Eurico, Deputada Jô Moraes. O prejuízo inicial só com o cancelamento das provas do Enem

foi de R\$40 milhões. O que se gastou naquele ano para investir na Inteligência foram R\$4 milhões.

Ou seja – vou concluir –, se nós não nos preocuparmos com isso seremos sempre prejudicados. Estaremos vulneráveis. Nesse caso, eu estou falando em termos financeiros também. É o contribuinte. É o que eu pago por meio dos meus impostos que é prejudicado.

Então, vale pensar um pouco nisso quando a gente pensar Inteligência.

Obrigado.

A SRª PRESIDENTE (Jô Moraes. PCdoB - MG) – Muito obrigada, Prof. Joanisval.

De imediato, eu queria passar a palavra ao Deputado Hauly, que foi convocado pelo seu Líder a comparecer ao Plenário da Câmara, estamos com uma pauta grande.

Tem a palavra V. Exª.

O SR. LUIZ CARLOS HAULY (PSDB - PR) – Obrigado, Deputada Jô Moraes.

Com uma nova dinâmica na nossa Comissão Mista, realmente está em um ritmo muito bom, retomando temas que estavam parados ou perdidos no tempo.

Caro Deputado, ilustres convidados Denilson Feitoza Pacheco, Joanisval Brito Gonçalves – prazer revê-lo –, e Edmar Furquim Cabral Vasconcellos Junior, a minha avaliação e constatação é a mesma do Estado brasileiro como um todo. Não há um oásis dentro do Governo. Não vejo, não enxerguei. Eu acordo, vejo a televisão, vejo o Sindireceita, o Sindifisco, cada categoria reclamando que falta pessoal, falta isso, falta aquilo.

Há um mês começamos a receber demandas da AGU por não haver recursos para pagar aluguel, para pagar custas do órgão responsável pela defesa do Estado brasileiro e de suas estatais e da execução fiscal e parafiscal. Olhamos o Orçamento da União, olhamos o Estado brasileiro: deficitário. Olhamos o setor de saúde: vai muito mal. Educação, idem; segurança pública: um milhão de pessoas assassinadas em 20 anos. Estradas, portos e aeroportos... Há uma degradação total, uma deterioração da estrutura pública e, com isso, os órgãos públicos de excelência, as carreiras de Estados, as atividades típicas de Estado, as principais atividades estão todas comprometidas pela escassez de recurso, concentrado apenas no pagamento da folha. Não tem capacidade de custeio, não tem capacidade de investimento. Isso extrapola para todos os outros níveis da atividade Governo. E a Inteligência não fica de fora. As Forças Armadas – temos tido audiência pública em comissões – com o sucateamento dos equipamentos, das máquinas.

Desde menino, quando comecei a vida pública, sempre fui muito positivista. Acredito no Brasil. O Brasil é uma grande Nação, é um grande País, mas muito mal gerido, muito malconcebido na sua organização de Estado. Temos todos os defeitos que não deveríamos ter e poucas virtudes na organização do Estado brasileiro. Isso vale para o Parlamento, Casa onde estou há 24 anos e meio.

Hoje a minha constatação é que temos quatro exércitos de Brancaneone: um no Senado, um na Câmara, um no Executivo e um no Judiciário. E os quatro exércitos cada uma para um lado, nenhum se encontra, não unem forças, não têm objetivos comuns. A Câmara e o Senado não têm responsabilidade porque não governa. Não há cogovernança, não há corresponsabilidade. Vota-se agora o que cada um entende que deve ser votado. O Executivo, por sua vez, isolado, fica na defensiva. Acabou a fase ofensivo do Poder Executivo, embora seja poderoso, extremamente poderoso, extremamente forte, extremamente rico, mas está entrincheirado na defensiva.

A lei é importante. Estamos discutindo o pacto federativo lá, estamos discutindo reforma eleitoral, estamos discutindo as reformas do ICM, enfim, várias reformas, várias atividades. O Congresso, a Câmara e o Senado, estão a pleno vapor, mas não tem qualidade. Nenhum projeto que passou por aqui nesse período tem qualidade.

Tem que votar? Vota. Não tem compromisso com o resultado da votação. Pode sair uma salsicha e pode sair uma mortadela; como sempre digo lá na Câmara, estamos com uma verdadeira fábrica de mortadela.

A autoestima brasileira está baixíssima no futebol – vamos ver se agora no Panamericano nos enchemos de ânimo, para nos preparar para as Olimpíadas, porque no futebol fomos para o brejo; estamos abaixo do volume morto. (Risos.)

A atividade política deixou de ser glamorosa; e a atividade pública também. Não pensem que só nós, Deputados, Senadores, prefeitos, governadores, todos os funcionários públicos estamos sendo espiados pelo público nacional. Os que estão mais ou menos preservado são os juízes e promotores nesse momento, mais ou menos preservados, com honrosas exceções.

Como reconstruir tudo isso? Como repactuar tudo isso? Como dar autoestima ao servidor, meritocracia, avaliação de desempenho, reorganizar o Estado brasileiro, enxugar o Estado brasileiro e servir de modelo a União para Estados e Municípios e vice-versa?

A arrecadação é de Primeiro Mundo: 35%, 36%, gasta 40%. O gasto é de Primeiro Mundo; o serviço, de Terceiro, Quarto Mundo. Então, como subsidiar tudo isso? Como discutir tudo isso?

Vocês são o serviço de Inteligência e olham o mundo? É um periscópio, não é? Vocês têm o seu braço na Marinha, no Exército, na Aeronáutica e seus adidos estão no mundo, sabem qual é a melhor corporação militar do mundo, sabem qual é a melhor escola do mundo. É a educação coreana, é o serviço de saúde francês, o serviço de saúde alemão 100% público. O nosso é misto e de péssima qualidade tanto para quem tem um plano de saúde quanto para quem está no SUS.

Ninguém quer trabalhar. Ninguém quer trabalhar. Quer ter os bens e os meios sem estudar e sem trabalhar. Desculpem dizer isso. Estou expressando o que estou sentindo. E essa questão nossa de homem público tem muito do momento. O momento me leva a dizer isso.

O General Elito estava aqui outro dia, antevendo a crise, que é continuada. A crise não terminou. Ela não está nem no meio. Vamos sair em 2016 ou vamos sair em 2017?

Então, quando você fala em orçamento, eu fico bastante preocupado, porque realmente não há mais como dividir esse recurso. Prefeitos vêm a Brasília, choram; governadores vêm aqui e choram; os Ministros vivem chorando, porque não têm recurso para nada. Você vai lá com alguma demanda, não tem. Segmentos estão todos sofridos. Então, realmente, nós estamos num péssimo momento.

Como é que sairíamos do volume morto? Como é que vamos sanear tudo isso e trazer água boa de volta? Como é que nós vamos defender o Brasil dos olhos do mundo?

Você tem razão, Denilson, o mundo não está olhando o Brasil com as suas reservas minerais: água abundante, sol abundante, terras férteis abundantes. Não utilizamos nada das nossas terras; utilizamos uma parcela muito pequena para a agricultura. A pesca inexistente no Brasil, com um imenso mar territorial. Então o nosso desafio, da elite brasileira pensante, da Inteligência, de políticos, governantes, é ajudar a construir esse novo modelo, esse novo momento. Acredito que a Presidente Dilma ainda tenha uma bracinha acesa, mas se ela não correr vai se apagar. E o que vem pela frente pode ser pior do que está agora. Estou falando com uma experiência de 42 anos de vida pública. Sou de oposição, mas preferia uma alternativa já, uma repactuação já, legítima, para que não tenhamos a desventura de chorar mais depois. Não sei, creio que a discussão é aberta, não é? Os quadros do Partido da Jô – eu me dou muito bem com o Aldo, sempre me dei, sempre tivemos muita convergência, desde que ele foi para a Comissão de Relações Exteriores, eu tinha sido Presidente e ele me sucedeu lá.

Então, nós temos que ter hoje uma abertura para o mundo.

O que eu quero?

Meu sonho de consumo é que o Brasil tenha um nível de governo igual ao do Canadá, que está aqui na América. Não quero ser igual ao americano. O Canadá é solidário, é fraterno, ele é diverso, muitas vezes mais complicado do que o Brasil, por causa da dicotomia inglesa e francesa. Os *québécois* conseguem, em toda a divergência, conviver com o conjunto

do Canadá. Por que nós, que temos mais ou menos uma homogeneidade, não conseguimos essa Federação?

A reunião, o pronunciamento de vocês me levou a essa reflexão. Nunca tinha feito nada assim, mas parece-me que nós temos que ter uma corresponsabilidade maior. Todas as carreiras de Estado, as principais, as típicas são compostas por pessoas de altíssimo nível. Você pode ir à Receita, você pode ir à AGU, você pode ir à Abin, à Marinha, ao Exército, à Aeronáutica, enfim, a elite da Câmara, nossa elite da Câmara, do Senado, estou falando de funcionários que subsidiam e que poderiam ter uma função mais proativa nesse processo. Não há luz em governante único.

Eu estou convencidíssimo da necessidade de, no médio prazo, passarmos para o parlamentarismo da corresponsabilidade, para aperfeiçoar o presidencialismo. O presidencialismo no Brasil precisa ser aperfeiçoado. E, para ser aperfeiçoado, precisa da corresponsabilidade do Parlamento, porque, na hora em que um Deputado ou Senador votar uma medida que onera o contribuinte, que onera a sociedade, ele tem que saber que é corresponsável junto com o Governo. E hoje não há compromisso de ninguém, nem dos Partidos da Base.

Então, não dá para continuar desse jeito. A conta não fecha. O País não anda. Nós estamos recuando. E temos pressa! Está aí essa juventude de milhões de jovens. Daí o banditismo, quer dizer, morre um bandido, nascem dois, diz o compositor. É isso mesmo.

Vamos construir uma nova legislação, mas também convocando vocês a pensar mais amplamente do que o segmento. Está certo. O servidor público da sua carreira típica pensa só aquele segmento, mas ele tem que pensar que não vai sobreviver se o conjunto todo... Somos um corpo. Se o meu rim não funciona ou o meu fígado, o meu coração vai padecer, vai ser um ente doente. Daqui a pouco dá septicemia.

Obrigado.

A SRª PRESIDENTE (Jô Moraes. PCdoB - MG) – Obrigada, Deputado Hauly, sobretudo pela contribuição que V. Exª dá no sentido de criar perspectiva, ao invés de alimentar o fogo, a instabilidade política, propor uma repactuação pelo Brasil, em defesa da economia nacional e do Estado democrático de direito.

Passo a palavra ao Deputado Pastor Eurico.

V. Exª, Deputado Hauly, é um positivista bem-vindo. Pode atender ao seu Líder, porque eu já recebi os recados de lá.

Deputado Pastor Eurico.

O SR. PASTOR EURICO (PSB - PE) – Presidente, eu gostaria de saudar V. Exª, saudar os nobres expositores, Dr. Edmar, que tenho o privilégio de conhecer agora, assim como o Dr. Denilson. Com o nosso Prof. Joanisval já tivemos outros encontros. Eu me sinto feliz em estar aqui e agradecido a V. Exª pela confiança e a consideração. E quero parabenizá-la também pela sua grande preocupação, até porque, no mandato passado, eu a admirava como mulher e também por ser diferente em alguns posicionamentos que são bons para o Brasil. A senhora sempre teve destaque. Agora, tanto na Comissão de Relações Exteriores como aqui, nesta Comissão, nós temos o privilégio de nos conhecermos cada vez mais.

É claro que é o Líder Bruno, que faz parte desta Comissão – na sua ausência, estamos participando –, mas não tive o privilégio de ser indicado pelo Partido, haja visto que outro fora indicado.

Até fiquei preocupado, quando você falou da comissão, eu vi uma correria tão grande de gente querendo vaga! Eu às vezes fico preocupado e penso que esse negócio deve se tão bom! Mas a preocupação é esta: onde estão as pessoas que brigaram tanto por vaga?

Às vezes, lamentavelmente, eu tenho tido algumas decepções aqui. O Deputado Hauly tem sido um referencial também para nós. Existem algumas coisas que parece que dão um pouco de mídia. Agora estou na Comissão de Investigação, e falam em Abin. Lá fora, para quem conhece um pouco e dá esses detalhes, da Abin, por exemplo, e diz que está participando de uma comissão da Agência Brasileira de Inteligência, parece que se está

fazendo uma propaganda nas redes sociais para o eleitor. O problema é que o eleitor não acompanha o trabalho dos seus Parlamentares. E aqui é muito fácil: a pessoa marca a presença e sai. Tenho algumas dificuldades, até porque não sou de briga. Como sou de Pernambuco, e alguns conhecem a linguagem nordestina, às vezes damos um boi para não entrarmos numa briga, mas a boiada também não se tira.

Vejam só, eu me preocupo com esse detalhe. Eu acho que a Inteligência é o máximo de uma nação, até porque ela pode ser aplicada para um lado ou para o outro, como foi dito aqui. Mas dói ouvir as desgraças que estamos tendo no Brasil por falta de investimentos pontuais em alguns setores. Quando olhamos para as propagandas das mazelas de desvios e de tantas falcaturas, isso dói.

E eu começo pelo fim: esse miserável orçamento foi colocado aqui! Eu ia questionar no início: será que está certo mesmo? Isso aqui é anual ou até agora? Sua colocação, Professor, pelo amor de Deus!

Claro, nós temos um referencial hoje de Inteligência, principalmente do Estado de Israel, que realmente dá uma lição para todo mundo. É deste tamanho Israel! Mas eles conseguem fazer o que ninguém faz no mundo. Eles investem nisso aí. Investimento para eles se chama proteção, zelo pelo Estado de Israel. Os Estados Unidos fazem sua parte também, vejam como eles trabalham no FBI. Mesmo com todo o investimento que eles fazem e com toda a liberdade que eles têm para atuar, o World Trade Center mostrou que quem fazer o mal... A Inteligência para o mal, às vezes, parece que supera o outro lado, e os Estados Unidos foram surpreendidos. "Nós estamos num País pacato, o Brasil não tem problema". Nós não podemos mais acreditar nessa história. E há um detalhe: todo mundo sabe que sou pastor e me preocupo com isso, pelo fato de que, hoje, temos um movimento internacional contra os cristãos. Não vou falar aqui de religiosidade, mas de um país cristão, que é exatamente o Brasil. Nós corremos risco com esses movimentos ultrarradicais que estão no Planeta.

O Brasil desagrada em alguns posicionamentos que ele tem tomado, e, com certeza, não é à toa que apareceram e já vazaram as informações dos chamados lobos solidários. Esses aí são um problema e estão exatamente tentando agenciar pessoas com essa ideologia desgraçada.

Acho que nós temos tido muitas dificuldades. V. S^a colocou muito bem sobre a Presidente da República. A Presidente da República, puxa vida! A Presidente da República! Conseguiram entrar nos meios de comunicação dela. É difícil!

Dr. Edmar, fiquei preocupado. O senhor disse uma coisa aqui que eu não sabia. Disse que é vivendo e aprendendo. O senhor falou do art. 5º da Constituição, inciso XII, e trouxe algo que, para mim, é falcatura.

(Intervenção fora do microfone.)

O SR. PASTOR EURICO (PSB - PE) – Na verdade, é importante isso aqui, mas a forma como foi colocado não está correta. Ora, mas é necessário isso aqui! É absurdo! Tem que haver liberdade para investigação. Não existe isso! Investimento em liberdade.

É preciso pensar, nobre Presidente, como fazer isso. Acho que a Comissão precisa trabalhar essa questão. Eu não diria que ele fez uma denúncia. Ele chamou o alerta, botou a luz para funcionar. São situações difíceis que estamos vivendo.

Foi citado aqui o que vai acontecer: mais eventos internacionais. Estamos com o País vulnerável. Os senhores sabem, nós temos uma fronteira desgraçada. São 17km de fronteira desguarnecida, por onde passa tudo. Se pensarmos em tráfico de droga, é um problema.

Ora, por que o crime é chamado de "organizado"? É porque eles são inteligentes mesmo. Às vezes vão na nossa frente.

Deputada, V. Ex^a sabe muito bem que nós temos dificuldades. Somos vizinhos dos três maiores produtores de coca do Planeta – Peru, Bolívia e Colômbia – e do segundo maior produtor de maconha. E o narcotráfico e o tráfico de armas funcionam paralelamente. Essas

peessoas fazem coisas absurdas. E, lamentavelmente, qualquer investigação que supostamente seja considerada clandestina não tem valor nenhum. Nem escutas telefônicas que mostram coisas graves têm valor. O bandido, a pessoa que quer o mal se arma juridicamente e, se a investigação for clandestina, não vale.

Às vezes falam em ditadura militar. Eu temo também o regime militar. Penso que, se houve ações arbitrárias no regime militar, que sejam investigadas. Eu sempre disse que não sou contra a Comissão da Verdade. Ela pode existir, mas tem que apurar a verdade verdadeira. Tem que apurar os dois lados, porque houve problemas dos dois lados. Então, quem deve, que pague. Mas pelo menos havia este detalhe: os chamados subversivos eram investigados. Apesar das mazelas que envolvem alguns fatos negativos, havia facilidade para alguns problemas do Brasil.

Hoje, Prof. Joanisval, eu vejo como é importante investir em inteligência no Brasil, porque este é um país cobiçado. Temos muitas riquezas.

Eu pergunto: Dr. Denilson, na Inteligência tem alguém protegendo os índios? Às vezes, no que diz respeito às questões indígenas, eu fico rindo quando dizem que há pessoas protegendo os índios. São aqueles grupos internacionais que os protegem, mas eu não vejo esses grupos presentes nas catástrofes que acontecem quando avalanches ou barreiras caem e pessoas morrem. Eles não vão ajudar. Eles só querem proteger índios. E a Inteligência sabe que eles não estão protegendo os índios, eles estão protegendo o que está embaixo da terra dos índios. Quantas riquezas nós temos aí! E tem tanta gente!

Um dia desses, participei de um evento na Amazônia, e fiquei curioso porque a legislação diz que estrangeiro pode ter até x hectares. A pessoa vem de fora e compra uma parte da terra; vem um parente seu e compra outra; vem outro e compra outra. Daqui a pouco, ele tem todo um território. Puxa vida! São situações que precisamos observar. Essa questão de segurança é muito séria.

Deputada Jô, V. Ex^a tem sido um baluarte. Eu acredito que o seu trabalho não é em vão. Nós temos que bater de frente com tanta coisa, e parece que há pessoas que não têm muito interesse no assunto. Peço desculpas, eu não tenho nada pessoal contra alguns radicais do Governo que aí está, mas parece que há o interesse de alguns de que nós vivamos uma anarquia, uma vulnerabilidade, para que eles se sobressaíam em suas atitudes.

É difícil, mas o Brasil precisa acordar. E quando eu olho para a Abin, que é um nome tão bonito, Agência Brasileira de Inteligência, quando eu olho para o senhor, Dr. Edmar – com todo respeito, não vou chamar o senhor de velho –, pelo tempo que tem na Abin, e por suas cãs brancas, com certeza, se dessem liberdade para o senhor trabalhar, como deve ser feito, nós teríamos outros resultados no Brasil.

Se houvesse investimentos, Dr. Denilson, como deveria haver, teríamos resultados. Talvez não tivéssemos um estádio tão bonito aqui em Brasília, que nem time tem para isso, ou em meu Estado, Pernambuco, em que construíram um grande, com problemas, e, no final, quem está pagando a conta são os pernambucanos. Mas eu acho que, acima da vaidade, está a proteção da Nação. Todos nós estamos vulneráveis, e não apenas em relação a investigar telefone. Não é isso. É que podemos, a qualquer momento, ser surpreendidos – que Deus o livre – por algo semelhante ao World Trade Center ou por algo que venha causar prejuízos grandes.

Parabéns a V. S^{as}, que estão se desdobrando, aos trancos e barrancos, como se diz no meu interior, V. S^{as} têm feito um grande trabalho. Parabéns! Estamos juntos para somar.

Deputada, a senhora manda e eu obedeço. O que a senhora disser, estamos juntos para fazer e, se for para o bem do Brasil, a senhora sabe que pode contar com o seu pequeno conservo, mas 24 horas pronto para lhe atender.

Muito obrigado.

A SR^a PRESIDENTE (Jô Moraes. PCdoB - MG) – Obrigada, Deputado Pastor Eurico.

Cumprimento V. Ex^a, inclusive, porque é um dos poucos que compreendem a importância das atividades de Inteligência e está sempre presente. Só quero lembrar ao senhor que está terminando a votação nominal, o seu pessoal deve estar avisando e o senhor conhece o nosso Presidente. Eu acho que nós... (*Risos.*)

A SR^a PRESIDENTE (Jô Moraes. PCdoB - MG) – É porque ele tem que ir votar. Eu vou tentar, depois, convencer o meu Presidente de justificar, mas ele não justifica não.

Mas eu acho que estamos caminhando. Foi uma excepcional audiência pública. Acredito que o Dr. Edmar, o Dr. Denilson e o Prof. Joanisval deram uma contribuição decisiva. Acho que deram a arrancada, para que possamos acelerar o conjunto de propostas que têm que sair desse período.

Nós estamos vivendo – e é preciso ter muita consciência disto – num mundo de grande instabilidade geopolítica. Não somos uma ilha. Essa instabilidade geopolítica é também alimentada por uma crise econômica de proporções já citadas aqui e de consequências que nós não podemos prever, indefinida. Acho que nesse sentido nós temos como convicção fortalecer os instrumentos de soberania nacional que são fundamentais. O principal instrumento de soberania nacional é o fortalecimento de suas políticas de Estado, das suas carreiras de Estado, e nisso se incorpora tanto a Política Nacional de Inteligência como os órgãos de inteligência do País. Cabe a nós, que estamos neste momento no *front* de uma batalha, fazer o máximo que pudermos nessa dinâmica muito complexa que o Brasil vive hoje.

Eu achei interessante a figura que o Deputado Hauly colocou: quatro exércitos de Brancaneone se digladiando entre si. Eu acho que ele levanta, até como Parlamentar de oposição, uma perspectiva nova; é uma repactuação em defesa do Brasil. Não interessa a ninguém a instabilidade das instituições democráticas. Aqueles que tentam construir esse clima estão trabalhando contra o Brasil. Por isso é que aqui cabe, essencialmente, defender a economia nacional, defender o Estado democrático de direito. E, dentro dessa estrutura do Estado democrático de direito, entre as suas diferentes instituições, a inteligência é uma das essenciais para que se possam alimentar decisões necessárias e adequadas.

Deixo apenas duas questões, e mesmo que não dê tempo para as exaurirmos hoje, que possamos discuti-las.

A primeira questão é que a Inteligência privada, nesse roteiro, não se adapta nem à Inteligência do Estado, como o Dr. Denilson colocou, nem à Inteligência executiva. Então, pergunto: nós temos condições ou precisamos regulamentar a Inteligência privada, que se realiza à revelia de qualquer estrutura de regulamentação?

E a segunda questão é em função do que o senhor colocou: que a Inteligência executiva deve ter uma dinâmica própria, não sei, entendida ou confundida com a Inteligência de Estado, que é o que estamos tentando regulamentar aqui. E acho que o resultado desta audiência pública nos apresentou muito bem, desde a sistematização do Dr. Edmar ao conjunto de acréscimos que os senhores fizeram. Mas é necessário, é preciso fazer essa regulamentação? É possível se avançar num controle apenas na regulamentação da Inteligência de Estado, quando vai existir, provavelmente, um cruzamento de informações que não estarão coordenadas ou controladas, como a Inteligência de Estado está, até pela regulamentação que se colocou?

São questões sobre as quais precisamos refletir e dar continuidade.

Chegaram aqui para nós várias questões pelo Portal e-Cidadania, que eu vou aproveitar e ler, e os senhores já usarão seu tempo final para colocar as propostas – não concluir, porque eu acho que nós apenas começamos a organizar as propostas, e os senhores vão ser parceiros fundamentais da Comissão –, para que possamos tirar alguns indicativos.

Comentário do João Carlos:

Pelo jeito, a Abin não precisa apenas de apoio de sociedade brasileira: é preciso que seus dirigentes, Presidente da República, Ministro-Chefe do GSI e Diretor-Geral conheçam a importância da Inteligência, para um País num mundo atual, e como ela realmente deveria funcionar.

Pergunta de Gills Vilar Lopes: "A falta de concurso público e o déficit de pessoal não prejudica o andar da Abin, colocando em risco, consequentemente, a segurança do Estado e da sociedade brasileira?"

Pergunta de Robson Menezes: "Gostaria de saber a respeito do próximo certame, como previsão de data, número de vagas, etc..." (Risos.)

Comentário de Bruno Alberto:

Excelente pauta proposta pelo Prof. Joanisval Gonçalves. Estabelecer mandato claro e competência para as Agências de Inteligência contribuiria muito para o aprimoramento da atividade. É também importante se discutir a subordinação da agência civil (Abin) a um ministro militar.

Comentário de Anna Flavia Schmitt Wyse Baranski:

Envio o meu total apoio para que a Inteligência seja fortalecida. Não é possível que ainda estejamos embalando um 'tabu' em relação a ela. O Brasil precisa de investir nela para que todos os setores tenham a oportunidade de um bom plano de Inteligência para este País avançar.

Comentário de Gustavo Gabriel: "Nessa reforma da legislação, está prevista a intenção de colocar os cargos de oficiais e agentes de Inteligência para brasileiros natos?"

Comentário de Jhonatan Batista Santos:

Perfeita colocação do Dr. Denilson: os vazamentos de Snowden causaram problemas para os EUA, e revelou-se, acima de tudo, a ineficiência da contrainteligência no Brasil. Espero que os agentes políticos atentem para essa pauta e deem ao tema a vital importância que ele merece.

Pergunta de João Carlos: "Pergunta simples. Até quando um órgão civil (Abin) ficará subordinado aos militares? O que é preciso para mudar esse quadro atual, além de vontade política?"

Essas questões foram colocadas através do nosso e-Cidadania, e eu queria passar a palavra aos senhores, sugerindo em torno de sete minutos, compreendendo apenas a dinâmica que está ocorrendo na Casa. Às vezes, a nossa ausência em uma votação de matéria importante compromete-nos, não com os eleitores, mas com o próprio Brasil. E sugiro que os senhores deem continuidade, enviando à Comissão algumas propostas muito concretas, a partir do que foi colocado hoje.

Dr. Edmar Furquim.

O SR. EDMAR FURQUIM CABRAL DE VASCONCELLOS JUNIOR – Com relação à questão do concurso público, a Abin está fazendo gestões junto ao Ministério do Planejamento, no sentido de conseguir vagas para Oficial Técnico de Inteligência, Agente de Inteligência e Agente Técnico de Inteligência. Deve haver um concurso em breve, mas o número de vagas que possivelmente será autorizado pelo Ministério do Planejamento está

muito aquém do que foi solicitado pela Abin, logicamente em função das contingências que o País atualmente enfrenta. Mas deve haver, sim, concurso, embora com menos vagas do que pretendíamos. Esses concursos são essenciais porque, em 2018, se não houver concurso público, a agência vai estar em uma situação muito grave em termos de pessoal, em função das aposentadorias que estão ocorrendo. Todo mês, há cerca de 40 ou 50 colegas se aposentando, nos últimos meses, e isso está agravando muito a questão de pessoal na Abin.

Com relação à questão colocada, Deputada, dos brasileiros natos: sim. Isso é um dos quesitos em que a Abin se apoia nessa PEC, nessa proposta de emenda à Constituição. Isso, logicamente, tem que ser motivo de alteração constitucional, mas, sim, está previsto para que somente brasileiros natos possam fazer parte dos quadros da Abin.

Eu acho que é isso.

A SRª PRESIDENTE (Jô Moraes. PCdoB - MG) – Obrigada, Dr. Edmar.

Depois, eu acredito que o senhor vai deixar registradas as informações que o senhor colocou como propostas ali, para que possamos...

(Intervenção fora do microfone.)

A SRª PRESIDENTE (Jô Moraes. PCdoB - MG) – Obrigada.

Dr. Denilson.

O SR. DENILSON FEITOZA PACHECO – Apenas para situar, eu tenho uma outra *expertise*, além dos estudos de atividades de Inteligência, que é o Direito Processual Penal, obra publicada, citada até pelo Supremo Tribunal Federal e pelo STJ. É um outro campo de estudo meu.

Nesse campo de Direito Processual Penal, eu já vi três projetos abrangentes tentando mudar o Código de Processo Penal. O primeiro caiu, o segundo caiu, e o terceiro parou, parecia que ia. Então, eu compreendo que, em termos ideais, seria o ideal projetos abrangentes, como as propostas de Emenda à Constituição – tínhamos as 398 e 67 – depois, passamos lá na Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional do Senado, e saiu imediatamente a seguinte, a 67, de 2012. São projetos abrangentes. Seria o ideal, num mundo ideal, que tivéssemos uma PEC, uma lei orgânica, mas, no Direito Processual Penal, o que eu vi, depois de cerca de 35 anos atuando também nessa área, é que esses projetos muito abrangentes têm grande dificuldade de passar no Congresso. Muita. Qual foi a estratégia adotada em 2001? Foram os projetos setoriais. Nós não podemos esperar indefinidamente, como aconteceu no processo penal, que haja uma mudança significativa.

Qual foi a grande mudança que ocorreu, por exemplo, na segurança pública desde 1988? Não há uma grande mudança. A grande mudança foi a Constituição de 1988. De 1988 até hoje, não aconteceu nada realmente significativo na área de segurança pública. É muito difícil mudar cultura, legislação. Então, a estratégia foi setorial. Foram elaborados onze projetos setoriais. Eu acho que já oito deles foram aprovados.

O que eu estou tentando dizer em termos de estratégia? Misturar coisas diferentes, Inteligência de Estado, essa Inteligência que eu chamo de natureza executiva, ou seja, a Inteligência que é desenvolvida em instituições que têm poder de polícia; são coisas extremamente diferentes. Há uma unanimidade em Estados Unidos, Canadá, Reino Unido, na maioria dos países europeus desenvolvidos, como Alemanha, França e Espanha, de que não se pode misturar a Inteligência de Estado com o poder de polícia. É a única divergência que eu tenho em relação ao colega. Definitivamente, se há uma coisa unânime e pacífica no mundo, é não colocar investigação criminal, que é poder de polícia, dentro de uma atividade de Inteligência. Por quê? Porque, quando se faz isso, trava-se a Inteligência do Estado, que passa a não ter a liberdade que ela precisava para subsidiar o tomador de decisão máximo de um país. Quando se coloca poder de polícia dentro de uma instituição ela passa a ter os limites próprios do poder de polícia. Por isso, são profundamente diferentes. Se tentarmos fazer um projeto que abranja, por exemplo, as operações da Inteligência de Estado mais as da Polícia, mais as do Fisco, mais as do Ministério Público, mais as do penitenciário, mais as

da Inteligência de controle, mais as da Inteligência da guarda municipal, isso é uma missão impossível. Estamos fadados a ver o que eu vi no Direito Processo Penal, fadados a ver não acontecer.

Por partes, primeiro, Inteligência privada, Inteligência empresarial sequer é considerada como atividade de inteligência do ponto de vista acadêmico. Ela é outra atividade que as empresas exercem para poder obter dados e produzir um conhecimento para tomar decisões empresariais. Do ponto de vista do Estado, isso não é atividade de inteligência. Isso é um primeiro ponto. Podemos dar até o mesmo nome pela semelhança dos métodos. O método nos ilude muito. Quando se usa o mesmo método... Técnicas de entrevista são conversar com alguém e extrair informações – até um psicólogo faz isso. Mas quando a Inteligência de Estado faz isso, isso tem características próprias, isso tem uma forma própria de atuar. Agora, se um policial faz isso, objetivando produção de provas, o limite não é o limite da Inteligência de Estado, o limite é o limite do Direito Processual Penal. Quando a Inteligência fiscal faz isso, o limite é o limite da legislação tributária. Quando a Inteligência penitenciária atua, o limite é a lei de execução penal e a legislação penitenciária. Essas Inteligências de natureza executiva já têm um regime constitucional próprio e já têm legislações que já limitam a atuação deles.

Se a gente jogar tudo num balaio de gato, é o problema que acontece hoje – toda vez que se vai discutir a Inteligência de Estado, se quer discutir a inteligência isso, a inteligência aquilo. Há outras frentes para se discutir essas inteligências.

O núcleo da Inteligência de Estado é discutir o que ela é no seu âmbito próprio, destinado ao tomador de decisão máximo, sem desvalorizar em nada as inteligências de natureza executiva. Quer saber o porquê? Porque ela já tem poder que não acaba mais – poder de polícia. É poder que não acaba mais. Por isso, se se colocar, se fundir dentro de uma Inteligência de Estado o poder de polícia, nós já sabemos para onde isso vai. Esse é um poder absolutamente incontrolável.

Então, é a única divergência. No resto, nós concordamos com tudo, porque isso é pacífico. Segundo qualquer estudioso no mundo, sério, em todos os países desenvolvidos, esta questão é pacífica: não podemos fundir as duas coisas.

Portanto, uma estratégia para abordar modificações legais seria com projetos setoriais, um projeto setorial de iniciativa do Congresso. Já coloquei a minha posição: para mim não é privativo da Presidência da República resolver isso. Por que como essas Agências federais atuam sem ter o "como" regulado? É uma coisa assustadora.

Nós temos dois problemas muito graves: nós não temos o "para quê", pela falta de uma política nacional, e não temos o "como". Então, afinal... "Ah, mas o pessoal é sério." É sério, mas e aí? Eu coordeno uma especialização em que eu já tive mais de 50 chefes de Agências de Inteligência como alunos, inclusive o Diretor da Polícia Federal, quando era Diretor da Inteligência da Polícia Federal.

Nós não vemos as Agências de Inteligência querendo descambar, atuar fora da lei. Isso é muita fantasia. Todo mundo está querendo se adequar à lei. Isso é geral. Tenho acesso a mais de 100 Agências de Inteligência no País. Está todo mundo desesperado pela lei, todo mundo querendo atuar conforme a legalidade. O que eu vejo são mais de 200 alunos ocupando níveis estratégicos no País. Tive alunos de todas as Forças Armadas, de praticamente todas as Agências, inclusive alunos oficiais de Inteligência da Abin. Há um clamor pela legalidade, e quem pode resolver isso é o Parlamento, a meu ver.

Então, eu penso que, além das grandes estratégias – como a de tentar tocar a PEC nº 67, que é uma coisa muito difícil pelo quórum muito alto, e tem que haver um interesse muito grande para que ela ande –, deve haver o ataque setorial. A questão das prerrogativas dos oficiais e agentes de Inteligência é um projeto setorial. As operações, outro projeto setorial. A questão da "Inteligência privada", entre aspas, é uma outra questão fora dessa discussão, porque não se trata de Inteligência de Estado nem de Inteligência – abre aspas – de "natureza

executiva", que o nome que eu estou dando para a Inteligência que tem dentro o poder de polícia.

Então, são questões distintas que nós temos que, a meu ver, atacar conforme projetos setoriais, que têm muito mais chances de atuar. Nós sabemos que os mandatos da CCAI são curtos, porque a Presidência tem uma alternância democrática, o que é correto. Então, a melhor estratégia para conseguirmos um resultado de longo prazo é a estratégia setorial.

E não falta gente séria. Ontem, me preparando para esta reunião, eu tive uma reunião de uma hora com o Prof. José Manuel Ugarte. Hoje, na associação internacional, nós temos o principal pesquisador do Canadá...

(Intervenção fora do microfone.)

O SR. DENILSON FEITOZA PACHECO – ... o Martin Rudner, de renome internacional. Temos o principal pesquisador do Chile; temos o principal pesquisador de Portugal; o principal da Argentina; todos os principais pesquisadores de Inteligência do País, do Brasil. Nós estamos – esta é a mensagem da Inasis – à disposição, não só no Brasil, mas esses colegas dos outros países estão se colocando à disposição para ajudar o Brasil a construir este modelo, que é um modelo necessário.

O Domenico De Masi, que é um Sociólogo de renome internacional, escreveu uma obra que é imperdível, *O Futuro Chegou*. Ele fala que o Brasil não é um mero país; o Brasil é uma civilização. Ele examina lado a lado da civilização greco-romana, civilização chinesa, indiana, civilização cristã, civilização judaica. Para ele, o Brasil é o único país que possui em embrião, apesar de todas as falhas, que ele relata no livro dele, um possível modelo de civilização para a humanidade.

Então, nós temos uma responsabilidade a cumprir, temos que ocupar o nosso papel no mundo, e isso não é possível sem a atividade de Inteligência com o devido controle parlamentar e com o devido regime jurídico.

Essa é a minha observação.

A SRª PRESIDENTE (Jô Moraes. PCdoB - MG) – Obrigada, Dr. Denilson.

Prof. Joanisval.

O SR. JOANISVAL BRITO GONÇALVES – Vou ser brevíssimo.

A SRª PRESIDENTE (Jô Moraes. PCdoB - MG) – Creio eu...

O SR. JOANISVAL BRITO GONÇALVES – Apesar de ser difícil alguém que é professor e advogado, que convive com políticos, ser breve em uma exposição.

A SRª PRESIDENTE (Jô Moraes. PCdoB - MG) – Isso. Duvido, mas eu queria só que cumprisse... *(Risos.)*

O SR. JOANISVAL BRITO GONÇALVES – Vamos lá. Sendo bem breve, eu acho que a gente já consegue ter o primeiro diagnóstico da repercussão desta audiência pela quantidade de perguntas que nós tivemos aqui, não só pela presença, que surpreende, em razão das outras atividades da Casa, mas pelo público que, certamente, está acompanhando ou acompanhou esta audiência.

Então, eu vou ser pontual com relação a algumas perguntas. Primeiro – vou vir de trás para frente –, o brasileiro nato exclusivo para... Eu tenho algumas ressalvas.

Antes de mais nada, tudo o que eu estou dizendo aqui, assim como tudo o que eu disse antes, são posições pessoais minhas, não refletem a percepção de nenhuma organização a qual eu esteja vinculado, tampouco da Inasis, de que sou membro também.

O SR. DENILSON FEITOZA PACHECO *(Fora do microfone.)* – Vice-Presidente.

O SR. JOANISVAL BRITO GONÇALVES – O Denilson se lembrou desse detalhe.

Brasileiro nato ou naturalizado para ocupar carreira de inteligência? Realmente, eu tenho as minhas dúvidas, e eu vou ser muito sincero. Do ponto de vista jurídico, seria necessária uma reforma na Constituição, uma emenda à constituição para alterar esse quadro.

Do ponto de vista prático, não sei se em razão da minha primeira formação como internacionalista, eu acho que essa é uma perspectiva menor, um tema menos preocupante. "Nossa, como eu vou ter um brasileiro naturalizado trabalhando na área de Inteligência?" Vou ser muito sincero: a experiência tem demonstrado que, muitas vezes, os vazamentos ou os problemas são gerados por brasileiros natos. E um brasileiro que veio para o Brasil, aqui se estabeleceu, se naturalizou, muitas vezes tem muito mais amor por esta terra, e vai trabalhar muito mais em defesa desta sociedade do que alguém que nasceu aqui pelos desígnios do Criador, mas é uma percepção muito pessoal, que também está relacionada à minha outra percepção sobre sair a Abin do controle militar.

Bom, hoje a Abin está no GSI. Eu acho que, mais do que discutir se é militar ou civil que tem que estar à frente da organização, deve se tratar do fato de que a organização é uma organização civil de Estado, e tem que estar vinculada a uma autoridade decisora. Se ela é civil ou militar, isso não é, na minha opinião e percepção pessoal, significativo. E eu vou dizer o porquê. Porque eu trabalho e estudo Inteligência há mais de 15 anos, eu posso afirmar, com muita tranquilidade, que dos melhores profissionais de inteligência que eu conheci, uma parte significativa era de militares. O militar sabe lidar com Inteligência, sabe fazer Inteligência, porque senão ele morre, ele perde a guerra. É natural.

Agora, nós temos profissionais civis, e isso é importante destacar, de altíssima qualidade na área de inteligência. Eu cito, por exemplo, a Inteligência da Receita, uma das mais competentes que nós temos aqui. Eu cito um ramo novo da Inteligência que tem atuado, que é a Inteligência do Ibama; novo, mas tremendamente profissional.

Tudo isso eu estou dizendo para assinalar que, mais do que a preocupação se são civis ou militares tocando a Inteligência, devemos ter um corpo técnico preparado – sou muito afeito à doutrina –, com uma formação doutrinária. E o papel da escola de Inteligência é fundamental nesse sentido, e esta Comissão tem a prerrogativa de tratar dos temas curriculares da escola de Inteligência também – é bom lembrar –, uma escola que forma profissionais capacitados. De um lado, doutrina; de outro, legislação, e uma legislação que dê garantias aos profissionais e que puna aqueles que porventura venham a violar a lei. Com isso, eu acho que a gente dá passos significativos.

Inteligência privada é um tema muito complexo. A PNI fala que a atividade de Inteligência é uma atividade eminentemente de Estado.

Porém, a realidade é no sentido de que nós temos uma série de organizações privadas que usam meios e métodos de inteligência. Se isso é inteligência, eu tenho as minhas dúvidas; mas eles usam meios e métodos. O que nós podemos, sob uma perspectiva estatal, é tentar exercer algum controle ou, além desse controle efetivamente – e a legislação passa por isso –, dar recursos para órgãos do Estado terem condições de controlar essa inteligência privada. Mas já antecipo que é algo muito difícil.

E para fechar... E olha que eu estou no tempo; impressionante, Deputada!

Mas vamos lá. De novo, a Deputada trouxe um ponto que é chave aqui também: mais do que discutir os problemas – e precisamos trazer os problemas para ter um diagnóstico –, devemos pensar nas soluções.

A CCAI tem atuado neste ano, – não combinei com a Deputada de falar isso – mas, desde o primeiro momento, ela vem com essa proposta de que nós precisamos fazer alguma coisa, de que nós precisamos ser propositivos, de que nós precisamos alterar... E, se alguém tem competência para isso, é esta Casa, é o Congresso Nacional. Esse cenário é um ponto, e realmente o Congresso tem como atuar em diferentes frentes.

(Soa a campanha.)

O SR. JOANISVAL BRITO GONÇALVES – Eu tenho um minuto ainda.

No que disse o Pastor Eurico e sobre a preocupação do Deputado Haully também, já faço um convite – não sei se teria autoridade para isso –, lembrando que, em breve, nós

teremos uma outra audiência pública aqui, uma audiência para tratar de terrorismo e grandes eventos ou da atuação da inteligência – e certamente perpassa o terrorismo.

Eu, há algum tempo, estudo o terrorismo no Brasil, e me preocupa muito, ao fazer um diagnóstico, a situação em que nós nos encontramos hoje em termos de preparação para possíveis ações e vulnerabilidades que nós sofreremos, que nós temos. Esse é um ponto que merece atenção desta Comissão, do Parlamento e que deve ser discutido.

Eu fecho falando sobre esse tema, citando um amigo, o Delegado Adriano Barbosa, da Polícia Federal. O Adriano estuda terrorismo e ele sempre chama atenção para o fato que um país pode ser base, palco ou alvo de ações terroristas. Um país das proporções do Brasil tem que estar muito atento para não ser palco de ações terroristas. E o Congresso tem esse papel de discutir isso, de chamar atenção para o problema.

Obrigado, Deputada. Consegui nos sete minutos.

A SRª PRESIDENTE (Jô Moraes. PCdoB - MG) – Eu queria dizer que a gente registra uma vitória inenarrável: o senhor, professor, conseguir cumprir um tempo. (Risos.)

E, mais do que isso, ter uma síntese de concisão de propostas que, sem dúvida nenhuma, esta Comissão registrará.

Eu queria agradecer as contribuições. Eu acredito que a gente sai com uma determinação aqui: primeiro, a compreensão de que a iniciativa legislativa sobre a área de inteligência não necessariamente é prerrogativa do Executivo. Vamos enfrentar os desafios regimentais que sejam colocados.

Segundo, que nós já temos um corpo de consultores para apresentar propostas legislativas que possam ser assinadas por esta Presidência, pelo Vice-Presidente, Senador Aloysio Nunes, e, sem dúvida nenhuma, pelos demais Deputados.

Terceiro, que nós faremos um esforço de regulamentação não global, mas de regulamentação pontual. Eu acredito que o Dr. Edmar já fez algumas indicações muito interessantes que podem transformar-se em textos legais para serem apreciados.

O objetivo central nosso é quebrar essa visão de que a inteligência é algo distante da vida cotidiana da sociedade, algo que não interessa à sociedade. Na última entrevista que eu dei sobre outras questões, eu lembrava que a atividade de inteligência, nos Estados Unidos, na França, no Reino Unido, provocou uma produção cultural, inclusive, cinematográfica. Do ponto de vista feminino, nós tínhamos a Mata Hari, como uma das lideranças e referência. Isso para mostrar que era algo que precisa ser compreendido pela sociedade como essencial e necessário para sua segurança.

Quero agradecer a presença e a contribuição de todos que estiveram aqui, de todos e todas que estiveram assistindo a esta reunião.

Vamos, como deliberação e em uma construção com o Senador Aloysio, manter a maioria das reuniões da Comissão de Controle da Atividade de Inteligência abertas. Eu acredito que o que nós precisamos neste momento é apresentar à sociedade a atividade de inteligência como algo essencial – mais do que nós Parlamentares nos informarmos. Evidentemente, vamos ter os relatórios que a Abin nos fornecerá, o caráter sigiloso desses relatórios, mas o debate em si, sem dúvida alguma, queremos que se realize em atividades abertas, já que o Regimento nos permite. Por isso nós já votamos na reunião anterior que esta reunião fosse aberta.

Nada mais havendo a tratar, declaro encerrada a presente reunião.

Boa tarde a todos.

(Iniciada às 14 horas e 54 minutos, a reunião é encerrada às 17 horas e 11 minutos.)



SENADO FEDERAL
SECRETARIA-GERAL DA MESA
SECRETARIA DE COMISSÕES
COORDENAÇÃO DE COMISSÕES MISTAS

ATA DA 5ª. REUNIÃO DA COMISSÃO MISTA DE CONTROLE DAS ATIVIDADES DE INTELIGÊNCIA, DA 1ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 55ª LEGISLATURA, REALIZADA NO DIA 11 DE AGOSTO DE 2015, ÀS 14 HORAS E 30 MINUTOS, NO PLENÁRIO Nº 7, DA ALA SENADOR ALEXANDRE COSTA, NO ANEXO II DO SENADO FEDERAL.

Às quatorze horas e cinquenta e oito minutos do dia onze de agosto de dois mil e quinze, no Plenário número sete da Ala Senador Alexandre Costa, sob a Presidência da Senhora Deputada Jô Moraes, reúne-se a Comissão Mista de Controle das Atividades de Inteligência (CCAI), com a presença dos Senadores Aloysio Nunes Ferreira e Marta Suplicy; e dos Deputados Benito Gama, Luiz Carlos Hauly, e Heráclito Fortes. Deixam de comparecer os demais membros. Antes de iniciar os trabalhos, a Presidência coloca em votação requerimento para que a reunião seja pública, conforme dispõe o art. 22, §2º, da Resolução nº 2, de 2013, do Congresso Nacional. Aprovado requerimento. Em seguida a Presidência declara aberta a quinta reunião da CCAI, destinada à aprovação dos RAI's nº 14 e 15. Por ser de autoria da Presidente, esta passa a presidência ao Vice-Presidente, Senador Aloysio Nunes Ferreira, para a votação do RAI nº 15, que foi aprovado. Conforme acordado na reunião, fica retirado de pauta o RAI nº 14. Usam da palavra os Deputados Heráclito Fortes, Luiz Carlos Hauly e Benito Gama; Senador Aloysio Nunes Ferreira. Nada mais havendo a tratar, encerra-se a Reunião às quinze horas e vinte minutos, lavrando eu, Marcos Machado Melo, Secretário da Comissão, a presente Ata, que, lida e aprovada, será assinada pela Senhora Presidente, Deputada Jô Moraes.

Deputada JÔ MORAES
Presidente

A SRª PRESIDENTE (Jô Moraes. PCdoB - MG) – Boa tarde a todos os presentes.

Antes de iniciarmos os nossos trabalhos, informo que há sobre a mesa requerimento solicitando que a presente reunião seja pública, nos termos do §2º do art. 22 da Resolução nº 2, de 2013, do Congresso Nacional.

Em discussão o requerimento. *(Pausa.)*

Não havendo quem queira discutir, encerro a discussão.

Em votação a matéria.

Os Srs. Parlamentares e as Srªs Parlamentares que concordam com o requerimento para que esta reunião seja aberta permaneçam como se encontram. *(Pausa.)*

Aprovado o requerimento.

Havendo número regimental, declaro aberta a 5ª Reunião da Comissão Mista de Controle das Atividades de Inteligência.

Esta Presidência retira de ofício, em entendimento com o Senador Aloysio Nunes, o Requerimento nº 14, que se referia ao convite do Ministro-Chefe da Casa Civil da Presidência da República. Pelo entendimento mantido, nós teremos uma semana para fazer a construção do

cronograma de envio, por parte da Presidência da República, da Política Nacional de Inteligência. A Comissão irá até a Casa Civil e retomará o debate, a apresentação e a apreciação do requerimento na próxima reunião.

Com a palavra o Deputado Heráclito.

O SR. HERÁCLITO FORTES (PSB - PI) – Eu acho que a hipótese de nós irmos à Casa Civil é zero. Esta comissão fiscaliza as ações. Nós não vamos para lá para visita de cortesia. É dever do Ministro vir a esta comissão.

Aliás, meu caro Senador Aloysio Nunes, nós estamos muito plácidos no cumprimento do exercício desta comissão. Nós tivemos aqui a presença do Ministro da área, do Diretor-Geral da Abin, e nada nos respondem. Esta comissão, Srs. membros, é uma comissão fiscalizadora. Eu acho que a nossa ida... Tenho certeza de que pelo seu espírito democrático, que conheço, V. Ex^a não concordou com essa ida ao Palácio.

O SR. ALOYSIO NUNES FERREIRA (Bloco Oposição/PSDB - SP. Fora do microfone.) – V. Ex^a me permite uma explicação?

O SR. HERÁCLITO FORTES (PSB - PI) – Pois não.

O SR. ALOYSIO NUNES FERREIRA (Bloco Oposição/PSDB - SP) – Veja, o meu requerimento foi de convite, porque eu sabia: se fizesse uma convocação, obviamente a Base do Governo ia se mobilizar para que, no final, como de hábito, fosse transformado em convite. De modo que, sendo convite, não posso exigir que a pessoa aceite um convite para a semana que vem, ainda mais tendo ele pedido um prazo para ultimar um calendário para o envio dessa matéria aqui ao Congresso, para divulgação da nossa política.

Então, eu não tenho dúvida nenhuma: em vez de votar hoje, vamos votar na próxima semana, em tempo de que o Ministro, que deve ter tantos afazeres, possa preparar essa pauta. Depois disso, que nos mande para que possamos verificar se é o caso de votar o convite. Temos que examinar o que ele vai trazer.

O SR. HERÁCLITO FORTES (PSB - PI) – Depois se transforma em convocação, dependendo.

O SR. ALOYSIO NUNES FERREIRA (Bloco Oposição/PSDB - SP) – Isso, se for o caso. Mas acho que não há motivo...

O SR. HERÁCLITO FORTES (PSB - PI) – Agora, a nossa visita à Casa Civil é que está fora de propósito.

O SR. ALOYSIO NUNES FERREIRA (Bloco Oposição/PSDB - SP) – Não, não se vai à Casa Civil. Vamos apenas esperar que ele mande a documentação.

O SR. HERÁCLITO FORTES (PSB - PI) – O órgão fiscalizador funciona aqui. E nós temos que cumprir exatamente a tarefa desta Comissão. Eu já participei em outras épocas desta Comissão, e esta Comissão fiscaliza e cobra.

Nós estamos numa flacidez impensável, inclusive com relação à Abin, com relação ao Ministro da área. A algumas questões que foram levantadas, não foi dado resposta. Quero, inclusive, na próxima reunião, repetir, por escrito, o que fiz aqui e exigir a resposta por escrito.

Então, Presidente, cabe a V. Ex^a tomar as providências que convierem.

O SR. ALOYSIO NUNES FERREIRA (Bloco Oposição/PSDB - SP) – Pela ordem, Sr^a Presidente.

A SR^a PRESIDENTE (Jô Moraes. PCdoB - MG) – Senador Aloysio.

O SR. ALOYSIO NUNES FERREIRA (Bloco Oposição/PSDB - SP) – Só um comentário ao que diz agora o meu querido colega Heráclito Fortes.

Eu acho que, em boa parte, a flacidez, da qual eu não compartilho... (*Risos.*)

Participei das reuniões, fui, inclusive, à Abin, como o senhor foi também. Eu acho que um dos grandes problemas que temos é a falta de um parâmetro para fiscalização. Por isso é que é importante termos essa política, que há muito tempo já devia ter sido divulgada.

Agora, eu queria fazer uma sugestão ao senhor. Que essas questões não respondidas fossem elencadas por escrito e fossem transformadas num requerimento de informações da nossa Comissão, que fosse endossado pela Comissão.

É essa a sugestão que faço a V. Ex^a.

O SR. HERÁCLITO FORTES (PSB - PI. Fora do microfone.) – Trarei na próxima reunião.

O SR. ALOYSIO NUNES FERREIRA (Bloco Oposição/PSDB - SP) – Perfeito.

A SRª PRESIDENTE (Jô Moraes. PCdoB - MG) – Acatado.

Estamos apenas adiando o prazo da apreciação. Nós vamos votar. Caso não seja apresentado o cronograma em que vai ser sancionado o decreto que prevê a Política Nacional de Inteligência no prazo de uma semana, nós vamos retomar a votação deste requerimento.

O SR. ALOYSIO NUNES FERREIRA (Bloco Oposição/PSDB - SP) – Acho que valeu a pressão, não é? Em todo caso, a pressão valeu.

A SRª PRESIDENTE (Jô Moraes. PCdoB - MG) – Com toda certeza.

Eu queria dizer aos Deputados Heráclito, Benito e Haully e ao Senador que acho que deveremos ter uma meta concreta nesta Comissão para este ano.

Primeiro, a apresentação da Política Nacional de Inteligência; segundo, o que foi deliberado na última audiência pública, que foram projetos legislativos que se referem à atividade de inteligência ainda não normatizados. Nós definimos isso na audiência pública, e ficou de os especialistas, a Abin e a Consultoria apresentarem para que, em setembro, esta Comissão tenha uma série de projetos.

Pelo debate, Senador, o último debate da audiência pública, não é privativa do Executivo a iniciativa de normatização da atividade de inteligência. Por isso que devemos apresentar até setembro essa atividade. E incorporar também a audiência pública sobre grandes eventos com as suas reflexões, que estávamos há pouco discutindo.

O SR. HERÁCLITO FORTES (PSB - PI) – V. Exª há de convir que fica até difícil de defendermos o Governo ou ex-integrantes do Governo. V. Exª imagine: fiz questionamentos aqui sobre essas denúncias de corrupção que existem pelo Brasil afora. A Abin não sabe de nada.

Eu perguntei ao general – até para poder defendê-lo, porque acho que esse rapaz é vítima de uma calúnia – se existe alguma coisa concreta contra o Sr. Luiz Inácio, o Lulinha. Eles não sabem de nada. Eles não sabem nada sobre aquela Berenice. Eu quero saber o que é que a Abin sabe, o que é que está havendo, da corrupção que assola o País. Eu acho que a Abin é a grande responsável pela Presidente Dilma não saber de nada. Não tem sentido nós termos uma estrutura e pesada e cara como a Abin e você chegar aqui e simplesmente dizer que não.

Talvez V. Exª até tenha razão. Falta uma definição do papel que nós vamos exercer, porque, do jeito que está, é melhor extinguir esta Comissão. Esta Comissão está vivendo um momento melancólico. Eu tenho certeza de que a senhora, como uma brava representante de Minas Gerais, representante da mulher brasileira, não vai passar para a história nesse quadro.

A SRª PRESIDENTE (Jô Moraes. PCdoB - MG) – Deputado, nós exatamente demos um prazo até setembro, para que essas questões de precisão da nossa atividade de controle pudessem se realizar.

Eu queria convidar o...

O SR. HERÁCLITO FORTES (PSB - PI) – Espera aí. Mas ou o Ministro Mercadante apresenta o seu projeto, ou vem aqui na próxima semana? Não entendi.

A SRª PRESIDENTE (Jô Moraes. PCdoB - MG) – Exato. Nós temos um prazo até a próxima semana para ele apresentar o cronograma. Na próxima reunião, nós apreciaremos o requerimento de convite, caso não seja apresentado...

O SR. HERÁCLITO FORTES (PSB - PI) – E se esse cronograma, Presidente, for para daqui a seis meses ou um ano?

A SRª PRESIDENTE (Jô Moraes. PCdoB - MG) – Evidente que a convicção unânime desta Comissão é que esse prazo não pode ultrapassar um mês, porque o prazo já está vencido. Então, nós não temos... É apenas um registro para que possamos ter acesso a esse cronograma.

Eu queria chamar o Vice-Presidente para dirigir os trabalhos, porque há um requerimento de minha autoria.

Se V. Exª quiser vir para cá...

O SR. ALOYSIO NUNES FERREIRA (Bloco Oposição/PSDB - SP) – A senhora vai apresentar.

A SRª PRESIDENTE (Jô Moraes. PCdoB - MG) – É um requerimento de minha autoria.

O SR. ALOYSIO NUNES FERREIRA (Bloco Oposição/PSDB - SP) – Pois não.

A SRª PRESIDENTE (Jô Moraes. PCdoB - MG) – São apenas esses dois. Lembrando que nós vamos marcar audiência pública sobre grandes eventos na próxima semana, com a incorporação da presença do Ministério da Justiça, mas que nós precisamos realizar o requerimento sobre grande eventos.

O SR. HERÁCLITO FORTES (PSB - PI) – Presidente, eu quero apenas deixar bem clara a minha posição, porque, às vezes, eu tenho uma dificuldade muito grande de me comunicar. Eu sofro com isso. Eu quero dizer que minha curiosidade com relação ao Sr. Lulinha é para protegê-lo. Eu acho que ele é vítima de uma calúnia. Nós não podemos permitir que essa calúnia permaneça, que essa dúvida permaneça.

Eu quero dizer a todos os membros desta Comissão que eu quero ser um defensor dele. Acho que esse papel não era meu, era exatamente dos Parlamentares do Governo. Mas, já que ninguém faz, eu quero preservar o futuro de um jovem que está nesse mar de calúnia num momento muito difícil para a Nação brasileira.

O SR. PRESIDENTE (Aloysio Nunes Ferreira. Bloco Oposição/PSDB - SP) – Obrigado. Eu quero registrar seu zelo. Eu imagino o sofrimento íntimo desse jovem. A preocupação de V. Exª é até de caráter humanitário.

Com a palavra a Deputada Jô Moraes, que apresentou Requerimento nº 15.

ITEM 2

REQUERIMENTO DA COMISSÃO DE ATIVIDADES DE INTELIGÊNCIA Nº 15, de 2015

- Não terminativo -

Requer, nos termos do art. 58, § 2º, inciso II, da Constituição Federal, combinado com o art. 6º da Resolução nº 2, de 2013-CN (Regimento Interno da Comissão Mista de Controle das Atividades de Inteligência – CCAI), e com o art. 90, inciso II, do Regimento Interno do Senado Federal, que seja incluído o nome de um representante do Ministério da Justiça no rol dos convidados para a AUDIÊNCIA PÚBLICA aprovada pelo Requerimento nº 09 de 2015, que tem como objetivo discutir o balanço da atuação da inteligência nos grandes eventos realizados no Brasil nos últimos anos, em especial os Jogos Mundiais Militares, a Copa das Confederações, a Jornada Mundial da Juventude e a Copa do Mundo de Futebol; e o papel da inteligência na segurança dos Jogos Olímpicos e Paraolímpicos de 2016.

Autoria: Deputada Jô Moraes.

Está em discussão o requerimento. (Pausa.)

Não havendo quem queira discutir, está encerrada a discussão.

Em votação.

Os Srs. Senadores e Deputados que concordam permaneçam como se encontram. (Pausa.)

Está aprovado.

Srª Deputada, cumpri a minha missão aqui nesta Presidência efêmera e muito honrosa para mim.

A SRª PRESIDENTE (Jô Moraes. PCdoB - MG) – Efêmera, mas com a dimensão histórica que representa a presença de V. Exª.

Deputado Hauly.

O SR. LUIZ CARLOS HAULY (PSDB - PR) – Presidente Jô, eu tenho um zelo muito grande pela Comissão Mista, até pela paternidade, pela criação da Comissão Mista. E a preocupação do Deputado Heráclito me parece muito legítima, não no tema específico, mas no tema mais abrangente. Esta Comissão só vai se consolidar e se fortalecer à medida em que os temas e as questões mais importantes sejam democratizados, pelo menos no nível de conhecimento da Comissão Mista, nem que seja em audiência fechada.

Os parlamentos do mundo fortaleceram a democracia controlando o serviço de inteligência, e não é diferente o Brasil.

Nós levamos muitos anos, décadas até, para firmar algo que já estava previsto desde a Constituição de 88, para nos firmarmos com esta Comissão Mista. E é importante, é um papel relevante o que a senhora exerce neste momento, como membro de um partido da Base do

Governo, interagindo com os Parlamentares – alguns são de oposição, mas somos todos brasileiros, democratas e queremos o melhor.

A mim me preocupa muito a qualidade e a quantidade de informação que chega à Presidente Dilma. Sem informação não há como governar; ela não tem como decidir bem. Então me parece que, se a Abin está reticente em passar as informações a ela... "Reticente" é a palavra que pode esconder o medo que, às vezes, alguma autoridade tenha de perder o cargo. É essa a grande questão. "Não levo informação ruim, porque posso levar uma reprimenda".

Então cabe, não só à Comissão, mas especialmente a V. Ex^a, que também é da Base, saber. Estão chegando essas informações? Nem que seja para ter certeza de que ela possa ter boas informações, porque há uma gigantesca, uma supercapacitada estrutura.

A Abin, desde os seus primórdios, como sucessora do Serviço Nacional de Informação, tem uma história e uma tradição de informação, de qualidade da informação, de utilização dessa informação. E às vezes, como o Heráclito coloca, fica estanque. Ela não flui. Digo isso sem fazer considerações a respeito das outras questões que ele colocou. Estou falando mais do ponto de vista do Estado; um instrumento da governabilidade do Estado brasileiro.

Então S. Ex^a foi muito oportuno ao colocar essa questão toda.

Permita-me. Já aprovado o requerimento, peço licença para ir para outra comissão lá na Câmara dos Deputados.

O SR. HERÁCLITO FORTES (PSB - PI) – Sr^a Presidente.

Eu gostaria que V. Ex^a acompanhasse.

Esse requerimento de V. Ex^a é fundamental.

Eu queria apenas perguntar a V. Ex^a se poderia incluir... Já que nós estamos vendo a atuação desse serviço de inteligência inclusive em eventos passados, se nós poderíamos também pedir que nos desse informação sobre aquele doloroso episódio, quando o Governo brasileiro entregou, de maneira criminoso, ao governo cubano os dois boxeadores com a participação direta do governo da Venezuela, que colocou inclusive aviões à disposição.

Creio que este é o momento. Já que o objetivo do seu requerimento é verificar a eficácia e a eficiência do que foi feito até agora, até para que não cometam erros no futuro, eu gostaria de solicitar a V. Ex^a que incluísse esse questionamento, evidentemente se V. Ex^a não se sentir desconfortável.

A SR^a PRESIDENTE (Jô Moraes. PCdoB - MG) – Eu queria sugerir a V. Ex^a que fizesse o requerimento formal, já que a matéria é de outra natureza. E nós o aprovaremos, sem dúvida alguma. É porque estamos discutindo um processo mais abrangente de mecanismos de inteligência. Sem dúvida alguma nós aprovaremos na próxima reunião o requerimento de V. Ex^a com esse teor, para que não se possa fazer...

O SR. BENITO GAMA (PTB - BA) – Sr^a Presidente, pela ordem.

A SR^a PRESIDENTE (Jô Moraes. PCdoB - MG) – Deputado Benito.

O SR. BENITO GAMA (PTB - BA) – Sr^a Presidente, eu realmente compreendo a posição do Deputado Heráclito, mas nós não podemos ficar fazendo requerimento para cada fato determinado. Claro que é importante, mas fazer uma política de informação e uma política realmente de relação entre o Congresso, o Executivo e o Judiciário também é fundamental.

Este caso aqui, por exemplo, que ele falou, desses boxeadores cubanos que foram presos pela Polícia Federal aqui em Cabo Frio, parece...

O SR. HERÁCLITO FORTES (PSB - PI. Fora do microfone.) – No Rio de Janeiro.

O SR. BENITO GAMA (PTB - BA) – ... Sim, no Rio de Janeiro. É um fato público e notório, todo mundo ficou sabendo, e está sendo apagado da memória nacional. Foi uma coisa muito grave; foi uma interferência externa, como houve na época dos tupamarus, na fronteira entre Uruguai e Brasil, no Rio Grande do Sul, quando atravessaram a fronteira para prender os militantes políticos. Foi um absurdo que o Brasil todo rejeitou.

Então, temos que tratar essas questões mais genericamente, com política maior, macro, e não como caso isolado. Como caso isolado também, quando for o caso, porque não podemos

abrir mão disso. Mas eu penso que a senhora podia organizar na sua cabeça, como Presidente, por delegação nossa, a estruturação de uma solicitação nesse sentido.

A SRª PRESIDENTE (Jô Moraes. PCdoB - MG) – Eu acredito que, sem dúvida nenhuma, esse será um dos pontos que o Deputado Heráclito Fortes questionará na presença das autoridades que estarão aqui.

Nessa abordagem que nós vamos fazer, de balanço geral, o questionamento do Deputado Heráclito Fortes, sem dúvida nenhuma vai se colocar.

Uma audiência que nós já definimos no geral – balanço da atividade de inteligência realizado nos eventos ocorridos etc. – incorpora tudo que esteve lá, e não necessariamente citar esse caso ou vários outros casos. A abordagem já permite que V. Exª questione e exija esclarecimentos sobre esse fato.

O SR. HERÁCLITO FORTES (PSB - PI) – Seria o ideal, e o objetivo é que, dentro desse contexto solicitado por V. Exª, seja aceita a solicitação que eu fiz...

A SRª PRESIDENTE (Jô Moraes. PCdoB - MG) – Com toda a certeza será incorporada.

O SR. HERÁCLITO FORTES (PSB - PI) – ... para não ter que convocar as mesmas autoridades para duas...

A SRª PRESIDENTE (Jô Moraes. PCdoB - MG) – Não, não será. Mas incorpora um fato que ocorreu nesses acontecimentos.

O SR. HERÁCLITO FORTES (PSB - PI) – Eu agradeço a V. Exª pela compreensão.

A SRª PRESIDENTE (Jô Moraes. PCdoB - MG) – Eu queria só sugerir e lembrar que nós estamos na expectativa de propostas de regulamentação tanto de aperfeiçoamento dos mecanismos desta Comissão como da regulamentação da atividade de Inteligência, da proteção aos agentes...

Recentemente, eu soube que ocorreu de um agente da Abin ser preso numa dada circunstância, lá em Pernambuco. E houve dificuldade: identifica-se, não se identifica, passa por uma exposição etc. Então, nós temos que ter um mínimo de regulamentação, para proteger a atividade desses agentes. Por isso, eu tenho certeza de que V. Exªs vão apresentar propostas.

Antes de encerrarmos os nossos trabalhos, proponho a aprovação da Ata desta reunião e da reunião anterior.

Os Srs. Parlamentares que concordam permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovadas as Atas.

Com a palavra o Deputado Benito Gama.

O SR. BENITO GAMA (PTB - BA) – Srª Presidente, eu vou retornar o assunto com relação ao quadro de pessoal da Abin.

Nós estamos em um momento aqui extremamente grave, eu diria, com a crise econômica e a crise fiscal por que passa o País; porém, algumas carreiras de Estado – e não só, mas sobretudo as carreiras de Estado –, justamente, com mérito, têm conseguido alguns avanços, algumas vitórias nesse processo de readequação e reestruturação de suas carreiras aqui na Câmara e no Senado também.

Então, eu solicito de V. Exª, como Presidente da entidade – e já há um requerimento formal nesse sentido –, que fizesse gestões junto ao Ministério do Planejamento, que infelizmente ainda é o que trata de pessoal no País, para que desse uma demonstração no sentido de nós liberarmos essa questão para a Abin, porque está sendo liberado funcionário para o TSE, funcionário para o Incra, funcionário para o Ministério das Relações Exteriores, e a Abin, que realmente é um órgão que precisa... Até para que, depois, não se tenha o argumento de que não está fazendo porque não tem estrutura.

Então, eu gostaria muito de frisar essa questão do concurso público, porque já estão criadas as vagas no papel, é só autorizar. É uma coisa bem simples.

A SRª PRESIDENTE (Jô Moraes. PCdoB - MG) – V. Exª apresentou um requerimento, que já foi aprovado.

O SR. BENITO GAMA (PTB - BA) – Isso.

A SRª PRESIDENTE (Jô Moraes. PCdoB - MG) – Eu acho que cabe a esta Comissão marcar essa ida ao Ministério do Planejamento, para tratar especificamente, conforme proposta de V. Exª, sobre o concurso da Abin.

O SR. BENITO GAMA (PTB - BA) – Está certo.

A SRª PRESIDENTE (Jô Moraes. PCdoB - MG) – Deste ponto de vista, V. Exª também concorda, não é, Deputado Heráclito?

O SR. BENITO GAMA (PTB - BA) – Aí é como os americanos dizem, eu estou pedindo aqui o *enforcement of the law*, o esforço da lei, para conseguirmos. (Risos.)

A SRª PRESIDENTE (Jô Moraes. PCdoB - MG) – Sem dúvida para agilizar inclusive.

Nada mais havendo a tratar, agradecendo a presença de todos e de todas, declaro encerrada a presente reunião, lembrando que nós vamos marcar a ida ao Projeto de Defesa Cibernética do Exército, dando continuidade ao nosso processo.

Lembro, ainda, Deputado Heráclito, que nós já requeremos da Abin o relatório semestral, que também nós vamos ver no Regimento estabelecido um prazo – porque ainda não chegou –, para que nós possamos criar mecanismos para que, efetivamente, seja respeitada a função de controle das atividades de inteligência.

Boa tarde a todos.

(Iniciada às 14 horas e 58 minutos, a reunião é encerrada às 15 horas e 20 minutos.)



SENADO FEDERAL
SECRETARIA-GERAL DA MESA
SECRETARIA DE COMISSÕES
COORDENAÇÃO DE COMISSÕES MISTAS

ATA DA 4ª REUNIÃO DA COMISSÃO MISTA DE COMBATE À VIOLÊNCIA CONTRA A MULHER, DA 1ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 55ª LEGISLATURA, REALIZADA NO DIA 28 DE ABRIL DE 2015, ÀS 14H00, NO PLENÁRIO Nº 9, DA ALA SENADOR ALEXANDRE COSTA, DO SENADO FEDERAL.

Às catorze horas e trinta e três minutos do dia vinte e oito de abril de dois mil e quinze, no Plenário número nove da Ala Senador Alexandre Costa, sob a Presidência da Senhora Senadora Simone Tebet, reúne-se a Comissão Permanente Mista de Combate à Violência Contra a Mulher, com a presença dos Senadores Rose de Freitas, Angela Portela, Magno Malta, Ana Amélia e Regina Souza; e dos Deputados Conceição Sampaio, Dulce Miranda, Jéssica Sales, Tia Eron, Professora Dorinha Seabra Rezende, Christiane de Souza Yared, Erika Kokay, Luizianne Lins, Moema Gramacho, Alice Portugal, Carmen Zanotto, Keiko Ota, Flávia Moraes, Jean Wyllys e Simone Morgado. Deixam de comparecer os demais membros. Havendo número regimental, a Presidência declara aberta a Reunião. A presidência comunica que há requerimentos sobre a mesa. A Presidência inverte a pauta e procede à leitura do Requerimento nº 9, item nº 2 da pauta, de autoria da Deputada Moema Gramacho. Colocado em votação, é aprovado o Requerimento nº 9. A Presidência faz a leitura do Requerimento nº 10, item nº 3 da pauta, de autoria da Deputada Keiko Ota. Colocado em votação, é aprovado o Requerimento nº 10. A Presidente procede à leitura do Requerimento nº 11, item nº 4 da pauta, de autoria da Deputada Carmen Zanotto. É aprovado o Requerimento nº 11. É feita a leitura do Requerimento nº 12, item nº 5, de autoria dos Deputados Erika Kokay, Alice Portugal, Jean Wyllys, Luizianne Lins e Moema Gramacho. É aprovado o Requerimento nº 12. A Presidência submete ao Plenário a aprovação das atas da terceira e da quarta reuniões. As atas são aprovadas. Nada mais havendo a tratar, encerra-se a Reunião às catorze horas e cinquenta e dois minutos, lavrando eu, Gabriella Macedo do Vale, Secretária Adjunta da Comissão, a presente Ata, que, lida e aprovada, será assinada pela Senhora Presidente, Senadora Simone Tebet, e publicada no Diário do Senado Federal, juntamente com a íntegra das notas taquigráficas.

Senadora SIMONE TEBET

Presidente

A Sr.^a PRESIDENTE (Simone Tebet. Bloco Maioria/PMDB - MS) – Boa tarde a todos os membros da Comissão Mista de Combate à Violência contra a Mulher.

Havendo número regimental, declaro aberta a 4^a Reunião da Comissão Permanente Mista de Combate à Violência contra a Mulher.

Sobre a Mesa temos inúmeros requerimentos, a começar pelo item 2, uma vez que o item 1 é da ilustre Senadora Vanessa Grazziotin, que deve estar chegando.

O item nº 2 é um requerimento feito a esta Comissão, de autoria da Deputada Moema Gramacho.

ITEM 2

REQUERIMENTO DA COMISSÃO MISTA DE COMBATE À VIOLÊNCIA CONTRA A MULHER Nº 9, de 2015

- Não terminativo -

Requer, com fundamento no art. 93 do Regimento Interno do Senado Federal, combinado com os arts. 24, III e 225, caput, do Regimento Interno da Câmara dos Deputados, a realização de Audiência Pública para apresentação do Programa Ronda Maria da Penha, atualmente executado no Estado da Bahia.

Autoria: Deputada Moema Gramacho

Relatoria:

Relatório:

Observações:

Em discussão o referido requerimento. *(Pausa.)*

Não havendo quem queira discutir.

Em votação, pela Câmara dos Deputados. *(Pausa.)*

Em votação, pelo Senado. *(Pausa.)*

Aprovado o requerimento.

ITEM 3

REQUERIMENTO DA COMISSÃO MISTA DE COMBATE À VIOLÊNCIA CONTRA A MULHER Nº 10, de 2015

- Não terminativo -

Requer a realização de Audiência Pública para discutir violência contra mulheres policiais no Brasil.

Autoria: Deputada Keiko Ota

Relatoria:

Relatório:

Observações:

Em discussão, o referido requerimento. *(Pausa.)*

Não havendo quem queira discutir.

Em votação, pela Câmara dos Deputados.

Sr^{as} Deputadas e Srs. Deputados que o aprovam permaneçam como se encontram.

(Pausa.)

Aprovado.

Em votação, pelo Senado.

As Sr^{as} Senadoras que aprovam permaneçam como se encontram. *(Pausa.)*

Aprovado o requerimento.

A SR^a ANA AMÉLIA (Bloco Apoio Governo/PP - RS) – Presidente, pela ordem.

A SR^a PRESIDENTE (Simone Tebet. Bloco Maioria/PMDB - MS) – Pela ordem, Senadora Ana Amélia.

A SR^a ANA AMÉLIA (Bloco Apoio Governo/PP - RS) – Eu só queria... uma curiosidade. Ela aborda a violência da mulher policial no exercício da atividade, ou é um outro tipo de...

(Intervenção fora do microfone.)

A SRª ANA AMÉLIA (Bloco Apoio Governo/PP - RS) – Aí, no caso, só a Polícia Militar ou a Polícia Civil e a Polícia Federal também? Todas as polícias.

O.k. Obrigada.

A SRª PRESIDENTE (Simone Tebet. Bloco Maioria/PMDB - MS) – Eu quero agradecer a intervenção da Senadora Ana Amélia, que para fazer uma retificação eu teria que ler aqui... Acabei lendo apenas a ementa, nós havíamos feito uma reunião preliminar e combinado aqui de aprovarmos os requerimentos, já havíamos discutido os requerimentos anteriormente. Mas eu vou me redimir aqui, com a ajuda da Senadora Ana Amélia.

O requerimento é para que o tema possa ser discutido com profundidade, convidando, inclusive, no Fórum Brasileiro de Segurança Pública, Soldadas da Polícia Militar, Srª Katya Flávia Caixeta de Queiroz e Marcela Fonseca Oliveira, vítimas de violência de assédio moral e sexual. E, na justificativa, ela alega que, realmente, para tratar do assunto referente à violência às mulheres policiais no exercício das suas atividades, dentro da corporação.

ITEM 4

REQUERIMENTO DA COMISSÃO MISTA DE COMBATE À VIOLÊNCIA CONTRA A MULHER Nº 11, de 2015

- Não terminativo -

Requer, com fundamento no caput do art. 117, do Regimento Interno da Câmara dos Deputados - RICD que seja solicitado aos governos das unidades da federação informações sobre se foram atendidas as recomendações contidas no capítulo relativo à situação de enfrentamento à violência contra mulheres nos estudos do Relatório Final da CPMI da Violência contra a Mulher, aprovado em junho de 2013.

Autoria: Deputada Carmen Zanotto

Relatoria:

Relatório:

Observações:

A justificativa é de que o relatório foi aprovado e no capítulo referente à situação do enfrentamento à violência contra as mulheres foram apresentadas algumas recomendações. Importante se faz que os membros da Comissão possam ter conhecimento das ações desenvolvidas pelos Estados para atendimento a essas recomendações.

Por isso ela solicita a aprovação do requerimento.

Em discussão o referido requerimento.

A SRª CARMEN ZANOTTO (PPS - SC) – Só para propor, Presidente.

A SRª PRESIDENTE (Simone Tebet. Bloco Maioria/PMDB - MS) – Para discutir, a autora.

A SRª CARMEN ZANOTTO (PPS - SC) – Não. Não é para discutir, é só para propor.

Se a Comissão entender que deva ser um requerimento da Comissão, eu abro mão e a gente poderia, se houver esse entendimento, que seja da Comissão, em função até do resultado positivo que cada Estado poderá entender, pela complexidade, e poderá ajudar a nossa Relatora com os dados.

A SRª PRESIDENTE (Simone Tebet. Bloco Maioria/PMDB - MS) – A ilustre autora do requerimento, gentilmente, quer estender esse requerimento como um requerimento de autoria de toda a Comissão. O que, particularmente, acredito importante por dar mais peso, inclusive, a esse requerimento, uma vez que nós estaremos encaminhando esse requerimento como requerimento da Comissão para todos os Governadores e Governadoras de Estados e as respectivas autoridades relacionadas na pasta.

Podemos, então, retificar o requerimento colocando como autoria a Comissão? Como um todo?

(Intervenção fora do microfone.)

A SRª PRESIDENTE (Simone Tebet. Bloco Maioria/PMDB - MS) – Então, em discussão, continua em discussão o requerimento. *(Pausa.)*

Encerrada a discussão, em votação, pela Câmara dos Deputados.

As Srªs Deputadas e os Srs. Deputados que aprovam o requerimento continuem como se encontram. *(Pausa.)*

Aprovado.

Em discussão, pelo Senado.

As Srªs Senadoras que aprovam o requerimento permaneçam como se encontram.

(Pausa.)

Aprovado o requerimento.

Um requerimento extrapauta, de autoria da Deputada Erica Kokay, do Deputado Jean Wyllys e outros, Deputada Alice Portugal, Luizianne Lins e Deputada Moema Gramacho.

ITEM 5

REQUERIMENTO DA COMISSÃO MISTA DE COMBATE À VIOLÊNCIA CONTRA A MULHER Nº 12, de 2015

- Não terminativo -

Requer, nos termos da Resolução nº 1 de 2014 do Congresso Nacional, - que estabelece como competência desta comissão o diagnóstico de lacunas na prestação de segurança pública e jurídica às mulheres vítimas de violência, bem como solicitar depoimento de qualquer autoridade ou cidadão - que seja realizada diligência para averiguar os fatos referentes à prisão de Verônica Bolina na capital paulista.

Autoria: Deputada Erika Kokay e outros

Relatoria:

Relatório:

Observações:

O requerimento é para que seja realizada diligência solicitando depoimentos de autoridades, com a finalidade de averiguar os fatos referentes à prisão de Verônica Bolina, em São Paulo.

O requerimento, nos termos regimentais, requer a oitiva das seguintes autoridades: Sr. Alexandre de Moraes, Secretário de Segurança Pública do Estado de São Paulo; Sr. Youssef Chahin, Delegado Geral da Polícia Civil do Estado de São Paulo; Sr. Luiz Roberto Hellmeister, Delegado do 2º Distrito de Bom Retiro, São Paulo; Sr. Comandante do Grupo de Operações Especiais (GOE); Srª Heloísa Alves, Coordenadora de Políticas para a Diversidade Sexual, órgão da Secretaria da Justiça e da Defesa da Cidadania, do Governo do Estado de São Paulo.

A justificativa é que Verônica foi presa em São Paulo, no dia 10 de abril último, acusada de tentativa de homicídio, e levada à 2ª DP, em Bom Retiro, no Estado de São Paulo, capital.

Segundo a Secretaria Municipal de Direitos Humanos e Cidadania de São Paulo, Verônica sofreu agressão, em vários momentos, por parte de policiais militares vestidos com uniformes de cor preta, fazendo referência aos agentes do grupo GOE, ocorrida no momento da sua prisão. Em seguida, Verônica foi exposta dentro de um pátio de uma carceragem masculina, algemada seminua e com o rosto desfigurado pelo espancamento a que foi submetida.

Conforme a Defensoria Pública do Estado, há claros indícios de torturas, maus-tratos, excessos, exposição indevida da imagem, coação e constrangimento ilegal envolvendo a sua prisão.

Em meio a todos esses acontecimentos, há um áudio, que foi divulgado pela imprensa, onde é possível, segundo o requerimento, confirmar a referida tortura.

Diante da gravidade da situação de violação dos direitos humanos e do nítido descumprimento do devido processo legal, torna-se necessária e fundamental a atuação desta Comissão para a elucidação dos fatos.

Em discussão o requerimento. *(Pausa.)*

Encerrada a discussão.

Em votação pela Câmara dos Deputados.

As Sr^{as} Deputadas e os Srs. Deputados que aprovam o requerimento permaneçam como se encontram. *(Pausa.)*

Aprovado.

Em votação pelo Senado.

As Sr^{as} Senadoras que concordam com a aprovação do requerimento permaneçam como se encontram.

Aprovado o requerimento extrapauta. *(Palmas.)*

Não há mais requerimentos sobre a mesa.

A palavra agora está aberta às Deputadas e Senadoras, por ordem de inscrição. Há aqui já duas Deputadas inscritas, e eu queria aproveitar aqui apenas para justificar que nós recebemos – portanto, está suspensa a segunda parte da nossa Comissão –, há pouco, o ofício por parte do Ministro Pepe Vargas, Ministro dos Direitos Humanos, solicitando que a presença dele nesta Comissão pudesse se dar junto com a presença do Ministro da Saúde, porque ambos os temas a serem tratados são correlatos, de acordo com o requerimento apresentado.

Entre outras coisas, nós estaremos tratando da questão da violência contra a mulher deficiente. E como há uma portaria sendo publicada – não foi publicada ainda, mas vai ser publicada pelos Ministérios, é uma portaria em conjunto –, ele pede, portanto, essa deferência por parte da Comissão. Por isso, a segunda parte da Comissão está suspensa neste momento.

Com a palavra, a Deputada Moema Gramacho.

A SR^a MOEMA GRAMACHO (PT - BA) – Presidenta, primeiro eu gostaria de desejar uma boa tarde a todos e a todas presentes e parabenizá-la pela condução desta reunião.

Acho que é muito importante que os requerimentos possam ter prioridade e ser aprovados, como fizemos neste início de tarde. E quero dizer que agradeço também a todos aqueles que aprovaram os requerimentos. Eu acho que isso vai enriquecer muito a nossa Comissão.

Mas eu queria tratar aqui de um assunto que tem certa urgência e que diz respeito à participação das mulheres no Parlamento, principalmente, e na política de forma geral. Eu sei que anteriormente a esta reunião foi feita outra reunião que discutiu bastante essa questão. Como eu não pude estar presente, eu queria trazer algumas sugestões, dentre elas uma sugestão que considero de extrema urgência, que é a questão da reforma política.

Hoje de manhã, eu saí da reunião da Comissão muito preocupada. Tivemos a presença do Vice-Presidente da República, Michel Temer, que discorreu sobre as suas proposições. Uma das proposições que defende o Michel Temer é justamente o distritão, que eu particularmente considero que talvez seja o pior sistema para garantir a participação das mulheres, a não ser que consigamos emplacar as cotas de 30% das vagas, porque, se assim não fizermos, o distritão é maléfico para qualquer representação popular de gênero, de raça; e os negros e indígenas, inclusive, seriam completamente dizimados da política, e também os homossexuais, as mulheres e os pobres. Então, eu considero que o distritão, se passar, vai ser terrível.

Por outro lado, eu sei que o Relator tem tido boa vontade no sentido de ampliar a discussão, mas acho que nós precisamos fazer mobilizações. As mulheres precisam estar unidas e mobilizadas em torno da proposta que as mulheres do Senado e da Câmara já definiram como a proposta melhor de participação das mulheres dentro dessa reforma política. Reforma política sem a garantia da cota de mulheres não é reforma política.

Então, eu gostaria de propor, como o Relator está dizendo que vai concluir o relatório na primeira semana de maio, talvez antes, que no dia 5, uma terça-feira, nós fizéssemos um ato público dentro deste espaço legislativo. E nós estamos propondo que seja na Chapelaria, depois podemos dizer por quê. Temos uma estratégia do por que na Chapelaria, espaço onde nós faríamos uma audiência pública e um ato para garantir os 30% de vagas para mulheres.

Gostaria, antes, de propor que uma comissão de mulheres procurasse o Relator, para que ele pudesse aprovar que a audiência pública para discutir a questão de gênero dentro da

Comissão institucional acontecesse no mesmo dia pela manhã. Aí nós faríamos o debate pela manhã e, após o debate, o ato lá na Chapelaria.

Caso o Relator não concorde – e acho que a gente deveria fazer gestão para que ele concordasse, porque já há um requerimento lá solicitando isso –, se ele não concordar, que nós, a mulheres, fizéssemos, através da Secretaria, através da Procuradoria, desta Comissão, fizéssemos. Isso porque vai ser uma violência contra a mulher não estar incluída no processo. Que nós fizéssemos as duas coisas juntas, ou seja, fizéssemos o debate político e o ato, aí sim, no período da tarde.

E gostaria de propor que as mulheres se organizassem para ver de que forma nós podemos fazer com que o dia 5 tenha efetivamente uma repercussão importante dentro deste espaço legislativo, para garantir que a gente faça o Relator incluir no seu relatório os 30% da cota de mulheres. Já há uma emenda – nós coletamos 171 assinaturas – garantindo os 30%.

A SRª PRESIDENTE (Simone Tebet. Bloco Maioria/PMDB - MS) – Eu quero agradecer à Deputada Moema e dizer às nobres colegas e aos nobres colegas membros desta Comissão que embora essa não seja uma questão específica da Comissão, qualquer tipo de violência contra a mulher tem que ser trazida ao debate.

Vou fazer aqui uma sugestão, se os demais membros concordarem. Nós temos a Procuradoria da Mulher na Câmara e a Procuradoria da Mulher do Senado. Eu ficaria encarregada, como Presidente desta Comissão, junto com a Vice-Presidente e a Relatora, de conversar com a procuradora da Câmara e com a procuradora do Senado, para que ambas, em conjunto, organizassem essa pauta, para que nós pudéssemos efetivamente participar.

Quero adiantar, inclusive, e passar para a Deputada Moema, que eu fui designada Relatora de ambas as PECs no Senado relacionadas à questão da cota, das cadeiras, de pelo menos começando com 30%, chegando a cada cinco anos com um acréscimo das cadeiras no Parlamento brasileiro; e na renovação de cada dois terços de Senadores, que uma vaga, uma cadeira fosse definida e destinada à mulher, para que nós pudéssemos ter também no Senado pelo menos 33% de mulheres Parlamentares.

Então, eu vou acatando a sua sugestão, Deputada, e se a Plenária concordar, estaremos levando essa sugestão para as duas procuradoras, para as duas Procuradorias, que acredito ser o foro mais competente para que possamos estar no protagonismo dessa causa, que é uma causa de todas nós.

Com a palavra a Deputada Erika Kokay.

O SR. JEAN WYLLYS (PSOL - RJ) – Senadora Presidenta desta Comissão, se for possível, eu queria falar, em nome da...

A SRª PRESIDENTE (Simone Tebet. Bloco Maioria/PMDB - MS) – Só temos mais um orador inscrito, mas com a palavra, portanto, na ausência da Deputada Erika Kokay, o Deputado Jean Wyllys.

O SR. JEAN WYLLYS (PSOL - RJ) – Como trataremos da mesma questão, eu, neste momento, estou representando a Deputada Erika Kokay.

Quero agradecer a esta Comissão pela aprovação do requerimento acerca da violência que sofreu Verônica Bolina, porque, na Câmara dos Deputados, nós vínhamos encontrando uma certa dificuldade de tratar essa questão, uma questão que não é biográfica, não trata só do caso específico da Verônica Bolina.

Na verdade, a questão é muito mais ampla, trata de defender as garantias jurídicas, trata de defender a integridade física de qualquer pessoa que esteja sob a tutela do Estado, mesmo cometendo delito. Não vivemos sob a Lei de Talião, não temos instituída a pena de morte, nós vivemos no Estado Democrático de Direito, em que os delinquentes, ainda que tenham cometido um delito, não podem ser submetidos à tortura.

O Brasil é signatário de uma série de tratados internacionais que proíbem a tortura, que punem a tortura e que consideram a prática da tortura um retrocesso em termos dos marcos civilizatórios.

Então, o caso da Verônica Bolina, para além da questão de gênero envolvida, de identidade de gênero envolvida, é uma questão que ameaça o Estado de Direito e o termo das garantias jurídicas. Uma pessoa sob a tutela do Estado não pode ser torturada por policiais, depois exposta, por fotos constrangedoras e humilhantes, nas redes sociais. A Verônica teve, inclusive, o cabelo cortado pelos policiais que a torturaram. Então, precisamos avaliar isso.

Quero agradecer às minhas colegas, Deputadas e Senadoras, pela aprovação. É um passo adiante para incluir, nesse debate da violência contra a mulher, a questão da identidade de gênero.

Muito obrigado, Sr^a Presidenta.

A SR^a PRESIDENTE (Simone Tebet. Bloco Maioria/PMDB - MS) – Sem dúvida, Deputado Jean, esse é o trabalho e a responsabilidade e obrigação desta Comissão.

Não há mais nada a ser tratado. Pergunto se a Relatora quer usar a palavra, ou a Vice-Presidente? *(Pausa.)*

A SR^a PRESIDENTE (Simone Tebet. Bloco Maioria/PMDB - MS) – Então, nada mais havendo a tratar, antes de encerrar os trabalhos, eu vou propor a aprovação das Atas da 3^a e da 4^a Reuniões.

As Sr^{as} Deputadas e o Sr. Deputado que concordam permaneçam como se encontram. *(Pausa.)*

A SR^a PRESIDENTE (Simone Tebet. Bloco Maioria/PMDB - MS) – Aprovada a ata pela Câmara dos Deputados.

As Sr^{as} Senadoras que concordam permaneçam como se encontram. *(Pausa.)*

A SR^a PRESIDENTE (Simone Tebet. Bloco Maioria/PMDB - MS) – Aprovada a ata pela Câmara dos Deputados.

As Sr^{as} Senadoras que concordam com a ata permaneçam como se encontram. *(Pausa.)*

Aprovada.

A ata será publicada.

Nada mais havendo a tratar, declaro encerrada a presente reunião.

Muito obrigada a todos.

(Iniciada às 14 horas e 33 minutos, a reunião é encerrada às 14 horas e 52 minutos.)



SENADO FEDERAL
SECRETARIA-GERAL DA MESA
SECRETARIA DE COMISSÕES
COORDENAÇÃO DE COMISSÕES MISTAS

ATA DA 5ª REUNIÃO DA COMISSÃO MISTA DE COMBATE À VIOLÊNCIA CONTRA A MULHER, DA 1ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 55ª LEGISLATURA, REALIZADA NO DIA 9 DE JUNHO DE 2015, ÀS 14H00, NO PLENÁRIO Nº 9, DA ALA SENADOR ALEXANDRE COSTA, DO SENADO FEDERAL.

Às catorze horas e quarenta e três minutos do dia nove de junho de dois mil e quinze, no Plenário número nove da Ala Senador Alexandre Costa, sob a Presidência da Senhora Deputada Keiko Ota, reúne-se a Comissão Permanente Mista de Combate à Violência Contra a Mulher, com a presença das Senadoras Simone Tebet, Marta Suplicy, Vanessa Grazziotin, Ana Amélia, Fátima Bezerra e Regina Souza; e das Deputadas Conceição Sampaio, Dulce Miranda, Professora Dorinha Seabra Rezende, Christiane de Souza Yared, Iracema Portella, Erika Kokay, Luizianne Lins, Moema Gramacho, Alice Portugal, Carmen Zanotto, Keiko Ota e Flávia Moraes. Deixam de comparecer os demais membros. Havendo número regimental, a Presidência declara aberta a Reunião. É realizada audiência pública em atendimento aos Requerimentos nºs 01 e 06, ambos de autoria da Deputada Carmen Zanotto, com a presença de Aparecida Gonçalves – Secretária de Enfrentamento à Violência da Secretaria de Políticas para Mulheres da Presidência da República; Thiago Pierobom de Ávila – Coordenador do Núcleo de Gênero Pró-Mulher do Ministério Público do Distrito Federal e Territórios; e Ana Cristina Melo Santiago – Delegada Chefe da Delegacia Especializada de Atendimento à Mulher do Distrito Federal. Às quinze horas e dezenove minutos, a Senhora Deputada Carmen Zanotto passa a presidir a Reunião. Usam da palavra as seguintes parlamentares: Deputada Moema Gramacho, Deputada Iracema Portella, Senadora Regina Souza, Deputada Dulce Miranda e Deputada Christiane de Souza Yared. Nada mais havendo a tratar, encerra-se a Reunião às dezesseis horas e quarenta e um minutos, lavrando eu, Gigliola Ansiliero, Secretária da Comissão, a presente Ata, que, lida e aprovada, será assinada pela Senhora Vice-Presidente, Deputada Keiko Ota, e publicada no Diário do Senado Federal, juntamente com a íntegra das notas taquigráficas.

Deputada KEIKO OTA

Vice-Presidente

A SRª PRESIDENTE (Keiko Ota. PSB - SP) – Boa tarde a todos e a todas.

Declaro aberta a 5ª Reunião da Comissão Mista de Combate à Violência contra a Mulher.

A presente reunião destina-se também à realização de audiência pública. Esta audiência pública será realizada em caráter interativo, com a possibilidade de participação popular. As pessoas que tenham interesse em participar com comentários ou perguntas podem fazê-lo por meio do portal e-Cidadania, no endereço www.senado.leg.br/ecidadania, e do Alô Senado, através do número 0800 61 2211.

Convido para estar presente à Mesa a Srª Aparecida Gonçalves, Secretária de Enfrentamento à Violência da Secretaria de Políticas para as Mulheres da Presidência da República. *(Pausa.)*

Em seguida, o Sr. Thiago André Pierobom de Ávila, Coordenador do Núcleo de Gênero Pró-Mulher do Ministério Público do Distrito Federal e Territórios. *(Pausa.)*

De acordo com o art. 94, §§ 2º e 3º do Regimento Interno do Senado Federal, combinado com o art. 256 do Regimento Interno da Câmara dos Deputados, a Presidência adotará as seguintes normas: o convidado fará a sua exposição por 15 minutos e, em seguida, abriremos a fala à fase de interpelação pelos Srs. Parlamentares inscritos. A palavra aos Srs. Parlamentares será concedida na ordem de inscrição.

Concedo a palavra à Srª Aparecida, para a sua exposição.

A SRª APARECIDA GONÇALVES – É um prazer estar aqui nesta Comissão Mista, que para nós é importante; para a Secretaria de Políticas para as Mulheres é estratégica.

Cumprimento a Presidenta Keiko Ota, assim como as nossas Parlamentares Moema, Carmen, pela importância de estar aqui hoje. Nós temos dois temas para falar, um é a questão da Casa da Mulher Brasileira e outro são os desafios da Lei Maria da Penha.

O primeiro assunto... Eu tenho uma apresentação, mas vou deixar aqui, Keiko, para vocês disponibilizarem. Não vou usar a apresentação. Queria fazer algumas falas que nos remetem a desafios e à perspectiva que estão colocados hoje.

Queria primeiro dizer e lamentar aqui a morte da Danielly e o acontecido no Estado do Piauí. Acho que nós temos, enquanto... Na Secretaria, nós estamos tomando algumas providências, a Ministra soltou uma nota, mas acho que é estratégico que este caso seja um caso emblemático em âmbito nacional, porque tem todos os elementos de feminicídio, portanto é um desafio, e queria aqui prestar solidariedade à jovem assassinada e às jovens que sofreram o crime de estupro, e que o Brasil se coloque.

Ontem, eu disse, no meu Facebook: gostaria que todas as mulheres e todos os homens fossem solidários à luta das mulheres, porque todos nós somos Danielly. Eu acho que a gente tem... Queria começar essa minha fala de enfrentamento à violência contra a mulher trazendo esse elemento para o cenário público, porque eu não entendo que é um problema do Piauí; é um problema do Brasil e é um problema de todos nós, brasileiros e brasileiras. Então, eu queria iniciar a fala colocando isso.

Diante disso, diante dessa questão que está colocada para o Piauí, mas que está colocada para o caso da Amanda no Rio de Janeiro, aquela dançarina que foi assassinada, assim como nós temos o caso de uma aqui em Brasília, nós tivemos uma no sábado em Campo Grande, então nós estamos vendo aí os crimes de feminicídio sendo colocados todos os dias, nós estamos tendo os nomes das 15 mulheres mortas, nós estamos vendo todos os dias, e para mim este é o desafio que nós temos que enfrentar e começar a pensar efetivamente. Então, queria iniciar a minha fala dizendo disso aqui nesse espaço, que eu acho que é o espaço democrático, é o espaço do debate, é o espaço da discussão de mudança de comportamento e de cultura, é o espaço de mudança de legislação; então esse é o espaço do debate político, efetivamente. É aqui que nós temos que fazê-lo.

Então, começo discutindo a questão da Casa da Mulher Brasileira, que é por onde eu quero iniciar. Todas as nossas ações da Secretaria de Enfrentamento à Violência contra a Mulher

estão pautadas na Política Nacional de Enfrentamento à Violência contra as Mulheres. Essa política é estabelecida a partir de diretrizes, de orientações, e com isso nós temos o Pacto Nacional pelo Enfrentamento à Violência contra as Mulheres, que é a estratégia de ação, das ações que acontecem nos Estados.

De que forma o pacto acontece? Ele acontece como uma gestão. Os Estados aderiram ao pacto, todos os 27 aderiram ao pacto, o pacto é gestado, a gestora é do organismo de políticas para as mulheres do Estado ou do Município que aderiu ao pacto. Nós temos uma Câmara Técnica que é composta por todas as secretarias que têm ações no Pacto Nacional de Enfrentamento à Violência contra as Mulheres, portanto, tanto no âmbito do Estado quanto do Município. E hoje, com a Casa da Mulher Brasileira e os centros de fronteira, nas Câmaras Técnicas do Pacto estão, então, as secretárias de mulheres das capitais e dos Municípios de fronteira seca. Porque é na Câmara Técnica do Estado que você vai fazer o planejamento estratégico das ações que os Estados e os Municípios vão ter. É na Câmara Técnica que, efetivamente, você tem que fazer o planejamento. Qual é o número, qual é o índice, qual é o número de serviços que é necessário, qual o orçamento que o Estado tem, de que forma é que, efetivamente, esses órgãos, como órgãos responsáveis por uma política pública no Estado ou no Município, são responsáveis por pensar, inclusive, a questão orçamentária?

Então, a Câmara Técnica, para nós, é estratégica. É ela que, efetivamente, define, orienta e gesta. Ela não monitora, ela é a gestora do pacto. É ela que tem que pensar. Porque o monitoramento vai se dar através dos conselhos estaduais ou conselhos municipais, ou através de fórum de mulheres que vão estar fazendo, efetivamente, o monitoramento das ações no âmbito do Estado.

Esta é a gestão que o pacto estabelece no âmbito dos Estados e Municípios e em âmbito nacional. Portanto, é com essa gestão que nós vamos estabelecer a ordem das prioridades, a ordem dos respeitos e de que forma isso vai se dar em todos os aspectos. E esse planejamento tem, sim, que ser encaminhado para o Governo Federal. E é a partir desse planejamento que nós vamos analisar a prioridade dos projetos que são apresentados, a prioridade dos Municípios, se eles estão dentro ou não da linha da política estabelecida, se eles fazem parte de uma ação estratégica a curto, médio e longo prazo, para que, efetivamente, nós possamos apresentar para as mulheres brasileiras. Porque a prioridade da Política é apresentar para as mulheres respostas concretas, efetivas, que deem concretude efetiva.

Portanto, é dentro dessa estratégia que vai ser o pacto na verdade. Ele vem em 2007, um ano depois da Lei Maria da Penha, é uma estratégia de implementação da política e da Lei Maria da Penha, e, a partir da análise do pacto, de 2007 até 2013, quais foram os desafios colocados. E em cima dos desafios, avaliados nos anos do pacto, vamos chegar ao Programa "Mulher, Viver sem Violência".

Então, na verdade, nós vamos ter uma linha do tempo, que é a construção da política, de que forma ela se efetiva. Nós vamos ter, na gestão do pacto, o fortalecimento da rede, o fortalecimento das Secretarias de Políticas para as Mulheres no âmbito do Estado e dos Municípios; nós vamos ter um aumento grande, não é o que nós queríamos, não é o dos nossos sonhos, mas nós vamos ter um aumento do número de serviços especializados, porque foi investido nisso, efetivamente; nós vamos ter um debate mais específico, e aí prioritariamente, com a vinda da CPMI, ela vai fortalecer a estratégia da realidade do quadro, da realidade dos serviços que estão colocados no Brasil e o que precisa ser alterado ou não.

Diante disso, nós vimos que uma das principais estratégias que estávamos colocando, que é a rede de atendimento às mulheres, funciona, mas ainda funciona cada um no seu serviço. A rede de atendimento às mulheres ainda é as pessoas individualmente. Ela não é instituição, ela não é o serviço de saúde, ela não é a Secretaria de Segurança Pública. Ela é a delegada. Se muda a delegada, muda a forma. Se muda a enfermeira, muda o ponto ou muitas vezes se perde o ponto da rede naquele local. E é com essa avaliação que nós começamos a discutir, que nós precisamos ter uma estratégia que dê resposta das instituições. As pessoas, os

servidores compõem as instituições, não são individuais. Portanto, a instituição é que tem de dar uma resposta.

Por outro lado, começamos a ver: mesmo com a Lei Maria da Penha, mesmo que nós tenhamos aumentado o número de serviços, mesmo que tenhamos criado os juizados especializados, as promotorias especializadas, as defensorias públicas de mulheres, nós ainda continuávamos perdendo as mulheres nas ruas sendo assassinadas. E até hoje nós vemos. Então, as mulheres continuavam pedindo ajuda e continuavam morrendo, com boletim de ocorrência.

Nós começamos a perceber, a partir daí, outro elemento que era estratégico para a política. É preciso que, para além das reuniões mensais da rede de atendimento e das conversas, nós tivéssemos uma discussão que é mudar o conceito da política, é você trabalhar de uma forma que não seja simplesmente em rede de atendimento, mas é você se colocar no lugar da mulher.

Então, a mulher ser atendida de uma forma integral. Na hora em que ela chegar ao serviço, é aquela mulher, na sua perspectiva como um todo, que deve ser pensada e tem que ser trabalhada. E foi com esse olhar que o Programa "Mulher, Viver sem Violência" foi construído em 2012 e lançado em 2013 pela Presidenta Dilma.

Quais são as características que o programa traz? Primeiro, um atendimento integral à mulher; segundo, um atendimento manuseado. Sem esses dois elementos, nós não vamos dar conta, efetivamente, de atender. A integração é o atendimento integral da mulher e, ao mesmo tempo, ao invés de ser a rede, se falando ou se tocando, a rede presente num mesmo espaço, garantindo a essa mulher todos os atendimentos que estão colocados a partir da Lei Maria da Penha.

Portanto, eu quero aqui, já dentro da perspectiva, construir esse casamento entre a Casa da Mulher Brasileira e a Lei Maria da Penha. Não tem como você discutir separadamente essas duas coisas. Porque dentro da casa estão os serviços que a Lei Maria da Penha institui. Então, a Casa da Mulher Brasileira é um espaço de cumprimento da legislação brasileira, principalmente naquilo que diz de integrar os diversos serviços, como o Suas, o SUS, o SUSP e todo o sistema de Justiça, para, de fato, dar conta de atender a mulher.

Essa é a concepção e a perspectiva do programa que tem a Casa da Mulher Brasileira, que integra a partir do espaço físico, mas também integra a partir de uma coordenação colegiada. Acho que isso é que é importante dizer. Dentro da Casa da Mulher Brasileira, todas as instituições ali presentes vão fazer parte do processo de discussão, de análise, de estudos de caso, com uma mesma capacidade de poder, efetivamente. Isso muda a gestão, mais uma vez, da política pública. Isso cria uma nova forma de se pensar a estratégia de política pública.

Portanto, esse é um dos desafios que está colocado para a casa. A maioria das pessoas que estiveram aqui na casa... Ela foi inaugurada em Brasília, dia 2, tem 3.600 metros construídos. Nós solicitamos aos Estados e aos Municípios – na maioria dos Estados o terreno é da União, é de oito a dez mil metros quadrados – o terreno, para que nós possamos ter um espaço grande; ela é constituída de vários serviços, do Apoio Psicossocial, do Ministério Público, da Defensoria Pública, autonomia econômica, os juizados de violência contra a mulher, a delegacia especializada, a central de transportes, alojamento de passagem para aquelas mulheres que precisam ter um pernoite de 24 horas porque fugiram e não têm para onde ir ou não se localizou a família.

A casa foi onde nós tivemos... Fora a casa, o programa tem mais cinco ações, eu acho que é importante dizer, que são: a ampliação do 180; nós temos a questão da coleta de vestígios, que é a organização e humanização do atendimento às mulheres vítimas de violência sexual, que é discutir a coleta de vestígios efetivamente, fazer com que nós não precisemos revitimizar a mulher na questão da violência sexual; o centro de fronteira, para atender às mulheres vítimas de violência sexual e tráfico de pessoas nas fronteiras secas; as unidades móveis, para atender as mulheres do campo e da floresta, são ônibus e barcos que estão atendendo; e campanhas permanentes, efetivamente, para mudanças de comportamento e cultura.

Então, esses são os eixos do programa, mas eu vou aqui me dispor a falar das casas, que foi o pedido. Então, assim, nós estamos com a Casa da Mulher Brasileira de Campo Grande

em funcionamento, e a de Brasília. É importante dizer que a Casa da Mulher Brasileira de Campo Grande teve um valor de R\$7.837.365,54, entre obras e aditivos; móveis, equipamentos de informática e eletrodomésticos, foi R\$1,248 milhão, e nós tivemos um convênio para custeio de R\$9,7 milhões.

Então, o que nós temos hoje funcionando na Casa da Mulher Brasileira de Campo Grande? Nós temos o Juizado, que é composto por um juiz e mais cinco assessores; a delegacia 24 horas, que tem a composição de 30 pessoas; o Ministério Público, que tem uma promotora e quatro assessores; a Defensoria Pública, que tem uma defensora e cinco assessores.

(Soa a campainha.)

A SR^a APARECIDA GONÇALVES – E nós temos a Patrulha Maria da Penha, na Guarda Municipal, com 26 pessoas.

Serviço de Administração, entre administração, recepção, apoio, num total, junto com os serviços de sistemas de segurança, em Campo Grande, hoje, de 125 profissionais trabalhando na casa.

A casa hoje já teve um número de nove mil e poucos atendimentos. É importante dizer que cada mulher gera três ou quatro atendimentos. São 2.600 mulheres atendidas desde 3 de fevereiro. Não é um número baixo, é um número alto. A coordenadora da casa sempre diz que quando ela abre não fecha mais. Então, ela abriu no dia 3 de fevereiro e é 24 horas até hoje, sem fechar efetivamente.

Nós tivemos a inauguração da Casa da Mulher Brasileira aqui de Brasília no dia 2. Para a Casa da Mulher Brasileira de Brasília nós tivemos um contrato de obra de R\$6.553,213; dois aditivos, o primeiro de R\$826,536, e o segundo de R\$191 mil. Então, nós tivemos o valor total da Casa da Mulher Brasileira, de investimento e na obra, de R\$7.571,718. Investimentos em móveis e equipamentos: R\$1.260, 647.

Nós temos hoje o Tribunal de Justiça e o Juizado, porque na verdade, na Casa da Mulher Brasileira, vai estar funcionando o Núcleo do Tribunal de Justiça, onde temos sete pessoas; nós temos a Delegacia Especializada, com uma delegada e nove assessores; o Ministério Público com quatro assessores; a Defensoria Pública com um promotor – não é, Thiago, para você não brigar comigo – e três assessores, uma defensora pública e quatro assessores.

Nós temos um total de pessoas para a administração, demais serviços e mais o Serviço de Segurança e Justiça, hoje, de 61 profissionais trabalhando na Casa da Mulher Brasileira de Brasília.

O contrato de manutenção é por dois anos. O de Brasília foi de R\$13,753 milhões.

As próximas casas, aquelas em que nós já estamos em processo de construção: São Luís, no Maranhão, em que já estamos em processo de obra.

Em Curitiba, nós começamos a obra, mas tivemos problemas com a empresa; portanto, a segunda colocada está sendo contratada agora, no dia 15 de junho.

Em Fortaleza, há ordem de serviço.

Em Salvador, também estamos avaliando a situação.

Em alguns locais, como em Boa Vista, o contrato vai ser assinado. Já houve a licitação. O contrato com a empresa vai ser assinado até 16 de junho.

O de Curitiba vai ser reaberto no dia 26 de junho.

Em São Luís, já começou.

Em São Paulo, o contrato já está em andamento. E nós já tivemos várias outras licitações.

O Tocantins está incluído, mas não se iniciou a licitação. Aqui eu só estou colocando a questão das licitações, porque, para o programa, como nós estabelecemos a parceria? Nós fazemos a adesão dos Estados onde os governadores, os prefeitos das capitais efetivamente assinam acordo de cooperação. No Tocantins isso ainda não aconteceu.

Na semana que vem, nos dias 16 e 17, estarei indo para lá para conversar com o Desembargador Presidente do Tribunal de Justiça, com o Procurador-Geral do Ministério Público, com o Defensor Público Geral do Estado, com o Prefeito e com o Governador, para marcar a

adesão do Estado ao programa, porque lá o terreno é da Prefeitura e foi ela que nos doou o terreno. Então, a partir dessa minha ida, nós vamos marcar a ida da Ministra para fazer a adesão.

Em Salvador, nós estamos com a obra em andamento. Já houve a adesão ao programa. Nós tivemos uma licitação com a empresa que tocou a obra de Brasília; porém, o prazo que ela tinha para iniciar a obra e se instalar no canteiro foi a sexta-feira, mas ela não cumpriu o prazo. Possivelmente, estaremos chamando uma nova licitação agora, em junho, que deve ficar pronta em julho, agosto; e depois disso é que se inicia a obra. Mas Salvador já está com todos os processos em andamento.

Eu acho que é importante dizer quais são as outras atividades. Tudo vai ficar aqui com vocês para terem as informações. É importante dizer que para a construção da casa não é só a obra. É isso que eu queria hoje trabalhar com vocês.

A câmara técnica e os grupos executivos são estratégicos, porque é ali que a gente vai definir a realidade. Nós temos desafios que estão colocados no sistema de estrutura do Governo e do Estado brasileiro que são importantes de serem pensados.

No caso de Brasília – o Dr. Thiago deve falar a respeito –, nós temos a questão das competências. Então, não dá para aqui no GDF, no Plano Piloto, você ter três juizados e mais um na Casa da Mulher Brasileira. Há uma série de adequações, de costuras, de negociações que são feitas desde o início da adesão e principalmente na hora em que começa a licitação, que são as articulações dos Estados, a responsabilidade da cogestão entre Estado e Município. Isso porque é importante dizer que a disputa política não pode ser a prioridade na questão do atendimento às mulheres. Nós sabemos que há, nós sabemos que ela vai acontecer no ano que vem, que vai acontecer daqui a dois anos, mas nós temos que colocar acima disso a vida das mulheres. Então, eu acho que isso é fundamental.

Eu sempre digo que com a Casa da Mulher Brasileira todo mundo ganha. Não há quem perca. Na Casa da Mulher Brasileira, com a política de enfrentamento à violência contra a mulher, todas as pessoas, todo mundo ganha. Ganham as mulheres, ganham os Poderes, ganham as instituições, ganham os políticos. Então, eu acho que é importante a gente pensar a família como um todo. Nós temos que pensar com essa perspectiva.

Como nós trabalhamos? A partir da Câmara Técnica, tira-se um Grupo Executivo que é composto por desembargadores do Tribunal de Justiça, por pessoas diretamente vinculadas ao Procurador-Geral do Ministério Público, da Defensoria Pública, a Segurança Pública, a Secretária de Políticas para as Mulheres, a Prefeitura Municipal, que são as instituições que vão pensar o funcionamento da Casa. Isso porque pensar significa verificar os decretos, o que vai funcionar, se é possível ou não, se está dentro da competência instituída ou não, se há legislação ou não. Então, há uma série de questões que são importantes e primordiais. Além disso, há a discussão com o movimento. Fazer com que o movimento efetivamente participe e divulgue o serviço para que as mulheres possam ser atendidas.

Por fim, inaugurada a casa, nós instituímos, então, o colegiado que coordena a casa. O colegiado é composto pelos profissionais que estão dentro da casa e terão que discutir a administração. Não vão fazer o gerenciamento da Casa, porque a instituição que recebe o recurso da SPM Federal é que vai fazer isso. A SPM vai ter uma coordenadora em cada casa para ajudar na discussão, nos conflitos, no processo. Mas efetivamente o colegiado é que vai pensar as questões complicadas, os fluxos, os protocolos, os encaminhamentos, os andamentos. Eu acho que com isso vamos trazer novos elementos para a política, vamos trazer elementos diferenciados sobre o atendimento para as mulheres vítimas de violência.

Então, o processo de construção da casa se dá dentro de todas essas perspectivas. De um lado, a construção da obra, a execução, as licitações que são feitas pelo Banco do Brasil e acompanhadas por uma equipe da SPM, de engenheiros e arquitetos que só tocam a obra; e de outro lado, a minha equipe que toca todo o processo de construção política.

E para falar em três minutos – eu vou deixar o Thiago falar também –, efetivamente a grande questão dos desafios que estão colocados para a Lei Maria da Penha.

Acho que, nestes anos de construção desta lei e sua efetivação no País, duas questões são estratégicas: a primeira, que é preciso que repensemos todos os valores que estão colocados, sem isso, não vamos dar conta de uma série de questões. Então, é preciso que comecemos a repensar. E não digo porque não trabalho com questão de capacitação, porque acho que todos os profissionais que estão no serviço público passaram em concurso, se não gostam, estão ali para cumprir a legislação, lei é para ser cumprida, não é para ser discutida a hora que você está trabalhando. Então, se você quer discutir, vá discutir no STJ, no STF, ou vem para esta Casa alterar a lei, mas não é o servidor público que vai alterar a legislação a partir da sua concepção.

O servidor público não pode, de forma nenhuma, levar para dentro do serviço a sua concepção individual, seja de credo religioso, seja qualquer instrumento preconceituoso e discriminatório, que tem levado. Então, é dessa mudança de comportamento e de cultura que aqui quero falar. Quero falar que é preciso que se construa no Estado brasileiro, efetivamente, novos servidores, com nova capacidade de pensar, para que a Lei Maria da Penha possa, efetivamente, sair do papel.

E, por fim, eu queria dizer aqui duas coisas que são importantes para a Lei Maria da Penha avançar: primeiro, é orçamento. Não vamos avançar com orçamento tão pequeno no País, seja no âmbito federal, da União, seja nos Estados. A maioria dos Estados... Se formos ver o relatório da CPMI, ou se formos ver o orçamento que temos de liberação de recurso nos Estados, estes não têm um real efetivamente para o enfrentamento da violência contra a mulher.

Temos dificuldade de colocar os profissionais dentro das Casas da Mulher Brasileira; temos dificuldade, efetivamente, para que o Estado assuma qualquer responsabilidade, porque diz que não tem orçamento. Então, acho que a questão dos recursos é um desafio, seja para o Estado, seja para o Município, seja para a União.

O terceiro que eu queria colocar é a questão do fundo. A CPMI efetivamente aprovou o fundo para a questão do enfrentamento da violência contra a mulher, que está na Câmara Federal para ser aprovado. Precisamos ter um fundo a fundo, porque os Municípios e os Estados não podem ficar reféns de Calc, de todo um processo custoso que são os convênios. Então, faz todo um elemento, entra no sistema, coloca o projeto, faz, elabora e, na hora de receber o recurso, tem um problema no Calc e não recebe.

Então, sempre digo que, da maioria dos Municípios, dos Estados em que trabalhamos, 65% não recebem recurso, e aqueles que mais precisam não têm condição de receber. Não é simplesmente para ter um fundo a fundo, é para que possamos ter os recursos que temos, e acho que precisamos aumentá-los, e dos recursos que temos, de fato, todas as mulheres do Brasil que sofrem violência tenham acesso a eles.

São esses dois elementos que eu queria trazer, Keiko, como desafio para a construção da Lei Maria da Penha no Brasil.

Muito obrigada. (*Palmas.*)

A SRª PRESIDENTE (Keiko Ota. PSB - SP) – Obrigada, Cida.

Quero dizer, sobre esse caso do Piauí, que tenho certeza de que a Presidente Simone vai querer ir lá acompanhar, porque não pode ficar impune; e precisamos dar uma ênfase, para que possamos combater a violência contra a mulher.

E quero parabenizar, viu, Cida, pela Casa da Mulher Brasileira, que realmente vai fortalecer somente o cumprimento da Lei Maria da Penha e trazer muitos benefícios. E vamos proteger as mulheres, porque tudo gira em torno da mulher. Se estamos vendo essa violência crescer, é por conta de que nem nossas mulheres têm a proteção. Então, temos de nos unir.

Bom, quero, aqui, convidar para compor a Mesa a Srª Ana Cristina Melo Santiago, Delegada Chefe da Delegacia Especializada de Atendimento à Mulher.

E convido para falar, agora, o Sr. Thiago Pierobom de Ávila, Coordenador do Núcleo de Gênero Pró-Mulher do Ministério Público do Distrito Federal e Territórios. Por favor.

A SRª MOEMA GRAMACHO (PT - BA) – Srª Presidente, eu gostaria de fazer um pedido.

A SRª PRESIDENTE (Keiko Ota. PSB - SP) – Pois não.

A SRª MOEMA GRAMACHO (PT - BA) – Presidente, vou precisar me deslocar para o plenário, porque tem a comissão geral onde a nossa Ministra Eleonora vai estar presente e gostaria de acompanhá-la. Queria só fazer uma sugestão dentro do que a nossa companheira Aparecida colocou, e já começar parabenizando esta Comissão por essa iniciativa, parabenizando os oradores aqui presentes. Queria fazer uma sugestão dentro dessa proposta do fundo.

No dia 7 de agosto estaremos completando 8 anos da Lei Maria da Penha. Seria uma oportunidade ímpar e muito boa para que a nossa Presidenta Dilma Rousseff sancionasse a Lei do Fundo. Então, nós mulheres, Deputadas e Senadoras, deveríamos fazer gestões para sensibilizar o Presidente da Casa, Eduardo Cunha, para colocar na pauta para votação o fundo agora em junho ainda, a partir de hoje, o dia que achar melhor, desde que pudéssemos votar o fundo ainda em junho, porque depois vai vir o recesso. Uma vez aprovado, a nossa Presidenta poderia sancionar como um ato importante de comemoração dos 8 anos da Lei Maria da Penha, no dia 7 de agosto.

Se V. Exª e as Deputadas concordarem, poderíamos criar uma comissão que fosse, junto com os nossos Líderes, conversar com o colégio de Líderes e conversar com o Presidente. A nossa Ministra se coloca à disposição para ir conosco conversar com o Presidente, para colocar na pauta de votação até o dia 30 de junho.

A SRª PRESIDENTE (Simone Tebet. Bloco Maioria/PMDB - MS) – Com certeza, Noêmia. Faremos força aqui. Obrigada pela participação.

Vamos ouvir agora o Thiago.

O SR. THIAGO PIEROBOM DE ÁVILA – Boa tarde a todas e a todos. Gostaria de cumprimentar a Exmª Srª Deputada Keiko Ota, em nome de quem agradeço o convite que foi feito ao Ministério Público de comparecer a esta egrégia Casa e compartilhar um pouquinho das nossas reflexões e, em alguns casos, das nossas angústias.

Cumprimento a Drª Aparecida Gonçalves, nossa Cida, grande companheira de batalha; e cumprimentando aqui a minha colega Ana Cristina, da Polícia Civil do Distrito Federal.

Bom, fui convidado para passar, para as senhoras e os senhores, um relato de qual tem sido a experiência e a ótica do Ministério Público do Distrito Federal e Territórios sobre a temática da Casa da Mulher Brasileira. Além da minha participação no nosso Núcleo de Gênero do Distrito Federal, também faço parte da Comissão Nacional de Promotores de Violência Doméstica, do CNPG, e também de grupo de trabalho no âmbito do Conselho Nacional do Ministério Público, específico na temática da violência doméstica contra a mulher.

De forma geral, o Ministério Público vê com muitos bons olhos a instalação das Casas da Mulher Brasileira nos diversos Estados do Brasil, como está projetado, já foi colocado pela Cida, e, especificamente como Promotor do Distrito Federal, da instalação da nossa Casa da Mulher aqui no Distrito Federal.

Ela é importante por quê? Porque um dos grandes desafios da política de atenção à mulher em situação de violência doméstica é exatamente implementar a integração da política pública. Hoje, o que acontece na maioria dos Estados – e até bem pouco tempo no Distrito Federal era assim que funcionava – primeiro, é que a mulher vai ter que criar coragem para denunciar a violência doméstica que está sofrendo. Um belo dia, quando decide romper esse ciclo da violência, normalmente não é na primeira agressão, é depois de muitas agressões, ela tem que tomar um ônibus, ir à delegacia, registrar a ocorrência, tomar outro ônibus, ir ao IML fazer o exame médico legal, tomar outro ônibus, ir ao centro especializado de atendimento à mulher para ter um atendimento com psicólogo, com assistente social, tomar um outro ônibus, ir à Defensoria Pública para resolver as questões de divórcio, guarda dos filhos, partilha de bens, tomar outro ônibus e ir ao CRAS e CRESS para ser encaminhada para o serviço de emprego e renda, para ter sua independência econômica e poder romper aquela violência, e tomar depois mais um ônibus e ir para o Fórum resolver os seus problemas relacionados à temática da violência contra a mulher.

Então, a ideia da Casa da Mulher Brasileira é exatamente reunir todos os serviços num único espaço, de forma que a mulher tome um único ônibus, vá lá e resolva todos os seus

problemas, e que ela tenha um local de referência. Se tem problemas dessa temática, deve ir para aquele local.

Portanto, na nossa Casa da Mulher Brasileira aqui no Distrito Federal conseguimos colocar esses serviços...

A SRª PRESIDENTE (Simone Tebet. Bloco Maioria/PMDB - MS) – Peço licença, porque queria chamar a Deputada Carmen Zonotto, autora do requerimento dessa audiência, para presidir, porque tenho um compromisso agora junto ao Ministério das Cidades e gostaria que ela assumisse a Mesa para coordenar aqui os trabalhos.

Obrigada.

Pode continuar, Thiago.

Desculpa.

O SR. THIAGO PIEROBOM DE ÁVILA – Bom, então a ideia da casa é fazer essa reunião de todos os serviços num mesmo espaço, diminuindo essa peregrinação dessa mulher. Muitas vezes perdíamos a mulher no meio do caminho, fazíamos os encaminhamentos, eventualmente estava tão fragilizada pela situação de violência que acabava não seguindo os próximos órgãos públicos, quer dizer, mesmo tendo uma estrutura que o Estado criava e colocava à disposição dessa mulher, muitas vezes perdíamos a oportunidade de intervir com essa mulher.

Por outro lado, como a Cida já destacou, a Casa da Mulher Brasileira tem outro efeito que é muito positivo, que é, a partir da integração arquitetônica, de todos os atores reunidos no mesmo espaço, fomentar o diálogo pela integração espacial e assim gerar uma integração na realização dos serviços, para que cada um dos atores conheça as atribuições uns dos outros, possam atuar de forma integrada, com sistemas de referência e contra referência, maximizando a proteção a essa mulher.

Como a Cida já adiantou, na minha visão um dos desafios da política federal da Casa da Mulher Brasileira é exatamente fazer adaptação da filosofia da política federal à realidade de cada Estado, porque cada Estado tem uma realidade muito diferente, muito singular e é muito importante que isso seja levado em consideração.

Por exemplo, em Campo Grande, tínhamos uma estrutura de duas varas na capital para todo o Município. Então, qual foi a estratégia pensada com adaptação da política federal na cidade de Campo Grande? Criou-se a Casa da Mulher Brasileira, criou-se uma terceira vara, que funciona dentro da Casa da Mulher Brasileira, que teve atribuição de deferir as medidas protetivas de urgência para toda a área do Município de Campo Grande.

Já aqui no Distrito Federal, a nossa realidade era um pouquinho diferente. Aqui no DF, por um lado é algo que temos que nos orgulhar, temos a melhor estrutura de serviços públicos oferecida às mulheres em situação de violência doméstica de todo o Brasil; temos a maior quantidade de juízes por habitante, especializados na temática da violência doméstica, são 19 varas no Distrito Federal; temos a maior quantidade de Promotores de Justiça especializados na temática, são 41 Promotores de Justiça só no Distrito Federal especializados na temática da violência doméstica; temos a melhor DEAM de todo o Brasil, segundo relatório da CPMI da Violência Doméstica; todas as delegacias do Distrito Federal têm uma seção especializada de atendimento à mulher. Enfim, os serviços são capilarizados aqui no Distrito Federal, já são descentralizados. A mulher pode acessar esses serviços próximos às suas residências, nas diversas cidades-satélites aqui do Distrito Federal.

Portanto, nessa realidade do DF não fazia muito sentido centralizar novamente os serviços, tirando a mulher de próximo da casa dela para ter que se deslocar até o centro de Brasília. Então, a estratégia que tivemos no Distrito Federal para maximizar a proteção às mulheres foi criar um posto na Casa da Mulher Brasileira, tanto do Judiciário quanto do Ministério Público, que facilitasse a articulação dessa mulher com os serviços que já são regionalizados, portanto fazendo uma transmissão via internet das medidas protetivas que são registradas na Delegacia Especializada da mulher, do posto da DEAM que tem dentro da Casa da Mulher Brasileira, com os juízes do local dos fatos onde a mulher reside, e aí igualmente, no Ministério Público, um setor de atendimento psicossocial que vai fazer o atendimento dessa mulher, vai fazer a avaliação do risco

de situação a que essa mulher está exposta, vai fazer uma proteção diferenciada, especialmente nos casos de alto risco, especialmente nos casos de desobediência às medidas protetivas.

Essas são situações que acendem uma luz vermelha muito grande para nós do sistema de justiça. Quer dizer, se a mulher pediu ajuda, se o juiz já proibiu esse agressor de se aproximar dessa mulher e esse agressor continua insistindo em se aproximar, é porque algo de muito sério existe naquela situação. É muito provável que precisemos de uma prisão preventiva e, portanto, temos que dar uma atenção diferenciada nesses casos de risco mais elevado.

Portanto, fazendo tudo o que estiver ao nosso alcance para facilitar a vida dessa mulher, para resolver os seus problemas, tanto dos serviços que estão na Casa quanto dos outros serviços que existem nos diversos fóruns, nas diversas cidades-satélites.

A Cida me pediu que comentasse alguma coisa na perspectiva do Ministério Público dos desafios das políticas públicas de atenção das mulheres, de efetiva implementação da Lei Maria da Penha.

Diria que temos alguns desafios no âmbito Legislativo e outros no âmbito do Poder Executivo. Os do âmbito do Poder Executivo, de forma geral, são aqueles que a Cida já destacou, especialmente a importância de criação de mais equipamentos públicos para dar vazão à demanda dos casos de violência doméstica contra a mulher.

O desafio da atuação integrada – esse sim ainda um desafio muito sério – é fazer com que todos os serviços se conheçam, se dialoguem, atuem de forma coordenada para a proteção a essa mulher.

O desafio da formação continuada é um desafio muito sério em todos os serviços públicos. Até antes da Lei Maria da Penha, é muito provável que grande parte desses servidores públicos nunca tenham ouvido nem falar sobre relações de gênero. E isso é um problema. A Lei Maria da Penha trouxe esse avanço inegável de colocar o problema na mesa, fazer com que nós, operadores do sistema jurídico, enxergássemos um problema que durante décadas estava invisibilizado, mas nós temos uma grande quantidade de servidores que ainda foi formada anteriormente à Lei Maria da Penha, não passou por uma capacitação sobre a lei. Não basta apenas conhecer o que está escrito nos artigos. É preciso entender o espírito da lei, é preciso vestir a camisa da lei.

E esse é um dos grandes desafios, especialmente no âmbito do Poder Judiciário e do Ministério Público: criarmos canais em que seja obrigatória uma formação continuada, ou seja, que um juiz ou um promotor que decida trabalhar com Lei Maria da Penha, que seja um pré-requisito para esse juiz ou promotor ter uma capacitação específica sobre a Lei Maria da Penha para poder trabalhar com a temática, senão teremos o risco de ter fatos como aquele, lamentável, do juiz – salvo engano – de Sete Lagoas que declarou a Lei Maria da Penha inconstitucional, porque a culpa do pecado no mundo foi de Eva, porque foi ela quem deu a maçã para Adão. Cito o caso do juiz, mas, provavelmente, vemos o caso de promotores e de policiais que replicaram esse mesmo estereótipo. Então, este é um dos desafios: institucionalizar a obrigação de formação continuada dos profissionais da área jurídica e das carreiras policiais também.

Especificamente, no âmbito da atuação legislativa, quais seriam alguns dos desafios que na minha ótica – eu falo, porque já comentei com vários outros integrantes do Ministério Público de que esse é um sentimento comum – são os desafios legislativos que temos para maior efetividade da Lei Maria da Penha? Primeiro: é absolutamente urgente, prioridade número um de todas: precisamos criminalizar a desobediência à ordem de medida protetiva de urgência.

Durante muito tempo, conseguimos que os tribunais tivessem o entendimento de que se o agressor recebe uma ordem do juiz proibindo de se aproximar da vítima ou de entrar em contato com ela, se ele desobedece essa ordem do juiz, isso seria um crime de desobediência. Mas, ano passado, o Superior Tribunal de Justiça deu uma decisão dizendo que é fato atípico desobedecer a ordem do juiz, porque já existe uma sanção prevista na lei e que seria a possibilidade de decretar a prisão preventiva.

Isso gera uma ineficácia absoluta da lei, porque a mulher fala: "Ele está me ameaçando. Ele já me agrediu. Esse homem vai me matar." O juiz fala: "É sério esse caso. Está

proibido de se aproximar dessa mulher. Não chegue próximo dela. Não entre em contato!" E está lá esse agressor na porta da casa da mulher, com a medida protetiva debaixo do braço, é abordado pela polícia, porque a mulher, desesperada, liga para a polícia e fala: "Ele está na porta da minha casa e vai me matar." Aí, o agressor vai chegar para o policial e vai falar: "Olha, os ministros do STJ entenderam que é fato atípico desobedecer a ordem do juiz. Então, se não é crime, vocês não podem fazer nada." E fica por isso mesmo. A polícia vai só fazer um relatório dizendo que constatou que ele estava na porta da casa da mulher e mandar para o juiz, porque dali a uma semana ou duas esse juiz vai decretar a prisão preventiva desse homem. Se era para matar, já matou há muito tempo.

Então, eu preciso dar instrumento para as polícias no sentido de que se houver uma desobediência à ordem do juiz, a polícia possa prender em flagrante pela desobediência e, aí, depois, o juiz decide se vai substituir para outra medida mais gravosa ou se vai decretar a prisão preventiva desse homem. Mas eu tenho de dar um instrumento para intervir nessa situação. Essa é uma intervenção, na minha ótica, urgente, para dar efetividade à Lei Maria da Penha.

Segundo, precisávamos aperfeiçoar nosso sistema em relação à conduta de *stalking*. *Stalking* é aquela conduta de perseguição sistemática: a pessoa que vigia a casa, vigia o local de trabalho, fica insistentemente mandando mensagens... No Brasil, nós não temos uma figura penal para a conduta de *stalking*...

A SRª DULCE MIRANDA (PMDB - TO. Fora do microfone.) – É uma ameaça, né?

O SR. THIAGO PIEROBOM DE ÁVILA – Em alguns casos, se ele falar: "Eu vou te matar", é uma ameaça; mas se ele ficar só seguindo a mulher em via pública, sem falar nada, tecnicamente eu não consigo dizer que ele está ameaçando essa mulher. Ele está, no máximo, incomodando. Existe uma contravenção penal de perturbação da tranquilidade que, às vezes, a gente utiliza, mas é uma pena absolutamente irrisória. Se essa perseguição não é acompanhada de uma ameaça, eu fico sem absolutamente nada. E é muito comum, mais do que nós pensamos, essa conduta de perseguição sem ameaça. Então, na minha visão, seria um outro avanço que precisaríamos adiantar.

Terceiro, na minha visão – e tenho discutido isso com outros promotores –, é muito importante que começássemos a pensar, a médio e longo prazo, em mecanismos para simplificação do processo para o Judiciário ter instrumentos para dar uma resposta mais rápida. Não é possível que esse processo se arraste anos a fio em uma vara para obtermos uma condenação. Justiça que tarda é justiça que falha.

Então, nós precisamos avançar no sentido de dar instrumentos para simplificar esse processo, eventualmente criar instrumentos para que o agressor aceite, antecipadamente, uma pena e já comece a responsabilizar-se por essa pena no início do processo, à semelhança daquilo que outros países fazem com *plea bargaining*, como existe na Inglaterra. Mas, enfim, institutos reconstruídos a partir de uma lógica de gênero que tenha, como foco central, proteger a mulher e não banalizar a resposta do Estado para o problema da violência doméstica.

Só mais duas sugestões. Uma delas, em relação ao crime de misoginia. No Brasil, não existe nenhum crime de praticar a discriminação às mulheres. Nós temos os crimes de discriminação racial, de discriminação religiosa, de origem nacional, de procedência regional, mas nós não temos um crime de discriminação pelo fato de ser mulher.

Recentemente, pela Lei do Feminicídio se criou uma agravante ao homicídio quando o crime é praticado em razão da condição do sexo feminino, mas isso é específico para o homicídio. Então, outras formas de discriminação às mulheres ficam sem uma adequação típica. Então, no nosso Núcleo de Gênero, nós temos recebido inúmeros casos de *sites*...

(Soa a campainha.)

O SR. THIAGO PIEROBOM DE ÁVILA – Dois minutinhos só.

Sites que incentivam a violência às mulheres. "Mulher tem... Lésbica tem mais é que ser estuprada mesmo! Temos de corrigir essas lésbicas!" Ou então: "Lugar de mulher é na cozinha, não tem de dar lugar de emprego para essas mulheres!" E eu fico meio que sem tipo penal para enquadrar essas condutas que são as que, no fundo, fomentam nossa cultura sexista que, depois,

vão desaguar em atos de violência contra as mulheres. Então, acho que a gente precisa sim colocar um basta em uma cultura que aceite e normalize a violência contra as mulheres, e a misoginia é o primeiro passo, porque o discurso precede o ato. Então, eu acho que é importante uma atenção especial a essa temática.

E, para encerrar, outro tema que eu acho extremamente importante, que deveria ser objeto de atenção por parte do Parlamento, é a temática da oitiva especial de crianças e adolescentes vítimas de crimes sexuais. Apesar de eu estar falando de crianças e adolescentes, segundo dados da Secretaria de Direitos Humanos, 85% das vítimas desses crimes são do sexo feminino. Então, claramente, esse crime é aquele em que o agressor normalmente é um homem, e a vítima, normalmente, é uma mulher. Portanto, claramente, há um recorte de gênero nos abusos sexuais contra crianças e adolescentes.

Hoje, quando essas crianças e adolescentes sofrem abuso sexual e nós vamos ouvi-las na Justiça, a regra que está no Código de Processo Penal, que é de 1941, é que eu tenho de sentar essa criança ou adolescente na sala de audiências, com o juiz, o promotor, o advogado do réu – aquele ambiente formal, hostil, muitas vezes permeado de conflitos entre esses atores jurídicos –, e eu vou ter de fazer com que essas pessoas façam perguntas à criança e ao adolescente: "E, aí, conte para nós como foi a relação sexual? Ele já fez antes? Você gozou na relação sexual?" E ainda que o juiz indefira uma pergunta absolutamente impertinente, já foi feita, ela já ouviu, ela já foi revitimizada.

Em 2010, o Conselho Nacional de Justiça editou uma recomendação para que a oitiva de criança e adolescente fosse feita por meio daquilo a que hoje chamamos de depoimento especial, ou seja, intermediado por um profissional, normalmente um psicólogo ou um assistente social, devidamente capacitado na técnica de oitiva em uma sala, por videoconferência, e que, portanto, se faça a oitiva dessa criança ou adolescente de uma forma que respeite a integridade psicológica dela e que não venha revitimizá-la dentro do sistema de justiça com sua oitiva.

A Câmara dos Deputados aprovou um projeto de lei em 2009. Ele foi encaminhado, em 2010, para o Senado Federal. Houve algumas alterações, mas ele foi incorporado em um projeto de Código de Processo Penal. Em 2010, voltou para a Câmara. E, desde 2010, o novo Código de Processo Penal adormece lá na Câmara dos Deputados e não foi nem designada a primeira Comissão para começar a análise do Código de Processo Penal. E, portanto, o projeto está parado lá... E eu acho que, se for fazer a alteração via Código de Processo Penal, não sai tão cedo. Então, acho que é muito importante se pensar em uma estratégia de dar autonomia a um projeto de lei que venha a proteger as meninas e as adolescentes que estão sendo vítimas de violência sexual e que, eventualmente, estão sendo revitimizadas pelo sistema de justiça por essa oitiva não especializada.

Bom, agradeço novamente o convite e estou à disposição para eventuais questionamentos que forem endereçados ao Ministério Público.

Muito obrigado. (*Palmas.*)

A SRª PRESIDENTE (Carmen Zanotto. PPS - SC) – Muito obrigada, Thiago.

Eu, de imediato, passo a palavra à Drª Ana Cristina Santiago e, depois, nós vamos passar a palavra as nossas Deputadas e a nossa Senadora.

Eu quero, antes de a Drª Ana Cristina falar, registrar a presença de nossa Deputada Dulce Miranda, de nossa Senadora Regina Sousa, de nossa Deputada Iracema Portella e da Conceição Sampaio, que estão aqui conosco, além das Deputadas e Senadoras que já passaram aqui no início da tarde.

Então, com a palavra, por até 15 minutos, a Drª Ana Cristina Santiago.

A SRª ANA CRISTINA MELO SANTIAGO – Boa tarde a todas e a todos.

Eu penso que, de tudo o que foi falado aqui, vocês entenderam a importância dessa atuação integrada, em forma de rede, que a lei preconizou. Nós entendemos que esse foi um grande avanço da lei: entender que o combate a esse tipo de violência não vai ser feito apenas pela polícia, pelo Ministério Público, apenas pelo Judiciário, mas tem de haver uma atuação

integrada. Eu acho que essa é a concepção de toda Casa da Mulher Brasileira. Nós precisamos saber identificar claramente o que cada órgão realmente faz e qual o papel em cada situação.

Eu recebi, no *e-mail*, o pedido para que eu falasse um pouco da atuação da Delegacia da Mulher. Então, a gente se preocupa muito – e se fala muito também – com a questão, e Dr. Thiago pontuou muito bem, do agravamento das penas, de criação de tipos penais, porque a gente precisa ter muito clara a responsabilização do agressor em todo esse processo. Isso não pode ser encarado como se violência doméstica fosse uma briga de marido e mulher, fosse uma questão familiar... Não é só isso, é crime! E dessa forma tem de ser visto. E aí entra o papel da Delegacia da Mulher, porque é importante a gente entender exatamente como funciona. É um órgão de Polícia Judiciária e como órgão de Polícia Judiciária, justamente é incumbido da formação de todo o processo, da colheita de todas as provas a serem submetidas ao Ministério Público, ao Judiciário, no sentido da autoria e da materialidade do delito.

Penso também, como o doutor colocou, que o grande desafio é a questão da capacitação. E eu iria além: mais do que capacitação de servidores, a sensibilização dos gestores, porque muitos de nós nos preocupamos em capacitar as pessoas que estão ali na ponta, que lidam diretamente com a mulher; mas, se não existe um olhar do gestor de cada unidade, de cada órgão, de que realmente aquilo que está sendo tratado ali é muito importante, esse trabalho tende a se diluir. E aí nós atuamos com a necessidade... Foi muito importante a criação de espaços especializados como a Delegacia da Mulher. Mas o ideal é que todo e qualquer serviço público tivesse um olhar diferenciado e um tratamento especializado da uma mulher vítima de violência doméstica.

Eu trouxe, mais ou menos, um relatório de atividades que nós fizemos nos anos de 2012 a 2014 para vocês conhecerem um pouco da nossa delegacia.

Essa aí é nossa delegacia. Fica entre a 204 e a 205 Sul. Nós atuamos em regime de plantão: 24h, todos os dias, sete dias por semana. Lá, na Casa da Mulher Brasileira, nós funcionamos como uma extensão de todo esse trabalho que vou apresentar para vocês. Por isso, nós vamos mostrar a Delegacia da Mulher.

Pode ir passando as fotos...

Vamos procurar as fotos.

Aí é como era a delegacia. É uma das primeiras Delegacias da Mulher em nosso País. A primeira foi, em 1985 em São Paulo. Eram instalações bem reduzidas. Nós passamos por uma reforma. No ano de 2012, nós inauguramos essas instalações que vocês estão vendo. A gente conta com cerca de 1.400m² construídos de delegacia.

Pode passar...

Ali é a estrutura. Nós temos o Departamento de... A Direção-Geral da Polícia, o Departamento de Polícia Especializada. Nós temos dois grandes departamentos na Polícia: o Departamento de Polícia Especializada e o Departamento de Polícia Circunscrição, e a eles estão vinculadas essas delegacias. São 31 delegacias de área. Cada uma delas conta com uma seção de atendimento à mulher. Ali há algumas seções que vou explicar melhor.

Pode passar...

Aí é nossa delegacia. Para que vocês tenham uma ideia da localização. Nós contamos com auditórios, salas de reconhecimento.

Nós contamos com auditórios, salas de reconhecimento. Esse espaço foi visitado antes pela equipe da SPM que, com mais ou menos essa ideia, concebeu um espaço bem confortável lá na Casa da Mulher Brasileira – hoje, o maior espaço da unidade é o da Delegacia da Mulher. Então, nós temos todas as atribuições aí compostas.

Hoje, nós somos oito delegadas de Polícia. Para que funcione 24 horas, nós temos que ter cinco equipes de plantão com delegada-chefe, delegada-adjunta e mais uma delegada em um cartório que faz toda essa movimentação. O plantão faz aquele atendimento inicial para as mulheres.

Nós não atuamos com exclusividade no Distrito Federal e não atuamos também apenas com casos de violência doméstica, mas com qualquer situação em que a mulher seja

vítima. Então, nós temos um trabalho na Seção de Repressão a Estupro voltado a crimes sexuais; Seção de Investigação, que trata de todo o resto que não seja crime sexual e faz também cumprimento de mandados de busca e apreensão, mandados de prisão e tudo o mais; Seção de Orientação Psicológica, onde nós fazemos investigações mais delicadas. Hoje, nós temos uma grande demanda com a questão das idosas, especialmente por questões de recursos de que estão se apropriando indevidamente. De alguma forma, ficam em situações bem delicadas. Mulheres idosas com rendas bem expressivas não têm nem alimento em suas casas. Então, é uma demanda que a gente precisa olhar também com cuidado. Temos o cartório, que formaliza todos esses procedimentos; Seção de Apoio Administrativo, que faz toda logística; Seção de Estatística e Informática, que tem um trabalho também bem interessante com relação à apuração de crimes cibernéticos, que é outra coisa que tem crescido muito e para a qual a gente tem de ter um olhar, se preocupar com isso e capacitar nossos servidores, porque não é uma investigação muito simples, não é um trabalho simples. Hoje a internet é um meio que fomenta e muito a prática de delitos. Isso eu coloco para vocês, porque todos esses serviços que nós fazemos lá são oferecidos também em todo atendimento na Casa da Mulher Brasileira.

Ocorrências policiais registradas. Vocês veem que, em todos os anos, há um crescimento. Essas não são todas as ocorrências do Distrito Federal, mas apenas as da Delegacia da Mulher. No Distrito Federal, foram 14 mil ocorrências no ano passado. Então, nós tivemos lá, dessas 14 mil, cerca de 4 mil registradas lá na Delegacia da Mulher.

Inquéritos instaurados. Para se ter uma ideia, no passado, foram 2.960 inquéritos instaurados. Aqui existe uma determinação de nossa Corregedoria de Polícia que, para todo e qualquer crime ou contravenção que estejam abrangidos na Lei Maria da Penha, se instaure um inquérito. Não existe a possibilidade de se instaurar um Termo Circunstanciado, que é aquele documento que se presta a apurar crimes de menor potencial ofensivo. Termos Circunstanciados são situações que não estão abrangidas pela Lei Maria da Penha.

Relatórios finais de inquérito. Nós temos um trabalho muito interessante aqui no Distrito Federal, isso eu falo para vocês, nessa questão de rede. A partir daí, nós sentamos, discutimos – como a gente teve a oportunidade de discutir com o Ministério Público aqui – e estabelecemos algumas rotinas para agilizar o andamento desses inquéritos dos dois lados. E aí a gente teve condições de concluir um número bem expressivo. Hoje, nossa meta, a que a gente trabalha, é para concluir todo e qualquer inquérito em trinta dias. Lógico que nós não conseguimos em 100% dos casos, mas eu diria que em torno de 70% dos casos a gente tem conseguido.

Medidas Protetivas de Urgência encaminhadas ao Judiciário. Nem sempre a mulher quer. Ela quer o registro, mas não deseja a medida protetiva.

Nessas representações estão englobadas especialmente, nós entendemos que... Nós desconsideramos essa decisão do STJ em relação à desobediência. Então, fazemos, sim, o flagrante de desobediência e não arbitramos fiança, porque a gente entende que estão previstas as hipóteses de prisão preventiva. Então, a gente encaminha ao Judiciário para que ele decida sobre essa soltura. Mas lavramos, sim, o Auto de Prisão em Flagrante e, caso não seja flagrante, se a mulher chegou à delegacia e comunicou uma desobediência, nós representamos imediatamente pela prisão preventiva daquele agressor, porque entendemos também que é um critério objetivo. Não nos cabe avaliar se aquela desobediência é grave ou não. A lei fala: "Descumprir medida protetiva é caso de prisão preventiva." Então, é assim que a gente age.

Mandados judiciais cumpridos. Nós temos muitas representações também, quebras de sigilo telefônico, quebras de sigilo telemático nessas investigações, encaminhamentos à Casa Abrigo. Nós fazemos esses encaminhamentos com exclusividade. Ou seja, uma mulher vai à delegacia de uma cidade – por exemplo, na Ceilândia – e manifesta o interesse de ser abrigada. Ela tem que ser encaminhada à Delegacia da Mulher, e de lá fazemos esse transporte, porque somente nós temos esse endereço.

Relatórios de investigação que são feitos, ofícios.

Pode passar.

Memorandos.

Algumas prisões em destaque.

Você pode passar.

Aí são mais crimes sexuais e algumas situações. E nós não prestamos só esse atendimento. Nós atuamos como uma delegacia de polícia comum. Então, algumas vezes, nós deflagramos algumas operações que dependem de certo tempo de investigação, quando percebemos uma situação reiterada, que está nos chamando atenção.

A Caliandra foi uma concentração para cumprimento de mandados de prisão, porque existiam muitos em aberto.

Na Operação Red Light – não sei se vocês tiveram oportunidade de acompanhar na mídia a questão da prostituição de luxo aqui no Distrito Federal –, várias moças nos procuravam e colocavam que elas tentavam sair desse agenciamento e, de alguma forma, eram ameaçadas e injuriadas. Aí nós passamos a investigar essa situação.

Nós temos muitas atividades externas. A delegacia tem um papel não só da atuação primária, mas também da atuação secundária, como estou aqui conversando com vocês, muitas palestras, muitos encontros onde discutimos esse tema e trocamos experiências.

Sobre a fala do doutor, porque fiquei pensando em algumas coisas, também gostaria de chamar as senhoras para pensarem um pouco sobre um projeto de lei apresentado, de autoria do Deputado Bernardo Santana, que não foi reeleito. Então, certamente, ele deve ter sido arquivado, não foi para frente. Nós, como polícia, reconhecemos a importância da possibilidade de a medida protetiva ser deferida já na delegacia de polícia. Ou seja, que seja utilizada a mesma sistemática para a prisão em flagrante. Se nós avaliamos os requisitos da prisão em flagrante e comunicamos imediatamente ao Ministério Público, ao Judiciário, à Defensoria, que essa mesma sistemática seja feita na medida protetiva. Nós observamos a situação ali no momento de maior pungência. Então, que seja possível usarmos a mesma sistemática: deferir a medida protetiva – eram algumas medidas e não todas – e comunicar ao juiz para que ele avalie a necessidade de manutenção, de diminuição ou não, de cancelamento. Isso é muito importante, porque, no relatório da CPML, vimos algumas situações em que mulheres esperam – sei lá – seis meses pela avaliação, quando a lei prescreve 48 horas.

E a questão da fiança. Hoje o que acontece na prática? Um homem é preso em flagrante, e nossa legislação é muito benevolente com relação a esses crimes. A delegada é obrigada a arbitrar fiança e soltar aquela pessoa. Então, que seja possível – nesse projeto também falava – que ela avalie e, num despacho fundamentado, decida pela não soltura daquele homem e submeta ao Judiciário, ao Ministério Público para que eles avaliem aquela situação melhor.

Então, isso é muito importante, porque, na prática, é desestimulante realizar todos os procedimentos, prender em flagrante aquele homem e, uma ou duas horas depois, ele se livrar solto, como nós falamos.

Então, essas são as questões.

Como aqui é o foro competente, eu solicito mesmo a especial atenção das Sras Parlamentares nesse sentido, porque nós entendemos que é um mecanismo que vai conferir ainda mais proteção a essa mulher. E me coloco à disposição para qualquer dúvida. (*Palmas.*)

A SRª PRESIDENTE (Carmen Zanotto. PPS - SC) – Obrigada, Drª Ana Cristina Santiago, nossa delegada da Delegacia Especializada de Atendimento à Mulher do Distrito Federal.

Como autora do requerimento, vou começar fazendo algumas perguntas e, em seguida, passo para nossas Deputadas e Senadoras inscritas.

Também peço à assessoria que, por favor, veja se há mais alguma Parlamentar inscrita, porque aqui só tenho a Senadora Regina e a Deputada Iracema.

Eu fiz esse requerimento, junto com o Deputado Geraldo Resende, para acompanharmos o mecanismo de implantação das Casas da Mulher Brasileira, um dos espaços, um dos equipamentos para a redução da violência contra a mulher no País.

Esta Comissão já é fruto da nossa CPML, que aqui apontou várias iniciativas legislativas, algumas tramitando. E vamos ter que nos debruçar como Comissão. Quero fazer o

apelo para que acolhamos aqui o pedido da Deputada Moema para o Projeto nº 7.371, que trata do fundo a fundo, como a Regina colocou. Quem já atuou na saúde e na assistência social sabe o significado dos repasses fundo a fundo. Além de serem regulares, eles dão autonomia para as ações e serviços que precisam ser desenvolvidos.

Quero começar questionando a nossa Cida, Aparecida Gonçalves, com relação a algumas questões. Nós temos duas casas em funcionamento: a de Campo Grande, que faz um pouco menos de seis meses, e a nossa, do Distrito Federal, onde também estive, mas não deu para fazer a visita em função do tempo que tivemos para o ato e das atividades que tínhamos aqui na Casa. Mas são valores importantes aqui registrados: mais de R\$9 milhões em infraestrutura e, da mesma forma, quase o mesmo valor para o custeio dessas unidades. Nós temos duas que já estão prontas, em funcionamento; e temos seis que estão em processo: São Luís, Curitiba, Fortaleza, Salvador, Boa Vista e São Paulo, se é que anotei direitinho. A minha preocupação é quanto aos demais Estados.

Cida, diz para nós quais são as dificuldades que a Secretaria de Política para as Mulheres está tendo na implementação dessas casas? Porque, pelo que aqui foi relatado, cabe ao Governo Federal, à Secretaria de Política para as Mulheres fazer o processo licitatório para a execução das obras, a compra dos equipamentos e os repasses.

Também percebemos, pela apresentação da Cida, que há recursos humanos de três esferas atuando dentro dessas casas: servidores públicos federais, estaduais e municipais – além, é claro, dos terceirizados, que devem fazer a parte de segurança e limpeza. Como se dá isso? Na primeira experiência, que é a de Campo Grande, está existindo algum conflito em função de jornadas de trabalho diferenciadas, vencimentos? Eu trago isso pela minha experiência na saúde quando os hospitais públicos foram estadualizados ou municipalizados, os federais, e passamos a trabalhar com vários regimes de trabalho ou de contratação diferentes dentro de uma estrutura. Como é na primeira casa, porque na de Brasília ainda não temos essa experiência, porque foi inaugurada na semana passada?

Na questão orçamentária, se nós continuarmos nesse ritmo, quantos anos vamos levar para termos as casas, pelo menos uma em cada unidade da Federação?

E coloco aqui também a minha preocupação com as unidades federativas onde a violência é maior, como, por exemplo, Santa Catarina. O meu Estado é um dos Estados brasileiros com menor índice de violência; a capital com menor índice de violência entre as capitais. Mas a minha cidade, o Município de Lajes, no interior do Estado, a nossa região está entre cidades mais violentas do País, ocupa, entre as 100 mais violentas, a 17ª posição. Então, também já está tendo esse olhar numa estrutura, é claro, menor do que essa proposta para as capitais? Como poderíamos ter isso dentro dos Estados, nas situações mais complexas?

E, agora, temos o contingenciamento orçamentário. Pergunto se o contingenciamento orçamentário vai comprometer a execução desse projeto de instalação de, pelo menos, uma Casa da Mulher Brasileira em cada Estado da Federação.

Há outra preocupação. E aí vem a questão do comprometimento das gestões estaduais e municipais. Hoje de manhã, quando estávamos na Comissão que trata da mortalidade materna das mulheres negras, esse tema, de tudo o que tenho acompanhado aqui na Casa, me pareceu que não é um tema prioritário. Não é a minha sensação, Deputada Yared, é uma constatação, porque vemos, inclusive, pela participação nas comissões, que normalmente são as mulheres que estão presentes. Isso não significa que essas comissões não tenham a participação de homens. Há homens na comissão, mas é uma comissão – parece – mais com o olhar e a preocupação das mulheres. Como a Secretaria está vendo?

Lamento, neste mesmo momento, estarmos com a Ministra numa comissão geral. Então, vou procurar parar por aqui, para podermos depois acompanhá-la.

Ao Dr. Thiago tenho um pedido, e acho que poderia ser em nome da nossa Comissão. Ele trouxe aqui, assim como a Drª Ana Cristina, quatro pedidos de projetos legislativos. Como é fruto de uma audiência pública, não devem ser de autoria de uma única Parlamentar ou da nossa Senadora que está aqui conosco. Mas ele poderia nos ajudar a construir esses projetos,

inclusive, pautando primeiro o ato de criminalizar a desobediência como principal. Que esses projetos possam ser fruto do coletivo desta Comissão, até para haver peso, para mostrarmos a nossa unidade e a produção da nossa Comissão, que, tenho certeza, não é menos importante, reafirmo aqui, do que a Comissão de Finanças e Tributação, a Comissão de Fiscalização, a CCJ ou a Comissão de Agricultura, porque, se nós reduzirmos a violência contra a mulher, vamos ter uma outra realidade, que é uma realidade social, porque, quando uma mulher morre vítima de violência, há impactos diretos na sociedade, que são os filhos desassistidos, uma família desagregada.

É uma condição social, porque, quando se fala de violência, estamos falando que ela atinge, em especial, as nossas mulheres negras, as nossas mulheres menos favorecidas. Não se deixa de considerar o conjunto da população brasileira, mas ela tem esse viés, esse recorte, que atinge mais essa população.

Então, queria fazer este pedido à Dr^a Ana Cristina: que também trouxe uma demanda de aperfeiçoamento da legislação; e ao Dr. Thiago: se podemos nos debruçar, a partir desta audiência pública, sobre essa pauta produtiva que os senhores trouxeram para nós.

Eram essas as minhas observações aos nossos expositores.

Agradeço a fala de cada um.

Passo, então, à nossa Senadora Regina e, na sequência, à nossa Deputada Iracema, para seus questionamentos.

(Intervenção fora do microfone.)

A SR^a PRESIDENTE (Carmen Zanotto. PPS - SC) – Sair?

Por favor, então, Iracema.

A SR^a IRACEMA PORTELLA (PP - PI) – Boa tarde a todos e a todas.

Quero cumprimentar a Deputada Carmen Zanotto, que aqui está presidindo esta audiência pública; as Deputadas Federais que aqui se encontram; a querida Senadora Regina Souza, do meu Estado, o Estado do Piauí; os nossos convidados para esta audiência pública, Aparecida Gonçalves, Thiago de Ávila e Ana Cristina Melo.

Não poderia deixar de me pronunciar hoje com relação a essa tragédia que aconteceu no meu Estado, o Estado do Piauí, em que essas quatro jovens foram abordadas, amordaçadas, amarradas e sofreram, por duas horas, violência sexual. E, ainda, depois de tudo isso, foram arremessadas, jogadas de uma altura de mais de seis metros. Realmente, nós todos do Piauí estamos profundamente consternados, porque, no último domingo, uma dessas meninas veio a falecer, que é a Daniele.

Gente, precisamos exigir uma punição exemplar para os culpados, mas temos de ir muito além. Nós precisamos intensificar a nossa luta contra a banalização da violência. Ainda enxergam o mundo com as lentes do machismo.

Então, o nosso repúdio a esse ato cruel, que aconteceu, que foi cometido por quatro menores de idade, quatro adolescentes, e um adulto. Fica aqui o meu repúdio.

Muito obrigada.

A SR^a PRESIDENTE (Carmen Zanotto. PPS - SC) – Obrigada, Deputada Iracema.

Senadora Regina, por favor.

A SR^a REGINA SOUSA (Bloco Apoio Governo/PT - PI) – Boa tarde.

Quero cumprimentar a Presidenta, os convidados, as convidadas, as Deputadas.

Eu também queria começar falando dessa tragédia do Piauí, até porque, nos requerimentos posteriores, quero apresentar alguma proposta para a Comissão.

Cada vez mais, está provada, está evidente a questão do feminicídio. Essas meninas morreram porque eram meninas. Se fossem quatro meninos que tivessem ido fazer o que elas foram fazer, não teria acontecido. E elas não foram fazer nada de mais. É uma região que tem... O professor passou um trabalho escolar, porque é uma região bonita, de pedras, de inscrições rupestres. Há um *canyon* no rio, que é uma coisa... Mas tudo perto da estrada, perto da cidade. Certamente, elas foram seguidas. Quando as que sobreviveram melhorarem, vão contar melhor essa história.

É preciso que tomemos providência como Comissão, porque não é uma coisa do Piauí. Ganhou notoriedade por quê? Pelo número, pela idade – meninas de 15 a 17 anos. Então, a imprensa nacional mostrou. Mas todo dia acontecem estas coisas em todo lugar: mulheres morrendo, porque são mulheres.

Então, é preciso que nós demos muita atenção a isso. E, na hora do requerimento, vou fazer a proposta que tenho de fazer.

Isso tem uma gravidade maior, porque botou gasolina no debate da maioria penal. Algumas pessoas oportunistas estão lá, incitando a sociedade pela redução da maioria penal. E a cidade está assim revoltada, querendo tocar fogo na delegacia, resgatar os menores de qualquer jeito, porque há gente, tanto jornalista quanto, infelizmente, Parlamentar, incitando isso. Todos foram presos, estão presos, mas acho que este é um momento que é ponto para quem está defendendo a redução da maioria penal, que não resolve nada, absolutamente.

A outra coisa que queria fazer é um convite a todas as Parlamentares e os Parlamentares do Piauí. Vai ser lançada, na segunda-feira, a campanha Mais Mulheres na Política. Da Procuradoria da Mulher do Senado, vai a Senadora Vanessa. Há o meu mandato e o mandato da Deputada Iracema. Estamos promovendo. E queremos convidar. Há voos regulares chegando lá, no domingo à noite, e, logo em seguida, ao meio-dia e meia, há voo retornando para Brasília.

Gostaríamos de ter um número bom de Parlamentares. Mandamos convite por *e-mails*, para os gabinetes. Gostaríamos de contar com um número bom de Parlamentares, até porque esse assunto da violência com certeza vai fazer parte.

Vamos fazer alguma coisa lá, um manifesto. As mulheres lá, que estão sendo convidadas, as entidades, estão preparando. Então, seria interessante. Se puderem nos premiar, nos presentear com a presença, serão muito bem-vindas ou bem-idas ao Piauí.

Quanto à questão da casa, fiquei preocupada com a história dos Estados, assim como ela. É preciso esclarecer o que está faltando nos Estados. Eu cobro muito da minha Vice-Governadora.

Nós temos lá a Coordenadoria da Mulher, que foi criada; uma Vice-Governadora, que é militante do movimento, uma pessoa que tem um mandato parlamentar brilhante nessa questão, que debate muito bem essa questão das relações de gênero. E tenho cobrado muito delas: está faltando o que para o Piauí entrar nesta lista dos que vão começar já a construir as suas casas?

E há a questão da legislação, o máximo de legislação que pudermos ter. Não é só haver a legislação, mas cobrarmos. Estou lá no pé do meu Governador quanto à questão da revista íntima lá nos presídios, principalmente. É vexatória aquela revista. Estou cobrando a questão do acompanhante nas maternidades, porque os médicos, os dirigentes das maternidades dão a desculpa de que não há espaço, aí não estão aceitando. Não há negócio de espaço. Nem que seja para ficar em pé, no pé da cama, segurando a mão, mas tem de haver o acompanhante, porque é lei. Então, são essas coisas. Não basta fazer as leis, precisamos fazer uma campanha para que elas sejam cumpridas.

Acho que a Lei Maria da Penha explicitou muita coisa, trouxe à tona. As mulheres criaram mais coragem, mas ainda está longe de ser uma solução. É um instrumento que tem de se somar a outros, como a Lei do Feminicídio e outras que nós vamos fazer ainda neste mandato, se Deus quiser.

Muito obrigada.

A SRª PRESIDENTE (Carmen Zanotto. PPS - SC) – Obrigada, Senadora.

Eu passo, então, para a nossa última inscrita, que é a Deputada Dulce Miranda.

A SRª DULCE MIRANDA (PMDB - TO) – Boa tarde a todos.

Cumprimento a nossa Presidente Carmen Zanotto, a nossa Secretária Executiva Maria Aparecida, o Dr. Thiago, a delegada.

Secretária, eu estive na inauguração da Casa da Mulher. Parabenizo a Presidenta por esse ato de reconhecimento das mulheres do Brasil.

Eu vejo que, hoje, pelo fato de terem ainda muito medo, várias mulheres temem fazer denúncia dos seus companheiros, dos seus namorados. É o que o Dr. Thiago frisou bem: há demora em serem socorridas e, às vezes, elas voltam a ser violentadas. E eu vejo que é como a Senadora falou: não basta existir lei; ela tem que ser cumprida de fato e de direito.

Cida, você falou que, em cada casa, são 125 profissionais. É isso, mais ou menos?

(Intervenção fora do microfone.)

A SRª DULCE MIRANDA (PMDB - TO) – Varia, não é? Entre esses 125, não haveria condições de se fazer uma parceria com as universidades, com os psicólogos, com esses alunos que estão terminando as faculdades, com o serviço social, com os advogados? Porque eu penso que é desses tipos de profissionais que a Casa da Mulher realmente vai necessitar, *a priori* – eu penso, não é?

Também quero falar que eu me preocupo muito com a mulher no campo. Eu sei que há o mecanismo do ônibus, alguma coisa, pessoas que vão e dão esse atendimento, mas nós sabemos que isso é pouco. Como a Carmen falou, em vários Municípios, às vezes, existe muito mais violência do que dentro da própria capital. Então, nós temos que nos preocupar principalmente com a mulher da zona rural, porque essa, realmente, não sabe nem qual é o direito dela nem aonde ir.

E quero falar um pouquinho, Cida, a respeito do Tocantins, porque eu sei que o Prefeito já fez a doação do terreno, e há empenho do Governador em fazer o mais rápido possível – no que depender dele, eu não tenho dúvida de que ele está pronto –, penso que ele está aguardando só a Ministra, para que isso possa sair do papel e, de fato, seja feita a construção.

Quero agradecer. Foi muito boa a palestra de todos vocês. É bom saber que nós temos uma delegada ali, uma mulher, não é? Nós precisamos de ter mais mulheres – não desmerecendo os homens, viu, Dr. Thiago? –, mas nós precisamos ter mais mulheres na profissão. Eu acho que isso é importante. Nós sabemos a forma como essas mulheres chegam para fazer a denúncia. Muitas vezes, não são bem atendidas; elas temem até a forma de falar, de se declarar. Então, eu penso que essa questão da profissionalização, da capacitação da pessoa que está na linha de frente para o atendimento da mulher é muito importante.

Muito obrigada.

A SRª PRESIDENTE (Carmen Zanotto. PPS - SC) – Obrigada, Deputada Dulce.

Eu consulto...

(Intervenção fora do microfone.)

A SRª PRESIDENTE (Carmen Zanotto. PPS - SC) – Sim. Por favor, Deputada Yared.

A SRª CHRISTIANE DE SOUZA YARED (PTN - PR) – Meus cumprimentos à Mesa.

Perdoem-me o horário. Estava com a Ministra, que estava sozinha lá – havia três Deputadas somente – e complica, pois nós temos que nos dividir. Mas é importante, e é uma divisão que vai somar; vai, com certeza, somar.

Nós tivemos, ontem, uma audiência pública no Estado do Paraná. Sabe-se que o Paraná, infelizmente, é um dos Estados que tem o maior número de violência contra a mulher. E é silencioso, é um Estado silencioso. Isso nos preocupa muito. Estamos abraçando a causa.

Nós logo teremos a Casa da Mulher Brasileira lá em Curitiba. O terreno é muito bom, estivemos lá na inauguração do terreno.

E acreditamos que este é o caminho: as mulheres estão mais corajosas, porque nós estamos dando condições a elas de serem ouvidas. E isso é muito importante, porque, enquanto elas se calam, essa violência vai matando aos poucos, e vai matando a família toda – nós temos histórias terríveis.

O que nós precisamos, o que eu vejo, é da cobrança mais efetiva. Precisamos cobrar do Estado, com certeza, que ele tenha esse olhar. Infelizmente, o olhar masculino acha que não existe problema, que não é bem assim, que não é tudo isso. E nós que estamos vivendo o dia a dia estamos vendo que é muito séria a situação.

Nessa audiência pública do Estatuto da Família a que nós estivemos presentes, nós vimos a preocupação com a violência doméstica. São quase dezesseis mulheres por dia morrendo no Brasil. É realmente inaceitável!

Então, nosso agradecimento por vocês estarem conosco! Esta é uma luta de todas nós, de todos nós, é a luta da família, é a luta do País, porque este País tão desejado por todos nós é lógico que começa primeiramente em nós, mas nós precisamos do apoio, da ajuda e do grito de todas essas pessoas para que nós possamos fazer este País melhor para todos nós, não apenas para os nossos filhos ou para os nossos netos, mas para nós mesmos.

Então, muito obrigada por vocês estarem aqui dispostos a enfrentar essa batalha, que já é ganha: nós já tomamos posse disso, acreditando que estamos fazendo a coisa certa e reescrevendo a história do País também nessa situação da violência contra a mulher. Então, muito obrigada.

Fica aqui o meu desejo de estar cada vez mais presente e, tenho certeza, de toda a Bancada Feminina também, para fazer essa diferença para o nosso País

Obrigada.

A SRª PRESIDENTE (Carmen Zanotto. PPS - SC) – Obrigada, Deputada Christiane Yared.

Eu passo, então, para os nossos expositores, iniciando pela Aparecida Gonçalves, a nossa Cida.

A SRª APARECIDA GONÇALVES – Bom, eu vou começar respondendo a algumas questões que foram colocadas pelas Parlamentares. Primeiro, a questão da gestão da casa. Eu acho que é um desafio que está colocado para a União, para os Estados e para os Municípios. Efetivamente, eu acho que a casa vai trazer um elemento para a questão prioritária de recursos humanos, porque eu acho que nós vamos precisar que as secretarias de políticas para as mulheres sejam fortalecidas. No início do ano, a maioria das secretarias foram transformadas em secretarias de direitos humanos, de direitos da questão racial, de cidadania e de mulheres. Então, perde força uma coisa que, pra nós, é estratégica, é fundamental. Você não tem serviços de enfrentamento à violência contra a mulher fortes e seguros se você não tem uma secretaria de mulher forte e segura. Eu acho que esse é o primeiro problema da gestão.

Então, nós vamos encontrar, neste ano, na maioria dos Estados, o seguinte: as negociações que nós começamos em 2013, este ano nós tivemos que recomeçar em 1º de janeiro de 2015. E aí, em um período de três meses – vou falar aqui mesmo pelo GDF, não é? –, nós tivemos três meses, quatro meses pra pactuar tudo de novo por causa das eleições, exatamente porque se fundiu a secretaria. Então, se perde um elemento que, para nós das políticas públicas, é importante, que é ter secretarias de mulheres fortes. E fortes com orçamento, com recursos humanos, com estrutura, sentando à mesa com o governador.

Então, para mim, Carmen, esse é um primeiro grande desafio da gestão que está colocada para todos os serviços especializados e para a Casa da Mulher Brasileira.

A segunda questão. Eu acho que nós vamos entrar num debate que eu já estava querendo fazer há muito tempo, mas ainda não tinha a coragem de falar em público – porque existe coisa que você não fala em público, você pensa. Eu acho que está na hora de começar, efetivamente, a pensar que nós precisamos ter uma legislação e nós precisamos ter profissionais especializados, concursados, para trabalhar na questão do enfrentamento à violência contra a mulher. A pessoa tem que se disponibilizar, tem que querer. Não é só uma questão de você sensibilizar e capacitar, porque, se eu não gosto, se a minha formação não permite, se eu sou machista – e, aí, machistas homens e mulheres... Você tem um elemento que não basta para você ser designado para trabalhar ali; não basta você ter.....

Então, eu acho que nós precisamos começar, no Brasil, a pensar que serviços especializados têm que ter concursos especializados. Eu aqui ainda estou falando só dos nossos: das casas abrigo, dos centros profissionais da Casa da Mulher Brasileira. Mas eu acho que, no sistema de Justiça e na segurança pública, tem que ser colocado um elemento que é o elemento prioritário de que você tem que ter um mínimo de afinidade com o tema. Nós temos, no Brasil

inteiro, delegadas que dizem que elas trabalham feito loucas, mas, na maioria das vezes, os profissionais que vão para as delegacias vão como forma de castigo; eles não vão por uma questão de reconhecimento. Então, há outros elementos que não estão colocados aqui na gestão.

Assim, quando nós pensarmos na gestão das políticas dos serviços especializados, nós vamos ter que pensar na equipe de pessoal, nos recursos humanos. Acho que isso é um elemento, para mim, fundamental. Por quê? Porque nós vamos sentir a diferença na questão do pessoal agora: nós temos duas casas, duas casas em que nós vamos ter conflitos. No caso de Mato Grosso do Sul – aqui no GDF é diferente porque só existe o GDF, não existe município –, o Estado entrou com as delegadas, com todo o pessoal dos recursos humanos das delegacias, e a prefeitura, que ficou com a gestão, na disputa com o Estado, quis ficar com tudo e não está dando conta.

Então, existe um outro elemento da gestão: nós ainda não somos capazes de separar as disputas políticas que são colocadas, as disputas partidárias, que existem. Nós não queremos negar isso, mas nós temos que ser capazes de dizer o seguinte: "Aqui, o sistema é profissional, é um serviço especializado, ultrapassa os limites do que são as disputas que estão colocadas." Eu acho que isso é um elemento e que, se nós não o considerarmos, nós não vamos dar conta, porque o Pacto Federativo é claro, cada um tem uma função: a União tem uma função, o Estado tem outra, o Município tem outra. Segurança e justiça são responsabilidade do Estado; assistência social, educação e saúde, do Município. Ou nós somos capazes de pensar uma política pública que dê conta desse elemento ou nós não somos.

Então, acho que esse é um dos grandes desafios, e que tem me tirado o sono e o fôlego nesses últimos anos na implementação da casa, porque é uma constante de idas e vindas – idas e vindas porque depois que você define quem vai, você tem as pessoas que querem ir para a Casa, o edital de chamamento, ou convoca para que venham da assistência ou da saúde para perder dinheiro, porque, na casa, a gente não tem o elemento de que ela é o serviço de violência, de segurança e que merece gratuidade. Então, a gente tem que pensar em institucionalidade do serviço com esses elementos.

Nós não podemos ter, simplesmente, soltos ou ao acaso nem os centros de referências, nem as casas abrigo, nem as delegacias. Tudo, todos os serviços especializados têm que ser colocados como serviço de alta complexidade. Eu acho que quem trabalha na questão da violência contra a mulher tem que ser tratado como num serviço de alta complexidade – e você que é da saúde sabe um pouco disso. Acho que, então, essa é uma primeira questão a ser colocada.

A segunda questão é a questão do gerenciamento, da gestão da casa. A grande questão quando você fala em gestão da casa é que as pessoas acham assim: "Eu vou mandar na casa." A gestão não é mandar, a gestão é você fazer licitação, a gestão é você administrar o convênio. Existem elementos que todo mundo que está na Casa não pode fazer, uma instituição tem que fazer, que é receber o recurso.

No entanto, a questão de uma visão de uma democracia colegiada, pensada pra isso, é muito difícil, porque aí você não vai ter o processo do que é a democracia da discussão, das contratações que vão estar colocadas na Casa, e isso tem que passar pelo colegiado. Porque, pelo colegiado, vai passar a discussão sobre se a pessoa tem o perfil ou não e de que forma vão ser feitas depois as cobranças; porque quem está na recepção – parece que não –, mas quem está na recepção, quem está no serviço de limpeza, quem vai receber o cafezinho ou quem vai ser o vigia deve ter um mínimo de entendimento sobre o que cada instituição, o que está na Casa e o que está no serviço, faz, ou nós não vamos dar conta. Porque não é uma recepção de um hotel, não é a recepção de um posto avançado de telefonia; é uma recepção de uma Casa da Mulher Brasileira, à frente da delegacia especializada. Então, esses elementos são fundamentais.

No caso da Casa da Mulher Brasileira, o funcionário não pode ser simplesmente determinado por um órgão só. Então, você tem que ter critérios, o colegiado precisa poder definir os critérios, ver o perfil, ver o currículo, ver a perspectiva, porque as pessoas que vão trabalhar na Casa vão trabalhar para sete instituições, vai haver nove serviços ali dentro. Então, são elementos diferenciados que você tem que construir na concepção da gestão da política pública. Acho que,

pra mim, já que você perguntou, esse é um desafio que está aí para a gente discutir e colocar. E eu acho que vocês são fundamentais para nos ajudar nos Estados. Essa é uma coisa.

O que é que falta? Eu acho que falta uma visão, esse entendimento. Nós não conseguimos, seja pela urgência das Casas que já estão em construção, seja por uma série de elementos, fazer uma discussão com todos os parceiros para construir esses elementos diferenciados nos Estados. Nós chegamos junto com a obra. E chegar junto com a obra é seis meses. Em seis meses você pode até fazer uma obra – coloquem mais um ou dois meses de prazo e você faz. No entanto, fazer uma gestão democrática é muito difícil em seis meses. Então, eu acho que existe um processo que a gente tem que trabalhar.

Quanto à questão da obra, que eu acho que é a necessidade maior, na verdade, a gente está tendo algumas grandes dificuldades. Nós contratamos o Banco do Brasil, mas sem os terrenos nós não podemos fazer a licitação. Nós temos o projeto básico, mas nós precisamos ter o terreno do tamanho que é preciso para, a partir desse momento, contratar o projeto-executivo. Então, definido o terreno e já estando no nome da União... No caso de Palmas, foi doação; em Florianópolis, a gente ainda está em discussão. Não foi para todos os Estados que conseguimos terrenos da União, acho que é importante dizer isso. Em Florianópolis, é do Estado; No Rio Grande do Norte, é do Estado; em Palmas, é do Município. Então, nós temos vários Estados em que o terreno não é da União. Assim, o primeiro processo é passar para o nome da União. Então, se vai haver doação, se é uma doação, tem que passar pela Câmara Legislativa; se é do Estado, passa pela Assembleia. Você tem os processos da burocracia para passar. Passado para a União, aí, sim, é que vai para o processo. O Banco do Brasil vai licitar o primeiro projeto, que é para uma empresa fazer o projeto-executivo, pegar o projeto básico da casa e colocar naquele terreno de acordo com a legislação local. E, aí, há muitas dificuldades. Nós tivemos, em Belo Horizonte, o número de vagas, que é o plano diretor. E a uma série de questões que são realidade você vai ter de se adaptar e mudar a partir daí.

Feito o projeto-executivo básico da Casa, você tem a licitação da obra. Então, nesse prazo entre o terreno, o projeto-executivo e a licitação da obra, nós estamos trabalhando com quatro a cinco meses. Nós não trabalhamos com menos do que isso. Portanto, esse é o prazo que a gente tem trabalhado.

E quanto à licitação da obra, nós fizemos uma opção por fazer caso a caso; em cada Estado, uma licitação. Porque se nós fizéssemos uma licitação global, uma empresa ganhasse e houvesse alguma impugnação, fechariam todas as outras 26 Casas. Portanto, nós fomos uma a uma. Com isso, nós temos tido muitos problemas com empresas. Em Curitiba, ganhou uma empresa, nós fizemos todo o processo, a empresa entrou e, em um período de três meses, ela nem o aterro fez do terreno, e nós tivemos que desclassificar a empresa. Desclassificando, existe o prazo da desclassificação, existe o prazo em que ela recorre, e só depois você pode chamar uma segunda empresa para vir. Em Vitória, nós estamos nesse problema. Nós tivemos uma empresa que não pagou os funcionários, e os funcionários fizeram greve. Então, nós tivemos que entrar, fazer todo o debate e desclassificar a empresa. Portanto, você tem o problema de cada empresa que você vai efetivamente trabalhar. Em São Paulo, nós também tivemos problemas. Então, existem vários Estados em que nós já fizemos licitação e tivemos problemas com as empresas.

Temos alguns Estados em que a gente ainda tem algumas dificuldades. Porto Velho: a gente ainda está em discussão sobre o terreno; nós não temos o terreno de Porto Velho – eu acho que é importante colocar. João Pessoa: a gente já tá fechando e o Estado vai nos doar. Macapá: a gente está em discussão sobre o processo de cessão. Florianópolis: a Prefeitura está avaliando como é que vai fazer, porque nós temos um terreno e nós estamos com um problema com o plano diretor; então, estamos em negociação com a Prefeitura sobre o que a gente altera no nosso projeto ou como o plano diretor pode nos ajudar em outros processos; então, isso está colocado.

Aracaju: também estão passando o terreno para nós. Manaus: o terreno que nós solicitamos é um terreno do Estado, está na mão do Procurador-Geral da República do Estado desde o ano passado – no ano passado, era por causa do pleito eleitoral; agora, a gente não sabe o

motivo, mas até agora o terreno não veio para nós. Em Cuiabá, agora que surgiu um terreno. Em Natal, também. Goiânia e Recife: Recife não aderiu ao programa da Casa da Mulher Brasileira e, em Goiânia, sequer o terreno nós temos.

Então, nós temos esses Estados que estão nessa situação. Nos outros, nós estamos no processo de transferência do terreno para nós ou nesse processo, que não é um processo curto.

Então, nós achávamos que era possível fazer uma licitação desse porte, desse tamanho em seis meses. Em seis meses você faz a licitação da obra. A obra, nós pedimos para ser feita em seis meses, e até se constrói. Em Campo Grande, se construiu, sim, em seis meses, mas em um período em que não havia chuva, era uma empresa boa, não foi preciso fazer aterro. Aqui em Brasília a empresa nos disse que precisava de 92 caminhões de terra, quando a gente viu, eram trezentos e poucos caminhões. Com 92 caminhões de terra para um aterro, são quatro ou cinco dias. Com trezentos, quase um mês. Então, você já começa a fazer aditivo. Por isso que houve tantos aditivos, aditivo de prazo. Então, há uma série de coisas que acontecem na obra. A gente diz que, a partir da licitação, em seis ou sete meses se constrói. Mas você tem que ver o tempo. Em Campo Grande, pegou um período de seca. Quando começou a chuva, em janeiro, a casa já estava coberta. Então, não atrapalhou os processos. Assim, há essas dificuldades que nós estamos sentindo na obra e também os prazos.

Eu acho que, por mais que a gente concorde com a legislação, com a questão da responsabilidade fiscal, com o fato de não ter corrupção e essas coisas, também temos uma legislação dura com relação à questão das licitações de obras no País. Você tem uma série de coisas que você tem que tocar.

Também há uma outra coisa que são os problemas burocráticos em muitos lugares. Nós temos Prefeitura que, para liberar alvará, para liberar uma série de coisas, não demora menos que dois, três meses. Então, nós temos tido, por algumas decisões completamente insanas, de ir para os Estados, de ir para os Municípios, de falar com os prefeitos e com os governadores que assinaram o acordo que a casa não é nossa, a casa é de todo mundo. As secretárias... É por isto que ter poder é importante: quem não é secretária não consegue falar com outro secretário para agilizar. Se é coordenadora, se é uma assessora, como é que vai falar? Não fala. Como é que chega a uma Secretaria de Obras e Fiscalização para pedir para agilizar um papel? Não consegue, não tem poder. Então, eu acho que essa é uma questão que eu acho que é importante. São as questões que faltam.

Com relação à questão das mulheres do campo e da floresta, eu acho que a gente tem... Durante a Marcha das Margaridas de 2007/2008, nós instituimos o fórum nacional e fizemos um debate, até chegarem as unidades móveis, muito grande sobre como atender as mulheres do campo e da floresta. O grande debate que para mim é muito claro com relação à questão dessas mulheres é como garantir acesso aos serviços, como garantir acesso às informações. Porque não basta você colocar um serviço especializado, um centro especializado em um Município com a população totalmente rural, quando o ônibus daquela área rural só passa uma vez por semana, porque, se ela vem, ela não volta. Se ela vem para a cidade para fazer a denúncia, ela não volta. Muitas vezes, ela fica completamente sem telefone, ela não tem acesso à informação. Então, há uma série de questões que são desafios que nós estamos, dia a dia, discutindo.

Como é que nós vamos fazer para que, de fato, essas mulheres tenham acesso à informação? Nós fizemos uma campanha, que era a campanha Mulheres Donas da Própria Vida, para chegar a todas essas mulheres e conversar com elas. Mas aí nós chegamos, damos a informação e qual o serviço que nós prestamos? E como é que prestamos?

Há aí três desafios que estão colocados. Um: quem é que chega à área rural? Chega a saúde, os agentes comunitários de saúde, chega o pessoal da assistência social e chega a educação. Esses são os três serviços que chegam a todas as pontas do Brasil. Então, como é que nós vamos fazer para a questão da violência contra a mulher não ser um problema só da Secretaria de Mulheres? Aí a gente volta para a questão da intersetorialidade e da transversalidade. Porque se esses profissionais não nos ajudarem, nós não vamos dar conta. E quando nós fomos fazer essa

discussão, o pessoal dos agentes comunitários de saúde falou: "Mais uma para a gente?". Então, eu acho que é uma perspectiva que a gente vai ter que construir e trabalhar: como é que nós vamos chegar a essas mulheres?

Eu estou convencida: eu acho que tem que ter serviço especializado no Município, não estou dizendo que não tem que ter, mas não só ter esse serviço. Não é só dizer: "Está lá a delegada, está lá a assistente social, está lá a psicóloga, está lá o promotor, está lá o juiz." Não é só isso, há outros elementos que são importantes.

E a gente tem que ver que, para essas mulheres, muitas vezes, a vizinha fica a cinco quilômetros. E a primeira vizinha é a comadre; é a comadre, é o compadre. Então, são questões que, para nós, são desafios em que nós estamos trabalhando, em que nós estamos pensando. E eu vou ser muito sincera: nós não temos resposta. Nós vamos ter que construir essa resposta, efetivamente, no cotidiano, no debate com elas.

Por isso o Fórum Nacional de Mulheres do Campo e da Floresta é importante e também os fóruns estaduais das mulheres do campo e da floresta, que eu acho que vocês têm que cobrar. Se não têm, têm que ter em todos os Estados onde as mulheres trabalham junto com as gestoras para dizer o seguinte: "Esse serviço não serve, isso dá, isso não dá, isso está colocado, isso não está." Porque só assim nós, de fato, vamos conseguir chegar a garantir o que, para mim, é o mais importante: elas terem acesso à informação e aos serviços. Porque não é só ter uma proposta bonita no papel. Isso a gente faz com muita facilidade; o difícil é a gente fazer com que a resposta e a efetividade dessa proposta seja real e seja concreta.

Nós estamos tendo problemas com as unidades móveis. Há um grande número de Estados que não colocaram as unidades para correr. Nós precisamos discutir, e aí vamos nos voltar para os profissionais, quem é que vai andar dentro das unidades móveis para atender as mulheres.

São questões que são fundamentais, estratégicas, que nós temos que colocar.

Então, eu queria colocar isso e agradecer, porque eu falei demais.

A SRª PRESIDENTE (Carmen Zanotto. PPS - SC) – Só ficou uma questão: as cidades que estão entre as mais violentas que não são capitais.

A SRª APARECIDA GONÇALVES – Perfeito. Essas daí, Carmen, eu trabalho com a seguinte concepção: eu acho que nós estamos construindo, com a Casa da Mulher Brasileira, eu disse isso hoje para a minha equipe, de manhã, uma nova concepção de política pública para mulheres no enfrentamento da violência contra a mulher.

Eu corri este País e vi, a CPMI correu e viu, escreveu, está lá no relatório, que, efetivamente, a maioria dos serviços especializados para as mulheres são aqueles serviços todos quebrados. É aquela casa alugada, adaptada, que não tem acesso para deficientes. Nós temos delegacia no País toda rachada, quebrada, em que não dá para as delegadas colocarem os presos nas celas. São os piores lugares, os piores carros, os piores espaços.

Com a Casa da Mulher Brasileira, sendo uma em cada capital, no primeiro momento, eu acho que nós estamos instituindo um perfil para os serviços de atendimento às mulheres. Nós estamos dizendo que é essa a identidade, que pode ser diferente, em tamanho e essas coisas, mas tem que ser essa identidade. O serviço tem que ser leve. A casa tem diversas cores, tem espaço de ambientação.

Então, você tem que ter espaço de qualidade para a mulher que chega e para o profissional que trabalha. Nós estamos trabalhando com violência, gente. Vocês não sabem os depoimentos que os profissionais que estão trabalhando nessa área recebem, ouvem. Precisam de dez minutos, de espaço para sair, de ambientação, de recomposição. Então, você tem que pensar o serviço especializado de atendimento à mulher como um espaço de humanização para as mulheres e para os profissionais que atuam ali. E eu acho que a casa traz essa concepção.

Na minha avaliação, fechada essa primeira onda, eu acho que a partir das dez primeiras casas construídas, inauguradas, já fechada a questão da gestão, aí nós vamos, sim, para os outros Municípios.

Eu acho que, nos centros de fronteira – são cinco centros de fronteira e eles não vão ser, como a casa, uniformes –, nós vamos ter um que é para Corumbá, Ponta Porã e Santana do

Livramento, que tem centros especializados, que tem vários serviços de um tamanho, nós vamos ter um projeto arquitetônico menor, que é só para apoio psicossocial e Deam, e outro que é só para serviço psicossocial e autonomia econômica. Então, nós vamos ter diversos projetos arquitetônicos com a cara da Casa da Mulher Brasileira, com perspectiva para que nós possamos oferecer aos prefeitos, aos governadores, até mesmo com os próximos financiamentos da SPM e, eu acredito, com o recurso já do fundo, para que possamos dizer: esse é o modelo de serviço especializado que nós queremos para as mulheres no Brasil, essa é a identidade. Quando eu falo da questão da identidade, não digo identidade visual, mas é a identidade, eu acho, da característica do humanizado, especificamente.

Então, a curto e médio prazo, a nossa ideia é, sim, fazer com que nós tenhamos outros serviços que sejam em outros Municípios.

A SRª PRESIDENTE (Carmen Zanotto. PPS - SC) – Obrigada, Cida.

Eu passo, de imediato, então, ao Dr. Thiago, para suas considerações finais. E também pergunto se ele acolhe a proposta apresentada com relação a nos ajudar a construir essas novas legislações.

O SR. THIAGO PIEROBOM DE ÁVILA – Claro.

Eu agradeço muito o convite, fico muito feliz.

No âmbito da comissão nacional de promotores de justiça de enfrentamento à violência doméstica, foi recentemente criada, agora, em março deste ano, uma comissão de acompanhamento legislativo. Então, há um grupo de promotores, e eu faço parte desse grupo, mas há outros – especialmente a Drª Valéria Scarance, de São Paulo, a Drª Lindinalva Rodrigues, do Mato Grosso, enfim, um grupo de colegas – que se prontificaram a colaborar com as ações, aqui, no âmbito do Congresso Nacional, de aperfeiçoamento da lei.

Muitas dessas propostas que eu mencionei já existem, projetos de lei que foram apresentados. Talvez, alguns possam ser aperfeiçoados; outros talvez não, precisemos fazer. Parece-me que a secretaria da Bancada Feminina, aqui, na Câmara dos Deputados, já tem um levantamento de todos esses projetos.

Enfim, essa comissão, falo, portanto, neste momento, em nome da Copevid, está à disposição da Câmara e do Senado, no sentido de dialogar, de colaborar e de aperfeiçoar essa legislação, para sermos mais eficientes no enfrentamento à violência doméstica.

Eu também destacaria aqui uma das ações em que nós estamos atuando dentro da Copevid, do Conselho Nacional do Ministério Público e do Ministério da Justiça, que é uma ação nacional de capacitação de todos esses profissionais, abrangendo os profissionais da segurança pública, através da Senasp, os profissionais do Ministério Público, do Judiciário, da Defensoria também, que foi uma adaptação ao sistema jurídico brasileiro do Protocolo Ibero-Americano de Investigação Criminal com perspectiva de gênero. Esse é um projeto que está para ser assinado agora, neste mês de junho, um termo de cooperação ou um acordo de cooperação entre o Ministério da Justiça, a SPM, o Conselho Nacional do Ministério Público e o Conselho Nacional de Procuradores-Gerais, no sentido de se adotar e de se dar difusão a esse manual, esse protocolo de atuação, para que policiais e membros do Ministério Público tenham uma maior aproximação e possamos atuar em maior entrosamento sempre com essa finalidade de sermos mais eficientes no enfrentamento à violência doméstica contra a mulher.

Bom, agradeço novamente o convite.

Estou sempre à disposição.

A SRª PRESIDENTE (Carmen Zanotto. PPS - SC) – Obrigada.

Eu passo, de imediato, à Drª Ana Cristina Santiago, também para sua avaliação e consideração final.

A SRª ANA CRISTINA MELO SANTIAGO – Também queria agradecer a oportunidade de mais uma vez aqui falar. Eu entendo que, a partir daqui, é que nós criamos mecanismos, realmente, de atuação, de muita relevância, como a gente tem a Lei Maria da Penha.

Parabênizo pela iniciativa e, mais uma vez, me coloco à disposição para avaliar também essa questão que eu coloquei aqui, das medidas protetivas, porque nós olhamos muito

aqui – eu falo nós aqui do Distrito Federal –, em termos de Distrito federal, onde nós temos uma atuação mais integrada, nós temos espaços territoriais pequenos, nós temos a melhor rede formada, nós estamos no centro político administrativo do Brasil. Mas quando eu falo nisso, eu falo em termos de Brasil, do que eu escuto dos demais colegas delegados, da necessidade de nós conferirmos mais proteção à mulher.

Então, quando eu sugeri a questão desse projeto de lei, inclusive, eu deixei de mencionar a vocês que ele foi submetido previamente à própria Maria da Penha e ela deu um parecer favorável, dizendo que entendia a importância dessa possibilidade de deferimento de medidas protetivas já na delegacia, para concitá-las a estudarem e avaliar a possibilidade.

Muito obrigada.

A SRª PRESIDENTE (Carmen Zanotto. PPS - SC) – Obrigada, Drª Ana Cristina.

Nós não temos quórum regimental para deliberar os requerimentos e nem aprovar a ata, então vamos passar para o encerramento.

Só gostaria, antes, de registrar que aconteceu o primeiro curso de qualificação profissional para enfermeiros na enfermagem forense, onde, com certeza, vão estar apoiando a implementação das portarias interministeriais e especializando os profissionais da área da saúde para o acolhimento das mulheres vítimas de violência. Eu tenho certeza de que a enfermagem brasileira também está dando um grande salto ao qualificar e especializar os enfermeiros. Então, parabéns à Sociedade Brasileira de Enfermagem Forense por essa iniciativa.

Não tendo mais nenhum assunto a tratar, declaro encerrada esta nossa reunião da Comissão Mista de Combate à Violência Contra a Mulher. E informo que eu acho que ainda podemos ouvir um minutinho a nossa Ministra na Comissão Geral, Ministra Eleonora, que está lá também tratando desse assunto.

Muito obrigada, mais uma vez, aos nossos expositores.

(Iniciada às 14 horas e 43 minutos, a reunião é encerrada às 16 horas e 41 minutos.)



SENADO FEDERAL
SECRETARIA-GERAL DA MESA
SECRETARIA DE COMISSÕES
COORDENAÇÃO DE COMISSÕES MISTAS

ATA DA 6ª REUNIÃO DA COMISSÃO MISTA DE COMBATE À VIOLÊNCIA CONTRA A MULHER, DA 1ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 55ª LEGISLATURA, REALIZADA NO DIA 1º DE JULHO DE 2015, ÀS 13H30, NO PLENÁRIO Nº 9, DA ALA SENADOR ALEXANDRE COSTA, DO SENADO FEDERAL.

Às catorze horas e vinte e cinco minutos do dia primeiro de julho de dois mil e quinze, no Plenário número nove da Ala Senador Alexandre Costa, sob a Presidência da Senhora Senadora Simone Tebet, reúne-se a Comissão Permanente Mista de Combate à Violência Contra a Mulher, com a presença das Senadoras Sandra Braga, Angela Portela, Marta Suplicy, Vanessa Grazziotin, Ana Amélia, Regina Sousa e Lídice da Mata; e das Deputadas Conceição Sampaio, Elcione Barbalho, Tia Eron, Professora Dorinha Seabra Rezende, Christiane de Souza Yared, Clarissa Garotinho, Erika Kokay, Luizianne Lins, Moema Gramacho, Alice Portugal, Carmen Zanotto, Keiko Ota, Flávia Moraes, Jean Wyllys e Soraya Santos. Deixam de comparecer os demais membros. Havendo número regimental, a Presidência declara aberta a Reunião. A presidência comunica que há requerimentos sobre a mesa. A Presidência procede à leitura do Requerimento nº 8, item nº 1 da pauta, de autoria da Senadora Vanessa Grazziotin. Colocado em votação, é aprovado o Requerimento nº 8. A Presidência faz a leitura do Requerimento nº 13, item nº 2, de autoria da Deputada Tia Eron. O requerimento nº 13 é subscrito pela Deputada Flávia Moraes e aprovado. A Presidente procede à leitura do Requerimento nº 14, item nº 3, de autoria da Deputada Keiko Ota. O requerimento nº 14 é subscrito pela Deputada Carmen Zanotto e aprovado. A Presidência faz a leitura do Requerimento nº 17, item nº 6 - extrapauta, de autoria da Senadora Regina Sousa. O requerimento nº 17 é aprovado. É lido o requerimento nº 16, item nº 5, de autoria da Deputada Iracema Portella. O requerimento é subscrito pela Senadora Regina Sousa e pela Deputada Soraya Santos. É aprovado o Requerimento nº 16. Usam da palavra as seguintes parlamentares: Senadora Vanessa Grazziotin, Senadora Regina Sousa, Deputada Carmen Zanotto, Deputada Flávia Moraes, Senadora Marta Suplicy e Deputada Soraya Santos. Nada mais havendo a tratar, encerra-se a Reunião às quinze horas e dezoito minutos, lavrando eu, Gigliola Ansiliero, Secretária da Comissão, a presente Ata, que, lida e aprovada, será assinada pela Senhora Presidente, Senadora Simone Tebet, e publicada no Diário do Senado Federal, juntamente com a íntegra das notas taquigráficas.

Senadora SIMONE TEBET

Presidente

A SRª PRESIDENTE (Simone Tebet. Bloco Maioria/PMDB - MS) – Havendo número regimental, declaro aberta a 6ª Reunião da Comissão Mista de Combate à Violência contra Mulher.

Temos sobre a mesa, Srªs Senadoras e Srªs Deputadas, alguns requerimentos a serem aprovados.

A Senadora Vanessa sugere que as diligências sejam realizadas nas seguintes regiões: uma, na Região Sul; duas, na Região Nordeste; uma, na Região Centro-Oeste; uma, na Região Norte, na cidade de Manaus; e uma na Região Sudeste. E segue a justificativa.

ITEM 1

REQUERIMENTO DA COMISSÃO MISTA DE COMBATE À VIOLÊNCIA CONTRA A MULHER Nº 8, de 2015

- Não terminativo -

Requer, com amparo no art. 58, § 2º, incisos II e V, da Constituição Federal, e nos arts. 90, inciso XIII, e 142, do Regimento Interno do Senado Federal, a realização de diligências, em cada região brasileira, no âmbito da Comissão Permanente Mista de Combate à Violência contra a Mulher, para esclarecimentos e informações das autoridades públicas sobre as políticas públicas, as criadas e as já implementadas, de combate à violência contra a mulher em cada região, bem como sobre as dificuldades na condução dessas políticas.

Autoria: Senadora Vanessa Grazziotin

Eu coloco em discussão o requerimento e pergunto à autora do requerimento, Senadora Vanessa, se quer fazer alguma consideração.

A SRª VANESSA GRAZZIOTIN (Bloco Socialismo e Democracia/PCdoB - AM) – Eu acho que o requerimento é autoexplicativo. Só gostaria de solicitar o apoio de V. Exª, assim como das nossas companheiras da Comissão.

A SRª PRESIDENTE (Simone Tebet. Bloco Maioria/PMDB - MS) – Sem dúvida nenhuma.

A SRª REGINA SOUSA (Bloco Apoio Governo/PT - PI) – Quero fazer um comentário.

A SRª PRESIDENTE (Simone Tebet. Bloco Maioria/PMDB - MS) – Para discutir, Senadora Regina.

A SRª REGINA SOUSA (Bloco Apoio Governo/PT - PI) – A Comissão de Direitos Humanos, na Resolução do Senado de avaliação de políticas públicas, escolheu avaliar o enfrentamento da violência contra a mulher; eu sou a Relatora e já pedi à Comissão para encaminharem para que o relatório fosse feito em conjunto, tem sentido.

A SRª PRESIDENTE (Simone Tebet. Bloco Maioria/PMDB - MS) – Muito bom.

A SRª REGINA SOUSA (Bloco Apoio Governo/PT - PI) – Lá também vai ter diligência. Tudo isso, produzimos o relatório do enfrentamento.

Sou a favor do requerimento.

A SRª PRESIDENTE (Simone Tebet. Bloco Maioria/PMDB - MS) – Perfeito.

Vamos aguardar o recebimento do ofício para que possamos inclusive dar ciência às nobres colegas.

Com a palavra a Deputada Carmen.

A SRª CARMEN ZANOTTO (PPS - SC) – Obrigada.

Senadora, nossa Presidente, só gostaria de sugerir que já tivéssemos em mãos o documento que encaminhamos a cada Estado, para sabermos o que avançou das recomendações que foram retiradas pela nossa CPMI de Combate à Violência contra a Mulher, porque aí, quando formos aos Estados, poderemos fazer contatos com os governadores daquelas regiões, os responsáveis pelas políticas públicas das mulheres e saber efetivamente o que avançou.

Então, gostaria de pedir para subscrever o requerimento, mas com a observação de que possamos ir já com uma documentação atualizada do que avançou em cada Estado.

A SRª PRESIDENTE (Simone Tebet. Bloco Maioria/PMDB - MS) – Consulto as colegas Srªs Senadoras e Deputadas se concordam com uma ementa, aditando ao requerimento da Senadora Vanessa, para que possamos ter informações antes de chegarmos às regiões, não só dos governos como dos secretários estaduais e municipais respectivos.

Continua em discussão o requerimento da Senadora Vanessa Grazziotin, com a contribuição da Deputada Carmen.

Encerrada a discussão, em votação na Câmara dos Deputados.

As Srs. Deputadas que concordam com o requerimento, aditado pela Deputada Carmen, permaneçam como se encontram. *(Pausa.)*

Aprovado na Câmara dos Deputados.

Em votação no Senado Federal.

As Srs. Senadoras que concordam com o requerimento permaneçam como se encontram. *(Pausa.)*

Aprovado no Senado Federal.

Há ainda um requerimento da Deputada Tia Eron, subscrito pela Deputada Flávia Morais:

ITEM 2

REQUERIMENTO DA COMISSÃO MISTA DE COMBATE À VIOLÊNCIA CONTRA A MULHER Nº 13, de 2015

- Não terminativo -

Requer a realização de Audiência Pública, no âmbito da Comissão Permanente Mista de Combate à Violência contra a Mulher (CMCVM), para debater o PL 5.555/2013, com as autoridades que especifica.

Autoria: Deputada Tia Eron

As autoridades são: Srª Ministra da Secretaria de Políticas para as Mulheres, Eleonora Menicucci; Srª Juíza da Vara de Violência Contra a Mulher do Estado da Bahia, Drª Márcia Nunes Lisboa; Srª Promotora da Vara de Violência Contra a Mulher do Estado da Bahia, Drª Sara Gama; e Srª Delegada de Polícia Civil do Estado da Bahia, Drª Isabel Alice Jesus de Pinho.

Aqui vem a justificativa.

Na realidade, esse PL cria mecanismos para o combate a condutas ofensivas contra a mulher na internet ou em outros meios de propagação da informação.

Por mais que haja elogios à Lei Maria da Penha, que representa um importante marco nas políticas públicas de combate à violência contra a mulher, tal norma precisa ser atualizada de acordo com os avanços da tecnologia moderna.

E vêm as demais razões da nobre Deputada.

Em discussão o referido requerimento.

Encerrada a discussão.

A SRª FLÁVIA MORAIS (PDT - GO) – Presidente, eu gostaria...

A SRª PRESIDENTE (Simone Tebet. Bloco Maioria/PMDB - MS) – Ah, por favor me desculpe. Pode falar.

A SRª FLÁVIA MORAIS (PDT - GO) – Eu puxei o microfone, a senhora não viu.

Eu queria só parabenizar a Deputada Tia Eron pela iniciativa.

Acredito que é muito importante atualizar, principalmente na internet, a participação, o aparecimento das mulheres o que acho essa discussão vai nos trazer. E vai ser muito importante que através desse projeto nós possamos fazer essa atualização.

Muito obrigada, Presidente.

A SRª PRESIDENTE (Simone Tebet. Bloco Maioria/PMDB - MS) – Sem dúvida, Deputada Flávia. Nós agradecemos a sua intervenção, inclusive por ter subscrito o referido requerimento.

Em votação o requerimento na Câmara dos Deputados.

As Srªs Deputadas que concordam com o requerimento permaneçam como se encontram. (Pausa.)

Aprovado.

Em votação no Senado Federal.

As Srªs Senadoras que concordam com o requerimento permaneçam como se encontram. (Pausa.)

Aprovado o requerimento.

Ainda sobre a mesa o requerimento da Deputada Keiko Ota, nossa Vice-Presidente.

ITEM 3

REQUERIMENTO DA COMISSÃO MISTA DE COMBATE À VIOLÊNCIA CONTRA A MULHER Nº 14, de 2015

- Não terminativo -

Requer que a FENAPRF - Federação Nacional da Polícia Rodoviária Federal - seja incluída para participar da Audiência Pública aprovada na reunião ordinária do dia 28/04/15, conforme Requerimento nº 10/15.

Autoria: Deputada Keiko Ota

Essa audiência pública debaterá a violência contra mulheres policiais no Brasil. E segue a justificativa da Deputada Keiko Ota.

A SRª CARMEN ZANOTTO (PPS - SC) – Eu subscrevi, Srª Presidente.

A SRª PRESIDENTE (Simone Tebet. Bloco Maioria/PMDB - MS) – Subscrita pela Deputada Carmen.

Coloco, neste momento, em discussão o requerimento.

Encerrada a discussão, em votação na Câmara dos Deputados.

As Srªs Deputadas que concordam com o requerimento permaneçam como se encontram. (Pausa.)

Aprovado.

Em discussão no Senado.

As Srªs Senadoras que concordam com o requerimento permaneçam como se encontram. (Pausa.)

Aprovado o requerimento.

O próximo item:

ITEM 6

REQUERIMENTO DA COMISSÃO MISTA DE COMBATE À VIOLÊNCIA CONTRA A MULHER Nº 17, de 2015

- Não terminativo -

Requer a realização de diligências, com a finalidade de levantar informações, in loco, sobre o caso de violência ocorrido contra as adolescentes no município de Castelo/ PI, a ser realizada na Assembleia Legislativa do Piauí, em Teresina.

Autoria: Senadora Regina Sousa

Em discussão o requerimento.

A SRª REGINA SOUSA (Bloco Apoio Governo/PT - PI. *Fora do microfone.*) – ...porque ela tem um requerimento de visita às famílias. Não queria deixar que o requerimento dela... Podia incorporar a visita às famílias e a audiência pública?

A SRª PRESIDENTE (Simone Tebet. Bloco Maioria/PMDB - MS) – Sem dúvida.

A SRª REGINA SOUSA (Bloco Apoio Governo/PT - PI) – É porque ela não está para defender o requerimento.

A SRª PRESIDENTE (Simone Tebet. Bloco Maioria/PMDB - MS) – Eu perguntaria à Senadora Regina se poderia subscrever o requerimento da Deputada.

A SRª REGINA SOUSA (Bloco Apoio Governo/PT - PI) – É, isso.

A SRª PRESIDENTE (Simone Tebet. Bloco Maioria/PMDB - MS) – Nós poderemos colocar em votação ainda hoje...

A SRª REGINA SOUSA (Bloco Apoio Governo/PT - PI) – Pronto, eu assino.

A SRª PRESIDENTE (Simone Tebet. Bloco Maioria/PMDB - MS) – ...e nós colocaríamos diligência, atendendo aos dois requerimentos, o mais rápido possível, porque esta questão realmente nos comoveu a todos, preocupou-nos e nos preocupa, principalmente porque estamos falando de um Estado e de uma cidade que não têm essa tradição, esse histórico de violência.

Continua em discussão, mas, se me permitir, eu vou ler o requerimento antes para que possa ser discutido.

Eu vou conceder a palavra...

A SRª MARTA SUPLICY (S/Partido - SP) – Se a senhora me permite, Srª Presidenta...

A SRª PRESIDENTE (Simone Tebet. Bloco Maioria/PMDB - MS) – Senadora Marta Suplicy.

A SRª MARTA SUPLICY (S/Partido - SP) – Acho que passou sem clareza para mim na hora, porque a gente concordou com as Deputadas de serem 10, 12 e 16.

Mas o Jucá já ofereceu 10, 15 e 20.

Eu acho que poderíamos manter esses mais baixos para a Câmara votar e manter o que o Jucá pôs como 20, gente, ou pelo menos 18.

A SRª SORAYA SANTOS (PMDB - RJ) – Senadora...

A SRª MARTA SUPLICY (S/Partido - SP) – O Jucá já propôs muito mais. Por que nós vamos ficar num patamar tão baixo?

Eu estava saindo daqui quando me dei conta! Não podemos fazer isso.

A SRª SORAYA SANTOS (PMDB - RJ) – Senadora, na verdade, nós temos partidos lá na Câmara que aprovaram até 30%. O meu partido, por exemplo, como o de Jucá, que é o PMDB, aprovou 20%.

Nós chegamos a esse resultado num consenso com todas as lideranças. É o que era possível.

A SRª MARTA SUPLICY (S/Partido - SP) – Ah, vocês acham que não passa?

A SRª SORAYA SANTOS (PMDB - RJ) – E, de qualquer forma, nós temos um ganho significativo, garantindo em todas as câmaras municipais com uma representação feminina e assembleias fazendo esse conjunto.

Então, a nossa preocupação em não alterar o valor era no sentido...

A SRª MARTA SUPLICY (S/Partido - SP) – Só um pouquinho para poder votar ao ponto.

A SRª SORAYA SANTOS (PMDB - RJ) – Para poder votar.

Então nós tínhamos a questão do sistema...

A SRª MARTA SUPLICY (S/Partido - SP) – Bom, então nós vamos respeitar. Se vocês chegaram a isso...

A SRª SORAYA SANTOS (PMDB - RJ) – É porque nós temos muita preocupação que volte com uma proposta diferente, muito diferente. E nós sabemos da dificuldade que vai ser a aprovação no segundo momento, porque muitos que acordaram inclusive o fizeram sem acreditar que faltou tão pouco.

A SRª MARTA SUPLICY (S/Partido - SP) – Eu sei.

A SRª SORAYA SANTOS (PMDB - RJ) – Então eu queria pedir a compreensão das companheiras nesse sentido.

A SRª MARTA SUPLICY (S/Partido - SP) – Imagine. Está compreendido.

A SRª PRESIDENTE (Simone Tebet. Bloco Maioria/PMDB - MS) – Nós temos que agradecer à Senadora Marta Suplicy, que é uma defensora árdua da mulher na política. E ela gostaria, como todas nós, mas nós compreendemos.

A SRª MARTA SUPLICY (S/Partido - SP) – Tem que ter realidade. Vocês estão dentro da sua realidade. Está acatado.

Desculpe.

A SRª PRESIDENTE (Simone Tebet. Bloco Maioria/PMDB - MS) – Obrigada, Senadora Marta.

Represente-me, por favor, temporariamente na Comissão. Em breve estaremos lá.

Eu gostaria, antes de encerrar a discussão, se me permitirem... São os dois últimos requerimentos que eu gostaria de colocar em discussão, ambos os requerimentos, para que nós possamos entender também a intervenção da Senadora Regina.

Existe aqui, sobre a mesa, o último requerimento.

ITEM 5

REQUERIMENTO DA COMISSÃO MISTA DE COMBATE À VIOLÊNCIA CONTRA A MULHER Nº 16, de 2015

- Não terminativo -

Requer à CMCVM formar um grupo de parlamentares para deslocar-se ao Estado do Piauí, em visita às famílias das quatro menores vítimas de violência na cidade de Castelo do Piauí, tragédia acontecida em 27 de maio de 2015.

Autoria: Deputada Iracema Portella

Daí o requerimento da Senadora Regina Sousa pedindo que não só essa diligência seja feita para fazermos uma visita para saber no que podemos contribuir em relação à família das vítimas, mas também que pudéssemos colher informações junto às autoridades competentes daquilo que está sendo feito e realizado.

Então, ela justifica:

Sr. Presidente, no último dia 27 de maio de 2015, as menores – aqui mencionados apenas pelas primeiras letras – foram vítimas de uma tragédia que aconteceu no Piauí, chocando a população do nosso Estado. Essas quatro meninas foram brutalmente estupradas, agredidas e amarradas na cidade de Castelo do Piauí, localizada a 190km de Teresina.

Infelizmente, uma das adolescentes faleceu no início da noite de domingo, depois de dez dias internada, cinco dos quais na UTI. As outras três sobreviveram.

Ela continua explicando e apresentando os fatos e que:

Gostaria, portanto, diante desse crime bárbaro, de submeter ao colegiado desta Comissão a possibilidade de formar um grupo parlamentar para se deslocar ao Piauí em visita às vítimas.

Continua aqui fazendo as considerações em relação aos índices de violência e, por fim, dizendo da importância de se analisar uma alternativa em relação à punição dos infratores.

Continuam em discussão os dois requerimentos apresentados.

Deputada Soraya.

A SRª SORAYA SANTOS (PMDB - RJ) – Srª Presidente, eu queria subscrever. Quero parabenizar a Deputada Iracema e a Senadora Regina pela iniciativa e aproveitar para pedir a subscrição do requerimento.

A SRª PRESIDENTE (Simone Tebet. Bloco Maioria/PMDB - MS) – Para subscrever a Deputada Soraya e a Senadora Vanessa, também.

A SRª VANESSA GRAZZIOTIN (Bloco Socialismo e Democracia/PCdoB - AM) – Se V. Exª me permite, eu gostaria de falar rapidamente.

Creio que a Senadora e a Deputada já chamaram a atenção para a gravidade. Eu só gostaria de relatar que, muito próximo ao ocorrido, nós estivemos lá, realizando o ato da campanha Mais Mulheres na Política, que foi organizado pela Senadora Regina e pela Deputada Iracema. Além das Deputadas Estaduais, o Governador do Estado esteve presente. Enfim, foi um ato extremamente representativo para o qual o Estado inteiro se mobilizou e foi até a capital.

Era uma comoção só. Nós vimos o quanto as mulheres que estavam lá, a sociedade e o próprio Governador estavam sofrendo com o acontecido, porque, afinal de contas, não só a família da menina que morreu estava de luto e também as das que sobreviveram e que vão levar essa mancha para o resto da vida, não há dúvida, mas o próprio Estado do Piauí se sente diminuído.

Creio que um reforço das Parlamentares nessa ida é fundamental para as mulheres do Piauí e para o Estado como um todo, Senadora.

A SRª PRESIDENTE (Simone Tebet. Bloco Maioria/PMDB - MS) – Sem dúvida.

Aproveitando, se me permitir, estou como Presidente e tenho que falar o mínimo possível, mas, nessa questão, eu tenho que deixar a imparcialidade de lado e também externar a minha opinião.

Inclusive no caso dessa diligência, até para mostrar a importância que nós damos à questão, ela poderia ser feita pelo maior número possível de Deputadas, por quantas quiserem, entre Deputadas e Senadoras. Nós vamos falar com a Mesa Diretora, com o Presidente Renan em relação ao possível gasto com passagens, se algumas já houverem estourado as suas cotas, porque essa é uma questão importante. Nós não estamos apenas tratando nesse crime que é, dos crimes contra a mulher, um dos mais bárbaros. Além do fato de ser coletivo, nós temos aí quatro menores infratores. E acabamos de discutir, houve uma decisão da Câmara e começará a ser discutida hoje, aqui no Senado, a alteração do Estatuto da Criança e do Adolescente, do Código Penal, da lei que trata do Sistema Nacional de Atendimento ao Menor Infrator, as medidas socioeducativas, a Sinase, que altera inclusive a lei de drogas e de organizações criminais, para não apenas vermos uma possível alternativa à redução da maioridade, uma outra alternativa, como também... Por isso eu enalteço esse projeto, que tem um substitutivo do Senador Pimentel, porque muitos dos dispositivos que ele está alterando chegam a dobrar a pena do maior que, em conjunto com o menor ou aliciando-o, está trazendo o menor para o crime.

Então, nós estamos tratando o problema, a meu ver, nesse caso, aqui no Senado, nesse aspecto, da forma como deve ser tratado, quer dizer, prevermos penas mais rigorosas e graves para o maior que tenta aliciar o menor para o crime.

Eu gostaria de conceder agora a palavra à autora do requerimento, Senadora Regina.

A SRª REGINA SOUSA (Bloco Apoio Governo/PT - PI) – Eu subscrevo o requerimento da Deputada Iracema também, para ficar mais completo, mas queria aproveitar para dar só uma informação que também diz respeito à violência contra a mulher.

Fizemos hoje um requerimento de minha autoria na Comissão de Assuntos Sociais sobre o impacto da redução da mortalidade materna e neonatal. E, dos resultados que foram apresentados pelos convidados, um deles chocou não só a mim, mas a algumas pessoas.

Sabemos que as mulheres negras morrem mais do que as brancas, só que percebemos que continua crescendo a morte das mulheres negras no parto e da criança no neonatal. Então, precisamos tomar uma providência, porque diminuiu a morte das mulheres brancas. Dentro do que foi traçado no pacto, cumpriram algumas metas e percebemos exatamente. Agora, quanto às mulheres negras, há uma curva ascendente. Eu fiquei impressionada, porque deveriam diminuir as duas. Mesmo com mulheres negras morrendo mais, as duas tinham que ter diminuído.

A SRª PRESIDENTE (Simone Tebet. Bloco Maioria/PMDB - MS) – Sem dúvida, inclusive diminuir essa diferença entre a mortalidade de mulheres brancas e negras.

A SRª REGINA SOUSA (Bloco Apoio Governo/PT - PI) – Exato.

Houve um encaminhamento de que nós devemos fazer uma visita ao Ministro da Saúde para pautar essa questão, levar um grupo de mulheres, e de homens também – foi do Senador Moka a ideia – para conversar com ele e saber que medidas podemos tomar, porque a moça que representava uma entidade de negras mostrou vários indícios, várias coisas que acontecem para as mulheres negras morrerem como estão morrendo no parto.

A SRª PRESIDENTE (Simone Tebet. Bloco Maioria/PMDB - MS) – Obrigada, Senadora.

A SRª REGINA SOUSA (Bloco Apoio Governo/PT - PI) – É só como informação.

A SRª PRESIDENTE (Simone Tebet. Bloco Maioria/PMDB - MS) – Com a palavra a Deputada Flávia.

A SRª FLÁVIA MORAIS (PDT - GO) – Eu queria colocar duas questões que considero muito importantes, uma delas em relação à votação das mudanças, às alterações que vão ser feitas no ECA.

Ontem, como é sabido por todos, nós tivemos uma votação muito difícil na Câmara. Para mim, foi a mais difícil da minha vida parlamentar. Foi a votação da redução da maioria penal, em que a opinião pública, em grande maioria, e eu tenho certeza, porque não conhece as outras alternativas que nós temos, acha que essa é a única alternativa, se posicionou contra.

Então nós tivemos que votar... Com o nosso conhecimento, conhecendo a alternativa da alteração do ECA e sabendo que ela é melhor, nós tivemos que dar esse voto, sabendo que, no primeiro momento, não vamos ser entendidos. Mas acredito muito que com o nosso trabalho e a repercussão desse trabalho, nós teremos esse reconhecimento na hora certa.

Eu queria só dizer da importância de o Senado adiantar essa discussão sobre as alterações do ECA, que começou hoje. Eu considero muito importante.

Acredito que a Câmara, em breve, deverá também criar uma comissão especial.

Pelo que ouvi nos noticiários, essa votação de ontem ainda vai ter uma outra repercussão, que será a votação do projeto original, que é pior do que o relatório, porque abre a redução para todos os tipos de crime. Nós vamos passar por esse segundo *round*, mas queremos que essas discussões em relação ao ECA estejam mais avançadas e, inclusive, de conhecimento da opinião pública, para que possamos informar mais as pessoas que estão acompanhando.

É claro que todos nós lutamos pelo fim da impunidade. Nós não queremos dizer que os nossos jovens são vítimas, que os que estão matando e estuprando são vítimas. Eles precisam, sim, cumprir as suas penas, mas nós sabemos que precisa ser no local certo, com acompanhamento da equipe multiprofissional, com psicólogo e assistente social, que vai dar condições.

Não interessa à sociedade uma cadeia que não ressocializa. A nossa sociedade precisa ter um local de onde esse preso vai sair melhor do que entrou. E não sair pior do que entrou. Então é importante mais essa discussão no Senado.

Em relação à questão dos partos, nós temos questionado várias vezes esse tema.

Quero parabenizar a bancada feminina e a Procuradoria pelo debate na Quintas Femininas. Eu estive aqui no momento em que outras Senadoras e Deputadas não puderam e participei da discussão sobre a questão da humanização do parto normal e a dificuldade da escolha da mulher pelo parto normal, justamente por essa situação de violência, porque muitas vivem nessa situação.

Então, nós precisamos melhorar muito. E uma das sugestões que foram apresentadas – eu sei que vocês terão audiência ainda – por vários debatedores no dia foi justamente a importância de estruturarmos a formação de enfermeiras obstetras, que com certeza compõem essa equipe na hora do parto normal, dão segurança maior, dignidade maior nesse momento.

Eu tenho certeza de que esse ainda é o início, mas, quando nós conseguirmos concluir a estruturação com a presença mais efetiva da enfermeira obstetra, capacitada para isso, nós vamos ter uma melhora significativa na realização dos partos normais no nosso País.

Muito obrigada, Presidente.

A SRª PRESIDENTE (Simone Tebet. Bloco Maioria/PMDB - MS) – Sou eu que agradeço, Deputada Flávia.

Quero tranquilizar as Srªs Deputadas e Senadoras. Na semana que vem, terça-feira, nesse mesmo horário das 13h30, acordado em *off* com as Senadoras e Deputadas, nós vamos apresentar a nossa Relatora, que acabou de retornar. Ela vai apresentar para esta Comissão o plano de trabalho, que, é claro, será debatido, discutido, inclusive aberto a sugestões por parte da Comissão.

A partir do plano de trabalho, as audiências públicas, as diligências, o próprio trabalho desta Comissão será um pouco mais sistematizado. Estamos todas ansiosas, e às vezes o trabalho começa a surgir de uma forma meio desordenada. Com o plano de trabalho aprovado, eu não tenho dúvida de que esta Comissão vai dar o retorno esperado, para o qual ela foi criada, não só à sociedade, mas também à Casa, que confiou a nós essa responsabilidade, a todas nós, quando criou pela primeira vez uma comissão permanente – ela não deixa de ser permanente, embora com prazo de 12 anos num primeiro momento – de violência contra a mulher.

Passo a palavra, a pedido, à Deputada Soraya Santos.

A SRª SORAYA SANTOS (PMDB - RJ) – Srª Presidente, era só para fazer um registro.

Querida Flávia, que concordo com você. Foi a votação mais difícil desde que eu cheguei a esta Casa.

Quero parabenizar o Senado por realizar essa discussão.

Acredito que nós temos, sim, outras alternativas, porém nós vimos um lapso de tempo muito grande. E a sociedade não suporta mais essa questão da impunidade. Eu sinalizava o tempo todo: a partir do momento em que o Governo fizesse uma proposta concreta, tivesse uma ação sobre o ECA, eu mudaria toda a minha opinião num segundo momento, porque essa questão da redução da maioria realmente mexe conosco. E um erro não justifica o outro. A falta de estrutura não justifica a impunidade. E nós precisávamos assumir a discussão sobre o que fazer para melhorar o sistema carcerário, que não é questão nem de menor. Ele não recupera ninguém, seja adulto, seja menor.

Ontem nós batemos na trave, foi uma votação difícil para todos. Como mães, ficamos com o coração muito apertado, mas nós tínhamos que dar uma resposta no sentido de fazer essa discussão. E eu quero parabenizar o Senado por, no dia seguinte, trazer a discussão do ECA.

Se a gente avançar na questão do ECA, como sinalizou o Ministro ontem, no final da tarde, mandando um documento de que estaria comprometido. Eu disse ao Ministro: eu vou votar a favor, porque, se o Governo tomar uma providência, se a gente tiver capacidade de discutir o ECA, num segundo momento, ele não passa. Essa é a minha opinião.

Mas eu fiquei muito feliz, Senadora, de saber que esta Casa, já no dia seguinte, discutiria o ECA, porque nós precisamos aprofundar a questão da impunidade no Brasil. Compartilho com você, Flávia, que, apesar de termos posições, naquele primeiro momento

divergentes, o sofrimento de todos nós foi igual, porque não houve lado vitorioso naquele momento, nem um lado está feliz, nem outro. Eu queria compartilhar com vocês este sentimento e o compromisso de que serei uma defensora para derrubar o projeto original, pois, esse sim, é caótico. Ratifico a minha posição de que, se houver movimento no sentido de melhorar o ECA, não terá possibilidade de passar aquilo, pelo menos no que tange à nossa articulação.

A SRª PRESIDENTE (Simone Tebet. Bloco Maioria/PMDB - MS) – Eu só vou encerrar a discussão do requerimento, submetê-lo à votação.

E nós...

(Intervenção fora do microfone.)

A SRª PRESIDENTE (Simone Tebet. Bloco Maioria/PMDB - MS) – Não, do requerimento, não, mas não há problema.

O assunto começou porque nós estamos falando de um estupro coletivo que envolvia quatro menores. Então, era absolutamente natural.... Esta é uma Comissão democrática e nós não vamos nos preocupar com aspectos regimentais quando temos uma questão de fundo tão importante quanto esta. Fiquem tranquilas.

Vamos submeter à votação, em conjunto, os dois requerimentos da Deputada Iracema e da Senadora Regina.

Em votação na Câmara dos Deputados.

As Srªs Deputadas que concordam com ambos os requerimentos permaneçam como se encontram. *(Pausa.)*

Aprovado.

Em votação no Senado.

As Srªs Senadoras que concordam com os requerimentos permaneçam como se encontram. *(Pausa.)*

Aprovados ambos os requerimentos.

Nós vamos procurar, o mais rápido possível, conversando com a Mesa Diretora, agilizar a diligência ao Estado do Piauí, lembrando que todas que quiserem participar e estar nessa diligência serão bem-vindas.

Continua, portanto, a discussão.

Encerram-se os requerimentos.

Então, está franqueada a palavra às Deputadas e Senadoras.

Com a palavra, pela ordem de inscrição, Deputada Carmen Zanotto.

A SRª CARMEN ZANOTTO (PPS - SC) – Obrigada, Presidente. Saúdo V. Exª, também a nossa Relatora, as colegas Deputadas e Senadoras.

Quero fazer minha parte das palavras da Deputada Soraya, porque eu cheguei a escrever isso ontem à noite.

Apesar da comemoração do Plenário, eu não vejo que a gente tenha tido vitoriosos e derrotados nesse processo, muito pelo contrário. E eu estou começando a ter outra leitura, em que pese, num primeiro momento, achar que a matéria tenha ido para o plenário de forma muito rápida, sem a gente poder ter amadurecido com o conjunto de parlamentares novos. Nós temos 247 Parlamentares novos na Casa. A matéria foi discutida apenas na Comissão Especial, de uma magnitude que mostra o reflexo do que nós estamos vivendo no País, que é a falência – poderia dizer assim – de parte das nossas políticas públicas, em especial da saúde, quando a gente não tem e não garante o acesso de todas as nossas famílias, nossas mães, especialmente a todos os métodos contraceptivos, a uma assistência pré-natal adequada, à primeira infância mais adequada, porque nós sabemos da importância que é a formação das nossas crianças de zero a seis anos, até depois a possibilidade de inserção no mercado de trabalho.

Então, a nossa experiência desta semana foi dolorida para quem perdeu ontem, mas está sendo dolorida também para nós, que vencemos. O que se diz aí fora, Deputada Flávia e no meu Estado de Santa Catarina, que, dos 16 Parlamentares, apenas quatro se posicionaram contrários à PEC 171, por entenderem que precisamos alterar o Estatuto da Criança e do

Adolescente, e que há um grupo a favor dos bandidos. Isso é muito ruim. Isso está distorcendo efetivamente o debate e a magnitude deste tema. A gente não pode ir para o lado do bem ou do mal. Nós, que votamos contra esta PEC – e eu não vi nenhum Parlamentar dizer diferente –, não somos a favor de nenhum tipo de violência. Mas não podemos vender a ilusão de que a redução vai resolver o problema.

A redução, por si só, não resolve o problema. Nós precisamos efetivamente... Eu discuti agora no almoço. Isso é tão complexo que talvez a gente tenha que mudar o termo "internação", porque a internação de um adolescente que cometeu um ato infracional é, sim, retirá-lo do seio da sociedade e colocá-lo num espaço cerceado da liberdade, porque dá a impressão de que a internação não é isso. Talvez tenhamos que discutir no ECA a unificação da terminologia, para que não se venda a imagem de que nós não queremos a punição para aqueles que cometeram o ato infracional, inclusive a linguagem do que é um ato infracional. Ato infracional é o mesmo que ter cometido crime, só que, na linguagem definida hoje para a população com menos de 18 anos é essa.

Então, é muito complexo porque nós precisamos, sim, enfrentar toda a questão de segurança pública deste País com muita seriedade, a questão do sistema prisional. Nós estamos aqui numa Comissão que trata da violência contra as mulheres, e nós não podemos nos furtar de discutir a violência contra as mulheres cerceadas da liberdade, das mulheres que fazem visita aos presídios e que são usadas como instrumento de negociação de privilégios internos das gangues e de quem comanda dentro dos presídios as estruturas. Mulheres, filhas e irmãs são, sim, violentadas sexualmente dentro dos nossos presídios, muitas vezes com a conivência das autoridades públicas lá constituídas naquele momento e que deveriam estar cuidando da segurança e acabam permitindo que algumas coisas aconteçam.

Então, é um tema em relação ao qual nós, na Câmara, precisamos muito do Senado, das Srs. Senadoras e dos Srs. Deputados para avançarmos. Ninguém está colocando uma venda nos olhos e tampão nos ouvidos para dizer que nós não estamos entendendo o que a sociedade está pedindo. A sociedade está nos pedindo que mudemos os rumos das coisas que aí estão. Agora a sociedade também não está dizendo que ser a partir apenas de uma emenda constitucional. Ela quer alteração na legislação, segurança, o direito de ir e vir.

O requerimento que nós estamos aprovamos agora foi amplamente discutido ontem à noite, na nossa Casa, como se nós, que defendemos os direitos das mulheres, a não violência, fôssemos a favor do que esse grupo de adolescentes cometeu. Muito pelo contrário, nós temos que mostrar que esse tipo de crime bárbaro não pode mais acontecer. Para isso, talvez, a gente precise – e acredito sim – ampliar a pena para quem cometê-lo, agora também é preciso lembrar que nós temos o Estado que falhou, a família, que, em alguns momentos, está desistindo dos filhos, porque não está dando mais conta em função do volume de álcool, de drogas consumidos no País. Tomara que este tema não se esgote hoje, que efetivamente tenhamos esta pauta até darmos a resposta de que a sociedade precisa no fortalecimento.

Aproveito ainda, Senadoras e Deputadas, para reforçar o convite ao Seminário Internacional do Marco da Primeira Infância, fruto do PL nº 6.998, de 2013. Esse projeto de lei tem como principal autor o Deputado Osmar Terra, foi subscrito por vários de nós, Parlamentares. Vinte e sete Deputados já participaram do Curso de Formação das Políticas Públicas na Primeira Infância, na Universidade de Harvard. Agora, vamos ter a quarta turma no segundo semestre. Ali há toda uma diretriz que vai desde a busca ativa da nossa gestante, do acolhimento no pré-natal, da licença-maternidade, buscando inserir na CLT a questão da empresa cidadã. Que a empresa que garantir aos pais de família ampliação de sua licença-paternidade possa descontar isso na sua base de cálculo com as despesas. E está aqui no Senado, é o PLC 014, de 2015. Trata inclusive da questão da assistência do pré-natal para buscarmos reduzir as cesáreas que há no País.

E nós precisamos, sim... E digo isso ao Ministério como técnica e enfermeira que sou: não basta uma resolução para dizer que vamos reduzir as cesarianas. Nós precisamos mudar a forma da assistência das nossas mulheres dentro das nossas instituições. Aqui também, como membro da Comissão Especial que trata da população negra, na Comissão de Seguridade Social e

Família, uma subcomissão, lembro que as mulheres negras morrem mais do que as brancas, não por condições clínicas ou de dificuldade de acesso ao pré-natal, porque existe e estamos, na subcomissão, debruçadas neste tema, que é a questão do preconceito racial, que é o racismo institucional, o tratamento diferenciado que se dá às mulheres negras em relação às brancas. Nós não vamos reduzir mortalidade materna se nós também não nos debruçarmos nessas especificidades.

Esta nossa Comissão mista, nobre Presidente, tem essas nuances que precisamos enfrentar. Estarmos juntas dividindo as pautas da Câmara com o Senado é muito importante, Deputada Soraya. Eu sei o quanto a senhora sofreu, o quanto outras colegas Deputadas sofreram. Agora, preciso também registrar aqui o quanto nós estamos sofrendo em função da forma com que isso está sendo divulgado país afora.

A SRª SORAYA SANTOS (PMDB - RJ) – Só a título de registro: eu fui muito questionada por que eu não estava ali fazendo as defesas, as articulações, como de praxe do meu temperamento, mas é que não há possibilidade de empolgar ninguém com um tema tão sofrido por qualquer um dos lados. Então, eu acho – foram as minhas orações da manhã – que isso deveria ser uma decisão de foro íntimo. Cada uma tem a sua realidade em seu Estado, mas o caminho deveria ser para ontem alguém vislumbrar e dar o primeiro passo no sentido do ECA até como forma de frear, porque sabemos que uma PEC passa na Câmara, vem para o Senado, deveria votar. Então, ainda que passasse, se houvesse um lapso de tempo possível para ser construída uma sinalização nesse sentido... Disse isso com vocês várias vezes e fiz questão, Deputada Carmen, por entender verdadeiramente de que não há lado vitorioso porque nós estamos lidando com uma série de problemas que envolvem essa questão...

Faço um pedido à nobre Presidente. Este tema violenta as mulheres, as que têm os filhos infratores e as que têm os filhos vítimas. Eu acho que se poderia propor, em alguns momentos, adotar como tema desta Comissão, porque isso tem a ver com as mulheres, as mães, essa defesa que é própria das mulheres na sua natureza uterina da vida. Então, nós não queremos a impunidade. Nós estamos defendendo a vida com todos os seus direitos. Eu queria propor à Presidente a inclusão deste tema, até que tenhamos um consenso, que possamos permanentemente debater este tema.

A SRª FLÁVIA MORAIS (PDT - GO) – Deputada Soraya, é muito importante a sua interlocução com o nosso Presidente, que tem uma afinidade muito grande com você, no sentido de que ele crie a comissão especial para análise do ECA também na Câmara. Ele já se comprometeu, mas ainda não aconteceu. E ontem, diante do resultado, tememos que exista demora nisso. Eu acho que ele poderia urgentemente criar essa comissão para que possamos discutir as duas questões ao mesmo tempo.

A SRª PRESIDENTE (Simone Tebet. Bloco Maioria/PMDB - MS) – Deputadas Flávia, Carmen, Soraya, deixe-me tranquilizar um pouquinho o coração de vocês. Eu estou sentindo que vocês passaram pelo que talvez nós passaríamos aqui e não passamos porque o projeto foi encerrado já em 1º turno na Câmara.

Deixe-me tranquilizar, portanto, o coração de mulheres, guerreiras que são, corajosas, destemidas, que defendem, acima de tudo porque são mães, os filhos e filhas de outras mães. Essa é a grande preocupação que nós temos.

De forma muito breve, eu agora vou assumir a Vice-Presidência do Pacto Federativo. Vou conceder a palavra rapidamente para a Deputada Luizianne, mas deixe-me tranquilizá-las em relação ao ECA. O ECA, aqui no Senado, está sendo considerado uma alternativa à PEC 171. Gostaria de deixar muito claras algumas condicionantes para que isso fique registrado. Ele, na realidade, cria o Regime Especial de Atendimento ao Menor Infrator de Crimes Hediondos, que são aqueles crimes considerados gravíssimos: homicídios qualificados, latrocínio, estupro, genocídio. E estamos discutindo se vamos incluir os homicídios dolosos. Por quê? Homicídios dolosos são aqueles em que há a intenção de matar.

Ele tem consciência, um alto grau de periculosidade, não por conta da sociedade, mas porque o substitutivo do Senador Pimentel vai colocar esses menores em ala separada ou em

outro prédio a ser construído para separar também esse menor do menor de baixa periculosidade. Por isso que também dá. São detalhes que eu acho que não vão impedir a aprovação do projeto. Ainda o tempo de internação é de, no máximo, oito anos, desde que haja algumas condicionantes: a cada seis meses, o juiz tem que reavaliar e analisar não só a conduta desse menor, se tem bom comportamento ou não para sair, como acontece hoje. E esse é o grande problema, porque, como o menor não é imputável, mas inimputável, o juiz não pode fixar pena, pois não é o sistema. Por isso que não pode fugir, não pode ser detenção, vai continuar o termo "internação" até a população entender o que isso significa. E, nesse período, a cada seis meses, esse menor tem que ser reavaliado pelo menos uma vez a cada seis meses, por uma equipe multiprofissional, como disse a Deputada Flávia, o juiz tem que reavaliar o posicionamento segundo um critério: a gravidade do ato infracional. Então, ele pode sair em seis meses, em um ano, em dois anos ou em oito anos, desde que o ato que tenha cometido seja de média ou gravíssima periculosidade.

Portanto, o projeto – quero tranquilizá-las, não vou me delongar – está sendo amarrado de tal forma a darmos, sim, uma satisfação à sociedade. Nós não podemos virar as costas para os 87% da população que entendem que é preciso tomar providências de certa forma, mas principalmente – até porque estamos tratando do ECA – nós estamos preocupados também com esse menor, no sentido de que tenha recuperação. Inclusive, o Estado só vai poder internar – vamos dizer – esse menor nesse sistema com um grau de rigor maior se: houver equipe multiprofissional; houver condições de trabalho interno a partir dos 16 anos de idade; atividade pedagógica, ensino básico e curso profissionalizante para que nós possamos devolver esse menor recuperado para a sociedade.

Então, é um projeto interessante. Não vou dizer mais nada, nem como votarei, porque vamos discutir em plenário. Mas poderemos trazer, inclusive nas nossas próximas reuniões, depois de termos votado o plano de trabalho apresentado pela Deputada Luizianne, sugestões para melhorar o ECA. Acho que começa a votação, mas não se encerrará esta semana. Não acredite que se encerre, salvo melhor juízo.

A SRª SORAYA SANTOS (PMDB - RJ. *Fora do microfone.*) – Eu tinha feito uma emenda aglutinativa, caso passasse lá, que dizia – eu queria compartilhar com V. Exª, haverá um momento para discutir sobre isso – que, além das atividades pedagógicas, nesses seis meses de avaliação, o resultado do conteúdo pedagógico pudesse se somar a essa avaliação, porque uma coisa é o conteúdo pedagógico, a outra coisa é quando se condiciona esse resultado obrigando a ele ter uma diminuição ou não do tempo pelo esforço pedagógico. Essa era a emenda aglutinativa. Nem cheguei a compartilhar isso com vocês, porque, caso passasse o projeto, eu entendo que a educação é a única forma de a gente recuperar o País, além dos valores familiares. Então, eu acho que tem que estar junto com essa avaliação o resultado pedagógico.

A SRª PRESIDENTE (Simone Tebet. Bloco Maioria/PMDB - MS) – Se me permitir, já estava inscrita a Deputada Luizianne há um tempo. Eu vou passar, inclusive, a própria Presidência a ela. A Deputada Tia Eron acabou de chegar. Ela vai rapidamente falar e encerrar. Eu acho que está sendo televisionada a reunião. É importante continuarmos este debate. Se for o caso, eu até retorno. Mas eu tenho só que tentar abrir a reunião.

Muito obrigada.

Com a palavra e a Presidência, a Deputada Luizianne.

A SRª PRESIDENTE (Luizianne Lins. PT - CE) – Está todo o mundo atribulado. Hoje é um dia cheio de coisas. Não sei como está o tempo de vocês. Mas eu queria também, ouvindo a Soraya, a Flávia, a Carmen falando – foi excelente essa ideia da Flávia da comissão na Câmara –, com base no que a Carmen disse – viu, Senadora Regina, Deputada Tia Eron? – ressaltar que eu presido a Frente Parlamentar Mista de Políticas Públicas de Juventude e, quinta-feira passada, nós fizemos uma discussão sobre a maioridade. Veio o Ministério da Justiça, a Secretaria de Negras. Fizemos uma discussão extremamente aprofundada com a apresentação do Ministério da Justiça, sobre o sistema carcerário. Pena que a gente estava votando.

Eu presidia, votava, votava. E qual foi o encaminhamento que foi importante? Baseada nesse sentimento – porque eu vi, inclusive, Soraya, que é uma Deputada muito ativa, competantíssima, mas eu vi várias vezes a fala da impunidade, como eu ouvi ontem – o que nós fizemos? Exatamente por causa disso, porque para nós seria cômodo, hoje, estar fazendo parte do senso comum. Se 90% da sociedade estão favoráveis à aprovação da maioria, então eu vou é somar, porque eu estou querendo é satisfazer o eleitorado, que, infelizmente, é a cabeça da maioria. Só que nós não fomos eleitos para a gente reproduzir o senso comum. A gente foi eleito para ser exemplo para a sociedade. E, às vezes, para ser exemplo, você precisa contrariar sentidos comuns que são estabelecidos, porque hoje é impossível uma pessoa que assista televisão olhar e dizer assim: "Eu sou contra a redução da maioria". Todas as questões são construídas para que você seja a favor da redução.

O que nós fizemos na quinta-feira? Tiramos o seguinte encaminhamento, eu disse: vamos visitar o centro de internação, chamando a imprensa, e foi o que nós fizemos na segunda-feira. Assim, aqui no Distrito Federal, nós visitamos um núcleo, que é o núcleo que, na verdade, é um primeiro centro de internação, que chamei NAI, Núcleo de Atenção Inicial. Esse Núcleo de Atenção Inicial só existe em dois Estados brasileiros, e ele é modelo. Olhe que é inicial e é modelo. Ou seja, é *light*, do ponto de vista da estrutura. Do lado da Secretaria da Criança e do Adolescente. Então, nós fomos lá visitar.

Conversamos com a secretária, e a secretária nos levou ao NAI. O NAI é o núcleo que está previsto no ECA, só que existe apenas em dois Estados ele existe. E funciona da seguinte forma. O menor é apreendido – na segunda-feira nós fizemos todo o percurso que o menor faz na hora que ele é detido em flagrante, por onde ele vai –: um núcleo da Secretaria de Saúde, um núcleo da Secretaria de Educação, a Educação já vê se ele está matriculado, se não estiver, ele já vai ter prioridade da matrícula se ele não estiver na rede. E assim vai: Defensoria Pública, Tribunal de Justiça. E nós fomos visitar as dependências de onde eles ficam, que eles ficam presos.

Então, eu quero dizer que eu sou militante em direitos humanos há muitos anos. Quando eu fui Deputada Estadual, fui presidente da Comissão de Direitos Humanos e eu tinha, particularmente, um sentimento de ir visitar os presídios. Como o presidiário ou presidiária é invisível socialmente, não vota, é uma coisa invisível, está fora do convívio social, pouca gente liga. Então, eu tinha, comigo, esse sentimento – eu acompanhava o presídio feminino lá no Estado do Ceará – e vi muita coisa. Briguei por um presídio novo, que o presídio parecia um lixão, e construíram um novo, depois de muita denúncia. Mas o que estou querendo dizer é o seguinte: mesmo com essa experiência que eu tenho de visitar presídio, nessa área de direitos humanos, quando nós chegamos lá ontem, segunda-feira, a gente foi para uma sala – que na hora que eles são apreendidos, eles se separam em duas alas: os que estão em liberdade assistida, quando eles não voltam, o juiz dá um mandado de busca, a polícia vai lá e traz, e ficam numa ala; os que tinham acabado de ser flagrante, era primeira vez que estavam entrando, ficavam em outra ala – nós visitamos isso. E, vou dizer a vocês, fiquei chocada, chocada, aquela coisa do impacto.

Quando nós entramos, tinha uma menina de 15 anos e ela estava sendo transferida de uma cela para outra, e ela estava algemada, com as mãos pra trás, e mesmo com a minha experiência de visitar presídio, de visitar presidiária, de lidar com homicida, essa coisa toda, não tem como você não ficar impactado. Olhe que é o início do processo, é a porta de entrada. De lá ela vai para a internação, ele vai para a liberdade assistida.

Então, o que eu quero dizer que em relação à questão da terminologia que a Carmen coloca, eu acho que é importante que a gente traga essa discussão para cá, é importante que a gente, os Deputados e Senadores, tiremos um dia para visitar, ver, para olhar um centro de internação. Às vezes a gente vê as pessoas falando, mas as pessoas não têm noção do que acontece lá dentro. O *light* lá era com algema, uma menina de 15 anos algemada. O *light*, quando está entrando, acabou de ser pega em flagrante. Você imagina um centro de internação. Não é a Disneylândia, não é um centro de brincadeira.

Quando se diz que vai acabar a impunidade, de uma hora para outra, a sensação que a gente tem é que os meninos de 16 e 17 anos no Brasil são os responsáveis pela violência e

pela criminalidade. Eu vou distribuir às Deputadas e aos Senadores, depois, essa reportagem da Revista Galileu, que é uma revista mais científica, porque a reportagem da *Veja*, eu sou jornalista, para mim, é brincadeira – reportagem da *Veja*, é para você sair matando os 16 e 17 anos, do jeito que ela prega ali. Mas a reportagem dessa revista *Galileu* é "Quando a prisão não é a melhor solução" traz muitos dados, inclusive dados do mundo inteiro, que a gente, às vezes, desconhece.

Ninguém sabe – viu, Carmen – , que a reincidência prisional é de 70%, e a reincidência no centro de internação é de 15%! Existe alguma coisa diferente entre o presídio e um centro de internação, não é? Aqui vem trazendo esses dados.

Isso é uma coisa que a gente precisa se deter, porque a gente fica reproduzindo, muitas vezes, um discurso que a sociedade quer ouvir, mas não é, do ponto de vista humano, não é o correto. Eu fico muito impressionada que a Bancada da Bala é que diz que é a Bancada da Vida. É uma coisa muito impressionante, meio paradoxal.

Então, estou sugerindo que a gente traga esse debate, Deputada Soraya, Deputada Flávia, Deputada Carmen, para cá o mais rápido possível, porque eu acho que é importante a gente trocar essas informações para que a gente possa compreender sob o olhar da sociedade e sob o nosso olhar, e, junto, visitar...

(Intervenção fora do microfone.)

A SRª PRESIDENTE (Luizianne Lins. PT - CE) – Perfeito. Eu já vou botar, já falei aqui com a Simone, já vou colocar no relatório – o relatório já está pronto há um tempão, é porque a gente acaba adiando, a Simone tem agenda, eu tenho agenda –, mas já vou colocar para gente trazer esse debate para cá.

(Intervenção fora do microfone.)

A SRª PRESIDENTE (Luizianne Lins. PT - CE) – Soraya, você deve levar essa proposta da Flávia, que é excelente, a história da comissão especial do ECA, mas a gente já pode trazer, no relatório já posso colocar o debate sobre o ECA e o debate sobre a maioria para cá, o mais rápido possível.

(Intervenção fora do microfone.)

A SRª SORAYA SANTOS (PMDB - RJ. *Fora do microfone.*) – A pergunta que eu faço: vale a pena a Comissão Especial do ECA ou esta Comissão... São perguntas técnicas, porque nós estamos com tantas comissões paralelas...

A SRª FLÁVIA MORAIS (PDT - GO) – Criar uma comissão especial, porque como é projeto de lei, a lei específica não requer comissão especial, a PEC, sim. Mas, se o Presidente quiser, é discricionário, ele pode. E pela importância do tema e a dimensão que tomou essa discussão, a questão da informação à opinião pública, é muito importante criar essa comissão especial. Acho que é importantíssimo. Ele já se comprometeu. Se ele fizer, vai ser muito bom. E não impede a votação da PEC.

A SRª PRESIDENTE (Luizianne Lins. PT - CE) – Bom, a gente pode continuar conversando informalmente, mas eu queria convocar a próxima reunião para a gente apresentar o relatório, na terça-feira, às 13h30 aqui nesta sala.

E nada mais havendo a tratar, agradeço a presença de todas.

Declaro encerrada a presente reunião e a gente aguarda todo mundo, terça-feira, às 13:30.

A SRª SORAYA SANTOS (PMDB - RJ) – Srª Presidente, eu só queria registrar e elogiar a Deputada Carmen Zanotto.

Estive na abertura do Seminário Internacional e fiquei encantada com um evento, com a qualidade dos palestrantes, com a referência até do nosso Deputado Osmar Terra, que estava ausente, mas nem por isso deixou de brilhar através das palavras de V. Exª. Eu acho que são eventos como esse que vão construindo.

Então, eu queria só fazer o registro, parabenizando a deputada Carmen Zanotto, que encabeçou, representando todas nós de uma forma muito nobre.

A SRª PRESIDENTE (Luizianne Lins. PT - CE) – Está encerrada a reunião.

(Iniciada às 14 horas e 25 minutos, a reunião é encerrada às 15 horas e 18 minutos.)



SENADO FEDERAL
SECRETARIA-GERAL DA MESA
SECRETARIA DE COMISSÕES
COORDENAÇÃO DE COMISSÕES MISTAS

ATA DA 7ª REUNIÃO DA COMISSÃO MISTA DE COMBATE À VIOLÊNCIA CONTRA A MULHER, DA 1ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 55ª LEGISLATURA, REALIZADA NO DIA 7 DE JULHO DE 2015, ÀS 13H30, NO PLENÁRIO Nº 13, DA ALA SENADOR ALEXANDRE COSTA, DO SENADO FEDERAL.

Às catorze horas e vinte e dois minutos do dia sete de julho de dois mil e quinze, no Plenário número treze da Ala Senador Alexandre Costa, sob a Presidência da Senhora Senadora Simone Tebet, reúne-se a Comissão Permanente Mista de Combate à Violência Contra a Mulher, com a presença das Senadoras Sandra Braga, Marta Suplicy, Vanessa Grazziotin, Ana Amélia e Fátima Bezerra; e das Deputadas Conceição Sampaio, Elcione Barbalho, Professora Dorinha Seabra Rezende, Christiane de Souza Yared, Clarissa Garotinho, Erika Kokay, Luizianne Lins, Moema Gramacho, Alice Portugal, Carmen Zanotto, Keiko Ota, Flávia Moraes, Jean Wyllys e Raquel Muniz. Deixam de comparecer os demais membros. Havendo número regimental, a Presidência declara aberta a Reunião e passa a palavra à Relatora, Deputada Luizianne Lins, para apresentação do Plano de Trabalho da Comissão. É aberta a discussão, ficando a votação prevista para o dia 14 de julho de 2015. Às quinze horas e catorze minutos passa a Presidência à Deputada Luizianne Lins. A Presidência comunica que há requerimentos sobre a mesa e procede à leitura do Requerimento nº 18, item nº 2 - extrapauta, de autoria da Deputada Erica Kokay e outros. Colocado em votação, é aprovado o Requerimento nº 18, com apoio das Senadoras Fátima Bezerra, Simone Tebet e Regina Souza; e das Deputadas Alice Portugal, Carmen Zanotto, Christiane de Souza Yared, Keiko Ota, Luizianne Lins e Moema Gramacho. A Presidência faz a leitura do Requerimento nº 15, item nº1 da pauta, de autoria da Senadora Fátima Bezerra. Colocado em votação, é aprovado o Requerimento nº 15. Usam da palavra as seguintes deputadas: Luizianne Lins, Moema Gramacho, Alice Portugal e Carmen Zanotto. A Presidência submete ao Plenário a aprovação das atas da quinta, da sexta e da sétima reuniões. As atas são aprovadas. Nada mais havendo a tratar, encerra-se a Reunião às quinze horas e trinta minutos, lavrando eu, Gigliola Ansiliero, Secretária da Comissão, a presente Ata, que, lida e aprovada, será assinada pela Senhora Presidente, Senadora Simone Tebet, e publicada no Diário do Senado Federal, juntamente com a íntegra das notas taquigráficas.

Senadora SIMONE TEBET

Presidente

A SRª PRESIDENTE (Simone Tebet. Bloco Maioria/PMDB - MS) – Boa tarde a todas e a todos!

Havendo número legal, declaro aberta a 7ª Reunião da Comissão Mista de Combate à Violência Contra a Mulher.

Conforme deliberado na reunião da semana passada, a presente reunião destina-se à apreciação do plano de trabalho e de alguns requerimentos apresentados, que não foram aprovados.

Sem mais delongas, quero passar, neste momento, a palavra à Relatora da Comissão, a Deputada Luizianne Lins, para apresentação do plano de trabalho. Não sem antes dizer que estamos aqui com a nossa Relatora e a nossa Vice-Presidente, Deputada Keiko Ota.

Concedo a palavra à Deputada Luizianne.

A SRª LUIZIANNE LINS (PT - CE) – Boa tarde a todas, boa tarde a todos!

Srª Presidente, Senadora Simone Tebet, nossa Deputada Keiko, que é nossa Vice-Presidente, as nossas Deputadas presentes, as nossas Senadoras, é com alegria que a gente vem apresentar esse plano de trabalho no sentido de sistematizar as diversas iniciativas que as Deputadas e Senadoras têm colocado aqui.

Como existe uma vontade muito grande de atuação desta Comissão, acreditamos que se canalizarmos, organizarmos e dividirmos tarefas entre nós, vamos poder dar uma colaboração bem melhor e poder também continuar no mesmo ritmo que a Comissão. A CPMI veio. Acho que é a nossa tarefa principal.

Portanto, a ideia que a gente vai apresentar aqui é a de um relatório, que não é definitivo, que está aberto a sugestões das Deputadas e Senadoras. Já foram incorporadas, desde a reunião passada, algumas sugestões que já entraram no relatório de hoje, e a gente fica esperando até a próxima terça-feira – não é, Senadora? –, para poder receber e fechar definitivamente o plano de trabalho.

A primeira coisa que acho que é importante frisar é que nós precisamos beber na fonte, que é a fonte principal, que é nossa matéria-prima, que é o relatório da CPMI, ou seja, da Comissão Parlamentar de Inquérito Mista entre Senado e Câmara. Por que estou dizendo isso? Porque diagnosticar a violência contra a mulher muitas estudos e comissões já o fizeram. Eu mesma, desde Vereadora, há 20 anos, fui Relatora de uma CPI na Câmara Municipal, depois, na Assembleia Legislativa novamente, como Presidente da Comissão de Direitos Humanos: e, talvez, seja a experiência de muita gente.

Diagnosticar é compreender por que isso acontece? Eu acho que no decorrer dos trabalhos isso vai entrando de forma subliminar, já que está presente em todo o estudo feito pelas duas Casas. Então, Senadora, eu acho que a gente precisa avançar, para não ficar, aqui, falando sempre o mesmo. A gente precisa agora avançar em quê? Acho que a missão desta Comissão, que será permanente – pelo menos por quatro Legislaturas –, vai ser a gente terminar esse período e poder dizer o seguinte: "Nós conseguimos reduzir a violência contra a mulher no Brasil". Eu acho que essa é a questão fundamental. É a nossa determinação. A partir disso, ter medidas concretas, ver o que é que está acontecendo de concreto e onde nós temos experiências que, de fato, foram capazes de reduzir essa violência de gênero.

Portanto, ao darmos início aqui, fiquem à vontade as Senadoras e as Deputados para fazerem intervenção em qualquer momento da nossa fala.

Primeiro, a gente vai exatamente tentar conceituar. Nós estamos tratando de quê? É importante que as pessoas saibam que – Deputada Alice Portugal – nós estamos tentando organizar e definir a violência de gênero. Ou seja, o que esta Comissão trata é que a violência contra a mulher constitui qualquer ação ou conduta, baseada no gênero, que cause morte, dano ou sofrimento físico, sexual ou psicológico à mulher, tanto no âmbito público como no privado – isso nós temos na Convenção de Belém do Pará, em 1994, e na Lei Maria da Penha, de 2006.

Compreendemos que a violência se dá através de uma cultura patriarcal e machista, que é incorporada por toda a sociedade que oprime e violenta as mulheres, pois, embora homens e mulheres nasçam iguais, a sociedade impõe papéis diferenciados para ambos os sexos, prevalecendo a superioridade dos homens sobre as mulheres.

Então, só para explicar: quando a gente fala da história da violência sexista ou da violência de gênero, nós não estamos falando de dois gêneros que foram construídos com igualdade. Nós estamos falando sempre de um gênero que sempre teve uma sobreposição – o gênero masculino – em relação ao feminino. Daí, quando a gente fala de igualdade de gênero, nós estamos falando de buscar essa igualdade. Ela não está posta. Ela não foi construída historicamente assim.

O nosso objetivo: aprofundar a investigação sobre a situação da violência contra a mulher no Brasil e apurar denúncias de omissão por parte do Poder Público com relação à aplicação de instrumentos instituídos em lei para garantir direito das mulheres em situação de violência.

Por que é que eu estou falando em aprofundar? E aproveito aqui a presença da Deputada Alice Portugal, porque eu estava falando, Alice, que uma preocupação, até a partir da sua fala numa das reuniões, em que eu comecei falando isso, que a nossa matéria-prima, desta Comissão, é o relatório da CPMI, exatamente porque a gente pretende não repetir nada. Eu acho que todo esse diagnóstico foi feito. Nós temos que partir daqui para, terminado o período desta Comissão, a gente dizer o seguinte: "Nós conseguimos ajudar a reduzir a violência contra a mulher no Brasil".

A diagnose está feita, há estudos que já apontam, a gente já entende por que isso acontece. Agora, nós vamos... E outras coisas, subliminarmente, vão aparecendo. Eu acho que nós temos é que buscar. Então, foi muito a partir dessa sua fala. Então vamos, agora, a partir daqui, do relatório, e vamos para frente. Por isso, é aprofundar essa investigação, mas sempre tendo o relatório como nossa matéria-prima.

Pode passar.

Linhas de atuação.

Primeiro: fazer uma análise do relatório realizado pela CPMI, dos avanços e desafios encontrados, e sugerir encaminhamentos para reversão dessa realidade; segundo: encaminhar recomendações aos órgãos competentes sobre a aplicabilidade da legislação, em especial a Lei Maria da Penha.

Inclusive há uma ideia de, talvez, num determinado momento, a gente criar uma subcomissão a partir desta Comissão, para vermos a necessidade de a gente fazer uma atualização da Lei Maria da Penha depois de praticamente dez anos, em 2016, da promulgação da lei. Então, seria o caso de a gente depois pensar, Senadora, o momento de a gente fazer uma subcomissão, para a gente atualizar o que é que está o.k., e o que precisa ser atualizado a partir de então.

Pode passar.

A SRª PRESIDENTE (Simone Tebet. Bloco Maioria/PMDB - MS) – Permita-me Relatora.

A SRª LUIZIANNE LINS (PT - CE) – Pois não.

A SRª PRESIDENTE (Simone Tebet. Bloco Maioria/PMDB - MS) – Aproveitando o espaço – eu não vou fazer mais nenhuma intervenção –, quero dizer que eu também bebi da fonte, porque eu já conhecia o plano. Então, aproveitei o final de semana para analisar o plano e beber da fonte do trabalho feito pela Deputada Luizianne, eu pedi o levantamento, já que aqui fala das linhas de atuação, e uma delas é realmente nós trabalharmos em cima da CPMI, e foi uma ideia que eu acabei extraindo aqui do relatório no inciso I, ou seja, fazer uma análise do relatório realizado pela CPMI, dos avanços e desafios encontrados, eu dei uma olhada no relatório, e ali foram sugeridos inúmeros projetos de lei que foram apresentados na Câmara.

Então aproveitando, assim que houver quórum, e se as demais colegas concordarem, eu estou com levantamento aqui, Deputada Lins, Deputada Cris, Senadora Regina, Deputada Keiko, dos 11 projetos de lei propostos, frutos do relatório da CPMI. Desses 11, só há um no Senado, que está na CCJ aguardando relatoria. Eu sou titular da CCJ. Então eu acabei de assinar um ofício solicitando – é algo que o Regimento permite – a relatoria desse projeto, que trata de recursos para abrigos. Refiro-me ao PLS nº 297, de 2013, que determina que recursos de multas decorrentes de condenações sejam aplicados em casa de abrigo. Então, só para comunicar.

Temos dez projetos na Câmara de Deputados. Pela informação que eu tive, todos esses projetos aguardam ser incluídos em pauta, ou seja, já têm parecer de alguma comissão, ou talvez até da própria CPMI. Aqui eu já deixo uma sugestão: quem sabe aprovamos aqui, na deliberação, uma comissão, formada por Deputadas e Senadoras, para pedir ao Presidente da Câmara, Deputado Eduardo Cunha, que coloque em pauta, já no primeiro mês do segundo semestre, portanto, em agosto, todos esses projetos, para serem aprovados ou não, e quem não concordar vai ter que justificar o porquê da não concordância.

Então, é a única intervenção que faço, aproveitando essa fala da Deputada Luizianne de que temos que beber da fonte da CPMI.

Muito obrigada e desculpe-me, Relatora.

A SRª LUIZIANNE LINS (PT - CE) – Muito bom, Presidente. Eu acho que é um caminho muito interessante, até porque já resolve esse problema da legislação proposta na CPMI logo de uma vez e, se houver algum adendo, que venha depois, que venha através da comissão. Muito bom. Eu acho, nós todas somos favoráveis a isso aí. É uma excelente ideia.

Terceiro: construir uma metodologia de monitoramento que ofereça subsídios nas diferentes dimensões das políticas públicas de enfrentamento e combate à violência contra as mulheres explicitadas na Lei Maria da Penha. Ou seja, não basta apenas o diagnóstico, é importante que, a partir de agora, nós também possamos, à luz da Lei Maria da Penha, sistematicamente, pensar, daqui adiante, um observatório, pensar algo que possa, além do blogue que vai ser criado da Comissão, monitorar, *pari passu*, a aplicabilidade da lei e onde é que os Estados estão tendo dificuldade, ou estão avançando, enfim.

Quarto: promover o debate público sobre as diversas formas de violência contra a mulher e as dificuldades para implantação do Plano Nacional de Políticas para as Mulheres e avaliar o Pacto Nacional de Enfrentamento à Violência contra as Mulheres.

Então, eu acho que esse debate nunca é demais, porque, pela minha experiência, muitas vezes, eu tive mulheres que participaram desses debates, estavam à frente dessas discussões e, infelizmente, eram mulheres que eram violentadas quando chegavam a casa. Então, isso ficava muito silencioso. Eu acho que essa questão sobre o debate público é fundamental, para que essas contradições nós comecemos a compreender melhor e comecemos a atuar sobre essas dificuldades.

Linhas de atuação, continuando, número cinco: identificar as principais ações e omissões que levam a esse quadro de violência contra a mulher e solicitar informação sobre aplicação do atendimento policial e dos procedimentos jurídicos, tais como previstos com prioridade de atendimento dos casos de violência doméstica nas Varas criminais.

Eu acho que, com a lei do feminicídio promulgada, essa questão aqui vem para a esfera pública de forma mais forte, que é exatamente a solicitação de acelerar esses procedimentos, como prioridade de atendimento aos casos de violência doméstica nas Varas criminais.

Sexto: acompanhar e solicitar informações aos Juizados Especializados.

Eu acho que isso é uma tarefa que a nossa comissão pode oficialmente tomar para si.

Funcionamento: nós teríamos as nossas reuniões. A sugestão inicial é que seriam reuniões quinzenais ordinárias, e isso seria independentemente de oitivas especiais, ou seja, nós poderíamos, como já foi solicitado aqui, fazer várias visitas e participações em alguns Estados nessas discussões e audiências públicas, que poderiam ser promovidas aqui ou em determinados locais, como é o caso da solicitada hoje, através de um requerimento, no Rio Grande do Norte, da Senadora Fátima Bezerra.

Roteiro de trabalho: envio de proposições por parte dos Parlamentares para a Comissão.

Só lembrando que isso vem acontecendo. A nossa ideia é, aprovado o plano, a gente poder, a partir do próximo semestre, sistematizar, conversando com cada Deputada que fez a proposição qual é o melhor horário, data e qual o melhor local no Estado, para que a gente possa se deslocar, tirar um grupo que vai acompanhar cada uma dessas reuniões, dessas audiências. Então, a gente vai sentar com as autoras dos requerimentos, e, por isso, essas proposições são bem-vindas e já há bastante aqui desde o início da Comissão.

2. Solicitar informações aos Estados e autoridades sobre as recomendações realizadas no relatório final da CPMI da Violência contra a Mulher, aprovada em junho de 2013. Então, a gente volta de novo para dizer o seguinte: o relatório da CPMI orientou para todos os Entes Federados, Governo Federal, Governos Estaduais e Governos Municipais, o que, de fato, houve de avanço em cada um dessas esferas de Governo em relação ao que foi sugerido pela CPMI. Acho que a gente pode fazer esse trabalho de forma oficial, saindo do Senado e da Câmara juntos.

3. Buscar esclarecimentos e informações das autoridades sobre as políticas públicas, as criadas e as já implementadas, de combate à violência contra a mulher em cada região, bem como sobre as dificuldades na condução dessas políticas. Por exemplo: a gente saber por que até agora, e não é à toa, que somente no Estado da nossa Presidente houve a implantação da Casa da Mulher Brasileira, e a segunda aqui em Brasília, no Distrito Federal. Por que está tão lenta essa implantação? Exatamente onde está a origem dessa dificuldade toda?

4. Realizar Seminário Nacional de Enfrentamento à Violência contra a Mulher, apresentando, de forma sistemática, o relatório da CPMI e debates com a contribuição dos movimentos de mulheres, organizações da sociedade civil e universidades. Acho que aqui também caberia buscarmos talvez até as mulheres que estavam diretamente... Ouvir, por exemplo, a Senadora Ana Rita Senadora, a Senadora Vanessa Grazziotin. Acho que vemos as pessoas que estavam envolvidas diretamente nessa CPMI até para elas poderem nos ajudar a orientar e a dirigir melhor os nossos trabalhos. Acho que seriam fundamentais aqui na nossa Comissão.

5. Promover oitivas de autoridades públicas cuja função, direta ou indiretamente, se relacione com o tema da Comissão, bem como da sociedade civil, mulheres vítimas de violência, movimentos de mulheres e pesquisadoras.

6. Reunião com movimento de mulheres e movimento feminista nos Estados para discutir a questão da violência contra a mulher. Isso eu acho que a gente faz oficialmente, mas acho que independentemente disso todas nós estamos diariamente ou cotidianamente fazendo esse tipo de trabalho.

Cronograma inicial: fazer um diagnóstico de forma geral, fundamentado no relatório final da CPMI, cujo objetivo é avaliar os avanços e desafios. Ou seja, a partir da CPMI, onde avançamos, onde regredimos, onde precisamos aperfeiçoar?

2. Realizar audiências públicas nos Estados que apresentam maiores índices da violência contra a mulher. Essa ideia, gente, eu conversava com a nossa Presidente aqui, é muito importante, como estamos trabalhando, queremos também que a realidade seja para nós uma fonte de trabalho, é muito interessante sabermos hoje, porque já há um relatório da SPM, da Secretaria das Políticas das Mulheres, onde é que nós temos maior índice de feminicídio no Brasil e onde é o menor índice. Então, precisamos analisar situações concretas para viabilizarmos soluções concretas. Há a ideia de visitarmos oficialmente os locais onde há o maior índice de feminicídio no Brasil, como também onde as experiências foram mais bem-sucedidas, no sentido de podermos universalizar e vemos a possibilidade até de projetos de lei da Câmara e do Senado que possam viabilizar que essas experiências sejam universalizadas no Território Nacional, ou seja, onde pudermos ir, vamos levando essas ideias que são vitoriosas hoje.

3. Possibilitar apresentações de experiências relevantes em âmbito nacional no sentido da prevenção, legislação e atendimento à violência contra mulher. Sobre isso, começam a chegar já experiências vencedoras, que estão sendo vitoriosos na diminuição dessa violência, e a gente quer ouvir aqui no sentido de, como falei, tentarmos universalizar para todo o Território Nacional.

4. Requisitar documentos, cópias de inquéritos, processos administrativos e informações judiciais. Ou seja, coisas que estão acontecendo no decorrer da Comissão também servem para a gente trabalhar. Por exemplo, o que aconteceu no Piauí recentemente; o que aconteceu em Pernambuco também, e, agora no próprio Ceará, no meu Estado, também aconteceu recentemente um caso de estupro que foi muito grave. Então, começar a solicitar para saber o andamento, a partir dessas informações oficiais, o andamento desses processos administrativos e judiciais.

5. Analisar proposições em curso na Câmara e no Senado. Um pouco aí desse caminho que a Senadora Simone nos colocou, que acho que já resolve essa questão aqui... E os próximos, exatamente. Acho que isso aí já foi uma ideia muito bacana e acho que a gente já pode inclusive tirar daqui essa missão, para que a gente veja na Câmara, nós as Deputadas, já vejamos na Câmara como é que está, em que pé está cada um desses processos neste momento, não é Keiko? A gente pode ir atrás para viabilizar essa ideia da Senadora.

A SRª PRESIDENTE (Simone Tebet. Bloco Maioria/PMDB - MS) – Desculpe, Relatora, a informação que eu tenho, não é oficial, é oficiosa, por isso que pensei na sugestão de já irmos, se for aprovada em plenário esta questão aqui na Comissão. Achei até interessante, isso não significa que avançou. Apesar de nós termos dois anos do final do relatório da CPMI, na realidade, são projetos de 2013 e 2014, e todos, pelo que temos aqui, já têm relatório nas comissões. Só aguardam pauta no plenário da Câmara. Pode ser que esteja errado, mas a princípio nós teríamos dez projetos em condições de serem aprovados na Câmara dos Deputados, para depois vir para o Senado.

Mas nós vamos pedir, aproveitando, portanto, a sugestão da nossa Relatora, que a Secretaria da Comissão faça um levantamento atualizado desses projetos, para ver realmente qual é a situação atual, e se faltar apenas pautar esses projetos no plenário, nós marcaríamos, faríamos aqui uma comissão de Deputadas e Senadoras, como disse, para podermos ir ao Presidente da Câmara, Eduardo Cunha, solicitar dele que essa pauta, a partir de agosto, seja colocada em plenário.

A SRª LUIZIANNE LINS (PT - CE) – Muito bom. Então, assim, a partir desse levantamento, nós vamos percorrer lá – não é isso Keiko? – e acompanhar, depois trazer aqui para o Senado e fazer o mesmo através da nossa Presidente.

Sejam bem-vindas Deputadas!

6. Mapear problemas nos diversos órgãos seguidos de oitivas nos Estados.

Bom, isso é um problema. Tem momentos em que a gente nem sabe, se torna invisível, às vezes, quem está empacando os processos. Às vezes, a questão diz respeito à corporação, á corporação da polícia, enfim, nós podemos também detectar esse tipo de coisa, porque a gente sabe que essa questão do patriarcado e do machismo também está nos micropoderes. Já dizia o Foucault, que isso aí está presente nos micropoderes também.

7. Avaliar casos emblemáticos de violência contra a mulher e recomendações apontadas no último relatório da CPMI, e os casos atuais apresentados pela Comissão.

8. Elaborar seminário internacional com os vários movimentos da sociedade civil, universidades e órgãos públicos.

Estava também comentando com a Senadora, Presidente da Comissão, que a ONU mulher, em especial a que cuida dos assuntos relativos à América e ao Caribe, a gente pode também saber como é que a ONU está atuando nessas questões, já que eles estão acompanhando essa questão, inclusive da participação das mulheres nos parlamentos, eu acho que eles devem ter dados atualizados sobre a situação da mulher pelo menos no que diz respeito à América Latina e ao Caribe. Eu acho que isso é uma questão para a gente também buscar informações e até fazer visitas, se for o caso, experiências bem-sucedidas desse processo.

9. Produzir cartilha para ser lançada no dia 25 de novembro, que é o Dia Internacional de Enfrentamento e Combate à Violência contra a Mulher.

Acho que esta Comissão já poderia pensar, a partir de agora, em estruturar um documento inicial, uma cartilha, para que a gente possa marcar essa data, inclusive fazendo o lançamento aqui.

(Intervenção fora do microfone.)

A SRª LUIZIANNE LINS (PT - CE) – Isso! Com as Procuradorias também, exatamente, com a Câmara e Senado, para que possamos lançar, em conjunto, esse documento do Congresso Nacional.

10. Fiscalizar as ações dos Estados em relação à implementação das Casas da Mulher Brasileira.

Como eu disse, são 27 Estados, mas até agora nós só temos no Distrito Federal, aliás, a primeira foi no Mato Grosso do Sul, que é o Estado da nossa Presidente, e a segunda, no Distrito Federal – a implantação das casas. Portanto, eu acho que dá para acelerar mais, porque já de há muito tempo e, oficialmente, saber – até sugerir isso no dia em que a Ministra Eleonora esteve aqui –, para a gente oficialmente pegar informação para que o Estado se posicione: "Não, o problema é o Governo Federal". "Não, o problema é a licitação". "Não, o problema é que não tem lugar, o problema é que não tem dinheiro". Mas a gente tem alguma informação concreta de cada Estado.

11. Conhecer e fazer intercâmbio de experiências a nível internacional, tendo como objetivo o enfrentamento da violência contra a mulher.

12. Debater sobre a maioridade penal e as políticas de enfrentamento à violência contra as adolescentes.

Isso aqui, gente, não estava em nosso relatório inicial, mas eu achei muito interessante, foi uma sugestão, na reunião passada, das Deputadas Soraia e Carmem Zanotto, para que a gente trouxesse para esse ambiente, uma vez que as pessoas estavam muito angustiadas com essa discussão, esse debate da questão da maioridade penal. E aí, eu acho que a gente também casa tanto à violência, que é uma violência simbólica em relação às mães e a seus filhos, de uma forma ou de outra, como também do enfrentamento à violência contra as adolescentes, que também é uma coisa que a gente está vendo ser sistemática. Eu acho que a gente pode debater, até porque ainda tem muito debate pela frente. Nós iniciamos na Câmara Federal, mas ainda tem muita discussão. Então, essa foi uma discussão sugerida pelas Deputadas.

Por fim, a proposta de conclusão do plano de trabalho, as oitivas, diligências e demais atividades da Comissão, delineadas – seja bem-vinda, Deputada Moema – a partir das orientações da Presidente e de todas participantes da Comissão culminarão com a publicação de um relatório final ao término desse biênio, em dezembro de 2016, bem como esta Relatoria também deverá realizar uma publicação anual dos trabalhos desta Comissão.

Por fim, há um pensamento da Cora Coralina, que nos inspira: "O que vale na vida não é o ponto de partida e, sim, a caminhada. Caminhando e semeando no fim terás o que colher", embora temos um ponto de partida muito claro e muito definido, que é o relatório da CPMI. Quero dizer que, para mim, isso vai ser a minha matéria-prima durante todo o trabalho da Comissão.

Portanto, essa é a ideia do plano de trabalho, inicialmente pensado para 2015, até o final desse ano, e que a gente vai aperfeiçoando e vai monitorando. Só dizendo o seguinte: vocês viram que são eixos abertos.

O que vou fazer? Por exemplo: várias Deputadas solicitaram oitivas, mas vamos apenas encaixar nas áreas de atuação, ou seja, depois calendarizar, a partir do cotidiano e da realidade de cada Estado, para que a gente possa fortalecer o trabalho das Deputadas por Estado. O.k.?

É isso, Presidente, e fico aqui a espera de colaborações.

A SRª PRESIDENTE (Simone Tebet. Bloco Maioria/PMDB - MS) – Eu agradeço, Deputada Luizianne, a apresentação do relatório exemplar, objetivo, da forma como queremos, tendo um ponto de partida. Quero agradecer e não só agradecer, mas também tecer alguns comentários elogiosos em relação ao plano de trabalho. Primeiro, vi aqui que não foi feito a duas mãos apenas. A Deputada Luizianne teve o cuidado de ouvir o que foi dito nessas cinco reuniões que tivemos na Comissão, acatando sugestões ou frases muitas vezes ditas por Deputadas, colocações feitas pela Deputada Carmem, pela Deputada Alice, eu mesma numa conversa informal com ela, então, esse espírito democrático se faz presente nesse plano de trabalho.

Dizer, em segundo lugar, que é um plano de trabalho aberto, como ela disse. Agora, nós vamos abrir a discussão e, mais do que isso, vamos dar um prazo para que as Deputadas e Senadoras possam apresentar sugestões, sejam sugestões novas, inéditas ou no sentido de aperfeiçoar aquilo que foi dito aqui.

Eu gostaria de fazer um pedido no que se refere ao cronograma de trabalho, naquilo que nós tivermos unanimidade, depois de aprovado, que V. Exª já deem sugestões de prazos, qual é o cronograma para que a Relatora possa formatar esse plano de trabalho.

Fiquei muito entusiasmada com alguns itens, e quero apenas trabalhar duas questões aqui. Primeiro, a questão da cartilha. Eu acho que é uma cartilha que tem, todo ano, ela ter no dia 25 de novembro, e nós poderemos fazer essa cartilha em parceria com as Procuradorias da Mulher da Câmara e do Senado que têm todo suporte, para que nós também não tenhamos dois trabalhos em cima de um único ponto.

Em relação ao seminário internacional, isso também são experiências de sucesso vindas de fora, ou mesmo situações mais penosas e agravadas que as nossas, mas tão importantes quanto a nossa realidade. E esse seminário, claro, por ser um seminário internacional não dá para se fazer todo ano, mas poderíamos já pensar para cada dois anos. Portanto, para o ano que vem, que é o nosso segundo ano da Comissão, estarmos preparando um seminário internacional do Congresso Nacional, envolvendo todos os Poderes: Judiciário, Executivo e Legislativo, e estendendo, o máximo possível, a participação dos países. Também em parceria com a Procuradoria da Mulher da Câmara e do Senado que têm o suporte para nos auxiliar.

Ainda: eu distribuí para as colegas – a Deputada Moema ainda não havia chegado e outras – a relação acerca dos projetos que estão em condições de serem aprovados na Câmara dos Deputados, são dez, e um aqui no Senado. A informação que temos, oficiosa e não oficial, que já teria parecer. Eu tenho a impressão que devem ter sido aprovados na própria CPMI, por isso que eles estão aguardando inclusão de pauta no plenário da Câmara.

Então, que nós fizéssemos uma Comissão, se houver número nós deliberaríamos isso agora, para que nós pudéssemos ir ao Presidente da Câmara, Deputado Eduardo Cunha, solicitando dele a inclusão em pauta desses projetos no mês de agosto, porque nós teríamos tempo também de analisar esses projetos, rever, verificar quais projetos de alguma forma nós gostaríamos de incluir, outro que nós precisaríamos ainda discutir na Comissão. Há um, em particular, que depois eu gostaria, ainda pode ser na próxima reunião, de ver se ainda há interesse, se isso representa ainda o interesse da sociedade brasileira, especialmente da mulher brasileira.

Por fim, dizer que nós poderíamos já trazer para esse debate a respeito da maioria penal, depois de aprovado esse cronograma, eu acredito, a discussão dos dois projetos que tramitam na Casa. Nós temos uma PEC, que foi aprovada, que tem algumas discussões jurídicas a respeito, e nós temos o Estatuto da Criança e do Adolescente que está sendo alterado, está pautado, mas está trancado, porque tem duas MPs, mas já está na pauta do Plenário do Senado e, provavelmente, um projeto que foi feito por diversas mãos, eu mesma incluí duas emendas, e foi feito com muito carinho – e eu estava comentando aqui que, pela primeira vez no Senado, eu vi PSDB e PT comungando da mesma fonte, porque se juntaram para aprimorar esse dispositivo –, enfim, nós poderíamos trazer depois de aprovado o plano, nós podemos trazer ou o autor ou o relator do ECA para falar sobre esse projeto em relação à maioria.

Nós vamos abrir a discussão, lembrando que, neste exato momento, vai começar, daqui a exatos 10 minutos, a Comissão Especial da Reforma Política, da qual eu sou membro. Por que eu tenho interesse? Já vou aqui adiantando, é de interesse desta Comissão, a pedido inclusive desta Comissão, a Senadora Marta Suplicy apresentou Emenda à Constituição nº 182, ela resgatou a Emenda à Constituição nº 182, de 2007, estabelecendo a questão dos percentuais mínimos de cadeiras para as mulheres no Legislativo brasileiro.

Então, acatando as sugestões de percentuais que foram repassados para nós, eu estarei daqui a pouco me ausentando, vamos continuar aqui os debates, mas passarei para a Vice-Presidente ou mesmo para a Relatora que continua, retornarei – a assessoria vai me comunicar o momento certo, porque nós vamos debater, pois a maioria dos membros da Comissão Especial é composta, claro, por Parlamentares do sexo masculino. Então, nós estaremos ali, mas está bem conversado, estamos sentindo um clima bem propositivo – a Senadora Regina, inclusive, já está indo. Acreditamos que hoje ainda conseguiremos aprovar na Comissão Especial essa PEC. Então, já peço, antecipadamente, desculpas, porque daqui a pouco estarei saindo para cumprir essa missão.

(Intervenção fora do microfone.)

A SRª PRESIDENTE (Simone Tebet. Bloco Maioria/PMDB - MS) – Está certo. A nossa querida e competente Assessora Gigliola está dizendo que já temos data para o cumprimento da diligência, a pedido da Senadora Regina e da Deputada Iracema, ambas pediram que as diligências, no Piauí, fossem nos dias 14 e 15 de agosto.

Então, vamos passar aqui uma lista, e aquelas Senadoras e Deputadas que, porventura, quiserem compor essa Comissão, eu gostaria que se pronunciassem até o término deste semestre, para que nós pudéssemos aí fazer toda a tramitação junto ao Presidente da Casa.

(Intervenção fora do microfone.)

A SRª PRESIDENTE (Simone Tebet. Bloco Maioria/PMDB - MS) – Uma sexta e um sábado, 14 e 15 de agosto.

Então, temos uma ordem de inscrição para que possamos iniciar a discussão.

Concedo a palavra, neste momento, para discutir o relatório, à Deputada Moema Gramacho. Em seguida, falará a Deputada Alice, que havia pedido; depois a Deputada Carmem.

A SRª MOEMA GRAMACHO (PT - BA) – Presidenta, primeiro parabenizá-la, principalmente por estar não só conduzindo esse processo aqui, mas também o da reforma política. Portanto, V. Exª se dirigir para lá agora, para nós, é tudo de bom! Vamos sentir muito a sua ausência, mas sabemos que é por uma causa extremamente justa. Boa sorte!

Queria parabenizar a nossa Deputados Luizianne Lins, porque ela conseguiu captar a nossa mensagem e elaborou um planejamento muito interessante, e eu acho que a gente deve fazer tudo para seguir rigorosamente, e buscar, cada vez mais, também apresentar sugestões que possam estar contribuindo e colaborando. Mas quero parabenizá-la e dizer que foi muito eficiente a sua colocação nesse planejamento, e me senti, inclusive, contemplada com vários itens aqui colocados.

Bom, a outra questão é que eu acho que, bem rapidamente, ainda aproveitando a sua presença, Presidenta, em relação a esses projetos que estão ainda na gaveta, um deles, V. Exª já tem o conhecimento, a gente precisaria ir ao Presidente da Câmara, que é para tentar apressar a aprovação do Fundo. Eu não sei quais as gestões que já foram feitas, mas ainda precisamos fazer mais algumas. Portanto, uma visita da Comissão mista, de Senadoras e Deputadas, ao Presidente Eduardo Cunha, ainda esta semana, para que a gente pudesse aprovar a tramitação até o plenário, se possível, ainda antes do recesso do dia 17. É o projeto do Fundo, esse primeiro que está aqui, o Fundo de Enfrentamento. Por quê? A nossa ideia é que a gente pudesse comemorar já a aprovação desse fundo junto com os dez anos da Lei Maria da Penha.

Então, a gente aproveitaria... *(Fora do microfone.)*

Se não me engano, dia 07 de agosto.

Nós vamos ter a Marcha das Margaridas aqui, e a gente aproveitaria a Marcha das Margaridas, o aniversário da Lei Maria da Penha já com o fundo aprovado. E é logo no início de agosto. Então, se a gente pudesse aprovar o fundo agora, antes do recesso, seria fundamental para todas nós.

A SRª PRESIDENTE (Simone Tebet. Bloco Maioria/PMDB - MS) – Deputada Moema, então aproveitando, sendo bem prática, já, de certa forma, interrompendo V. Exª, mas acho que é em prol e em benefício da Comissão, eu gostaria de colocar em discussão e em votação essa proposta da Deputada Moema, que pelo menos o PL nº 7.371 de 2014, que trata do Fundo de Enfrentamento, que são os recursos que serão usados para os políticas de combate à violência contra a mulher, que já está em condição de ser pautado, de ser colocado em pauta no plenário na Câmara, que nós pudéssemos ir numa Comissão de quantas Deputadas e Senadoras quiserem, ainda nesta semana, no mais tardar até quinta-feira, falar, Senadora Marta, com o Presidente da Câmara, Deputado Eduardo Cunha, para colocar em pauta esse projeto, que destina um fundo para ser usado para as políticas de combate à violência contra a mulher. E os demais, nós deixaríamos para analisá-los, inclusive no mérito, para solicitarmos a inclusão em pauta no mês de agosto.

A SRª LUIZIANNE LINS (PT - CE) – Presidente.

A SRª PRESIDENTE (Simone Tebet. Bloco Maioria/PMDB - MS) – Com a palavra a nossa Relatora.

A SRª LUIZIANNE LINS (PT - CE) – Só uma observação. Deputada Moema, naquela audiência pública, solicitada por V. Exª e pela Deputada Érika Kokay, na Marcha das Margaridas, elas falaram muito sobre isso, elas têm uma discussão acumulada muito forte sobre essa questão. E elas estão vindo, em agosto, para solicitar se não me engano, alguma coisa tem a ver com o dia 11 de agosto como marco, não estou lembrando exatamente o quê, em que elas entregaram um documento, protocolaram um documento junto ao Presidente da Câmara, eu acompanhei inclusive, pedindo que essa votação do fundo acontecesse por ocasião da vinda delas aqui, que é o comecinho de agosto.

A SRª MOEMA GRAMACHO (PT - BA) – É inverso. Elas já queriam estar festejando. A gente queria que fosse votado já agora para que, junto com o aniversário da Lei Maria da Penha e a Marcha das Margaridas, nós já estivéssemos festejando a questão do fundo.

A SRª LUIZIANNE LINS (PT - CE) – Que não vai dar para festejar no começo de agosto. Eu estou dizendo, assim, que havia esse movimento, para poder até ser um marco para elas.

Eu acho que se a gente conseguir vai ser muito, até porque acho que é uma vitória. Agora, ponderar isso aí se nós temos, hoje, condições de esse Fundo ser aprovado como está.

A SRª PRESIDENTE (Simone Tebet. Bloco Maioria/PMDB - MS) – Aproveitando, então, as duas sugestões, poderíamos ir esta semana falar com o Presidente Eduardo Cunha, ver o que ele tem a dizer, porque temos uma pauta exaustiva na semana que vem, mas se ele assumiu o compromisso, e, não votando semana que vem, colocar em votação...

A SRª MOEMA GRAMACHO (PT - BA) – No início de agosto.

A SRª PRESIDENTE (Simone Tebet. Bloco Maioria/PMDB - MS) – ...nas duas primeiras semanas de agosto, nós já teríamos obtido êxito. Então, eu acho que, não sei se unificando as duas sugestões.

A SRª MOEMA GRAMACHO (PT - BA) – Pode ser.

A SRª PRESIDENTE (Simone Tebet. Bloco Maioria/PMDB - MS) – Podemos colocar em votação a sugestão da Deputada Moema com o adendo da Deputada Luizianne?

A SRª MOEMA GRAMACHO (PT - BA) – Podemos.

A SRª PRESIDENTE (Simone Tebet. Bloco Maioria/PMDB - MS) – As Senadoras e Deputadas que aprovam permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Então, está formada a Comissão de quantas Deputadas e Senadoras quiserem. Nós comunicaremos o gabinete da data e o horário que conseguiremos falar com o Presidente.

Obrigada.

A SRª MOEMA GRAMACHO (PT - BA) – Só queria dar sequência, Presidenta, tentarei ser rápida, mas eu acho que nós não poderíamos deixar passar isso sem ressaltar, e eu queria prestar a minha solidariedade à Deputada Dorinha.

A Deputada Dorinha, pelo fato de ser a única Deputada do DEM se manifestado contra a redução da maioridade penal, ela sofreu ameaças, inclusive ameaças de morte pelas redes sociais. E eu acho que as redes sociais estão virando um instrumento de covardia.

Todos aqueles que querem fazer ameaças, que querem ofender, agredir, têm utilizado as redes sociais para fazê-lo.

Então, eu acho que nós temos que prestar a nossa solidariedade, mas também buscar ver quais são as providências que nós podemos adotar, para que esses crimes possam ser punidos, que esses criminosos possam ser punidos, porque daqui a pouco toda... Primeiro, agrediu todas as mulheres em relação ao que fizeram com a Maju e com a Presidenta Dilma. E agora com a Deputada que se manifesta no seu livre direito de votar contra ou a favor de qualquer proposição, mas que sofre ameaça desse porte.

Então, eu queria me solidarizar com a Deputada Dorinha, e dizer que esse deve ser um tema para também darmos tratamento aqui. Nós estaremos apresentando essa moção de solidariedade à nossa Deputada Dorinha.

Finalizando, nós temos um projeto que eu queria que fosse incluído entre esses projetos que estão aí. Ele já está com relatoria designada, a Relatora é a Deputada Érika Kokay, que era aquela questão que eu trouxe aqui, no primeiro dia da nossa reunião, que é a Lei Antibaixaria – nós podemos dar até outro nome –, que é não permitir patrocínios de recursos públicos para músicas, ou bandas, ou eventos que depreciem a condição da mulher ou que promovam a violência com quem quer que seja.

Já há uma lei no Estado da Bahia, de autoria da Deputada Luiza Maia – e eu também, quando fui Prefeita, inclusive foi o primeiro Município a aprovar a lei, até antes do Estado, a aprovamos em nosso Município –, então, eu acho que podíamos também tornar isso federal.

São muitos os recursos que são destinados para patrocínio de eventos, de bandas, de músicas e que promovem a violência ou a depreciação à condição de gênero. Então, já há relatoria, era tentar ver que procedimento mais rápido nós podemos adotar, para também ser utilizado como mecanismo de educação. Não é censura, é educação.

A SRª PRESIDENTE (Simone Tebet. Bloco Maioria/PMDB - MS) – V. Exª sabe em que Comissão está? Já passou por alguma Comissão ou está na primeira?

A SRª MOEMA GRAMACHO (PT - BA) – Está na primeira Comissão ainda, na de Esporte, Trabalho e Serviços Públicos, e a Relatora é a Deputada Érika Kokay, que já deu parecer.

A SRª PRESIDENTE (Simone Tebet. Bloco Maioria/PMDB - MS) – E não é terminativo na Comissão.

A SRª MOEMA GRAMACHO (PT - BA) – Não. É só para dar celeridade.

A SRª PRESIDENTE (Simone Tebet. Bloco Maioria/PMDB - MS) – Obrigada, Deputada.

Com a palavra a Deputada Alice Portugal.

A SRª ALICE PORTUGAL (PCdoB - BA) – Srª Presidenta, Srª Relatora, primeiro quero dizer que o plano de trabalho está na direção corretíssima. Apresenta as diretrizes da nossa ação.

Evidentemente nós já sabíamos que a nossa Comissão teria um grau de complexidade diferenciado, porque nós passamos pela CPMI inicial, com casos sendo pinçados, com a violência sendo exposta. Era fratura exposta. Agora, o que nós temos que fazer? Nós temos que aplicar as iniciativas, os curativos a essa ferida exposta.

E não é fácil, porque, evidentemente, o nosso trabalho vai estar embricado com o trabalho do Poder Judiciário, vai estar completamente transversalizado com o cumprimento das regras legais já instituídas pelo Parlamento brasileiro, pelo Poder Executivo. Então, é evidente que é quase um trabalho de monitoramento permanente que esta Comissão exercerá.

Então, é claro, eu estive pensando muito, é um processo de amadurecimento coletivo que nós vamos ter que fazer para ir acertando. Acho que o plano é um plano inicial que precisará ser adensado a cada momento, mas é o caminho que nós temos a seguir. Eu queria sugerir algumas questões. Primeiro, nós precisamos constituir algumas medidas impactantes, como esta: ir ao Presidente e pedir para pautar a questão do fundo.

Agora, eu estive olhando os projetos aqui e há projetos contraditórios, não é verdade? Nós não podemos assumir todos. Eles necessariamente serão transitados, as Comissões vão apreciar, mas, para que a CPMI os adote, é complicado. Então, talvez fosse o caso de fazermos uma subcomissão ou a própria relatoria ficar responsável por isso. Aqui, por exemplo, o item 6 dos projetos é um projeto que anula uma grande vitória que tivemos, um esforço enorme para garantir na Lei Maria da Penha, quando alguns magistrados quiseram anular a Lei Maria da Penha, transformá-la em inconstitucional, que é quando a vítima retira a queixa, o juiz não poder seguir com o processo. Então, aqui diz que, sem a anuência da vítima, o juiz não poderá determinar a ação contra o agressor. A Lei Maria da Penha já impõe que essa agressão é independentemente da vítima. Então, nós temos que ter cuidado, porque há projetos e projetos nesse processo.

Há projetos aqui que são redundantes. Esse é antagônico. Esse é antagônico, completamente antagônico, se a ementa estiver fiel à matéria. Eu não estou com a matéria na mão, mas, se a ementa estiver fiel à matéria, ele anda na contramão da Lei Maria da Penha e das vitórias alcançadas.

Em relação à equiparação, a tornar crime a tortura, já é a própria lei – o item 5. Então, talvez se a ementa estiver fiel, reitero, ao conteúdo total do projeto, esse pode ser um projeto redundante. A gente tem que maturar, e a relatoria tomar conta disso, ou estabelecer uma subcomissão que vá tomar conta disso.

Uma segunda questão que eu queria colocar, e que eu acho interessante essa ideia de ir ao Presidente, vão ao Piauí. Acho bacana. Eu queria sugerir algo que nós poderíamos, Luizianne, maturar, que é a criação de um observatório.

Então, todo ano sai o mapa da violência, todo ano sai não sei quê lá, mas nós vimos aqui durante a Copa o relógio da Copa. Aquilo chamou atenção. Nós poderíamos fazer o relógio mensal da violência contra a mulher, aqui no âmbito do Senado ou na Câmara. Botar um painel aí em algum lugar, onde a gente dissesse esse mês morreram x mulheres no Brasil. Nós vamos estar com esses dados, não é? Nós vamos estar com esses dados das Secretarias Estaduais, nós temos o Disque 180, e passaríamos... É claro que corremos o risco de não ter precisão total, não vai ser suíço o relógio, mas acredito que seria algo que chamaria atenção, para que a sociedade veja. A sociedade: "Poxa vida, não é possível, morreram de violência de gênero tantas mulheres esse mês!".

Porque a gente apresenta o dado anual, perto do 8 de Março, e fica aquele número, não é? Enfim, talvez fosse uma coisa que nós pudéssemos, em um ato, não sei se no dia que é o dia de combate à violência, a gente criar esse observatório da violência. Ser um dos atos da Comissão, talvez pudéssemos pensar em uma coisa dessa natureza. Quantas mortes, quantas queixas, o que a gente conseguisse da SPM, do Poder Judiciário, das Secretarias Estaduais, juntava isso, no âmbito da Comissão, para dar uma divulgação mais apropriada.

Uma outra coisa que nós fazíamos muito ainda no Brasil sem democracia, na ditadura, que era ir aos fóruns em dias de julgamento. Nós estamos vendo crimes muito bárbaros. E o feminicídio é crime, a Lei Maria da Penha prende, e a mulher está dizendo não e está morrendo.

Então, talvez nós pudéssemos pinçar, fazer isso, evidentemente, avisando o magistrado preliminarmente. Casos notórios, casos que são elementos de comoção pública. Nós não vamos mais chamar aqui para investigar na nossa condição de CPMI, mas nós podemos criar um fato político indo ao tribunal de júri, em caso de júri popular. Você já pensou? A Bancada feminina em um julgamento ou a CPMI em um julgamento. Nós fizemos isso naquele caso da moça dos olhos de Goiás também. Furaram os olhos de uma mulher aqui em Goiás. Enfim, isso tudo, mas ir ao julgamento. Pegar, pinçar um caso por semestre que seja emblemático, que chame atenção da sociedade. Evidentemente, tendo o cuidado de saber e balizar isso com o magistrado, para que não seja algo surpresa, etc. A Bancada irá para criar um fato relacionado à repetição dos casos de mortes de mulheres, etc.

Talvez fosse algo emblemático também que nós pudéssemos agregar a esse conjunto de ações que estão aí muito bem colocadas no plano. Então, seriam essas, assim, as questões – me preocupo com a questão dos projetos –, para que a gente não endosse pelo simples existir alguns projetos que podem ser contraditórios em relação à questão da violência.

E eu queria também dizer que esse caso da Deputada Dorinha, que a Deputada Moema levantou, nós deveríamos tirar daqui uma resolução, da CPMI, como caso a ser incorporado, levado à Procuradoria para que a gente entre, pela CPMI, com o processo em relação aos crimes na *web*. É crime. A Casa fez a lei, então fazer cumprir a lei. É crime. Dorinha foi alvo de uma ação criminosa de difamação, de injúria, de ameaça. Então, acho que nós deveríamos formalizar a queixa, independente de a vítima autorizar. (*Risos*.)

Ela não está aqui no momento, mas ela autorizará, com certeza, como mulher avançada que é.

Sobre o caso da Presidenta, aquela situação, eu já soube que há uma moção sobre a mesa, com um requerimento. Eu não vou me adiantar à iniciativa da Deputada Érika Kokay, mas quero me somar a essa iniciativa. Aquilo é uma coisa absurda. Podemos apor assinatura. É um absurdo! Aquilo pode acontecer com qualquer uma de nós. Se a Presidenta foi colocada nas bombas de

combustível, nós, nas disputas políticas municipais, nas disputas locais, daqui a pouco estamos de que forma?

Vocês não sabem: quero dizer que Moema foi vítima. Quando foi candidata a prefeita, a enterraram. Ela estava lutando contra uma patologia e foi enterrada viva. Foi uma coisa que comoveu a Bahia inteira, um absurdo!

A SRª MOEMA GRAMACHO (PT - BA. *Fora do microfone.*) – Ficou impune. Só não ficou impune pelo povo.

A SRª ALICE PORTUGAL (PCdoB - BA) – Ficou impune. Ficou impune, porque perdeu a eleição feio. (*Risos.*)

Então, eu acho que daqui a pouco estamos todas nós, independente de orientação política. Não importa! Vamos ser diabolizadas por aí afora. É uma questão séria, independente da opinião, se é oposição ou se é situação. Aquilo é completamente intolerável e nós temos que tomar realmente uma posição mais dura em relação à questão da imagem da mulher.

Era isso.

Muito obrigada.

A SRª PRESIDENTE (Simone Tebet. Bloco Maioria/PMDB - MS) – Obrigada, Deputada Alice, pelas importantíssimas contribuições. A Relatora fez todas as anotações para incluir no relatório, para que depois seja aprovado, seja em relação à questão do observatório, não só pela Comissão, mas de repente surgindo a partir daí outras ideias. De repente, até um projeto do Congresso Nacional no sentido de impor ao próprio Poder Executivo a instalação em uma capital, em cada capital deste País. Isso não tem absolutamente custo nenhum, e todos eles colocados em locais específicos, nos centros das cidades, das grandes metrópoles. Enfim, a Relatora está anotando, para depois levarmos à deliberação, na próxima reunião, o relatório, o plano de trabalho. Em relação a ida a julgamentos, da mesma forma, foi anotado pela nossa Relatora.

Em relação ao caso da Deputada Dorinha, nós podemos, porque temos condições de deliberar – se as Deputadas concordarem –, deliberar no sentido de encaminharmos, através da Mesa da Comissão, formalizar uma queixa junto às duas Procuradorias da Mulher, tanto do Senado quanto da Câmara, para que em conjunto com esta Comissão, possamos fazer gestões relacionadas a esse absurdo que aconteceu com a Deputada, através das redes sociais.

Então, se as Deputadas e Senadoras concordarem, eu coloco aqui para deliberar a sugestão da Deputada Alice de encaminharmos às Procuradorias da Mulher do Senado e da Câmara uma formalização da queixa no caso da Deputada Dorinha.

As Deputadas que concordam permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovada.

Nós tomaremos as devidas providências.

Por fim, em relação à sugestão da Deputada Alice, eu já havia inclusive marcado, tinha colocado um ponto de interrogação em relação ao item 6, a esse projeto. Mas, para agilizar, ao invés de formar uma Comissão e haver discussão, se me permitirem, em uma preliminar, nós deixaríamos na incumbência dos trabalhos da Secretaria, ouvidos nossos colaboradores na questão jurídica, ver quais projetos desses já têm similares, já foram aprovados, quais de alguma forma poderiam, ao contrário, prejudicar a nossa causa e nós traríamos na próxima reunião alguns projetos excluídos e colocaríamos, obviamente, à apreciação das colegas Deputadas e Senadoras.

Com a palavra, a Relatora.

A SRª LUIZIANNE LINS (PT - CE) – Presidente, só reforçando, acho que foi uma excelente ideia uma subcomissão para fazer essa análise legislativa, principalmente de Deputadas que participaram desse processo da construção. Acho que essa observação da Deputada Alice foi fundamental, fazer um estudo mesmo, fazer algumas reuniões onde a gente possa bater os projetos, avaliar onde eles estão em sintonia com o que nós queremos e com a Lei Maria da Penha, e onde é que eles estão se superando, para evitar o desgaste. Então, acho que uma subcomissão... A Deputada Alice poderia fazer parte, eu me disponho também, e quem mais queira ir. A gente faz três reuniões com a Assessoria Legislativa, com a Assessoria Jurídica, para que possamos ver e trazer aqui o que nos interessa, e já eliminar o que não nos interessa.

A SRª PRESIDENTE (Simone Tebet. Bloco Maioria/PMDB - MS) – À exceção do Fundo de Enfrentamento. Este tem unanimidade, já foi colocado. E nós vamos tentar a audiência com o Presidente da Câmara, no máximo, até quinta-feira pela manhã.

Eu vou passar a palavra, pela ordem de inscrição, à Deputada Carmen, pedindo desculpas. A reforma já começou, o interesse é maior lá. Precisamos de mais mulheres na política, a começar quando precisamos deliberar assuntos tão importantes como este.

Passo aqui a Presidência à nossa Relatora, Deputada Luizianne Lins. Mas acredito que ainda consigo retornar até o final.

A SRª CARMEN ZANOTTO (PPS - SC) – Obrigada, nobre Senadora, Deputada Simone Tebet. Bom trabalho. Tenho certeza de que a Comissão aqui do Senado vai dar uma resposta importante para a Câmara Federal com relação à questão das mulheres.

Eu quero cumprimentar a Deputada Luizianne e dizer como é bom a gente se vê dentro do relatório, nos vemos como parte dele. Então, este relatório, tendo sido apresentado nesta data, ele possibilitou essa construção, inclusive contemplando a grande maioria ou praticamente todas as proposições que aqui foram apresentadas já de audiências e de encaminhamentos com relação a esse trabalho da nossa Comissão Permanente Mista da Violência Contra a Mulher.

No caminho que já foi discutido, e eu já fui contemplada pelas colegas que me antecederam, eu gostaria de propor, exatamente, no item 5 do cronograma inicial, o que foi discutido agora – eu cheguei até a anotar, já tinha anotado –, que é a análise das proposições em curso na Câmara e no Senado, que fosse realmente feita essa priorização, esse comparativo, e aí nós votarmos aqui na Comissão aquilo que for de consenso, que é um pouquinho aquilo que a senhora já deu de resposta antes da minha fala, porque as minhas colegas Parlamentares me contemplaram nas suas falas com relação a esse tópico das iniciativas legislativas que temos. Então, é importante isso.

Mais uma vez, eu quero dizer que estou muito feliz com o que está inserido no relatório. Mas também eu gostaria de priorizar que, a partir da escolha das prioridades, daquilo em que temos consenso, nós aprazássemos. Tipo assim: nós vamos perseguir esse objetivo até o segundo semestre ou primeiro semestre de 2016, porque são matérias, muitas delas, que não envolvem recursos financeiros, envolvem a reorganização dos serviços. Então, precisamos ter isso como uma demanda da nossa Comissão.

Outro ponto, rapidamente, em função também de ter que sair correndo, é com relação ao que temos visto. Eu estou muito preocupada com a forma com que algumas colegas Deputadas e colegas Deputados estão sendo tratados, estão sendo denegridos, em especial, com relação à nossa posição sobre a PEC nº 171, que trata da redução da maioridade penal.

Eu não ouvi, na Câmara Federal, nenhum homem e nenhuma mulher de nenhum partido dizer que nada precisa ser feito ou que, da forma como está, está tudo perfeito. O que eu tenho visto é uma lavagem das mãos pior do que aquela época em que Jesus foi crucificado, porque lá foi só Pilatos quem lavou as mãos. O que estamos vendo é a falta de compromisso com as políticas públicas já constando na legislação. O que ouvimos é que isso ou é só da segurança pública ou é só de um governo. Muito pelo contrário. A implementação do ECA é de responsabilidade das três esferas de Governo, portanto, é de responsabilidade de todos os partidos constituídos, porque, quando ele não está no Governo Federal, ele está na Base do Governo Federal; quando ele está no Governo Estadual, ele está na Base daquele Governo, ou ele está no Município. Então, os nossos partidos estão ou na esfera federal, ou nas estaduais, ou nas municipais, como cabeça de chapa, ou compondo aquele governo. Então, todos nós somos responsáveis, efetivamente, todos os partidos políticos, para a implementação, em especial, do ECA.

O que nós Parlamentares estamos vivendo – eu preciso registrar aqui e vou usar o exemplo da Deputada Dorinha –, e isso se multiplicou para um conjunto de homens e mulheres. Quando as pessoas dizem que é para nós pegarmos o adolescente que cometeu o ato infracional e levarmos para a nossa casa... Gente, pelo amor de Deus! O que está sendo vendido lá fora não é o que foi debatido aqui dentro. Nós estamos divergindo é no instrumento: se altera a Constituição

Federal ou se implementa o ECA. Não tem nenhum homem, nenhuma mulher desta Casa dizendo que quer fortalecer o crime ou que da forma como está bom.

Então, minha nobre Relatora, parabéns pela coragem de a senhora ter inserido nesta Comissão esse tema, porque ele precisa, sim, ser mantido. Mas, em especial, que, nesta Comissão, com a serenidade do conjunto de mulheres que pensam inclusive diferente nesta matéria e, mesmo pensando diferente, nós nos respeitamos, o que é muito importante, porque nesta Comissão, parece-me, quero estar equivocada, mas eu lamento a ausência – repito, disse isso na instalação dela e vou repetir aqui hoje – dos colegas Deputados homens e dos colegas Senadores que compõem esta Comissão.

Este tema não é inerente à mulher, gente. Os temas que aqui nós debatemos, com relação à violência contra a mulher, são inerentes à sociedade brasileira, são inerentes às nossas políticas públicas. E nós não podemos permitir que seja um tema tratado apenas por um conjunto de mulheres. Se assim for o desejo dos homens da nossa Casa, nós vamos continuar trabalhando só com mulheres, mas eu ficaria muito feliz de saber que os homens estariam aqui conosco, vão estar aqui conosco, debatendo esses temas que são, sim, do conjunto da sociedade brasileira, do conjunto de homens e mulheres.

Então, parabéns por V. Exª ter inserido esse tema no relatório!

E que nós aqui, com seriedade, com maturidade, consigamos discutir onde estão e quais são as falhas das políticas públicas. Nós já temos uma geração em que os nossos jovens que estão aqui, todos já são frutos do ECA, porque ele completa neste mês, no próximo dia 13, seus 25 anos. Então, nós não podemos dizer que os jovens que estão aqui, na nossa sociedade, não fazem parte dessa nova geração de uma legislação ampla, importante, mas que, na prática, precisa muito ainda para ser implementada.

Então, eu quero destacar, no seu relatório, além de tudo o que eu já falei e as colegas já falaram, da sua sensibilidade por nos incluir nessa proposta de plano de trabalho, tendo incluído também o debate da questão da criança e do adolescente em conflito com a lei.

Parabéns, nobre Relatora!

A SRª PRESIDENTE (Luizianne Lins. PT - CE) – Obrigada, Deputada Carmen Zanotto. A senhora tem sido também uma grande colaboradora, com a sua serenidade, com a sua tranquilidade e, ao mesmo tempo, com o seu compromisso. Acho que é fundamental, independente da coloração partidária, que a gente faça essa ressalva e que a gente possa preservar as opiniões diferentes.

Eu fiquei muito chocada com um Deputado, inclusive me dou bem com ele, mas quando o Deputado Aliel, dois homens, inclusive o Deputado Aliel Machado, que é Vice-Presidente da Frente Parlamentar Mista de Defesa das Políticas de Juventude, foi fazer uma defesa contra a redução da maioria e, quando ele desceu, ele teve que ouvir de um Deputado mais velho, mas ele disse, perguntou assim: "Quanto você já matou?" Quer dizer que foi, assim, uma coisa estarrecedora.

Outra coisa: ser utilizado o senso comum, porque o senso comum também diz que estas Casas aqui estão extremamente questionáveis. Esse mesmo senso comum que diz que 87%, esse mesmo senso comum hoje questiona estas Casas Legislativas. Então, para uma hora, o senso comum vale; para outra hora, não.

Então, eu acho que nós vamos trazer esse debate – e vamos trazer, Deputada! E eu a convido porque eu sei da sua qualidade como legisladora. Nós vamos trazer, fazer o debate em altíssimo nível, para que esta Casa não diga que não debateu.

A SRª CARMEN ZANOTTO (PPS - SC) – Permite-me?

A SRª PRESIDENTE (Luizianne Lins. PT - CE) – Eu acho que muitas posições se dão por pura ignorância, no sentido de falta de conhecimento mesmo.

Então, há a reprodução do senso comum.

A SRª CARMEN ZANOTTO (PPS - SC) – Permite-me? Eu esqueci uma coisa extremamente importante. Se a senhora só me permitir complementar.

Na semana passada, eu e a Deputada Eliziane, do meu Partido – nós somos do PPS – já nos manifestamos no grupo de Parlamentares da Câmara com relação ao episódio daqueles adesivos

que é difícil até de nós descrevermos, atingindo a Presidente Dilma, e também depois a questão da jornalista Maju. Mas eu quero só destacar que esses não são fatos isolados e que nós estamos banalizando algumas questões com que precisamos tomar muito cuidado. Nós estamos incitando a violência, a falta de respeito entre homens e mulheres, quando buscamos restabelecer ou achar que a questão do racismo é natural, a questão das mulheres, da perseguição e das piadas.

Então, independente de posição política partidária é por isso que eu preciso me manifestar nesta Comissão – eu sou de um Partido de oposição – a nossa nota de repúdio, minha e da Deputada Eliziane, foi no sentido de que não podemos permitir. Precisamos pedir, sim, aos órgãos de segurança que investiguem a questão pontual da Deputada Dorinha, que investigue quem foi o autor desses adesivos e quem é que está se apropriando das redes sociais para disseminar a questão do racismo no nosso País, porque não podemos retroceder jamais em algumas conquistas que tivemos.

Quero me solidarizar com todo tipo de iniciativa que venha a se manifestar com relação a esse tipo de crime, posso dizer assim, que está sendo cometido em nosso País, em nome do anonimato, porque quando eu colocado algo nas redes sociais eu me escondo atrás de um pseudônimo e não dou a cara para bater naquela posição.

Destacando, Deputada, que aqueles que estão olhando os *outdoors*, que já estão sendo colocados em nome dos Parlamentares que votaram contra a redução, que nos permitam o debate. É a única coisa que peço: que nos permitam o debate do contraditório, porque o contraditório faz parte do processo e da nossa democracia.

A SRª PRESIDENTE (Luizianne Lins. PT - CE) – Deputada, parabenizando, mais uma vez, pelas colocações. Acho que temos muito o que debater.

Tínhamos no Uruguai, em 2011, a solicitação de um Deputado, da Câmara Legislativa, que colocou em discussão a redução da maior idade. Durante três anos o Uruguai debateu abertamente essa questão. Foi feito um plebiscito, logo em seguida, e quase 60% votaram contra a redução da maior idade, e foram pensadas globalmente políticas públicas para esse setor.

Então, eu acho que tem muita discussão a ser feita. Os 13,% que, em tese, a pesquisa detecta são proativos, estão conscientes, não estão sendo levados pelo senso comum. São pessoas que sabem por que estão defendendo isso. Muitos Deputados não entendem que não foi por acaso que se chegou a esse número, a essa idade e tal. Não é uma coisa arbitrária.

Temos três requerimentos, o primeiro vai ao encontro do que V. Exª coloca. Primeiro, eu queria a apreciação aqui, rapidamente, das Parlamentares presentes sobre colocar em pauta um requerimento da Deputada Érika Kokay, que requer uma moção de repúdio aos adesivos de natureza sexista ofensivos à Presidenta Dilma.

Como ele não está na Comissão, quero solicitar, primeiro, que aprovemos aqui a colocação de requerimento extrapauta na nossa reunião. O.k.?

Passando essa parte, que quero colocar o teor do requerimento dessa moção, que vou ler rapidamente.

Em nome das Parlamentares do Congresso Nacional, vimos expressar o nosso mais veemente repúdio aos adesivos que vêm circulando pela Internet, os quais usando a imagem da Presidenta Dilma Rousseff, e citam a violência de gênero e faz apologia ao estupro e à violência sexual.

É inaceitável que, sob o pretexto de uma inofensiva campanha para protestar contra o aumento nos preços dos combustíveis ou por quaisquer outra razão, ocorra tal nível de agressão à Presidenta Dilma Rousseff.

Mais grave ainda, o mote dessa agressão seja de cunho sexista. Não há nada que possa justificar a iniciativa do tipo, pois anda que se defenda a liberdade de expressão como valor fundamental da democracia, essa não pode ser usada para a promoção da violência contra a mulher.

Merece ser destacado que quando o alvo da agressão sexista é a Presidenta da República essa questão ganha uma dimensão ainda maior, pois apenas reforça o preconceito e a

discriminação contra a participação da mulher na política, que ainda predomina na sociedade brasileira.

É preciso lembrar também que a odiosa campanha em comento ofende, agride e desrespeita todas as mulheres brasileiras. Iniciativas desse tipo não retrata o exercício da democracia, pelo contrário, representa o escárnio, o deboche e a violência contra a mulher, afronta a Convenção Interamericana pela eliminação de todas as formas de discriminação contra a mulher, que o Brasil ratificou junto ao Sistema Interamericano de Direitos Humanos.

Por fim, por ser incontestável a circulação da imagem, algo extremamente discriminatório contra as mulheres brasileiras e contra a Presidenta da República, vimos manifestar a nossa mais profunda solidariedade à Presidenta Dilma Rousseff e, ao mesmo tempo, exigir a imediata proibição da distribuição e circulação de tais adesivos por qualquer meio ou forma, com a urgente adoção das medidas cabíveis, para a identificação dos responsáveis por sua produção, comercialização e distribuição, acompanhada das competentes sanções aplicadas nas esferas cível e penal.

Vamos colocar em votação.

(Intervenção fora do microfone.)

A SRª PRESIDENTE (Luizianne Lins. PT - CE) – V. Exª quer subscrevê-lo? Pois não. Vamos passar a subscrição.

Em discussão o requerimento. *(Pausa.)*

Não havendo quem queira discutir, encerro a discussão.

Em votação na Câmara dos Deputados.

As Srªs e os Srs. Deputados que concordam permaneçam como se encontram. *(Pausa.)*

Aprovado.

As Deputadas que queiram subscrever, está aqui o requerimento.

Em votação no Senado.

As Srªs e os Srs. Senadores que concordam permaneçam como se encontram. *(Pausa.)*

Aprovado.

Antes de encerrarmos os trabalhos, vamos a outro requerimento, da Deputada Fátima Bezerra, Requerimento nº 15, de 2015, subscrito pela Deputada Moema Gramacho.

ITEM 1

REQUERIMENTO DA COMISSÃO MISTA DE COMBATE À VIOLÊNCIA CONTRA A MULHER Nº 15, de 2015

- Não terminativo -

Requer, com fundamento no art. 93, inciso II, do Regimento Interno do Senado Federal, a realização de Audiência Pública da Comissão Permanente Mista de Combate à Violência Contra a Mulher, a ser realizada na Assembleia Legislativa do Estado do Rio Grande do Norte, para debater as políticas públicas de combate à violência contra a mulher naquele estado.

Autoria: Senadora Fátima Bezerra

Relatoria:

Relatório:

Observações:

Em votação, na Câmara dos Deputados.

Os Srs. Deputados e as Srªs Deputadas que concordam permaneçam como se encontram.

(Pausa.)

Aprovado.

Votação no Senado Federal.

As Senadoras e os Senadores que concordam permaneçam como se encontram. *(Pausa.)*
Aprovado.

Bom, antes de encerrarmos os trabalhos, proponho a aprovação das Atas n°s 5°, 6° e a desta 7° Reunião.

As Sr^{as} Deputadas e os Srs. Deputados que concordam permaneçam como se encontram. *(Pausa.)*

Aprovadas.

As Senadoras e os Senadores que concordam permaneçam como se encontram. *(Pausa.)*

Aprovadas.

Antes de encerrar esta reunião, eu queria convocar para uma audiência pública, que vai ocorrer nesta Comissão, às 14h30, para discutir a Ronda Maria da Penha.

Então, terça-feira, às 14h30, os membros desta Comissão, Senadores e Deputados, estão convocados para uma audiência pública.

Nada mais havendo a tratar, declaro encerrada a presente reunião.

(Iniciada às 14 horas e 22 minutos, a reunião é encerrada às 15 horas e 30 minutos.)



SENADO FEDERAL
Secretaria de Editoração e Publicações
Coordenação de Edições Técnicas

Educação ambiental - 2015



Atualizado até janeiro de 2015, este é um dos volumes que compõem a “Coleção ambiental” produzida pela Coedit. Além dos dispositivos constitucionais pertinentes ao tema, este volume oferece ao leitor, entre outros, os textos integrais de dois atos internacionais decisivos para a afirmação da necessidade de aprimorar a educação ambiental no Brasil.

Conheça nossa livraria virtual, acesse:
www.senado.gov.br/livraria

Edição de hoje: 122 páginas
(O.S. 13128/2015)

Secretaria de Editoração
e Publicações – SEGRAF

SENADO
FEDERAL

